RAE Revista de Administração de Empresas®

PESQUISA E CONHECIMENTO
V. 60, N. 2,
Março–Abril 2020
fgv.br/rae

FGV EAESP

FÓRUM | FORO

Estudios Organizacionales en América Latina: Hacia una agenda de investigación
Diego Szlechter | Leonardo Solarte Pazos | Juliana Cristina Teixeira | Jorge Feregrino | Pablo Isla Madariaga | Rafael Alcadipani

Pensar desde a América Latina em diálogo com a organização das lutas sociais descoloniais: Explorando possibilidades
Maria Ceci Misoczky | Guilherme Dornelas Camara

Los Estudios Organizacionales en Latinoamérica: ¡Vuelta al terreno áspero!
Diego Gonzales-Miranda

Experiências agrestinas: Pistas para a pesquisa sobre gente e negócios em contexto periférico
Marcio Sá

Nem política, nem sociedade: Questionando a justificativa de políticas públicas pró-empreendedorismo no Chile
Oriana Bernasconi | Juan Felipe Espinosa-Cristia

***"Tupi, or not Tupi that is the question"*: Perspectivismo ameríndio e Estudos Organizacionais**
Sergio Eduardo de Pinho Velho Wanderley | Ana Paula Medeiros Bauer

Organizando los Estudios Organizacionales en Chile: Historia de la creación del Grupo Minga
Gregorio Perez-Arrau | Alvaro Espejo | Marcela Mandiola | Nicolás Ríos González | Juan Pablo Toro

PENSATA

De onde viemos, para onde vamos? Autocrítica coletiva e horizontes desejáveis aos Estudos Organizacionais no Brasil
Marcio Sá | Rafael Alcadipani | Ariston Azevedo | Ariádne Scalfoni Rigo | Luiz Alex Silva Saraiva

ISSN 0034-7590
00602
9 770034 759007

SUMÁRIO

EDITORIAL

82 PESQUISA EM TEMPOS DE PANDEMIA
Research During the Time of the Pandemic
Investigación en Tiempos Pandémicos
Maria José Tonelli | Felipe Zambaldi

FÓRUM / *FORUM / FORO*

84 ESTUDOS ORGANIZACIONAIS NA AMÉRICA LATINA: RUMO A UMA AGENDA DE PESQUISA
Organizational Studies in Latin America: Toward an investigation agenda
Estudios Organizacionales en América Latina: Hacia una agenda de investigación
Diego Szlechter | Leonardo Solarte Pazos | Juliana Cristina Teixeira | Jorge Feregrino | Pablo Isla Madariaga | Rafael Alcadipani

93 PENSAR DESDE A AMÉRICA LATINA EM DIÁLOGO COM A ORGANIZAÇÃO DAS LUTAS SOCIAIS DESCOLONIAIS: EXPLORANDO POSSIBILIDADES
To think from latin america in dialogue with the organization of decolonial social struggles: Exploring possibilities
Pensar desde América Latina en diálogo con la organización de las luchas sociales descoloniales: Explorando posibilidades
Maria Ceci Misoczky | Guilherme Dornelas Camara

104 ESTUDOS ORGANIZACIONAIS NA AMÉRICA LATINA: DE VOLTA AO TERRENO ÁSPERO!
Organizational Studies in Latin America: Back to the rough ground!
Los Estudios Organizacionales en Latinoamérica: ¡Vuelta al terreno áspero!
Diego Gonzales-Miranda

120 EXPERIÊNCIAS AGRESTINAS: PISTAS PARA A PESQUISA SOBRE GENTE E NEGÓCIOS EM CONTEXTO PERIFÉRICO
Experiencing Agreste: Trials for research about people and business in a peripheral context
Experiencias del Agreste: Pistas para la investigación sobre gente y negocios en contexto periférico
Marcio Sá

131 NEM POLÍTICA NEM SOCIEDADE: QUESTIONANDO A JUSTIFICATIVA DE POLÍTICAS PÚBLICAS PRÓ-EMPREENDEDORISMO NO CHILE
No politics, no society: Questioning the justification of entrepreneurship in Chilean public policies
Ni Política ni sociedade: Interrogando las justificaciones de la política pública pro emprendimiento en Chile
Oriana Bernasconi | Juan Felipe Espinosa-Cristia

144 *"TUPI, OR NOT TUPI THAT IS THE QUESTION"*: PERSPECTIVISMO AMERÍNDIO E ESTUDOS ORGANIZACIONAIS
"Tupi, or not Tupi that is the question": Amerindian perspectivism and Organizational Studies
"Tupi, or not Tupi that is the question": Perspectivismo amerindio y Estudios Organizacionales
Sergio Eduardo de Pinho Velho Wanderley | Ana Paula Medeiros Bauer

156 ORGANIZANDO LOS ESTUDIOS ORGANIZACIONALES EN CHILE: HISTORIA DE LA CREACIÓN DEL GRUPO MINGA
Organizando os Estudos Organizacionais no Chile: História da criação do Grupo Minga
Organizing the Organizational Studies in Chile: Creation history of Minga Group
Gregorio Perez-Arrau | Alvaro Espejo | Marcela Mandiola | Nicolás Ríos González | Juan Pablo Toro

PENSATA / *ESSAYS / ENSAYO*

168 DE ONDE VIEMOS, PARA ONDE VAMOS? AUTOCRÍTICA COLETIVA E HORIZONTES DESEJÁVEIS AOS ESTUDOS ORGANIZACIONAIS NO BRASIL
Where did we come from, where are we going? A collective self-criticism and desirable horizons for Organizational Studies in Brazil
¿De dónde venimos, a dónde vamos? Autocrítica colectiva y horizontes deseables para Estudios Organizacionales en Brasil
Marcio Sá | Rafael Alcadipani | Ariston Azevedo | Ariádne Scalfoni Rigo | Luiz Alex Silva Saraiva

© RAE | São Paulo | **V. 60** | **n. 2** | **mar-abr 2020**

ISSN 0034-7590

EDITORIAL

Versão original
DOI: http://dx.doi.org/10.1590/S0034-759020200201



Maria José Tonelli
Editora-chefe



Felipe Zambaldi
Editor-adjunto

PESQUISA EM TEMPOS DE PANDEMIA

A produção deste número da *RAE* foi surpreendida pelas intensas transformações causadas pela presença da Covid-19 em todas as regiões do planeta. É impossível não se lembrar do filme *Melancolia*, de Lars Von Triers. Neste momento (escrevo na primeira semana de abril, na cidade de São Paulo), ainda não é possível prever que rumo a pandemia vai tomar no Brasil. Como acontece com as revistas acadêmicas, nossos artigos e fóruns, organizados em seis edições anuais, são planejados com muita antecedência. Nossas publicações para o ano de 2020 estão todas encaminhadas, bem como algumas edições de 2021. Nesse sentido, o impacto de uma possível diminuição de submissões devido à pandemia pode ocorrer no próximo ano. Mas nossa expectativa é que a produção científica em Administração de Empresas crescerá, criativamente, nas próximas décadas. Não temos bola de cristal para prever as mudanças que poderão vir a ocorrer na prática e na pesquisa, mas o debate, neste momento que passamos, já aponta para profundas revisões em diversas áreas, por exemplo, comportamento organizacional (lideranças em tempos de crise são fundamentais, assim como engajamento), organização do trabalho, *marketing* em redes sociais e o varejo (o mundo on-line potencializou o consumo por *delivery*), a logística humanitária (que já havia se desenvolvido pós-Katrina), as finanças comportamentais, empresas e direitos humanos, impacto social dos negócios, a sustentabilidade em amplo sentido (e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU), a gestão da Saúde, a parceria público-privada, para mencionar apenas algumas áreas que compõem a complexidade da Administração de Empresas em tempos globais. Parece que o século XXI realmente começou agora. A globalização será revista? Nosso vaivém pelo planeta diminuirá? A educação nas escolas de negócios será revisitada? Embora seja angustiante, temos muitas perguntas e nenhuma resposta sobre esse futuro. Mas, nesse momento, a pesquisa científica se fortalece, o que já é alentador para todos nós, professores e pesquisadores. O mundo pós-pandemia será reconstruído e temos várias iniciativas nessa direção: revistas científicas, em várias áreas, já fazem chamadas para artigos que tratem desse novo cenário; centros de pesquisas nacionais e internacionais se associam para desenvolver projetos comuns e órgãos financiadores propõem verbas para projetos. De um lado, as pessoas passam por um período muito doloroso, de outro, abrem-se possibilidades criativas para a pesquisa sobre novas formas de gestão.

 CC BY ISSN 0034-7590; eISSN 2178-938X

Com foco na área de Estudos Organizacionais, o fórum apresentado neste número vem a calhar. Como integrar nossas pesquisas com os colegas da América Latina? Podemos e devemos rever princípios que nortearam a pesquisa até agora? O presidente da Fapesp, Carlos Henrique de Brito Cruz (*), menciona que a internacionalização da pesquisa é fundamental para o desenvolvimento da ciência. Este número, dedicado à América Latina, questiona os princípios que nortearam o crescimento dos Estudos Organizacionais na região e conta com os seguintes trabalhos: "Estudios Organizacionales en América Latina: Hacia una agenda de investigación", de Diego Szlechter, Leonardo Solarte Pazos, Juliana Cristina Teixeira, Jorge Feregrino, Pablo Isla Madariaga e Rafael Alcadipani; "Pensar desde a América Latina em diálogo com a organização das lutas sociais descoloniais: Explorando possibilidades", de Maria Ceci Misoczky e Guilherme Dornelas Camara; "Los Estudios Organizacionales en Latinoamérica: ¡Vuelta al terreno áspero!", de Diego René Gonzales-Miranda; "Experiências agrestinas: Pistas para a pesquisa sobre gente e negócios em contexto periférico", de Marcio Sá; "No politics, no society: Questioning the justification of entrepreneurship in Chilean public policies", de Oriana Bernasconi e Juan Felipe Espinosa-Cristia; *"Tupi, or not Tupi that is the question"*: Perspectivismo ameríndio e Estudos Organizacionais", de Sergio Eduardo de Pinho Velho Wanderley e Ana Paula Medeiros Bauer; "Organizando los Estudios Organizacionales en Chile: Historia de la creación del Grupo Minga", de Gregorio Perez-Arrau, Alvaro Espejo, Marcela Mandiola, Nicolás Ríos González e Juan Pablo Toro.

Completam esta edição a Pensata "De onde viemos, para onde vamos? Autocrítica coletiva e horizontes desejáveis aos Estudos Organizacionais no Brasil", de Marcio Sá, Rafael Alcadipani, Ariston Azevedo, Ariádne Scalfoni Rigo e Luiz Alex Silva Saraiva, também sobre o tema deste fórum.

Boa leitura, cuidem-se bem!

Maria José Tonelli[1] | ORCID: 0000-0002-6585-1493

Felipe Zambaldi[1] | ORCID: 0000-0002-5378-6444

[1] Fundação Getulio Vargas, Escola de Administração de Empresas de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil

(*) O professor Carlos Henrique de Brito Cruz deixa a presidência da Fapesp em abril de 2020. Entrevista concedida para o jornal *Folha de S.Paulo*, em 7/4/2020. Consulta em 7/4/2020, no *site*:

https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2020/04/vamos-sofrer-menos-se-nos-basearmos-na-ciencia-mas-ela-nao-faz-magica-diz-brito-cruz.shtml

 CC BY ISSN 0034-7590; eISSN 2178-938X

FORO

Artículo invitado
Versión original
DOI: http://dx.doi.org/10.1590/S0034-759020200202

ESTUDIOS ORGANIZACIONALES EN AMÉRICA LATINA: HACIA UNA AGENDA DE INVESTIGACIÓN

DIEGO SZLECHTER[1]
diego_szlechter@yahoo.com.ar
ORCID: 0000-0002-9299-5919

LEONARDO SOLARTE PAZOS[2]
leonardo.solarte@institutoprospectiva.org
ORCID: 0000-0002-3370-1888

JULIANA CRISTINA TEIXEIRA[3]
julianacteixeira@yahoo.com.br
ORCID: 0000-0001-5186-3234

JORGE FEREGRINO[4]
jorferegrino@yahoo.com
ORCID: 0000-0003-4321-4140

PABLO ISLA MADARIAGA[5]
pablo.isla@usm.cl
ORCID: 0000-0003-4077-0037

RAFAEL ALCADIPANI[6]
rafael.alcadipani@fgv.br
ORCID: 0000-0001-5132-5380

[1] Universidad Nacional de General Sarmiento, Instituto de Industria - Conicet, Buenos Aires, Argentina

[2] Universidad del Valle, Valle del Cauca, Colombia

[3] Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, ES, Brasil

[4] Universidad Nacional Autónoma de México – FES, Acatlán, México

[5]Universidad Técnica Federico Santa María, Departamento de Ingeniería Comercial, Valparaíso, Chile

[6]Fundação Getulio Vargas, Escola de Administração de Empresas de São Paulo, SP, Brasil

En este artículo, nos proponemos realizar una reflexión de carácter teórico acerca del derrotero de los Estudios Organizacionales en Latinoamérica con el fin de presentar una agenda de investigación que atienda a las necesidades, así como las particularidades de nuestra región. En este sentido, se presenta la necesidad de evitar la importación de modelos conceptuales surgidos en el mundo anglosajón así como de resolver la histórica tensión con el campo de la Administración. Para eso, el rompimiento paradigmático que emergió en los EO en todo el mundo durante la década del 60, tuvo su correlato regional en los últimos años, lo que confluyó en un verdadero programa de investigación que, si bien aún no está consolidado, muestra signos de vitalidad que le auguran a los EO Latinoamericanos un fuerte proceso de institucionalización de un paradigma que le es propio.

INTRODUCCIÓN

Como consecuencia del descubrimiento de las Américas, las historias, las prácticas y el conocimiento hasta entonces existentes en el continente americano fueron en buena medida ignorados e incluso atacados por los conquistadores europeos. Así, América también puede entenderse como la manifestación de la creación del poder colonial europeo, que a partir de los grandes descubrimientos expandió sus territorios y su forma de "modernización" por el mundo. Con el "descubrimiento", el continente americano comenzó a administrarse desde la perspectiva de las metrópolis europeas y para su propio beneficio. El proceso de colonización de las Américas trastocó el conocimiento local y transformó el entorno de estas sociedades e, incluso, sus organizaciones “nativas” de la época fueron sometidas y controladas por las metrópolis europeas (Mignolo, 2008). A partir de este momento, se construyó una visión de inferioridad y subdesarrollo de las sociedades locales (Aparicio, Silverman & Aparicio, 1997). Mediante formas discursivas de control, que fueron sistemáticamente engendradas como medios efectivos para subordinar a los pueblos originarios, y la desubjetivación de los individuos oriundos de las colonias se fueron estableciendo prácticas que les negaron el derecho a las condiciones de existencia que sí gozaban aquellos grupos sociales que detentaban el poder. Todo esto ocurría en un contexto discursivo de significación civilizatoria.

En este contexto, la idea de América Latina surge como una construcción discursiva, aparentemente inferior con relación a Europa, e incluso a las colonias inglesas. Así, resulta inherente la dificultad asociada a la producción de conocimiento realmente independiente del originado en los países centrales y, aun cuando existan propuestas de adaptación del conocimiento generado en Europa, en Estados Unidos y en países latinoamericanos (por ejemplo, Ramos, 1958) se dificulta la defensa de una epistemología de la descolonización (Mignolo, 2011).

Así, pensar la evolución de los Estudios Organizacionales (en adelante EO) en América Latina requiere comprender las especificidades y particularidades del surgimiento y desarrollo del

 CC BY ISSN 0034-7590; eISSN 2178-938X

capitalismo en América Latina, con relación a Europa y los Estados Unidos, lugares en donde se conceptualizaron originalmente tanto el *management* como los denominados EO.

Esto se debe a que, a diferencia de Europa y Norteamérica, en América Latina el capitalismo industrial no surge como una respuesta endógena a rupturas políticas y económicas de corte liberal, sino que es importado e implantado de manera tardía en un contexto que no era precisamente liberal, en una época en la que predominaban modelos políticos y económicos fundamentalmente agrícolas y ganaderos, con profundas concepciones oligárquicas y conducidos por élites terratenientes tradicionales.

Bajo este capitalismo latinoamericano incipiente, las organizaciones que surgen en su momento son un hibrido particular, con profundas paradojas y contradicciones, muchas de las cuales se oponen radicalmente a las concepciones racionales del liberalismo con relación a la política, la economía, la ciencia y la sociedad. Estas organizaciones se conforman mediante una hibridación que en la práctica mezcla religión (católica), Estado y mercado; asimismo, los conceptos de individuo y de libertad liberal operan simultáneamente con profundas tradiciones colectivistas y de dependencia de las élites tradicionales conservadoras.

Estas organizaciones, por lo tanto, no funcionaron como mecanismos de estructuración económica bajo las leyes del mercado o de masificación del consumo de productos para la población, sino que se desarrollan como una extensión del poder de élites bajo la tutela de los Estados, desarrollando relaciones clientelistas para mantener estructuras monopólicas y privilegios de mercado. Igualmente, la gerencia aplica mecanismos de jerarquización y dirección tradicionales, extraídos de la práctica terrateniente entre gamonales y campesinos, mezclados con elementos manageriales.

Bajo estos criterios, más que organizaciones enfocadas en la eficiencia y productividad, lo que se va consolidando son perfiles organizacionales con fuertes orientaciones burocráticas y clientelistas más cercanas a los modelos estatales que a las modernas organizaciones industriales que comienzan a consolidarse a partir de la posguerra en Norteamérica o en Europa a partir de la Segunda Revolución industrial.

Este contexto, que bosquejamos de manera muy general, sirve para colocar en el centro de la reflexión la idea de que la perspectiva con la que se aborda el análisis de las organizaciones en América Latina, al menos en sus comienzos, contempla un objeto de estudio que no es equivalente a la realidad observada en Europa o Norteamérica. Y, si bien el desarrollo de una línea de "estudios organizacionales" como tal ha sido incipiente en la región y prácticamente sin peso intelectual como lo expone Ibarra-Colado (2008), las líneas de trabajo que se han explorado se concentran en la reproducción de los modelos manageriales anglosajones con la marcada intencionalidad de garantizar su implementación en las organizaciones de América Latina y, en el otro extremo y con menor intensidad, desarrollos más autóctonos y críticos que reflejan abordajes recurrentes desde la teoría política y sociológica, con énfasis crítico en el sistema social y económico y sin insistir en el uso sistemático de métodos de observación de las organizaciones en particular.

Con estas particularidades como punto de partida, nuestro propósito es contribuir a la construcción de una agenda de investigación en EO, teniendo como escenario actual las señales de cambio estructural que se avizoran en nuestra región, donde las tesis de Ibarra-Colado cobran vida ante las protestas populares que suceden en Ecuador, Bolivia, Chile y Colombia, en un contexto de crisis de las organizaciones del Estado y un cuestionamiento cada vez más marcado al rol que cumplen las organizaciones de mercado.

LA PRODUCCIÓN DE CONOCIMIENTO SOBRE ORGANIZACIONES EN AMÉRICA LATINA: GÉNESIS Y FACTORES EXPLICATIVOS DE SU DERROTERO

El derrotero de la producción de conocimiento en torno al fenómeno organizacional se puede analizar de acuerdo con diferentes condicionantes estructurales que han dejado su huella en la agenda de investigación en los diferentes países de la región. Uno de los factores que ayudan a dar cuenta de este fenómeno es la dinámica centro-periferia (Engwall, 1996; Gantman, 1994, 2002; Ibarra-Colado, 2007). El posicionamiento geopolítico de Latinoamérica en relación con los países económicamente desarrollados del mundo anglosajón implicó que la génesis del conocimiento en torno a lo organizacional estuviera centrada casi exclusivamente en las vertientes ortodoxas de la Administración. Esto puede deberse a que la principal preocupación de las firmas que se instalaban en los países de la región, en el marco de procesos de protoindustrialización de diferentes grados y alcances, necesitaban resolver cuestiones concernientes a la gestión de sus organizaciones para adaptarse a las regulaciones de los mercados locales (Szlechter, 2013).

De esta manera, el "subdesarrollo" latinoamericano se puede explicar a partir del principal público que consumía el conocimiento administrativo producido en las instituciones

 CC BY ISSN 0034-7590; eISSN 2178-938X

universitarias: los gerentes de grandes firmas y la llamada industria del management (Luci, 2016), que incluía principalmente a las firmas consultoras. Esa realidad derivó en un desarrollo con escasa autonomía e inclinado hacia la satisfacción de la demanda de las empresas. Un dato curioso que ilustra esta deriva se da en la creación de la carrera universitaria de Administración de Empresas en la Argentina, creada en el año 1958, cuando el país se aprestaba a recibir inversiones extranjeras directas en sectores claves de la economía con la condición de incorporar proveedores locales al proceso productivo (Szlechter, 2013).

En suma, las dificultades que enfrentaron los EO en la región se deben a la dinámica centro-periferia que llevó a la falta de autonomía de producción local –al menos en la primera mitad del siglo XX–, lo que derivó en que se haya desplegado de forma casi indiferenciada con la Administración clásica y ortodoxa, tributaria del *management* anglosajón. A pesar de la existencia de formas organizacionales particulares en la región desde las primeras civilizaciones y de los análisis sobre las organizaciones industriales en América Latina a partir de la década de 1920, (Hoyo, 1922; Palacios, 1922) es necesario cuestionar hasta qué punto los Estudios Organizacionales se desarrollaron de forma consistente en la región. Para Ibarra-Colado (2006b), los Estudios Organizacionales carecían de relevancia en América Latina y su presencia marginal en la academia generaba limitaciones para la comprensión de los problemas específicos de las organizaciones, así como de su funcionamiento y cambio en la región.

A todo esto, se suman las limitaciones al propio sentido hegemónico de organización que no consideran las dimensiones organizativas de la vida social (Carrieri, 2014) que son diversas y específicas de los contextos latinoamericanos. Ibarra-Colado (2006b) señalaba una tendencia del pensamiento social en América Latina que privilegiaba el análisis desde la perspectiva macro en cuestiones generales de Economía y Política, para el desarrollo de análisis enfocados en la dependencia y subordinación de la región a los países centrales. Consecuentemente, el conocimiento sobre las organizaciones se desarrolló en un contexto subordinado e irreflexivo en torno a los países centrales (Ibarra-Colado, 2006a). Esto, aun cuando es evidente que los procesos de industrialización y formalización organizacional en muchos países de América Latina se generaron en contextos y con axiologías muy diferentes a las del liberalismo clásico, dentro del cual se teoriza y explica generalmente el nacimiento del mercado y las organizaciones empresariales e incluso las organizaciones de la sociedad civil.

Sin embargo, la producción de conocimiento académico no se puede abordar solo en términos de condicionantes estructurales. Existe también una suerte de "capacidad de agencia" de los centros de investigación de la región que ayudan a ofrecer un panorama más complejo y no tan binario de este proceso. Es así como, junto con los aportes de los análisis estructurales, las visiones constructivistas pueden contribuir al análisis crítico de la manera en que se desarrollaron los EO en Latinoamérica.

La reproducción de las formas hegemónicas de diseño y gestión organizacional, así como del desarrollo de la problematización del concepto mismo de organización, tuvo a sus principales exponentes en "think tanks" universitarios y gurúes de la industria del *management* que sesgaron su mirada en función de la racionalidad de mercado con el objetivo de brindar soluciones a problemáticas emergentes en la vida organizacional, tanto del ámbito privado como público, ONG y la economía social y solidaria. Ibarra-Colado (2006a) ofreció una mirada alternativa a la dinámica centro-periferia para dar cuenta del derrotero conceptual del concepto "organización" en la región. Mediante un proceso que el autor denomina "falsificación", es posible explicar la manera en que los saberes organizacionales, originados en los centros del poder económico mundial, han sido trasladados de manera automática a la periferia con la finalidad de ofrecer soluciones técnicas "prêt-à-porter" a problemáticas atinentes al mundo organizacional, desplazando de las mismas consideraciones sociales y políticas.

La noción de "falsificación" implica que la asimetría de poder entre naciones desarrolladas y subdesarrolladas en términos económicos, queda invisibilizada dado que las recetas para atacar las debilidades organizacionales son abordadas exclusivamente desde el punto de vista de diseños óptimos de estructuras y procesos eficientes, que logren mejorar los índices de productividad. Dentro de este fenómeno, se produjo una profusión de literatura académica y de divulgación que utilizaba marcos explicativos que reproducían "formas hegemónicas de conocimiento, legítimas debido a su presunta validación científica" (Ibarra-Colado, 2006a, p. 470, traducción nuestra). La principal consecuencia de la falta de una perspectiva nativa autónoma fue el "debilitamiento del pensamiento crítico latinoamericano" (Ibarra-Colado, 2006a, p. 472).

También debe considerarse que esta falta de perspectiva nativa autónoma concierne a la estructura misma de aquellos que históricamente han producido conocimiento en el campo de la gestión en América Latina. En un nivel de análisis macro sobre la relación centro-periferia, se considera geopolíticamente, desde la periferia, aquellos que producen desde un contexto latinoamericano. Sin embargo, es importante tener en cuenta que, internamente, quienes históricamente teorizan sobre la gestión y los EO en América Latina son grupos que forman

 CC BY ISSN 0034-7590; eISSN 2178-938X

parte de lo que sería el centro de sus propios países ya que, en contextos socialmente desiguales, son aquellos que siempre han producido conocimiento. Al tener acceso a universidades latinoamericanas y a las élites del conocimiento, son grupos con perfiles eurocéntricos, en su mayoría: hombres, no negros, no indígenas, dejando de lado una dinámica peculiar de sus propios contextos de origen. Por lo tanto, puede decirse que, incluso dentro del contexto latinoamericano, se reproducen las hegemonías características de la lógica misma que constituyó a América Latina como una periferia. Es, por lo tanto, una periferia mundial que también habla desde lo regional.

Un ejemplo de este proceso es la importación de recetas sobre gestión de empresas desde los países considerados como el centro del poder económico mundial, que históricamente no tomaron en cuenta las especificidades de las organizaciones y el contexto social latinoamericano. Asimismo, tampoco tuvieron en cuenta a las minorías organizativas y sociales ni a la gestión de la diversidad. El conocimiento crítico producido en EO sobre el tema, reflejado en las prácticas de las empresas latinoamericanas, tiene como base la idea funcionalista de que la gestión de la diversidad solo es considerada como una ventaja competitiva (Alves & Galeão-Silva, 2004) y no un vínculo entre la empresa y su contexto social. Este proceso vacía de sentido la explicación de la génesis de las desigualdades estructurales instituidas en los países latinoamericanos a partir de la dinámica de poder colonialista. Así, las prácticas de gestión destinadas a combatir las desigualdades como el género, la raza, la clase, el origen étnico y la sexualidad producen escasos resultados.

La Administración, el *Management* y su tensa relación con los EO

La persistencia de miradas que hacían hincapié en aspectos técnicos en detrimento de procesos sociales más amplios que inciden en la dinámica interna de diferentes configuraciones organizacionales se puede explicar si esta aparente cientificidad se analiza por medio del concepto de ideología (Gantman, 1994). En este sentido, el "huevo de la serpiente" de los albores de los desarrollos teóricos de los EO radica en una cierta indiferenciación respecto de las Ciencias de la gestión y la Administración. Algunos autores incluso llegaron a señalar que ha existido escasa diferenciación entre ambas disciplina (Wood & Kelly, 1978). La literatura del *management* ha abordado las problemáticas de gestión bajo el tamiz de la ideología, legitimando a la vez que coadyuvando a construir la realidad social de acuerdo a la racionalidad de mercado. Resulta paradójico que este origen "espurio" de los EO, más adelante constituyó la razón del abandono de los postulados clásicos de la Administración.

El análisis de la Administración en términos de ideología tiene una larga tradición (Bendix, 1966). Gantman (1994) sostiene que las implicancias de este sesgo no se reducen al énfasis puesto en la resolución de problemas o la prescripción de modelos de acción. A esto debe sumarse los análisis del discurso de la gestión, que arrojaron luz sobre la pretensión de construcción de una realidad social cuyo sustento material puede encontrarse en una "estructura histórica particular de privilegio social" (p. 8). Así, las ideologías gerenciales cumplieron un efecto legitimador a la hora de brindar cursos de acción a entornos organizacionales diversos.

La escasa diferenciación entre los EO y la Administración se debe, según Ibarra-Colado (2006b), a una cierta incapacidad de otorgar un sentido al término "organización", cuestión que nos acompaña hasta nuestros días. La falta de historización de este concepto, sumado a la ausencia de análisis situados, dio lugar a que la racionalidad mercantil capitalista se erija, por simple peso específico, en la grilla de inteligibilidad exclusiva a la hora de definir los parámetros de referencia de lo organizacional. La utilización del término "organización" de manera abstracta tuvo efectos en su caracterización como una ciencia gris o un saber menor (Rose, 1993), puesto que su función primordial se centró en la resolución de problemas prácticos (ofreciendo un *one best way* para todo tipo de organización) más que en la búsqueda de una voluntad de acercamiento a alguna "verdad". Según Ibarra-Colado (2006b, pp. 128-129), la ambigüedad del concepto "organización" tuvo dos efectos principales: por un lado, permitió sustituir términos con fuerte carga valorativa negativa como corporación, monopolio o burocracia. En este sentido, la mala prensa de los aparatos estatales latinoamericanos, que se caracterizaron por atender de manera deficiente las demandas sociales, y los procesos democráticos permanentemente truncados por dictaduras militares, generaron que la burocracia sea entendida en términos de ineficacia, ineficiencia y corrupción. Por otro lado, la acción empresaria en la región, caracterizada por la profusión de monopolios que obstaculizaron un desarrollo capitalista más armónico, generó la desconfianza en los términos monopolio y corporación. Esto tuvo un efecto positivo sobre el desarrollo ulterior de los EO en Latinoamérica cuando, al producirse una suerte de rompimiento paradigmático respecto de la Administración, intentó escapar al rótulo de sirviente del poder, llevando a un despliegue más autónomo y con mayor neutralidad valorativa de la producción académica (como se verá más adelante).

Es necesario insistir en que el origen positivista de la producción de conocimiento en torno al fenómeno organizacional

 CC BY ISSN 0034-7590; eISSN 2178-938X

se explica por la utilización abstracta y general del término organización (Ibarra-Colado, 2006b, pp. 128-129). Esto llevó a que los análisis de configuraciones tan diferentes como ONG, hospitales, escuelas, asociaciones deportivas, iglesias o partidos políticos se realicen bajo un mismo paradigma, haciendo comparables realidades de naturaleza muy diferente. Lo mismo puede decirse de las organizaciones no tradicionales derivadas de estrategias de supervivencia de grupos socialmente desfavorecidos en contextos desiguales, como los negocios informales (Barros & Carrieri, 2015) de ventas y servicios, a menudo localizados en la vía pública y no siempre en espacios privados. Así, el abordaje de los expertos se enfocó en proponer diseños estructurales apropiados de acuerdo a tipos ideales originados en una racionalidad propia de la firma privada.

El sesgo positivista del estudio de las organizaciones tuvo un impacto considerable en el surgimiento de los EO. Muchos de sus precursores salieron de las filas de la Administración, lo que no sólo minó su autonomía, sino que también resultó en que sus teorías representaran "la institucionalización de las soluciones exitosas alcanzadas al enfrentar diversidad de problemas en distintos ámbitos, como son el trabajo, la gestión, los mercados, la tecnología, el medio ambiente y la política, por citar sólo los más relevantes" (Ibarra-Colado, 2006b, p. 135). El peso otorgado a la producción de "recetas" limitó el desarrollo de un discurso autónomo orientado al desarrollo de teorías que desnaturalicen los supuestos del *management*. La confusión entre Administración y EO llevó a que se apunte contra los EO debido a una aparente "esquizofrenia intelectual" (Reed, 1985: 21, citado por Ibarra-Colado, 2006b). Apoyándose en Reed (1985), Ibarra-Colado (2006b) sugiere que los EO son presos de una tensión permanente entre "el orden normativo que prescriben los saberes organizacionales y las realidades que los desmienten todo el tiempo" (p. 135). El carácter esquizofrénico radica en que, por un lado, los EO pretenden ser expresión de los conflictos que encierra la realidad social organizacional, pero por otro, el intento de prescribir normativamente las reglas para encauzar dicho conflicto. En cierto sentido, la acusación contra la Administración de ser más una técnica que una ciencia, se terminó replicando contra los EO.

En el mundo anglosajón, el origen funcionalista de los EO sufre una ruptura a partir de la década del 60 del siglo pasado. Es a partir de ese momento que esta disciplina irrumpe en el contexto latinoamericano (Ibarra-Colado, 2006b, p. 143). Las transformaciones en la realidad social acaecidas en EE.UU, Europa y Latinoamérica supusieron un replanteo del objeto de estudio de los EO. La perspectiva estructuralista del fenómeno organizacional había campeado la disciplina entre los años 1920 y 1960. Esto implicó que las principales preocupaciones se centraran en el análisis de las estructuras organizacionales en términos performativos, es decir, solo en función de los fines a alcanzar. Esta perspectiva comienza a entrar en crisis a partir del auge del constructivismo, la hermenéutica y el humanismo radical. Así, el estudio de las organizaciones derivó en dirigir la mirada hacia verdaderos estudios sociales de la organización, atendiendo a las consecuencias sociales de la vida organizacional (Ibarra-Colado, 2006b). Desde la concepción de la organización en tanto entidad gobernada bajo la voluntad de poder de sus líderes hacia la consideración de los condicionamientos sociales y económicos que penetran la vida organizacional, implicó un verdadero giro en los EO, que pasaron a preocuparse por brindar explicaciones a los fenómenos sociales al interior de las organizaciones (Ibarra-Colado, 1990, p. 12). Veamos con mayor detenimiento este rompimiento paradigmático.

El rompimiento paradigmático de los EO frente a la Administración y el *Management*

La década del 60 constituyó una bisagra en la que la Administración y los EO comenzaron a trazar senderos bifurcados. La tensa relación entre ambas se resolvió a partir del momento en que los EO se convirtieron en la conciencia teórica de la Administración (Ibarra-Colado, 1990: 70). En un proceso de alejamiento de los postulados positivistas, los EO desecharon la insistencia en una cierta progresión en la producción de conocimiento científico que ha caracterizado a las corrientes *mainstream* de la Administración. La sucesión de descubrimientos de nuevos *one best way* para gestionar las organizaciones llevó a la creencia ciega en la posibilidad de desarrollar técnicas cada vez más efectivas para mejorar la performance organizativa.

En la década del 60 del siglo pasado, los EO logran destronar a la racionalidad como supuesto último que fundamentaba los estudios de la Administración (Nogueira, 1993). Apelando a los análisis posestructuralistas, los EO se posicionaron a partir de posturas en las que la performance no forma parte de sus claves de análisis. Incluso autores como Fournier y Grey (2000) adscriben a las tesis antiperformativas, señalando que el pensamiento administrativo clásico se basó en la búsqueda de los medios adecuados para lograr eficiencia y productividad. En cambio, los EO pueden considerarse como una disciplina de carácter eminentemente reflexivo, al cuestionar los supuestos epistemológicos y ontológicos de la Administración tradicional (Gantman, 2017, p. 6).

Actualmente, los EO se enfrentan al desafío de interpretar la gestión en tanto práctica social, atendiendo a las consecuencias

 CC BY ISSN 0034-7590; eISSN 2178-938X

del diseño organizacional en términos más amplios. Si la Administración clásica ha sido cómplice de la racionalidad burocrática y mercantil, los EO deberán incorporar gramáticas de acción diferentes, como la comunitaria y la solidaria (Ibarra-Colado, 2006b). Dicho de otra manera, se trata de procurar estudiar al fenómeno organizacional y sus efectos societales así como los impactos societales sobre la vida organizacional. Veamos pues cuáles fueron las principales líneas de indagación que emergieron a partir del rompimiento paradigmático de los EO respecto de la Administración. Algunas de las líneas que se pueden rastrear de manera temprana en la región contemplan aproximaciones dentro de la óptica planteada anteriormente:

1. Una perspectiva de corte normativo enfocada en los modelos estatales analizados dentro de la línea burocrática clásica weberiana, que mezcla elementos tomados del derecho y de la administración pública.

2. Una línea de trabajo bastante explorada con relación a temas organizacionales ligados al desarrollo, particularmente en el ámbito de las ONG internacionales y organismos estatales. Estos trabajos se originaron en la literatura técnica de organizaciones internacionales de desarrollo (ONG) y organismos multilaterales durante los años 70, como parte de los procesos de intervención y de ayuda asistencial a los países de la región; estas organizaciones llegaron a tener un peso considerable en muchos lugares dado el volumen de sus recursos y la influencia que irradiaban mediante su gestión organizacional y los proyectos que realizaban. Dentro de esta misma temática, pero con orientaciones ideológicas distintas, se puede ubicar a la literatura organizacional desarrollada posteriormente por entidades como la Cepal que se orientaba al fortalecimiento de las organizaciones y gobiernos locales, con un enfoque eminentemente económico. Igualmente podemos conectar la literatura del *New Public Management* introducida por los organismos multilaterales y la academia a partir de los años 90, enfocada en demostrar la ineficiencia de las organizaciones públicas del modelo de bienestar y la necesidad de reorientarlas hacia los modelos de eficiencia y resultados promovidos por las teorías neoliberales de recorte del Estado. Esto incluyó abordajes legitimadores del naciente concepto del tercer sector que reivindicaba la eficiencia y la promoción de la participación de la sociedad a través de las denominadas organizaciones de la sociedad civil y su representación en las ONG locales, ahora reconvertidas en mecanismos de ejecución de políticas públicas, bajo un enfoque eminentemente neoinstitucional.

3. Una perspectiva de multidisciplinariedad para abordar el estudio de la Administración en América Latina, que partía del principio de la necesidad de comprender la especificidad de la región para desarrollar organizaciones y modelos administrativos propios, sin caer en la dependencia de los modelos anglosajones; estos trabajos, que cuestionaban la idea de la Administración como ciencia y unieron diversos esfuerzos de académicos de universidades latinoamericanas con la denominada escuela de Montreal, planteaban la necesidad de poner al individuo como centro de las preocupaciones organizacionales, requiriendo el estudio del ser humano en sus dimensiones biológicas, psíquicas y sociales y combatiendo el abordaje conductista predominante en las organizaciones y el *management* clásico (Echeverry, Chanlat, & Dávila, 1992).

4. Una perspectiva sociológica, basada en el pensamiento de Ramos (1958, 1983) sobre la racionalidad instrumental en el *management* clásico, la cual busca desmarcarse de la concepción funcionalista de la organización y sobreponerse a la reducción sociológica apelando a una conciencia crítica de la realidad latinoamericana.

5. Una perspectiva antropológica de la industria y las organizaciones productivas, bastante incipiente y difusa, representada básicamente por los impactantes trabajos de Guigo (1994) sobre empresas Argentinas en los 80 y publicados en Francia. Actualmente se evidencian trabajos locales desarrollados por autores latinoamericanos aunque en una perspectiva bastante ecléctica muy marcada por los estudios clásicos anglosajones sobre cultura organizacional.

6. Una perspectiva que parte del estudio de los movimientos sociales en Brasil, desarrollada durante las décadas del 80 y 90, que fue a contramano de las corrientes dominantes en los EO brasileros con el fin de adoptar una verdadera postura *anti-management*, apoyada a su vez en una tradición crítica de los EO que precedió incluso a la de los países centrales (Misoczky, Flores y Goulart, 2015). Las enseñanzas que dejó el estudio de las formas organizativas desplegadas por estos movimientos centrados en la protección de medioambiente ayudaron al despliegue de propuestas de organización de las luchas sociales que requirieron una nueva batería conceptual para comprender los EO desde una mirada alternativa.

 CC BY ISSN 0034-7590; eISSN 2178-938X

7. Los estudios sobre historia empresarial en América Latina, que comprenden una variada línea de trabajo en la que se mezclan las biografías de empresarios, la historia del desarrollo empresarial en general y de empresas en particular en los países, con una fuerte influencia del método historiográfico en algunos casos y del análisis sociológico en otros. Dentro de estos trabajos vale la pena resaltar esfuerzos de caracterización del impacto de las empresas en la cultura regional de los países (p.ej.: el sector textil en ciertos pueblos de Colombia) (Arango, 1991) (Dávila, 2003).

CONCLUSIONES

Sin desmerecer la influencia de estructuras y procesos de carácter societal que afectan el devenir de las realidades organizacionales, es necesario indagar en torno a la mutua interdependencia entre lo que acontece dentro y fuera de las fronteras organizacionales. En palabras de Rodríguez (2007), es preciso un esfuerzo por incorporar a los debates los estudios sociales de la gestión organizacional. Por su parte, la necesidad de territorializar los Estudios Organizacionales ha comenzado a dar frutos con algunos trabajos que apuntan a mirar nuestra realidad con "ojos latinoamericanos", como el caso de Szlechter (2018), que intenta deconstruir la historia "oficial y hegemónica" de los debates sobre el fenómeno organizacional en la Argentina, atendiendo a los desarrollos autóctonos de las formas organizativas sin omitir en los análisis la incorporación de esquemas conceptuales de Europa y los Estados Unidos en el marco de relaciones de poder geopolíticas y económicas marcadamente asimétricas. En la misma línea, en la actualidad han aparecido diversos intentos por pensar el conocimiento sobre organizaciones en países de América con una orientación crítica y autónoma (Misoczky, 2017; Paula, Maranhão, Barreto, & Klechen, 2010) y al mismo tiempo decolonial (Faria, 2013). A pesar de estos esfuerzos, en la mayor parte de la literatura regional rigen análisis de tipo genérico acerca del conocimiento organizacional en América Latina que ignora las múltiples y relevantes especificidades de cada uno de los países de la región (González-Miranda, Ocampo-Salazar, & Gentilin, 2018). Por ejemplo, el conocimiento sobre organizaciones y gestión en Argentina tiene peculiaridades (Gantman & Rodrigues, 2008) en relación a Brasil, donde por cierto existe una vasta comunidad organizada en el área de Estudios Organizacionales (Crubelate, 2005; Rodrigues & Carrieri, 2001).

Todo estudio que pretenda mostrar una perspectiva decolonial y emancipadora de la realidad social organizacional deberá, por cierto, incluir en sus análisis una mirada reflexiva que desnaturalice el sentido común ortodoxo que parte de las preocupaciones que aquellos que, a la sazón, detentan el poder en las organizaciones. Así, la perspectiva de los que han sido invisibilizados deberá tenerse en cuenta, aun cuando esta escape a los análisis performativos, donde la eficacia organizacional es la variable "sagrada". Asimismo, los análisis sobre las invisibilizaciones deben analizarse de un modo más complejo, no sólo desde un punto vista homogeneizador con respecto a la figura de la colonialidad, sino que además deben trazarse las grietas internas que potenciaron y marcaron desigualdades en el proceso de la colonialidad de América Latina (Berth, 2018), para entender la reproducción de categorías raciales, de género y étnicas (Cardoso, 2014; González & Hasenbalg, 1982), que reflejan la reproducción discursiva en los procesos de ocupación de espacios de organización, que se refieren a una gestión masculina hegemónica y blanca (Carrieri, Diniz, Souza, & Menezes, 2013). Por ello, es necesario problematizar sobre los lugares de habla y los análisis del discurso (Ribeiro, 2018) producidos a partir de la colonialidad del saber y el poder.

Por otra parte, se hace necesario dejar de lado los análisis en torno a problemáticas que parecen nacidas de un "repollo" o un "col" y mostradas de forma ahistórica y descontextualizada. Si en algún momento hubo un interés especial por estudiar la cultura organizacional de las grandes firmas de los países desarrollados, esto no se debió a la ocurrencia de los investigadores de las grandes casas de estudio norteamericanas, sino que fue consecuencia de las grandes reestructuraciones (fusiones, adquisiciones, reingenierías) de la década del 70 y 80, que implicó que los empleados se deban adaptar a las culturas de las firmas que adquirían los paquetes accionarios de otras empresas. A su vez, se hace necesario comprender el impacto de las regulaciones de los mercados laborales para dar cuenta de las mutaciones en la organización del trabajo. No se puede hablar de *lean production* y trabajo en red como nuevas configuraciones organizacionales sin dar cuenta de los procesos de desregulación laboral que sufrieron nuestros países a partir de la irrupción de los modelos económicos neoliberales. Por último, una perspectiva que se pretenda crítica en el sentido reflexivo, decolonial y emancipador del término no puede restringirse a una actitud meramente denunciadora de la realidad capitalista que afecta negativamente a nuestras organizaciones. Si el capitalismo, en todas sus fases desarrollo histórico, necesitó apelaciones al bien común para legitimarse (Boltanski & Chiapello, 2002), es perentorio el desarrollo de estudios que convoquen a la búsqueda de formas y configuraciones organizacionales cuyos objetivos no estén centrados en la razón instrumental y en formas

 CC BY ISSN 0034-7590; eISSN 2178-938X

individualistas de socialización sino en proyectos liberadores que abonen a la construcción de lazos sociales y acciones que partan de proyectos colectivos.

Para concluir, es importante señalar que las agendas locales o autónomas de los EO en América Latina siempre estarán atravesadas por factores externos desde el centro a nivel macro, por lo que es necesario revisar su impacto en la región desde el punto de vista organizacional. Dentro de estos factores externos, podemos identificar dos que desde nuestro punto de vista son los más relevantes: 1) El final de la globalización tal como la concebimos y la consecuente aparición de una agenda bilateral, con la construcción de bloques económicos ante la emergencia de barreras comerciales, como el caso del Brexit. 2) La aparición de populismos de derecha e izquierda, con sus diferencias y matices a nivel mundial, que ponen en jaque al neoliberalismo tal como lo conocemos y cuya transición y defensa se ha iniciado en América Latina por parte de la extrema derecha, específicamente en Chile, Bolivia y Ecuador. Consideramos necesario pues, proponer una agenda de los EO propia de la región, extendiendo una invitación a integrar un verdadero programa de investigación entre los productores de conocimiento de los EO en la región en el contexto actual. En este sentido, las líneas de análisis de Dussel e Ibarra-Colado (2006), sobre la globalización y el impacto en la organización, deberían reescribirse.

REFERENCIAS

Alves, M. A., & Galeão-Silva, L. G. (2004). A crítica da gestão da diversidade nas organizações. *RAE-Revista de Administração de Empresas*, *44*(3), 20-29. doi: 10.1590/S0034-75902004000300003

Aparicio, F. R., Silverman, S. C., & Aparicio, F. R. (Eds.). (1997). *Tropicalizations: Transcultural representations of latinidad*. Hanover, USA: University Press of New England.

Arango, L. (1991). *Mujer, religión e industria: Fabricato 1923-1982*. Medellín, Colombia: Ed. Universidad de Antioquia.

Barros, A., & Carrieri, A. D. P. (2015). O cotidiano e a história: Construindo novos olhares na administração. *RAE-Revista de Administração de Empresas*, *55*(2), 151-161. Doi: 10.1590/S0034-759020150205

Bendix, R. (1966). *Trabajo y autoridad en la industria*. Buenos Aires, Argentina: Eudeba.

Berth, J. (2018). *O que é empoderamento*. Belo Horizonte, MG: Letramento.

Boltanski, L., & Chiapello, E. (2002). *El nuevo espíritu del capitalismo*. Madrid, España: Akal.

Cardoso, C. P. (2014). Amefricanizando o feminismo: O pensamento de Lélia Gonzalez. *Revista Estudos Feministas*, *22*(3), 965-986. doi: 10.1590/S0104-026X2014000300015

Carrieri, A. P. (2014). As gestões e as sociedades. Farol-Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade, *1*(1), 21-64. doi: 10.25113/farol.v1i1.2592

Carrieri, A. P., Diniz, A. P. R., Souza, E. M., & Menezes, R. S. S. (2013). Gender and work: Representations of femininities and masculinities in the view of women Brazilian executives. *BAR-Brazilian Administration Review*, *10*(3), 281-303. doi: 10.1590/S1807-76922013005000002

Crubelate, J. M. (2005). Estudos organizacionais no Brasil: Do futuro que queremos e do futuro que teremos. *Cadernos EBAPE.BR*, *3*(4), 1-4. doi: 10.1590/S1679-39512005000400014

Dávila, C. (2003). *Empresas y empresarios en la historia de Colombia: Siglos XIX-XX: una colección de estudios recientes* (Vol. 1). Cali, Colombia: Grupo Editorial Norma.

Dussel, E., & Ibarra-Colado, E. (2006). Globalization, organization and the ethics of liberation. *Organization*, *13*(4), 489-508. doi: 10.1177/1350508406065852

Echeverry, R., Chanlat, J. F., & Dávila, C. (Eds.). (1992). *En búsqueda de una administración para América Latina: Experiencias y desafíos*. Cali, Colombia: Ed. Universidad del Valle.

Engwall, L. (1996). The Vikings versus the world: An examination of Nordic business research. *Scandinavian Journal of Management*, *12*(4), 425-436. doi: 10.1016/S0956-5221(96)00014-0

Faria, A. (2013). Border thinking in action: Should critical management studies get anything done? In V. Malin, J. Murphy, & M. Siltaoja (Eds.), *Getting things done* (Dialogues in Critical Management Studies, Vol. 2, pp. 277-300). Bingley, UK: Emerald Group Publishing Limited.

Fournier, V., & Grey C. (2000). At the critical moment: Conditions and prospects for critical management studies. *Human Relations*, *53*(1), 7-32. doi: 10.1177/0018726700531002

Gantman, E. (1994). *La evolución de las ideologías gerenciales desde el siglo XIX hasta el presente*. Buenos Aires, Argentina: Universidad de Buenos Aires, Facultad de Ciencias Económicas.

Gantman, E. (2002). *La creación de conocimiento administrativo en la República Argentina: Reflexiones sobre el desarrollo de la investigación en management en universidades argentinas (1995-2000)* (Documento de trabajo nº 81). Buenos Aires: Universidad de Belgrano.

Gantman, E. (2017). En torno al potencial transformador de los CMS (Critical Management Studies). *Recerca, Revista de Pensament i Anàlisi*, *20*, 15-33.

Gantman, E., & Rodrigues, C. (2008). Notas sobre la evolución del conocimiento administrativo en la República Argentina y su comparación con el caso español (1913-2007). *Cadernos EBAPE.BR*, *6*(4), 2-22. doi: 10.1590/S1679-39512008000400002

González, L, & Hasenbalg, C. (1982). *Lugar de negro*. Rio de Janeiro, RJ: Marco Zero.

Gonzales-Miranda, D. R., Ocampo-Salazar, C. A., & Gentilin, M. (2018). Organizational studies in Latin America: A literature review (2000-2014). *Innovar*, *28*(67), 89-109. doi:10.15446/innovar.v28n67.68615

Guigo, D. (1994). *Ethnologie des hommes des usines et des bureaux*. Paris: L'Harmattan.

Hoyo, A. (1922). *La organización científica del trabajo y la producción y el problema obrero*. Buenos Aires, Argentina: Rina.

Ibarra-Colado, E. (1990). Sociedad, estrategia corporativa y relaciones industriales: Hacia la reformulación del paradigma organizacional. *Sociología del Trabajo*, (10), 69-96.

Ibarra-Colado, E. (2006a). Organization studies and epistemic coloniality in Latin America: Thinking otherness from the margins. *Organization*, *13*(4), 463-488. doi: 10.1177/1350508406065851

Ibarra-Colado, E. (2006b). ¿Estudios organizacionales en América Latina? Transitando del centro hacia las orillas. In E. De la Garza (Coord.), *Teorías sociales y estudios del trabajo: Nuevos enfoques* (126-157). Barcelona, España: Anthropos.

Ibarra-Colado, E. (2007). Organizational literature, Latin America. In S. Clegg & J. Bailey (Eds.), *International encyclopedia of organization studies* (1128-1133). Londres, UK: Sage.

Ibarra-Colado, E. (2008). Is there any future for critical management studies in Latin America? Moving from epistemic coloniality to `trans-discipline'. *Organization*, *15*(6), 932-935. doi: 10.1177/1350508408095822

Luci, F. (2016). *La era de los managers: Hacer carrera en las grandes empresas del país*. Buenos Aires, Argentina: Paidós.

Mignolo, W. (2008). *The idea of Latin America*. London, UK: Blackwell.

Mignolo, W. (2011) *The darker side of Western modernity: Global futures, decolonial options*. London, UK: Duke University Press.

Misoczky, M. C. (2017). ¿De qué hablamos cuando decimos crítica en los estudios organizacionales? *Administración & Desarrollo*, *47*(1), 39-48.

Misoczky, M. C., Flores, R K., & Goulart, S. (2015). An anti-management statement in dialogue with critical Brazilian authors. *RAE-Revista de Administração de Empresas*, *55*(2), 130-138. doi: 10.1590/S0034-759020150203

Nogueira, R. M. (1993). La teoría de la organización y el destronamiento de la razón. *Revista OIKOS*, *1 (1), septiembre, 12-16.*

Palacios, A. (1922). *La fatiga y sus proyecciones sociales*. Buenos Aires, Argentina: Rosso.

Paula, A. P. P. de, Maranhão, C. M. S. de A., Barreto, R. de O., & Klechen, C. F. (2010). A tradição e a autonomia dos estudos organizacionais críticos no Brasil. *RAE-Revista de Administração de Empresas*, *50*(1), 10-23. doi: 10.1590/S0034-75902010000100002

Ramos, A. G. (1958). *A redução sociológica*. Rio de Janeiro, RJ: Tempo Brasileiro.

Ramos, A. G. (1983). *Sociologia e a teoria das organizações: Um estudo supra partidário*. Santos, SP: Editora Leopoldianum.

Reed, M. (1985). *Redirections in organizational analysis*. Londres, UK: Tavistock.

Ribeiro, D. (2018). *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte, MG: Letramento.

Rodrigues, S. B., & Carrieri, A. D. P. (2001). A tradição anglo-saxônica nos estudos organizacionais brasileiros. *RAC-Revista de Administração Contemporânea*, *5*(ESP), 81-102. doi: 10.1590/S1415-65552001000500005

Rodríguez, C. F. (Ed.) (2007). *Vigilar y organizar: Una contribución a los critical management studies*. Madrid, España: Siglo XXI.

Rose, N. (1993). Government, authority and expertise in advanced liberalism. *Economy and Society*, *22*(3), 283-299. doi: 10.1080/03085149300000019

Szlechter, D. (2013, mayo). La emergencia de la comunidad gerencial en la Argentina: Una mirada comparativa. *Revista del Centro de Estudios de Sociología del Trabajo*, 5,3-46.

Szlechter, D. (Coord.). (2018). *Teorías de las organizaciones: Un enfoque crítico, histórico y situado*. Los Polvorines, Argentina: Ediciones UNGS.

Wood, S., & J. Kelly. (1978). Towards a critical management science. *Journal of Management Studies*, *15*(1), 1-24. doi: 10.1111/j.1467-6486.1978.tb00906.x

CONTRIBUCIONES DE LOS AUTORES

La conceptualización y el enfoque teórico-metodológico, así como la revisión teórica (encuesta de literatura) fueron realizados por Diego Szlechter, Leonardo Solarte Pazos, Jorge Feregrino, Juliana Teixeira y Pablo Isla Madariaga. Finalmente, la redacción y la revisión final fueron realizadas por todos los autores.

FÓRUM

Submetido 30.03.2019. Aprovado 14.10.2019

Avaliado pelo sistema *double blind review*. Editores Científicos convidados: Diego Szlechter, Leonardo Solarte Pazos, Juliana Cristina Teixeira, Jorge Feregrino, Pablo Isla Madariaga e Rafael Alcadipani

Versão original

DOI: http://dx.doi.org/10.1590/S0034-759020200203

PENSAR DESDE A AMÉRICA LATINA EM DIÁLOGO COM A ORGANIZAÇÃO DAS LUTAS SOCIAIS DESCOLONIAIS: EXPLORANDO POSSIBILIDADES

To think from Latin America in dialogue with the organization of decolonial social struggles: Exploring possibilities

Pensar desde América Latina en diálogo con la organización de las luchas sociales descoloniales: Explorando posibilidades

RESUMO

A proposição sobre pensar os Estudos Organizacionais desde a América Latina (AL) tem como premissa reconhecer que a epistemologia é política e que há uma epistemologia da dominação inseparável de seu fundamento material. O texto faz uma discussão sobre o significado da AL, defendendo que ela é simultaneamente um espaço geopolítico e uma categoria de análise. Em seguida, realiza uma aproximação aos Estudos Organizacionais na AL desde o contexto brasileiro. Por fim, destaca a importância de um conhecimento fundado em uma ética crítica que contribua para tornar visíveis processos organizacionais que confrontam as múltiplas expressões concretas da colonialidade e que, ao mesmo tempo, seja relevante para as comunidades e coletivos em luta.

PALAVRAS-CHAVE | América Latina, lutas sociais, colonialidade, ética crítica, Estudos Organizacionais.

ABSTRACT

The proposition of thinking about the Organizational Studies from Latin America (LA) has as its premise to acknowledge that epistemology is political and that there exists an epistemology of domination which is inseparable from its material foundation. First, this essay discusses the meaning of LA, arguing that it is both a geopolitical space and a category of analysis. It then analyzes Organizational Studies in LA from the Brazilian perspective. Finally, the study emphasizes the importance of knowledge based on a critical ethic that contributes to make organizational processes that confront the multiple concrete expressions of coloniality visible, which be also relevant to struggling communities and collectives.

KEYWORDS | *Latin America, social struggles, coloniality, critical ethics, Organizational Studies.*

RESUMEN

La proposición de pensar los estudios organizacionales desde América Latina (AL) tiene como premisa reconocer que la epistemología es política y que hay una epistemología de la dominación inseparable de su fundamento material. El texto plantea una discusión sobre el significado de AL, defendiendo que esta es simultaneamente un espacio geopolítico y una categoría de análisis. Después, realiza una aproximación a los estudios organizacionales en AL desde el contexto brasileño. Fianalmente, destaca la importancia de un conocimiento fundado en una ética crítica con aportes para hacer visibles procesos organizacionales que confrontan las múltiples expresiones concretas de la colonialidad y que, al mismo tiempo, sea relevante para las comunidades y colectivos en lucha.

PALABRAS CLAVE | *América Latina, luchas sociales, colonialidad, ética crítica, Estudios Organizacionales.*

MARIA CECI MISOCZKY[1]
maria.ceci@ufrgs.br
ORCID: 0000-0003-2020-5882

GUILHERME DORNELAS CAMARA[2]
guilherme.dornelas@ufrgs.br
ORCID: 0000-0001-5021-9535

[1]Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Departamento de Ciências Administrativas e Programa de Pós-Graduação em Administração, Porto Alegre, RS, Brasil

[2]Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Departamento de Ciências Administrativas, Porto Alegre, RS, Brasil

 CC BY

INTRODUÇÃO

A proposição sobre pensar os Estudos Organizacionais (EO) desde a América Latina (AL) se inspira no trabalho de Bautista (2014). Sua premissa básica refere-se a nos conhecermos considerando a relação entre os fatos da dominação e a produção de conhecimento, entre uma forma de relação social e sua forma cognitiva pertinente e, dessa maneira, reconhecer que a epistemologia é política e que há uma epistemologia da dominação inseparável de seu fundamento material.

No entanto, não basta afirmar a AL como lócus de enunciação, adotando a expressão utilizada por Mignolo (2008) e que se refere principalmente aos espaços geoculturais e ideológicos nos quais os discursos são enunciados. Mendieta (2008) amplia essa noção ao indicar que a produção de conhecimento sempre se vincula a um imaginário espacial que, simultaneamente, expressa seu lócus de enunciação e projeta uma certa imagem do planeta, do espaço global, e da pólis. Além disso, defende que se deve explicitar a relação entre razão e estrutura social, deixando claro o critério normativo e a que coletivos sociais ou instituições o conhecimento se destina, ou seja, esclarecendo as consequências políticas de um projeto epistemológico.

Trazer essas proposições para a redação deste ensaio nos obriga a explicitar que adotamos um princípio ético-material como fundamento normativo em nosso trabalho como docentes e pesquisadores, assim como em nossa ação como seres políticos. Nos termos desenvolvidos por Dussel (2001), "todo aquele que atue eticamente deve produzir, reproduzir e desenvolver a vida humana em comunidade" (p. 74), tendo como referência última toda a humanidade e toda a vida no planeta, isto é, "com pretensão de verdade prática universal". Esse princípio é desenvolvido a partir da constatação e elaboração temática de uma negatividade que é o fato do "não-poder-viver dos oprimidos, explorados, das vítimas", e de uma interpelação para que nos coloquemos efetiva e praticamente junto a esses e "não apenas em posição observacional participativa [...], mas como comilitantes que entram no horizonte prático das vítimas (negatividade-material) a quem decidem servir por meio de um programa de pesquisa científico-crítico (explicativo das 'causas' da sua negatividade)" (Dussel, 2001, p. 286). Voltaremos a esse autor e a suas proposições mais adiante. Por hora, a intenção é explicitar a atitude ético-política que orienta nosso trabalho.

Para encerrar estes esclarecimentos introdutórios, falta explicitar nosso lócus de enunciação em termos da área que se denomina Estudos Organizacionais (EO) e à qual nos vinculamos desde uma posição que objetiva ser coerente com o princípio ético-material que adotamos e com os compromissos que ele exige. Nesse sentido, tomamos como tema de estudo os processos organizacionais de lutas sociais em defesa da vida e de modos de vida em relação com a natureza. Defendemos a legitimidade dessa escolha e destacamos a contribuição específica que podemos realizar a partir de um olhar orientado aos fenômenos organizacionais, mas com diálogos marcadamente interdisciplinares e reconhecendo que não são poucas as dificuldades de fazê-lo em uma área cada vez mais dominada pelo *management*.

Sendo assim, quando nos referimos a produzir conhecimento nos EO desde a AL, estamos interessados em explorar possibilidades de fazê-lo em acordo com Rauber (2004, p. 12), para quem a organização em processos orgânico-políticos não se sobrepõe aos sujeitos da ação transformadora, além de fazer parte do processo de produção de coletivos plurais nos quais práticas que confrontam a dominação e superam a alienação são formadas e estabelecidas. Estamos interessados no que está acontecendo na realidade em que estamos imersos e convencidos de que não é possível entender a pletora de processos organizacionais protagonizados por esses coletivos sem articular o conhecimento que é teoricamente elaborado com aquele que emerge desde baixo e que fica, na maior parte das situações, restrito a esses processos e espaços de luta (Misoczky, Dornelas Camara & Böhm, 2017).

Trata-se, portanto, de prestar atenção não apenas às reivindicações em torno das quais a luta ou o movimento se organiza, mas também às suas práticas pré-figurativas. Essa noção apareceu nos movimentos por justiça social europeus e norte-americanos dos anos 1960 e 1970 para descrever como suas práticas incluíam a coerência entre organização e propósitos políticos (Gorz, 1968; Boggs, 1977). Em nosso contexto, essa lógica foi apropriada por Tragtenberg (1986) ao abordar a organização das lutas operárias e nelas identificar relações horizontalizadas que negavam o verticalismo (seja do Estado, do partido ou do sindicato) na socialização da luta e da existência em comum. Para ele, esses processos se opõem à socialização capitalista, realizada a partir das cúpulas dirigentes, centralizadora e alienadora do trabalhador. O sentido de pré-figuração se inscreve na possibilidade de, ao organizar a luta, experenciar, simultaneamente, sociabilidades que se configuram como alternativas àquelas que definem e são indispensáveis à reprodução da ordem opressora e excludente.

Podemos, agora, introduzir as partes que compõem este texto. Na sequência fazemos uma discussão sobre o significado de AL, defendendo que ela é simultaneamente um espaço geopolítico e uma categoria de análise. Essa é a maior parte

 CC BY ISSN 0034-7590; eISSN 2178-938X

deste ensaio e se justifica porque, como se verá na seção que segue e no qual realizamos uma aproximação aos EO na AL, ainda que desde o contexto brasileiro, seguimos falando de AL sem explicitarmos ao que nos referimos. Para encerrar, realizamos uma explicitação sobre as possibilidades de estudar a organização de lutas sociais que confrotam facticamente as colonialidades do poder e do saber.

AMÉRICA LATINA: ESPAÇO GEOPOLÍTICO E CATEGORIA DE ANÁLISE

Segundo Brandalise (2013), o enunciado AL surgiu em meados do século XIX, na reflexão de intelectuais da região diante do temor de uma expansão imperialista dos Estados Unidos pelo subcontinente e, ao mesmo tempo, reticente quanto à influência europeia. Ainda que alguns autores atribuam a criação da expressão *Amerique Latine* a Napoleão III, em sua intenção de ampliar os domínios franceses no subcontinente, para Ardao (1980) e Mix Rojas (1991), o emprego do termo AL decorre de uma consciência latino-americana surgida a partir da antítese saxão/latino e na perspectiva de uma autoidentificação cultural e política, ao mesmo tempo anti-imperialista e anticolonialista (Brandalise, 2013).

O poema *Las dos Américas,* de Torres Caicedo (1857), oferece indicações sobre o clima intelectual da época. Em outro registro, o ensaio *Nuestra América* de Martí (1891), afirma a AL em contraposição às ameaças imperialistas, defendendo a necessidade de assumirmos as culturas autóctones como parte de nossas raízes e organizarmos a vida material e cultural a partir de nossas próprias condições (Rodríguez, 2016). Suas ideias desenvolveram-se desde o princípio "para nossa vida, nossas leis" (Martí, 2010, p. 170). O enunciado AL surgiu e desenvolveu-se, então, no contexto de relações políticas e econômicas de dominação que não eram apenas locais, mas mundiais, e que levaram à constituição de frentes teóricas e práticas, simultaneamente, anticolonialistas e anti-imperialistas. Tais processos de reconhecimento mútuo, diante do império, já produziam um sentido de AL que expressa mais do que uma posição geográfica ou uma ou outra apropriação linguística.

Esse registro histórico evidencia que não podemos entender a AL senão na sua relação com as macrocategorias Norte e Sul (Roig, 2008) e no que elas condensam de elementos políticos, culturais e econômicos. Assim, não podemos evitar a referência à práxis geopolítica. Seguimos a definição de León (2017), para quem, em um sentido mais geral e abstrato, "geopolítica é a capacidade humana de intervir nas ordens espaciais e territoriais que regem a vida em sociedade" (p.14). Ainda em sentido amplo, "o geopolítico, na AL, é a práxis espacial historicamente vigente em sua forma unitária e em cada um dos processos que contém" (p. 15). Essa práxis pode ser metodologicamente separada em três dimensões que se articulam constante e contraditoriamente: do poder, do conhecimento, das lutas e resistências.

Para avançar nesse raciocínio, é necessário trazer uma definição de categoria, explicando que, ao utilizarmos esse termo, nos referimos a um ordenamento do pensamento teórico que surge da realidade, mas não se confunde com ela ao reconstituí-la em uma ordem abstrata. Surge, portanto, da própria realidade, e não das ideias. Assim, as determinações do real são momentos da existência que, abstraídos no processo analítico, se expressam em definições de determinações abstratas, como conceitos, e em instrumentos de mediações interpretativas, como categorias (Dussel, 2012).

Em nosso entendimento, é imprescindível articular o geopolítico com o categorial, ou seja, com o tratamento de AL como mediação interpretativa abstraída da realidade para, retornando a ela, explicá-la. Para tanto, é necessário compreender o geopolítico e o categorial em suas mútuas determinações. Iniciamos com o tema da geopolítica do poder em articulação com a geopolítica do conhecimento retomando o trabalho seminal de Aníbal Quijano: um texto publicado originalmente em 1972, no contexto da celebração dos 500 anos da invasão da América. Em suas palavras: "A globalização em curso é, em primeiro lugar, a culminação de um processo que começou com a constituição da América e do capitalismo colonial/moderno e eurocentrado como um novo padrão de poder mundial" (Quijano, 2005, p. 117). Em um texto anterior, Quijano (1991) havia introduzido o conceito de colonialidade para referir-se às estruturas de controle e hegemonia que emergiram do colonialismo, mas estão presentes ainda hoje. Ou seja, colonialidade expressa a expansão trans-histórica da dominação colonial e seus efeitos contemporâneos.

Para Quijano (2005), "a América constitui-se como o primeiro espaço/tempo de um padrão de poder de vocação mundial e, desse modo e por isso, como a primeira identidade da modernidade" (p. 117) com base em dois eixos fundamentais. Um eixo foi a ideia de raça: "uma supostamente distinta estrutura biológica que situava a uns em situação natural de inferioridade em relação a outros" (p. 117). Com base nela, os conquistadores classificaram a população da América e, mais tarde, do mundo. Outro eixo foi a "articulação de todas as formas históricas de controle do trabalho, de seus recursos e de seus produtos, em torno do capital e do mercado mundial" (p. 118). O autor usa o termo América, mas está, de maneira evidente, referindo-se ao processo de invasão e colonização ibérica da AL e de parte do

CC BY

ISSN 0034-7590; eISSN 2178-938X

Caribe. Nessa América, portanto, iniciou-se um universo inteiro de novos materiais e relações intersubjetivas que é expressado por meio do conceito de modernidade, para referir-se a mudanças nas dimensões materiais das relações sociais e também em todas dimensões da existência social. Destacamos que, nessas proposições, há uma conexão entre modernidade e capitalismo, porque as determinações capitalistas "exigiam, no mesmo movimento histórico, que esses processos sociais, materiais e intersubjetivos não tivessem lugar exceto dentro de relações sociais de exploração e de dominação" (Quijano, 2005, p. 125).

Em síntese, colonialidade é um neologismo que dá sentido a um aspecto constitutivo da modernidade, e de sua expressão econômica (o capitalismo), que não pode ser pensado fora do padrão eurocêntrico de conhecimento e de sua pretensão de universalidade. Esse aporte aponta em duas direções simultâneas: uma é analítica – o conceito de colonialidade abre espaço para "a reconstrução e restituição de histórias silenciadas, subjetividades reprimidas, conhecimento e linguagens subalternizadas"; outra é programática – indica a necessidade de descolonializar o poder e o conhecimento (Mignolo, 2018, p. 451).

Enrique Dussel compartilha com Quijano a interpretação de que a modernidade nasce com a constituição do Atlântico tropical como eixo geopolítico mundial, quando se originam simultaneamente os aspectos de um mesmo fenômeno mencionados na sequência: (a) politicamente – a colonialidade que se inicia como processo mundial com a invasão da AL em 1492; (b) geopoliticamente – o deslocamento da centralidade do mundo mediterrâneo para o Atlântico com o começo do poder hispano e português e o deslocamento do império otomano; (c) economicamente – o capitalismo a partir do mercantilismo e da acumulação originária com a exploração das minas na AL, de produtos tropicais e da escravidão; (d) culturalmente – o eurocentrismo que torna fetichista a vida cotidiana europeia e todas as ciências sociais modernas; (e) antropológica e ontologicamente – a instauração do ego narcisista e competitivo das relações humanas de dominação que cria uma ética, uma política, uma estética, uma psicanálise edípica e, por isso, conforma dentro de sua modalidade própria o gênero (como patriarcado), a raça (como superioridade branca), e outras relações humanas de submissão e exploração; (f) cosmologicamente – a interpretação científica, tecnológica e cotidiana da natureza como um objeto infinitamente explorável, em oposição à atitude respeitosa de algumas culturas originais.

De acordo com o relato do próprio Dussel (2018), ao realizar essa construção, ele se perguntava sobre o significado de AL. Em busca de respostas, reconstruiu a presença de traços bizantinos e muçulmanos na história ibérica. Reconheceu, então, que o horizonte histórico-cultural da AL se relaciona com histórias, povos e mitos excluídos ou subalternizados nas narrativas da modernidade europeia, e propôs a interpretação desse processo a partir da noção de 'exterioridade'. Porém, essa constatação mostrou-se insuficiente para explicar processos que não apenas apagam culturas e histórias, mas também impactam negativamente a produção e reprodução da vida. O encontro com as proposições iniciais, em Prebisch (1950), do que viria a ser um amplo conjunto teórico sobre a dependência lhe permitiu reconhecer, para além da dimensão cultural, o fato da dominação e da exploração em sua dimensão econômica. Chegou, assim, aos fundamentos de sua Filosofia da Libertação, que incluem os condicionamentos culturais, mas, e principalmente, adotam "a perspectiva dos interesses de determinadas classes, grupos, gêneros, raças etc." (Dussel, 2018, p. 35). Nessa construção, 'exterioridade' ganha um sentido ampliado para enfatizar não apenas identidades localizadas silenciadas ou suprimidas, mas a experiência concreta de existir como exterioridade material e viva do sistema, incluindo o Outro do capital, o trabalho vivo que, ao vender-se, é explorado e que, antes de vender-se, é o nada para o capital (Dussel, 2008). Trata-se, portanto, de uma filosofia elaborada a partir de uma interpelação que vem, "sincera e simplesmente, do rosto do pobre índio dominado, do mestiço oprimido, do povo latino-americano" (Dussel, 1973, p. 162), mas que se constrói no diálogo intercultural e político com povos que também sofreram o poder econômico, político, militar e cultural dos países centrais hegemônicos.

Dussel (2013) nega a possibilidade de que a alternativa futura possa ser uma modernidade não capitalista, já que modernidade e capitalismo são dois aspectos do mesmo: "a modernidade é o todo, e o fundamento do aspecto particular no campo econômico consiste no sistema capitalista" (p. 360). Daí decorre a proposição de um mundo transmoderno que inclua uma episteme pluriversa. Transmodernidade é um projeto com pretensão de universalidade que se opõe ao capitalismo, ao patriarcado, ao imperialismo e à colonialidade, e que não emergirá desde a mesma modernidade eurocêntrica, ainda que se inspire em alguns aspectos da corrente crítica da modernidade europeia (Dussel, 2016).

Essa episteme dialógica pluriversa, no entanto, não se baseia na moralidade procedimental da ética do discurso, na qual a materialidade empírica história é secundária ou irrelevante. Ela pressupõe, para além da moralidade formal, uma moralidade ética-material que determina o critério de verdade universal e concreto: a produção e reprodução da vida humana em comunidade (Dussel, 2004). Trata-se, portanto, de um diálogo "entre os críticos criadores de suas próprias culturas" desde

 CC BY ISSN 0034-7590; eISSN 2178-938X

a exterioridade que não é pura negatividade, também é uma positividade distinta (Dussel, 2018, p. 59). Algumas culturas indígenas latino-americanas, por exemplo, afirmam relações de respeito e pertencimento à natureza; assim como blocos sociais dos oprimidos, desde a exterioridade do capital, desenvolvem potências coletivas em processos que envolvem conscientização, organização e luta.

A transmodernidade, como possibilidade e projeto, emerge, portanto, das experiências positivas ancestrais e de experiências gestadas no seio das culturas coloniais e dos grupos dominados e excluídos; dos momentos e processos nos quais coletivos organizados em torno de temas de gênero, raça, modos de vida em sua relação com a natureza se descobrem como valiosos; das memórias, histórias, vitórias e heróis passados, e também de derrotas e recomeços; do compartilhamento dos avanços nas diversas frentes de luta para ir construindo uma nova humanidade pluriversa, "rica em semelhanças e diferenças analógicas, que evite a uniformidade unívoca da universalização de só uma cultura e a confrontação irreconciliável de todos contra todos" (Dussel, 2013, p. 165). Uma humanidade que evite, também e por consequência lógica da normatividade de um princípio ético-material, o relativismo e o diálogo como um valor em si mesmo.

Em síntese, tanto Quijano quanto Dussel evidenciam a interdependência entre as dimensões do poder e do conhecimento. Nesse mesmo sentido, para Bautista (2014), pensar desde a AL não significa negar o prévio ou anterior, significa construir um marco categorial que permita "entender a especificidade dos problemas do subdesenvolvimento, da dependência, da opressão, do colonialismo, da miséria, da ignorância, da negação, do sofrimento e exclusão latino-americanos". Trata-se, portanto, de "assumir o terreno político-econômico como acontecimento interpelador da razão que pensa o real e a si mesma, mas desde si mesma" (Bautista, 2014, p. 25); de pensar "nossa própria condição como povos historicamente situados em uma série de encruzilhadas particulares" (Roig, 2008, p. 51)

Esses registros levam a que nos perguntemos sobre a relação entre as nações (Brasil, no nosso caso) e a AL, entre o nacional e o latino-americano. Em acordo com Roig (2008), entendemos que o nacional não nos limita à nossa aldeia ou paróquia, já que, ao ser assumido concretamente, é a base indispensável para o universal. A nação é, claro, sinônimo de povo, classes sociais, etnias, gênero, juventude etc. É a partir dessa concretude que as lutas e os movimentos sociais se organizam em defesa da vida e de modos de vida em relação com a natureza. Portanto, dialetica e contraditoriamente, afirmar a AL como espaço de vida e como lócus de enunciação implica eliminar algumas diferenças e reconhecer outras. A consciência da diferença é o que permite dar sentido aos distintos modos de ser que coexistem na transmodernidade. No entanto, essa consciência não deveria incluir uma ênfase localista fora da história e da economia política. Podemos, em acordo com Roig (1999), nos perguntar sobre os modos de objetivação mediante os quais os povos dos países que compõem a AL organizam e realizam sua vida social, assim como sua cultura material e simbólica, mas reconhecendo uma realidade atravessada por contradições e no marco de uma história latino-americana que é, ao mesmo tempo, compartilhada e conflitiva.

Dessa maneira, rejeitamos uma relação dicotômica ou hierarquizada entre o nacional e o latino-americano. Em contraposição, articulamos o tema do pensamento social de matriz nacional no contexto latino-americano. Antes, porém, um esclarecimento sobre o significado de pensamento social. Para Heredia (2010), o pensamento social "está vinculado às concepções mais gerais que se tenha da matéria social, desde os modos de apreender seu conhecimento e as normas, conceitos prévios e fronteiras que se colocam a esses processos intelectuais, aos pertencimentos ideológicos dos implicados" (p. 7). Marini (1994), por sua vez, define pensamento social como a reflexão de uma sociedade sobre si mesma, como uma teorização voltada para assegurar uma determinada ordem das coisas a partir de um ponto de vista de classe. Na medida em que o sistema econômico se torna mais complexo e a contraposição de interesse, mais presente, o pensamento social torna-se contraditório, propiciando o surgimento de correntes divergentes.

Aceitando essas definições de pensamento social, recorremos, como ilustração, às contribuições de dois autores brasileiros que se dedicaram a pensar o Brasil pensando, simultaneamente, a AL: Manoel Bomfim e Darcy Ribeiro.

Bomfim (1993), escrevendo no início do século XX, analisou e confrontou o modelo eurocêntrico de classificação sobre as sociedades latino-americanas como condição para entender a crítica que a historiagrafia brasileira fazia às características nacionais a partir da aceitação e propagação das ideias europeias sobre a região. Ou seja, buscou, nas proposições europeias sobre a AL, condições para compreender a produção de autores brasileiros sobre o Brasil. Assim, ao confrontar o discurso legitimador de interesses colonialistas europeus na AL, identificou os conteúdos biologicistas e racistas utilizados no tratamento da nacionalidade brasileira e identificou a maneira como as elites locais, as metrópoles coloniais e as potências imperialistas parasitavam as classes trabalhadoras brasileiras ao se apropriarem das riquezas por elas produzidas.

Com uma obra mais conhecida, Ribeiro (2001) vinculava a possibilidade de um Brasil autônomo, soberano e independente,

 CC BY © RAE | São Paulo | V. 60 | n. 2 | mar-abr 2020 | 93-103 ISSN 0034-7590; eISSN 2178-938X

a um projeto articulado com o restante da AL. Em sua militância acadêmica e política para "passar o Brasil a limpo", afirmava sermos nós, os latino-americanos, "povos ainda em luta para nos fazermos a nós mesmos" (p. 241). Defendendo a existência da AL como realidade geopolítica e como categoria interpretativa, reconhecia as diferenças entre um conteúdo luso-americano e um conteúdo hispano-americano fundadas "em uma pequena variação linguística que não chega a ser obstáculo para a comunicação, ainda que tendamos a exagerá-la" (Ribeiro, 1986, p. 12). Para esse autor, a expressão AL "alcança conotações altamente significativas na oposição entre anglo-americanos e latino-americanos, que, além de seus diversos conteúdos culturais, contrastam mais fortemente ainda quanto aos antagonismos socioeconômicos" (Ribeiro, 1986, p. 21).

Esperamos ter deixado claro que a postulação de pensar desde a AL não inclui concepções nativistas, originalistas ou culturalistas. Postula, sim, uma crítica ética cuja origem é a proximidade fundamental do sujeito ante o sujeito que revela a pessoa em sua realidade como tal, e não como mera coisa para o capital. Ser crítico, então, é recuperar o Outro e a Outra como distintos do sistema que os coisifica. Respeitar sua alteridade é a essência e a origem do crítico, do protesto e da rebelião contra os sistemas vigentes, frutos do processo de institucionalização da dominação (Dussel, 2016). Não basta, portanto, narrar ou descrever processos, histórias ou fatos encobertos pelas histórias oficiais; é preciso produzir conhecimento de maneira que essas histórias apareçam com seu sentido real – de exclusão e dominação epistêmica, exploração econômica e exclusão social, massacre de povos e destruição da natureza e de modos de vida a ela associados.

Nesta seção, abordamos, de maneira relacional, o caráter geopolítico e categorial da AL, apresentando alguns elementos fundamentais para sua compreensão, evidenciando as dimensões da colonialidade do poder e do conhecimento. Após uma digressão, que se encontra na próxima seção, com foco nos EO na AL, retomaremos a dimensão das lutas sociais em sua relação com a colonialidade do poder e do saber.

PENSAR OS ESTUDOS ORGANIZACIONAIS DESDE A AMÉRICA LATINA: UMA APROXIMAÇÃO A PARTIR DO CONTEXTO BRASILEIRO

Em 2008, a Divisão de Teorias Organizacionais da ANPAD, então coordenada por Roberto Costa Fachin, organizou um Painel Internacional com a participação de Eduardo Ibarra-Colado como painelista e Maria Ceci Misoczky como debatedora. O título da apresentação de Ibarra-Colado foi uma pergunta sobre se seria possível compreender e transformar os EO desde a AL e não morrer na tentativa. Passados mais de 10 anos daquele momento, pensamos que essa pergunta ainda tem vigência.

Em sua apresentação, Ibarra-Colado (2008) inicia constatando nossa incapacidade de estabelecer "um diálogo sistemático entre nossas próprias comunidades latino-americanas", destacando "o paradoxo de uma região que se considera a si mesma como zona comum por seus laços históricos e culturais, mas que se encontra extremamente fragmentada e desconectada" (p. 1). Acrescentando:

> Nossos referenciais comuns não têm sido nossas terras latino-americanas, nem tampouco os laços históricos ou a herança cultural compartilhada, ou os problemas comuns associados com nossa origem como espaço colonizado marcado pela exclusão. Não, nossos referenciais têm sido as teorias anglo-saxãs, suas revistas, seus congressos e a admiração que sentimos por seus personagens e obras; mas também tem sido a intenção negada ou não reconhecida, acaso inconsciente, de parecermos ou de chegarmos a ser como eles, de nos tornarmos expertos modernos em 'organizações modernas', para falar com eles de seus problemas como se fossem os nossos, para discutir com eles em seus termos como se fossem os nossos, para empregar como eles suas teorias e métodos como se fossem os nossos, para assumir, seguindo sempre a eles, suas próprias agendas de pesquisa como se fossem as nossa. (Ibarra-Colado, 2008, p. 2)

Como indicação de caminhos para superar essa situação, Ibarra-Colado (2008) propôs que avançássemos a partir de uma tripla determinação: (i) que nos preocupemos "menos com teoria e mais com a realidade, já que a realidade é a fonte de produção da teoria"; (ii) que estejamos atualizados "não apenas com a mais recente literatura acadêmica, mas também com os problemas de nossas comunidades e nações", escutando não apenas "os que sabem porque estudam, mas o que sabem porque o vivem"; e (iii) "sujarmos as mão com o trabalho de campo" para alimentar nossos ensaios e interpretações (pp. 9-10).

Ao realizar o debate, Misoczky (2008) seguiu nessa mesma direção, acrescentando a dimensão institucional ao destacar

 CC BY © RAE | São Paulo | V. 60 | n. 2 | mar-abr 2020 | 93-103 ISSN 0034-7590; eISSN 2178-938X

que, nos EO brasileiros, a lógica predominante é a reprodução e tradução de ideias fora de lugar que se legitima por meio de "um circuito institucionalizado que dissemina um modelo de relação dependente e subordinada de nossa comunidade acadêmica com as comunidades dos países centrais" (p. 2).

Recuperando anotações realizadas nas manifestações do público após as duas apresentações, encontramos o registro de que a primeira pergunta foi exatamente se seria possível falar de AL como uma categoria própria, se ela não seria uma criação imposta desde outra realidade. Essa manifestação deu indícios de que, pelo menos até aquele momento, a AL, seja como categoria, seja como realidade geopolítica, tendia a ser menosprezada em sua relevância. Sublinhamos que não se trata de defender uma definição única de AL, ou mesmo contrapô-la a outra, mas de reconhecer que a própria existência da AL era negligenciada no contexto brasileiro da área.

Esse debate teve sequência dois anos depois, no espaço do *Latin American-European Meeting on Organization Studies* (Laemos) realizado em Buenos Aires, em um painel organizado por Miguel Imas. Possivelmente inspirada pelo debate ocorrido no painel do EnANPAD acima mencionado, Misoczky (2010a) retomou o tema da AL como categoria forjada em um latino-americanismo que combatia o projeto pan-americanista do então presidente norte-americano James Monroe, que, em 1823, proferiu a famosa declaração "América para os americanos", e que também combatia a subsequente ocupação, por tropas norte-americanas, do México, Cuba, Porto Rico e Panamá. Misoczky (2010a) fez, então, uma distinção entre pan-americanismo e latino-americanismo, afirmando o caráter anti-imperialista desse último e terminando sua introdução com a afirmação de que, "apesar de falarmos diferentes línguas, nos entendemos entre outras razões porque compartilhamos a mesma inserção dependente no contexto das relações internacionais, assim como a mesma intensa contradição entre abundância e miséria material" (p. 4). Uma colocação feita a partir da plateia, que novamente encontramos em nossos registros, questionou se o Brasil poderia ser considerado parte da AL, complementada com o argumento do afastamento gerado pela língua.

Esses episódios ilustram que o tema da AL tem feito parte das reflexões de alguns pesquisadores e, inclusive, ocupado espaços em eventos acadêmicos há mais de 10 anos. Há, ainda, que mencionar o ano de 2006 como o momento no qual a produção de conhecimento a partir de nosso contexto de prática (Dussel & Ibarra-Colado, 2006; Misoczky, 2006) adentra formalmente nossa agenda, ainda que a partir de uma abordagem culturalista, de acordo com a interpretação crítica de Misoczky e Dornelas Camara (2015). Há, também, que mencionar um conjunto de trabalhos que se propõem a pensar a AL desde a perspectiva do *management* e dos negócios, entre os quais destacamos as publicações de Guedes e Faria (2010), Alcadipani e Reis Rosa (2011), e Alcadipani e Faria (2014).

Por uma questão de reconhecimento, para além de qualquer ordenamento cronológico, é preciso valorizar a contribuição do Núcleo de Estudos de Administração Brasileira (Abras) desde 1988, coordenado por Paulo Emílio Matos Martins. Seu objetivo é estudar o "espaço-dinâmica organizacional" como "fenômeno histórico, político, econômico e cultural, isto é: como lócus de (re)produção do simbólico sobre o trabalho, seu sítio de ocorrência e sua gestão, tendo como referência teórica o pensamento social e os intérpretes do Brasil" (Núcleo Abras, 2019). Esse programa de pesquisa de mais de 30 anos evidencia a possibilidade concreta de trazermos para os EO categorias interpretativas desenvolvidas desde nossa realidade. Além disso, o estudo de autores brasileiros que não dissociam o Brasil da AL levou à iniciativa de organizar, em parceria com outros grupos de pesquisa do Brasil e de outros países da região (principalmente do Equador), o *Encuentro Administración y Pensamiento Latino-Americano* que vem se realizando anualmente desde 2012.

Ainda no quesito eventos acadêmicos, em 2015, no III Congresso Brasileiro de Estudos Organizacionais, aconteceu a conferência "Os desafios da integração dos Estudos Organizacionais latino-americanos", conduzida por Rodrigo Muñoz Grisales e Jorge Alberto Rosas Castro. Registramos, na dimensão institucional, o convênio, em vigência desde 2015, entre a Sociedade Brasileira de Estudos Organizacionais (SBEO), a *Red de Postgrados de Investigación Latinos en Administración y Estudios Organizacionales* (Red Pilares) e a *Red Mexicana de Estudios Organizacionales* (Remineo).

Esses encontros e aproximações institucionais culminaram com a constituição da *Red de Estudios Organizacionales de Latinoamérica* (REOL), formalizada em julho de 2019. Em sua carta de fundação, encontramos o reconhecimento de que, na AL, os EO têm se desenvolvido de maneira heterogênea e diversa, e a afirmação de que se faz necessária a "apropriação crítica para a realidade de nossa região, desde suas necessidades específicas" das "contribuições do conhecimento produzido em outras latitudes", indo "mais além da simples reprodução do *status quo* ali originado (REOL, 2019, p. 1). Essa rede de redes e sociedades (inicialmente incluindo *Red Argentina de Estudios Organizacionales, Red de Estudios Organizacionales de Colombia, Red Chilena de Estudios Organizacionales – Minga*, Remineo e SBEO) realiza, em seu processo de constituição, um diagnóstico e propõe desafios:

 CC BY © RAE | São Paulo | **V. 60** | **n. 2** | **mar-abr 2020** | 93-103 ISSN 0034-7590; eISSN 2178-938X

> Reconhecemos, também que a pluridisciplinariedade e a pluralidade paradigmática que caracterizam o campo têm estado historicamente condicionadas pelo colonialismo do saber [...] Até muito pouco tempo, centrávamos nossos olhares no norte global e pouco sabíamos da produção acadêmica dos países vizinhos. Muitas vezes, nos congregávamos em espaços acadêmicos oferecidos e organizados por fora de nossas regiões, e nos comunicávamos entre nós por seus intermediários. Hoje, ombro a ombro, sabemos que as diferenças em nossas trajetórias nacionais não constituem barreiras entre nós, são características específicas que podem se converter em contribuições e possibilidades de avançar e refletir e que, em vez de nos separarem, não farão mais que unir-nos. (REOL, 2019, p. 2)

Encontramos, nesse diagnóstico, ecos das palavras proferidas por Ibarra-Colado, em 2008. A novidade para enfrentar o desafio que continua sendo basicamente o mesmo, ainda que em outros termos, é o processo de organização desde o reconhecimento das diferenças e a constituição de espaços de articulação e compartilhamento em consonância com as proposições de Bautista (2014) acima mencionadas: não negar o prévio ou anterior, tampouco rechaçar teorizações ou autores do Norte, mas desenvolver teorias e marcos categoriais para entender nossas especificidades.

Claro, os EO constituem-se em uma área de conhecimento plural em cujo escopo encontramos projetos de diferentes conotações políticas com seus respectivos objetos de estudo, adotando distintas epistemologias e fundamentos teóricos. Esses projetos incluem variadas abordagens analíticas e propositivas à prática da Administração nas organizações e, em tempos de globalização extensiva, tendem a enfatizar o *management* em "sua posição intimidadora que pressupõe "superioridade epistêmica" a serviço de projetos que "envolvem transferências, extrações, e o 'desenvolvimento' de capital, pessoas, recursos e informações através de fronteiras" (Davis, 2018, pp. 10-11). Também encontramos uma crítica interna ao *management* que compromete sua dimensão crítica pela impossibilidade lógica da negação de seu objeto, e se expressa pelo que se institucionalizou como *Critical Management Studies*.

Não cabe aqui retomar a já bem-estabelecida discussão, a partir de diferentes perspectivas, sobre o significado do *management* como instrumento de intervenção prático-operacional imbuído de uma dimensão ideológica (Boltanski & Chiapello, 2002; Gaulejac, 2007; Klikauer, 2013; Parker, 2002; Vizeu, 2010; entre outros). Cabe apenas mencionar que não se encontra ainda adequadamente desenvolvida uma crítica ao *management* desde uma perspectiva da descolonialização do poder e do saber. Fazê-lo implicaria negar o *management*, pois haveria que se reconhecer que ele é inerente à modernidade neoliberal, sendo uma construção que reflete o aperfeiçoamento do processo de abstração real levado a cabo a serviço do mercado, com uma ética própria implícita com base em uma concepção de ciência e racionalidade moderna e eurocêntrica. E, claro, a serviço da preservação e ampliação das relações de poder que se encontram consolidadas na divisão do trabalho no cenário mundial.

Como já tem sido amplamente registrado, a tradição crítica brasileira nos EO (Misoczky, Flores, & Goulart, 2015; Paula, 2015; Paula, Maranhão, & Barreto, 2010) nos autoriza e, mesmo, nos provoca a ir além de uma crítica que se autolimita (Klikauer, 2015) e valorizar os EO como um espaço no qual, apesar de sua crescente colonização pelo *management*, se encontra a possibilidade de trilhar caminhos a partir de uma crítica ética e desde a nossa realidade, levando em consideração as lutas contra negócios e tecnologias de gestão que impactam negativamente a produção e reprodução da vida e de modos de vida em relação com a natureza.

A DIMENSÃO DESCOLONIAL NAS LUTAS SOCIAIS E POSSIBILIDADES QUE SE ABREM PARA OS ESTUDOS ORGANIZACIONAIS DESDE A AMÉRICA LATINA

Retomando as indicações de Bautista (2014), registradas anteriormente, pensar desde a AL implica também (e, por que não, principalmente?!) em "assumir o terreno político-econômico como acontecimento interpelador da razão que pensa o real" (p. 25) a partir de marcos categoriais que permitam entender nossas especificidades sem isolacionismos. Recuperando o que apresentamos nos itens anteriores, ressaltamos que adotamos uma perspectiva descolonial que, desde a tradição do pensamento social latino-americano, afirma que a modernidade se inicia com a invasão da América e, portanto, é indissociável do capitalismo. Nesse sentido, falar em descolonialidade implica incluir, para além da dimensão epistêmica, também a dimensão da vida concreta de comunidades, povos e coletivos sociais que a têm sob ameaça ou como uma impossibilidade prática. Essa escolha é fundamentada em um princípio ético-normativo material que nos obriga a abandonar qualquer posição de neutralidade em nossa área de estudo e assumir uma crítica

 CC BY ISSN 0034-7590; eISSN 2178-938X

que se faz em solidariedade ativa com aqueles que se organizam e lutam contra expressões concretas da colonialidade do poder mediadas pela colonialidade do saber.

Ao dirigir nosso olhar para esses fenômenos organizacionais, tomamos uma definição de organização que a afirma como "meio para realizar a ação libertadora através de processos e práticas territorializadas e orientadas pela razão estratégico-crítica" (Misoczky, 2010b, p. 50). A expressão razão estratégico-crítica refere-se a um dos princípios da ética da libertação desenvolvida por Dussel (2000) e trata da factibilidade:

> Quem projeta realizar ou transformar uma norma, ato, instituição, sistema de eticidade, etc., não pode deixar de considerar as condições de possibilidade de sua realização objetiva, materiais e formais, empíricas, técnicas, econômicas, políticas etc., de maneira que o ato seja possível levando em conta as leis da natureza em geral e humanas em particular. (p. 568)

Claro que esse princípio está subordinado às exigências de reprodução e desenvolvimento da vida em comunidade e da participação dos afetados nas decisões.

Entendemos que, como indica Hinkelammert (1977), o desenvolvimento de conceitos e categorias não apenas permite conhecer o novo, mas possibilita conceber outras realidades como possíveis e afirmar a existência de processos políticos e organizacionais transformadores a partir da possibilidade do vir a ser dessas outras realidades. Assim, uma definição de organização como a que mencionamos acima permite tornar visíveis esses processos a partir de suas próprias lógicas.

Se descolonialidade se refere à dissolução das estruturas de dominação e exploração moldadas pela colonialidade do poder, sua expressão nas lutas sociais implica negar a opressão e afirmar possibilidades de economias para a vida, bem como produzir indicações de políticas e processos organizacionais pré-figurativos de um mundo pluriverso e transmoderno. Novamente, pensar esses processos desde a AL não implica uma posição de isolacionismo ou de privilégio ontológico de nossa existência. Significa que essa é nossa realidade e que nosso fazer acadêmico ganha relevância quando contribuímos para iluminar o entendimento do que nela acontece, lembrando a indicação de Ibarra-Colado (2008) sobre a importância de estarmos atualizados com os problemas de nossas comunidades e nações, escutando os que sabem por que vivem.

Nos referimos, portanto, aos múltiplos processos organizados desde o querer viver que confrontam a destituição do Outro e a destruição da natureza, incluídos aí, por exemplo: (a) lutas antiextrativistas em defesa dos bens comuns que confrontam corporações transnacionais aliadas a governos nacionais e enfrentam tecnologias de gestão que visam destruir laços comunitários (como as práticas de responsabilidade social empresarial) afirmando seus modos de vida e, em muitas situações, valores ancestrais; (b) feminismos populares que, desde sua heterogeneidade e do confronto com o feminismo hegemônico ocidental moderno, "encontram pontos em comum em vozes que falam de vidas marginalizadas pelo racismo, pelo capitalismo e pelo heterossexismo" (Barroso, 2014, [s/p]); e, também, (c) a luta cotidiana de povos e famílias pela reprodução da sua vida em comunidades pobres e mesmo em situação de rua, que desenvolvem formas de vida e estratégias organizadas de sobrevivência.

Enfim, referimo-nos a dialogar com o conhecimento que é produzido desde baixo em contextos específicos nos quais o sistema e seus instrumentos, a colonialidade do poder e do saber, são confrontados pelo bloco social dos oprimidos. Desde uma crítica ética ao sistema e seus instrumentos prático-operacionais, pensar em solidariedade com o povo-exterioridade do capital em sua imperiosa necessidade de organizar-se para produzir e reproduzir suas vidas em comunidade. Para pensar desde a AL, além de tomar nossos problemas reais como referência para a produção de conhecimento, é preciso entender os limites dos diálogos com as epistemologias eurocêntricas desde um ceticismo fundado nas experiências e vidas concretas de nossos povos e comunidades, com suas marcas culturais, políticas e econômicas.

Defendemos que esse fazer, que é simultaneamente acadêmico e político, explora e amplia possibilidades para produzir conhecimento nos EO indo além da crítica epistemológica à colonialidade do saber. Um conhecimento que contribua para tornar visíveis processos organizacionais que confrontam, no cotidiano, as múltiplas expressões concretas da colonialidade e que, ao mesmo tempo, seja relevante para as comunidades e coletivos em luta.

REFERÊNCIAS

Alcadipani, R., & Faria, A. (2014). Fighting Latin American marginality in 'international' business. *Critical Perspectives on International Business*, *10*(1-2), 107-117. doi:10.1108/cpoib-11-2013-0047.

Alcadipani, R. & Rosa, A. R. (2011). From global management to glocal management: Latin American perspectives as a counter-dominant management epistemology. *Journal of the Administrative Sciences*, *28*(4), 453-466. doi:10.1002/cjas.165

 CC BY

Ardao, A. (1980). *Génesis de la idea y el nombre de América Latina*. Caracas, Venezuela: Centro Romulo Gallegos.

Barroso, J. M. (2014). Feminismo decolonial: Una ruptura con la visión hegemónica eurocéntrica, racista y burguesa. Entrevista com Yuderkys Espinosa Miñoso. Iberoamérica Social: Revista-Rede de Estudos Sociais, III, 22-33. Recuperado de https://iberoamericasocial.com/feminismo-decolonial-una-ruptura-con-la-vision-hegemonica-eurocentrica-racista-y-burguesa/

Bautista, J. J. (2014). ¿Qué significa pensar desde América Latina? Madrid: Akal.

Boggs, C. (1977). Marxism, Prefigurative Communism and the Problem of Workers' Control, Radical America, *11*(6), 99-122. Recuperado de https://libcom.org/library/marxism-prefigurative-communism-problem-workers-control-carl-boggs

Boltanski, L., & Chiapello, E. (2002). *El nuevo espíritu del capitalismo*. Madrid, España: Akal.

Bomfim, M. (1993). *América Latina*: *Males de origem*. Rio de Janeiro, RJ: Topbooks.

Brandalise, C. (2013). O conceito de América Latina: Hispano-americanos e a panlatinidade europeia. *Cuadernos del CILHA*, *4*(18), 74-106. Recuperado de https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/95149/000917575.pdf?sequence=1

Davis, P. (2018). Globalization/Coloniality: A decolonial definition and diagnosis. *Transmodernity*: *Journal of Peripheral Cultural Production of the Luso-Hispanic World*, *8*(4), 1-18. Recuperado de https://escholarship.org/uc/item/3xt7p9n6.

Dussel, E. (1973). *Para una ética de la liberación latino-americana* (Tomo I). Buenos Aires, Argentina: Siglo XXI.

Dussel, E. (2000). *Ética da libertação na idade da globalização e da exclusão*. Petrópolis, RJ: Vozes.

Dussel, E. (2001). *Hacia una filosofía política crítica*. Barcelona, España: Desclée de Brouwer.

Dussel, E. (2004). La introducción de la transformación de la filosofía de K.-O. y la Filosofía de la Liberación: Reflexiones desde una perspectiva latinoamericana. In K.-O Apel & E. Dussel, *Ética del discurso y ética de la liberación* (pp. 73-125). Madrid, España: Trotta.

Dussel, E. (2008). *Marx y la modernidad*. La Paz, Bolívia: Rincón.

Dussel, E. (2012). *A produção teórica de Marx*: *Um comentário aos Grundrisse*. São Paulo, SP: Expressão Popular.

Dussel, E. (2013). *16 tesis de economía política*. Buenos Aires, Argentina: Docencia.

Dussel, E. (2016). *14 tesis de ética: Hacia la esencia del pensamiento crítico*. Madrid, España: Trotta.

Dussel, E. (2018). Transmodernity and interculturality: An interpretation from the Philosophy of Liberation. In A. A. Vallega & R. Grasfoguel (Eds.), *Anti-cartesian mediations and transmodernity from the perspectives of Philosophy of Liberation* (pp. 29-61). The Hague, The Netherlands: Amrit.

Dussel, E., & Ibarra-Colado, E. (2006). Globalization, organization and the ethics of liberation. *Organization*, *13*(4), 489-508. doi:10.1177/1350508406065852

Gaulejac, V. (2007). *Gestão como doença social*: *Ideologia, poder gerencialista e fragmentação social*. São Paulo, SP: Ideias & Letras.

Gorz, A. (1968). The way forward. *New Left Review*, *I*(52), 47-66. Recuperado de https://newleftreview.org/issues/I52/articles/andre-gorz-the-way-forward

Guedes, A. L., & Faria, A. (Orgs.). (2010). *International management and international relations: A critical perspective from Latin America*. London, UK: Routledge.

Heredia, F. M. (2010). *El ejercício de pensar*. La Habana, Cuba: Editorial de Ciencias Sociales.

Hinkelammert, F. (1977). *Las armas ideológicas de la muerte*. San José, El Salvador: DEI.

Ibarra-Colado, E. (2008, Setembro). *¿Cómo comprender y transformar los Estudios Organizacionales desde América Latina y no morir en el intento?* Texto apresentado no Painel Internacional de Estudos Organizacionais no Trigésimo Segundo Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (ANPAD), Rio de Janeiro, RJ.

Klikauer, T. (2013). *Managerialism*: *Critique of an ideology*. New York, USA: Palgrave.

Klikauer, T. (2015). Critical management studies and critical theory: A review. *Capital and Class*, *39*(2), 197-220. doi:10.1177/0309816815581773

León, E. H. (2017). *Praxis espacial en América Latina: Lo geopolítico puesto en cuestión*. Ciudad de México, México: EPC/Itaca.

Marini, R. M. (1994). Introducción: Las raíces del pensamiento latinoamericano. In R. M. Marini & M. Millán (Coords.), *La teoría social latinoamericana*: *Los orígenes* (Tomo I, pp.17-35). México, D. F., México: El Caballito.

Martí, J. (2010) *Obras completas: Edición crítica*. Buenos Aires, Argentina, e La Habana, Cuba: CLACSO e Centro de Estudios Martinianos.

Mendieta, E. (2008). Remapping Latin American studies: Postcolonialism, subaltern studies, post-occidentalism and globalization. In M. Moraña, E. Dussel & C. A. Jáuregui (Eds.), *Coloniality at large: Latin America and the postcolonial debate* (pp. 286-306). Durham, UK: Duke University Press.

Mignolo, W. (2007). Delinking: The rhetoric of modernity, the logic of coloniality and the grammar of de-coloniality. *Cultural Studies*, *21*(2-3), 449-514. doi:10.1080/09502380601162647

Mignolo, W. (2008). The geopolitics of knowledge and the colonial difference. In M. Moraña, E. Dussel & C. A. Jáuregui (Eds.), *Coloniality at large: Latin America and the postcolonial debate* (pp. 125-258). Durham, UK: Duke University Press.

Misoczky, M. C. (2006). Sobre o centro, a crítica e a busca da liberdade na práxis acadêmica. *Cadernos EBAPE.BR,* *4*(3), 1-13, 2006. doi:10.1590/S1679-39512006000300002

Misoczky, M. C. (2008, setembro). *Estudos organizacionais e pensamento social latino-americano*. Apresentação realizada no Painel Internacional de Estudos Organizacionais no Trigésimo Segundo Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (ANPAD), Rio de Janeiro, RJ.

Misoczky, M. C. (2010a, abril). *Can we speak of Latin America in the context of Latin American Organization Studies?* Apresentação realizada no Painel sobre Diálogos entre América Latina e Europa no III Latin American and European Meeting on Organization Studies (Laemos), Buenos Aires, Argentina.

Misoczky, M. C. (2010b). Das práticas não gerenciais de organizar à organização para a práxis da libertação. In M. C. Misoczky, R. K. Flores & J. Moraes (Eds.), *Organização e práxis libertadora* (pp. 13-56). Porto Alegre, RS: Dacasa.

Misoczky, M. C., & Dornelas Camara, G. (2015). Enrique Dussel: Contribuições para a crítica ética e radical nos estudos organizacionais. *Cadernos EBAPE.BR*, *13*(2), 286-314. doi:10.1590/1679-395115875

Misoczky, M. C., Dornelas Camara, G. & Böhm, S. (2017). Organizational practices of social movements and popular struggles: Understanding the power of organizing from below. *Qualitative Research in Organizations and Management*, *12*(4), 250-261. doi:10.1108/QROM-09-2017-1567

Misoczky, M. C., Flores, R. K., & Goulart, S. (2015). An anti-management statement in dialogue with critical Brazilian authors. *RAE*, *55*, 130-138. doi: 10.1590/S0034-759020150203

Mix Rojas, M. M. (1991). *Los cien nombres de América*: *eso que descubrió Colón*. Barcelona: Lumen.

Núcleo Abras. (2019). *Histórico*. Recuperado de http://www.nucleoabras.com.br/historico.php

Paula, A. P. P. de. (2015). Estudos criticados e pensadores nacionais. *Cadernos Ebape.Br*, *13*(3), 410-413. doi:10.1590/1679-395149070

Paula, A. P. P. de., Maranhão, C., & Barreto, R. (2010) A tradição e a autonomia dos estudos organizacionais críticos no Brasil. *RAE-Revista de Administração de Empresas*, *50*(1), 10-23. Doi: 10.1590/S0034-75902010000100002

Parker, M. (2002). *Against management: Organization in the age of managerialism*. Cambridge, Reino Unido: Polity Press.

Prebisch, R. (1950). *The economic development of Latin America and its principal problems*. New York, USA: United Nation Department of Economic Affairs. Recuperado de https://repositorio.cepal.org//handle/11362/29973

Quijano, A. (1991). América: El capitalismo y la modernidad nascieron el mismo día. *Revista del Centro de Educación y Cultura*, *10*, 42-57.

Quijano, A. (2005). Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In E. Lander (Org.), *A colonialidade do saber: Eurocentrismo e ciências sociais* (pp. 117-142). Buenos Aires, Argentina: Clacso.

Rauber, I. (2004). La transformación social en el siglo XXI: Camino de reformas o de revolución. *Pasado y Presente*, *XXI*, 1-26. Recuperado de http://www.rebelion.org/docs/511.pdf

Red de Estudios Organizacionales de Latinoamérica. (2019, Julio). *Carta de Fundación de la Red de Estudios Organizacionales de Latinoamérica (REOL)*. Documento presentado en el Primer Encuentro de la REOL, Medellín, Colombia.

Ribeiro, D. (1986). *América Latina*: *A pátria grande*. Rio de Janeiro, RJ: Ed. Guanabara.

Ribeiro, D. (2001). *Somos todos culpados: Pequeno livro de frases e pensamentos de Darcy Ribeiro*. Rio de Janeiro, RJ: Record.

Rodriguez, P. P. (2016). José Martí y su concepto del equilibrio del mundo. *UH*, *281*, 180-188. Recuperado de http://scieloprueba.sld.cu/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0253-92762016000100015&lng=es&nrm=iso

Roig, A. A. (1999). Globalización y filosofía latinoamericana. In A. Rico & Y. Acosta (Comps.), *Filosofía latinoamericana, globalización y democracia* (pp. 29-49). Montevideo, Uruguay: Nordan-Comunidad.

Roig, A. A. (2008). *El pensamiento latinoamericano y su aventura*. Buenos Aires, Argentina: El Andariego.

Torres Caicedo, J. M. (1857). Las dos Américas. *El correo de ultramar*, 16. Retrieved from http://www.filosofia.org/hem/185/18570215.htm

Tragtenberg, M. (1986). *Reflexões sobre o socialismo*. São Paulo, SP: Moderna.

Vizeu, F. (2010). (Re)contando a velha história: Reflexões sobre a gênese do Management. *RAC-Revista de Administração Contemporânea*, *14*(5), 780-797. Recuperado de http://www.scielo.br/pdf/rac/v14n5/v14n5a02

CONTRIBUIÇÃO DOS AUTORES

Este ensaio reúne reflexões feitas sobre o tema no grupo de pesquisa Organização e Práxis Libertadora, no qual os dois autores atuam. O texto foi desenvolvido integralmente pelos autores desde a conceitualização e abordagem teórica-metodológica, revisão teórica (levantamento de literatura), redação e por fim, a revisão final.

FORO

Sometido 11.04.2019. Aprobado 14.10.2019

Evaluado por el sistema *double blind review*. Editores Científicos invitados: Diego Szlechter, Leonardo Solarte Pazos, Juliana Cristina Teixeira, Jorge Feregrino, Pablo Isla Madariaga y Rafael Alcadipani

Versión original

DOI: http://dx.doi.org/10.1590/S0034-759020200204

LOS ESTUDIOS ORGANIZACIONALES EN LATINOAMÉRICA: ¡VUELTA AL TERRENO ÁSPERO!

Organizational studies in Latin America: Back to the rough ground!

Estudos organizacionais na América Latina: De volta ao terreno áspero!

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo realizar un ejercicio de retrospección autocrítica sobre los Estudios Organizacionales enmarcados en el contexto latinoamericano. Su desarrollo e incidencia en la región ha crecido y se ha consolidado –aunque no en todos los países al mismo nivel y profundidad– como un campo de conocimiento crítico para el estudio de las organizaciones. No obstante, hay algunos asuntos aún sin resolver sobre los cuales es necesario debatir. Es así como se retoma la expresión de Wittgenstein para formular algunas preguntas fundamentales, en relación con su identidad y proyección, en busca de una 'fricción' que permita seguir por ese camino de crecimiento. Aunado a lo anterior, se discuten algunos aspectos constitutivos de los Estudios Organizacionales. Las reflexiones permitirán, no solo ahondar en este campo de conocimiento sino, también, contribuir con los investigadores y estudiosos de las organizaciones en la región a construir una posición propia sobre el asunto.

PALABRAS CLAVE | Aproximación crítica, campo de conocimiento, Estudios Organizacionales, Latinoamérica, organizaciones.

ABSTRACT

The aim of this paper is to do a self-critical retrospection exercise about what Organizational Studies (OS) are within the Latin American context. Their development and incidence in the region have increased and consolidated --although not in all countries at the same level and extent --as a critical field of knowledge to study organizations. However, there are some unresolved matters that need to be addressed and discussed; that is why Wittgenstein's (1986) expression is retaken to formulate some fundamental questions regarding the OS identity and projection in the region, in search of a "friction" that gives continuity to that path of growth. In addition, some constitutive aspects of OS are discussed. Reflections will allow organization experts and researchers not only to delve into this field of knowledge, but also to build a stance of their own on OS in the region.

KEYWORDS | *Critical approach, field of knowledge, Latin America, Organizational studies, organizations.*

RESUMO

O objetivo deste artigo é realizar um exercício de retrospecção autocrítica sobre o que são os Estudos Organizacionais (EO) no contexto latino-americano. Seu desenvolvimento e incidência na região vem crescendo e se consolidou -embora não em todos os países no mesmo nível e profundidade- como um campo de conhecimento crítico para o estudo das organizações. No entanto, existem alguns assuntos não resolvidos que precisam ser discutidos e apresentar debate. Assim, a expressão de Wittgenstein (1986) é retomada para formular algumas questões fundamentais em relação à sua identidade e projeção em busca de uma "fricção" que permita continuar nesse caminho de crescimento. Além do acima exposto, alguns aspectos constitutivos dos EOs são discutidos. As reflexões não apenas aprofundarão esse campo de conhecimento, mas ajudarão os pesquisadores e estudiosos das organizações a construir sua própria posição sobre os EO na região.

PALAVRAS-CHAVE | *Aproximação crítica, campo do conhecimento, América Latina, Estudos Organizacionais, organizações.*

DIEGO RENÉ GONZALES-MIRANDA[1]

dgonzal8@eafit.edu.co

ORCID: 0000-0003-1211-0656

[1]Universidad EAFIT, Departamento de Organización y Gerencia, Medellín, Colombia

INTRODUCCIÓN

El desarrollo de los Estudios Organizacionales (EO) en Latinoamérica ha tenido un importante despliegue en los últimos años. Proyectos de investigación, tesis doctorales, trabajos empíricos, eventos y demás actividades de orden académico e investigativo expresan, no solo la proliferación de este campo de conocimiento sino, también, el interés de muchos estudiosos que se acercan a este campo para conocer y aplicar sus propuestas teóricas y metodológicas, en la búsqueda por encontrar aproximaciones alternativas de análisis a los fenómenos sociales que se presentan en las organizaciones (Ver: De la Rosa Alburquerque, 2017; Camara, 2017; Ibarra-Colado, 1991, 2006a; Pérez & Guzman, 2015; entre otros).

Para Ibarra-Colado (2003), los EO nacen como un campo de estudio que aspira a superar o matizar los imperativos positivistas y reduccionistas impuestos por la Teoría de la Organización (TO) y la Teoría Administrativa (TA); es un espacio de conocimiento particular que se presenta con características contrastantes respecto de las teorías que gozan de mayor reconocimiento institucional. Manifestación de lo anterior, es que dicho campo de conocimiento no tiene la intención de llegar a convertirse en una gran teoría, sino que por el contrario, busca adentrarse en el conocimiento particular de una realidad organizacional específica a partir de su análisis desde las ciencias sociales y con una postura crítico-comprensiva (Gonzales-Miranda, 2014; Padilla, Hernández, & Ríos, 2015). Es así que abogan desde una perspectiva posmoderna, a la emancipación del hombre (Alvesson & Deetz, 2017; Pfeffer, 2000), con la intensión de distanciarse de la racionalidad social propia de la modernidad, aunque sin proponer algo concreto (Alvesson & Deetz, 2017; Barba, 2012; Hatch, 1997; Montaño, 1994; Reed, 1993).

No obstante las bondades señaladas y los importantes resultados que se vienen dando a nivel de publicaciones se hace crucial realizar un ejercicio de retrospección, es decir, volver sobre sí, con miras a buscar claridades sobre sus fundamentos, pero, sobre todo, y en relación con lo anterior, retomar algunas cuestiones que se dan por hecho, pero que aún no están del todo resueltas. Como comenta Ibarra-Colado (2006a), "desafortunadamente, en América Latina no se han realizado aún suficientes estudios que posibiliten una interpretación de las consecuencias sociales de la gestión y el desempeño organizacional" (p. 91). En tal sentido, el objetivo de este artículo es colocar, como tema de discusión, algunos asuntos referidos al desarrollo de los EO en la región, los cuales no han sido solventados de manera suficiente. Dado que aún el desarrollo de los EO en Latinoamérica está en proceso de crecimiento y maduración, se retoman textos de autores clásicos y algunos latinoamericanos para ilustrar, fortalecer y propiciar las reflexiones. Ello permitirá el surgimiento de nuevos retos y preguntas, y la consecución de posibles rutas de investigación, así como la proposición de nuevas conversaciones sobre lo que son los EO en esta parte del orbe.

¡Vuelta al terreno áspero!

Para iniciar el camino, es pertinente hacer alusión a la intervención de Robert Chia en el 31 Congreso de *European Group of Organization Studies (EGOS) 2015*, quien, citando a Wittgenstein, decía lo siguiente:

> El conflicto se vuelve insoportable; la exigencia amenaza ahora convertirse en algo vacío. Vamos a parar a terreno helado en donde falta la fricción y así las condiciones son en cierto sentido ideales, pero también por eso mismo no podemos avanzar. Queremos avanzar; por ello necesitamos la fricción. ¡Vuelta a terreno áspero! (Wittgenstein, 1986, p. 121).

Así, Chia (2015), en aquel congreso, invitaba a volver sobre la compresión de los aspectos cotidianos de la realidad. Estos, rodeados por la complejidad misma de la vida, otorgan las claridades para un entendimiento profundo y evitan lecturas preestablecidas que encasillan la realidad, las que, a su vez, promueven la proliferación de teorías que, además de no ayudar a explicar, se convierten en el objeto de estudio en sí mismo. Es como si la búsqueda o consecución de una teoría deba convertirse en el aspecto relevante de toda investigación, y no la comprensión de la realidad y los avatares ocultos de su cotidiano funcionamiento. Por tal razón, él invita a volver al terreno áspero, como una manera de mirar el camino recorrido, volviendo a lo fundamental.

Pero ¿qué se entiende por, y qué implicaciones tiene, volver al terreno áspero? Significa, ciertamente, buscar la fricción. Esta también puede concebirse como aquello que impide avanzar. Aquí se utiliza la metáfora propuesta para entenderla de forma contraria, es decir, como una fuerza entre dos superficies que impide que se deslicen o resbalen una sobre la otra. Es la misma fuerza que permite la aceleración, al convertirse en un punto de apoyo tal que, al impedir el deslizamiento, hace que se pueda avanzar. Retomar esta expresión motiva básicamente a considerar dos aspectos: Por un lado, invita a todos aquellos

 CC BY ISSN 0034-7590; eISSN 2178-938X

estudiosos de las organizaciones a no dejarse llevar por la inercia y la comodidad de un camino construido, en donde es más fácil deslizarse, pero también es más difícil avanzar. Dar por hecho una serie de presupuestos sobre los EO, sin haber ahondado en una discusión que esclarezca el campo para la realidad concreta de Latinoamérica, es caer en el riesgo de desnaturalizar la misma razón de ser de los EO, en cuanto su espíritu crítico. Es, también, caer en un facilismo que da por supuesto que los EO 'operan' adecuadamente y se distinguen de otras opciones de análisis organizacional, evitando con ello avanzar en su desarrollo, como si este estuviese acabado y resuelto.

Por otro lado, la ausencia de fricción evita el diálogo y la confrontación. Esto exige un conocimiento profundo de las partes para poder sostener los argumentos propios y, también, una capacidad de escucha importante para ser capaz de dialogar con el interlocutor. Fruto de ese enfrentamiento, emerge un conocimiento nuevo, el cual ha de ofrecer nuevas perspectivas en el estudio de las organizaciones y vitalizar la propuesta misma de los EO. Es en este sentido que la invocación a volver al camino áspero no solo se vuelve pertinente, también necesaria, en el entendido de que en Latinoamérica se está aún en un proceso de maduración del campo, en donde las diferencias, preguntas, dudas y cierto desconocimiento forman parte todavía de su constitución e identidad. O, como lo expresan Gonzales-Miranda y Ramírez (2017), "en Latinoamérica, los EO connotan otro tipo de desarrollo y evolución. Su realidad y presencia en la región es heterogénea, fragmentada y diversa" (p. 26).

Estos autores publican la traducción al español de *The Sage Handbook of Organization Studies* (Clegg, Hardy, Lawrence, & Nord, 2006) en donde integran reflexiones para Latinoamérica a partir de cada uno de los capítulos originales. Ejercicio similar realizaron Miguel Caldas, Roberto Fachin y Tânia Fisher al publicar, en 1999, la traducción al portugués de la primera edición del *Handbook of Organization Studies* (Clegg, Hardy, & Nord, 1996), en tres volúmenes: *Modelos de análise e novas questões em Estudos Organizacionais; Reflexões e novas direções; y Ação e análise organizacionais*. El trabajo realizado por estos investigadores expresa el auge y desarrollo de los EO en Brasil. En ese sentido, el texto del 2006 se convierte en un referente histórico ya que posibilita la difusión "de las propuestas teóricas y metodológicas de los EO en las distintas regiones de Latinoamérica" (Gonzales-Miranda & Ramírez, 2017, p. 23). En el análisis que realizan, luego del ejercicio de publicación en donde participaron 19 autores de Latinoamérica, afirman que la *heterogeneidad* está referida a comprender que el conocimiento organizacional "no lleva a un lugar común, sino que vislumbra un sinnúmero de aproximaciones que implican diversas concepciones de su significado, de sus alcances y posibilidades para el análisis de las organizaciones, así como de su relación con la administración" (p. 26). La *fragmentación* explica que el desarrollo de los EO en Latinoamérica está seccionado por regiones, en donde se rescata el auge de México y Brasil, desligándolo del resto del continente en donde aún es incipiente. Por último, la *diversidad*, connota "la gran cantidad de temas, intereses y líneas de investigación que se vienen planteando en el campo de lo que se podría denominar *EO latinoamericanos"* (p. 28), mostrando la amplitud y alcance que tienen los EO para el análisis de las sociedades a través de las organizaciones.

En otro texto, en donde también se analiza el desarrollo de los EO en Latinoamérica, Gonzales-Miranda, Ocampo-Salazar y Gentilin (2018), a partir de una revisión documental, encontraron que en la región hay una preponderancia por realizar estudios de corte funcional-positivista, ligados básicamente a temas inscritos en la TA. Ahora bien, los EO cobran cada vez más importancia, ya que optan por abordar los problemas organizacionales de forma crítica. Sin embargo, los autores son claros al afirmar que "no se quiere propiciar una posición epistemológica caracterizada por una polaridad irreconciliable de perspectivas, la funcional-positivista, por un lado, y la comprensiva por el otro; ni tampoco estigmatizar valorativamente alguna de ellas" (p. 104). Por el contrario, los resultados de la investigación muestran que no hay una postura única en cuanto la elección de alguna perspectiva teórica, sino que estas se complementan y coexisten en el arenal organizacional latinoamericano.

En efecto, es indudable que el camino transitado en la región ha permitido construir una historia que ha limado asperezas y prejuicios contra posturas y aproximaciones contrarias a los EO. A la vez, se ha logrado un reconocimiento regional y mundial, pero muchas veces la falta de confrontación y reflexividad termina por caer en la comodidad. Este texto invita a abandonar tal posición.

LOS ESTUDIOS ORGANIZACIONALES EN LATINOAMÉRICA, A DEBATE

Según lo descrito, es un deber realizar un ejercicio reflexivo sobre los EO en la región, ya que "constatamos que una de las características centrales de los países latinoamericanos es la reducida investigación realizada, tanto teórica como de campo" (Barba, 2012, p. 15). Esto es acaso una obligación académica cuya responsabilidad recae en todos aquellos investigadores que habitan en el campo de estudio. Es, a su vez, un ejercicio

 CC BY ISSN 0034-7590; eISSN 2178-938X

sugestivo para entender la comprensión colectiva que tienen los académicos sobre los EO en Latinoamérica.

Alerta también sobre la imperante necesidad de demarcar aspectos que configuran su identidad en el entendido de que la delimitación no es cerrazón o la no apertura a nuevas 'conversaciones', sino que es la defensa de la autonomía, de la identidad, la cual evita la perversa posibilidad de creer que 'todo cabe' en los EO. Esto no es posible. Hay algunas características que, sin concebirlas como inamovibles en el tiempo, clarifican algunos rasgos identitarios, los cuales demarcan el campo. Es en esta vía que se desarrolla este documento, el cual no busca responder a las preguntas y reflexiones que plantea, sino volver al 'terreno áspero', con el fin de obtener la 'fricción' necesaria para construir concepciones y propuestas propias de los EO en la región.

Lo anterior cobra, pues, relevancia porque permite encontrar elementos para contestar preguntas como las que siguen: ¿Cómo saber que un proyecto de investigación se inscribe dentro de la perspectiva de los EO? ¿Son los Estudios Críticos de Gestión (*Critical Management Studies* –CMS–) parte de los EO? Estos últimos configuran un campo pluralista, diverso e interdisciplinario que alberga una amplia gama de perspectivas (Sanabria, Saavedra-Mayorga, & Smida, 2015). Para algunos, los CMS forman parte de los EO; para otros, son dos campos de conocimiento diferentes, desligados, básicamente, porque los primeros tienen como objeto analizar la gestión desde una postura posmoderna (Fernández, 2007), mientras que los EO abordan el estudio de lo organizacional desde la Teoría Crítica. Incluso la cuestión se agudiza al constatar que muchos de los autores de los EO también son reconocidos como referentes en los CMS. Esta discusión no está cerrada, pero es únicamente un ejemplo de lo relevante que es delimitar el campo de los EO para no caer en ciertas ambigüedades que terminan por convertirlos en un espacio en donde solo, por el hecho de estudiar las organizaciones o algún aspecto o dinámica social que se desarrolla en su interior desde una postura alternativo-crítica, se afirma que forma parte de este campo.

En ese marco, siguiendo con este ejercicio autorreflexivo y retomando también lo que Nord, Lawrence, Hardy y Clegg (2017), afirmaban sobre querer "estimular conversaciones dentro y entre los diferentes enfoques de los EO. De hecho, conceptualizamos estos estudios como una serie de conversaciones múltiples, sobrepuestas, que reflejan, reproducen y refutan conversaciones anteriores" (p. 1), es pertinente, por el contexto y desarrollo de los EO en Latinoamérica, interrogar ciertos aspectos que circundan propiamente la naturaleza de los EO como se anota a continuación.

¿Los EO, campo de conocimiento o disciplina?

Como primer punto, los campos se consideran como "microcosmos sociales relativamente autónomos, es decir, espacios de relaciones objetivas que son el sitio de una lógica y una necesidad específicas" (Bourdieu & Wacquant, 1992, p. 135). Los agentes al interior de cada campo ocupan posiciones diferenciadas según los recursos (materiales o simbólicos) que posean (Capitales, en el lenguaje de Bourdieu), en el proceso de disputas que se presentan en la singularidad del microcosmos social. Estas posiciones diferenciadas de los agentes los hace partícipes de manera distinta en las disputas al interior del campo. Es así como en esta concepción no existe una progresión lineal o consensuada. La historia de cada campo (de cada campo disciplinario y del campo científico en general) está cargada por las tensiones y, en particular, por la que adquiere en un momento determinado derivación de la manera como dichas disputas se resuelven.

Por consiguiente, cada campo, en el contexto de la ciencia, en especial de las diferencias disciplinarias, convoca una suerte de asunciones ontológicas, epistemológicas, metodológicas y teóricas. Y en estas diferencias, los académicos incorporan disposiciones y posiciones que sirven a la vez de referentes de interpretación, aprehensión y acción ante las dinámicas del campo y sus disputas. El campo de los EO, parafraseando a Bourdieu, implica la existencia de redes de relaciones relativamente autónomas, "dentro de [las] cuales no están permitidas todas las jugadas, dentro de [las] cuales hay regularidades inmanentes, principios implícitos y reglas explícitas de inclusión y exclusión, como así también derechos de admisión que se plantean continuamente" (Bourdieu & Wacquant, 1992, p. 236). ¿Qué jugadas son permitidas en los EO?, ¿Cúales son las reglas de exclusión e inclusión?, ¿Cuáles son los derechos de admisión para ingresar a los EO?

Como segundo punto, una disciplina hace referencia a un área de conocimiento singular, que posee una delimitación precisa sustentada en un objeto de estudio, métodos, teorías, lenguaje, formas de objetivación, a partir de los cuales se producen conocimientos especializados. En correlato, y en términos de Morin (1998), "es una categoría organizacional en el seno del conocimiento científico; ella instituye allí la división y la especialización del trabajo y responde a la diversidad de los dominios que recubren las ciencias" (p. 9). De acuerdo con esta línea de ideas, la disciplina "representa especialización en aislamiento" (Max-Neef, 2004, p. 3), lo que deriva en la configuración de saberes hiperespecializados y autónomos, de allí, que

> La frontera disciplinaria, su lenguaje y sus conceptos propios van a aislar a la disciplina en relación con las otras y en relación con los problemas que cabalgan las disciplinas. El espíritu hiperdisciplinario va a devenir en un espíritu de propietario que prohíbe toda incursión extranjera en su parcela del saber. (Morin, 1998, p. 10).

Muchas veces se suele utilizar el término campo y no disciplina para referirse a los EO como una estrategia para no encasillarlos en una aproximación positivista y cerrada, sino lograr la apertura de otros acercamientos para comprender antes que resolver. No obstante, también se ha promovido el aspecto performativo de los EO, ligado a lo disciplinario como una opción de cambio y transformación de la sociedad, en el entendido de que hay que buscar cambiar la realidad luego de comprenderla, es decir, hay una clara opción por la praxis, sin desligar la importancia de la teoría. Incluso, algunos investigadores se han denominado a sí mismos como *organizacionólogos* promoviendo lo que se conoce como 'perspectiva organizacional' (Contreras Manrique & De la Rosa Alburquerque, 2013), denotando una clara tendencia a marcar aspectos disciplinarios de los EO. Así las cosas, ¿se comienzan a disciplinar los EO en Latinoamérica?

¿Qué es lo crítico en los EO?

La perspectiva crítica que proponen los EO implica la ascensión de visiones que contrasten y cuestionen las condiciones de desarrollo social existentes por considerarlas insuficientes y negativas, lo cual no implica una visión ficticia, sino que se requiere de un conocimiento profundo y riguroso de las condiciones de posibilidad que deben de llevar a la transformación de las relaciones estructurales existentes (Freire, 1984; Misoczky, 2017). En este contexto es posible entender lo crítico como aquella capacidad para mirar al interior de un campo o disciplina, y dar razón y sustento de sus propios postulados. En otras palabras, es un proceso autorreflexivo. Siguiendo a Misoczky (2017), la crítica implica que necesariamente debe ser ontológica y debe buscar transformar a la sociedad y liberar a los individuos de los regímenes opresivos. Por ello, no basta con tener una metodología crítica, propuesta por Alvesson y Willmott (1992), ni optar por una posición contraria al *status quo;* se trata de buscar una transformación, una praxis que trascienda y transforme las prácticas hegemónicas que se dan en el acercamiento a las organizaciones (Alvesson & Willmott, 1992). Históricamente, se identifican dos corrientes dentro de los EO, una, en la *Teoría Crítica,* expuesta por la Escuela de Frankfort, y la otra, en el *posmodernismo* (Saavedra-Mayorga, Marín-Idárraga, & Gonzales-Miranda, & Idárraga, 2017) ¿Dónde se inscriben los EO? ¿En ambas?

¿En el posmodernismo?

Como señalan Alvesson y Deetz (2017), hay múltiples aristas para encarar el posmodernismo, por lo cual es difícil su delimitación. Desde los EO, en particular, se hace énfasis en los conceptos de fragmentación, textualidad y resistencia en los estudios de la organización, a partir, principalmente, de autores como Derrida, Foucault, Baudillar, Deleuze, Guattari, Laclau y Mouffe (Alvesson & Deetz, 2017). Dichos autores, manifestaron que entre los temas más relevantes se orientan a estudiar

> La naturaleza construida de las personas y la realidad enfatizan el lenguaje como sistema de distinciones primordiales para el proceso de construcción y argumentación en contra de extensas narrativas y sistemas teóricos de gran escala: el marxismo y el funcionalismo. También destaca la conexión entre el poder y el conocimiento; el papel de las exigencias técnicas en los sistemas de dominación, haciendo énfasis en la naturaleza fluida e hiperreal del mundo contemporáneo; y el rol de los medios masivos y las tecnologías de la información, enfatizando en la narrativa-ficción-retórica como claves para el proceso de investigación. (Alvesson & Deetz, 2017, p. 513).

El énfasis se establece en el punto crítico del posmodernismo, dado que hace parte de una crítica más amplia que desafía el *statu quo* y apoya las voces silenciadas y marginadas (Alvesson & Deetz, 2017).

¿En la Teoría Crítica?

En relación con los EO, Alvesson y Deetz (2017) entienden que el uso de la Teoría Crítica se deriva de los trabajos que se han desarrollado y toman como referente los autores de la Escuela de Frankfort (humanismo radical), tales como Adorno, Horkheimer, Marcuse y Habermas. De allí que se espere, desde la Teoría Crítica en los EO, "crear sociedades y lugares de trabajo libres de dominación, donde todos los miembros

tengan la misma oportunidad de aportar a la producción de sistemas que satisfagan las necesidades humanas y conduzcan al desarrollo progresivo de todos" (Alvesson & Deetz, 2017, p. 517). Consecuentemente, son temas relevantes como la ideología, la acción comunicativa, una mirada crítica al sistema capitalista y a la sociedad organizacional contemporánea, la dominación por medio de la racionalidad instrumental, la condición de la mujer, de los trabajadores, las personas de color, las metas, valores y formas de conciencia y distorsiones comunicativas dentro de las compañías, entre otros aspectos (Alvesson & Deetz, 2017).

No basta con afirmar, tal vez con cierta altanería, que se tiene una *posición crítica* y gracias a ello asegurar que se encuentra dentro del campo de los EO. ¿Cómo saber si la crítica es crítica o qué tipo de crítica forma un aspecto constitutivo de los EO? No todo lo que tenga el 'tono' crítico puede ser considerado dentro de los EO. Entonces, ¿qué criterios tendrían que ser considerados para ello, y qué posición (posmoderna o Teoría Crítica) asumir?

¿Qué relación tienen los EO con las ciencias sociales y humanas?

Pierre Bourdieu (2003) afirma que "la ciencia social es una construcción social de una construcción social" (p. 153). Las ciencias sociales (CCSS) toman la realidad social como referente de estudio, es decir, la realidad que, práctica y simbólicamente, los agentes construyen a partir de la realidad relacional de lo social. Es el hombre, inserto en un conjunto de relaciones, el que crea y da sentido a la realidad. Y son las CCSS las que buscan descifrar la manera como se estructura la acción individual y colectiva, la forma como se le da sentido a la vida y, en ese vínculo necesario, comprender cómo, en esa red de relaciones se construye, reproduce y transforma la realidad.

Como construcción social, las CCSS han devenido en múltiples opciones para comprender al hombre en sociedad; de allí que en esa historia se hayan dado diversas divisiones disciplinarias, definidas por objetos de estudio, métodos, lenguajes, epistemes y referentes ontológicos, aparentemente diferenciados y distantes. De ahí que se haya pasado a repensar las divisiones que se le habían impuesto al mundo desde la mirada disciplinaria (Mardones, 2012; Wallerstein, 1996).

Para 1945, dirá Wallerstein, estaban claras las líneas divisorias entre, por un lado, las ciencias naturales y las humanidades (referidas a la filosofía, las letras y las artes) y, por el otro, las CCSS, divididas en historia, para estudiar el mundo moderno; la economía, encargada de los asuntos del mercado; la sociología, orientada hacia la sociedad civil, y la ciencia política, concentrada en los asuntos del Estado. Por otra parte, se encontraba la antropología, confinada al estudio del mundo no moderno (Wallerstein, 1996). Después de la segunda guerra mundial, estos límites fueron puestos en cuestión y germinaron posturas integradoras que empezaron a ganar terreno a partir de proponer una ontología del mundo social como totalidad compleja (Osorio, 2002; Zemelman, 1992), evidenciando la necesidad de articulaciones e interrelaciones. De allí, lo imperioso de una ruptura con las divisiones tradicionales de las CCSS (y de estas con las ciencias naturales), lo que implica, según Wallerstein (2006):

> El reconocimiento de que los principales problemas que enfrenta una sociedad compleja no se pueden resolver descomponiéndolos en pequeñas partes que parecen fáciles de manejar analíticamente sino más bien abordando estos problemas, a los seres humanos y a la naturaleza, en toda su complejidad y en sus interrelaciones. (p. 87).

Constantemente se argumenta que los EO incorporan a las CCSS para aproximarse a comprender las dinámicas sociales que se inscriben en las organizaciones, a la vez que dicho ejercicio implica reconocer la influencia que tienen los EO en ellas (Durango, 2005). En ese sentido, se presentan dos aspectos por interrogar en este punto: ¿Es posible retomar parcialmente los marcos teóricos de las CCSS, como la filosofía, la sociología, la antropología, sin la suficiente profundización e, incluso, la no formación de base de la disciplina? El otro punto tiene que ver con que no necesariamente lo comprensivo y lo crítico se da por considerar las CCSS para el análisis de los fenómenos organizacionales. Así, no por retomar imperiosamente a las CCSS, la aproximación se torna crítica. ¿En qué sentido y cómo los EO están insertos en las CCSS? Este interrogante convoca a la reflexión en cuanto la naturaleza multi, inter o transdisciplinaria de los EO.

¿Multidisciplinarios, interdisciplinarios, o transdisciplinarios?

La multidisciplinariedad hace referencia al abordaje que, desde diferentes enfoques, se asume sobre un problema. Ello no implica un diálogo, sino múltiples perspectivas para dar respuestas diversas a la situación planteada. Como diría Hernández (2017):

 CC BY ISSN 0034-7590; eISSN 2178-938X

> El trabajo multidisciplinario se parece al del panel de expertos, en donde, a propósito de un problema complejo, cada uno de ellos plantea su punto de vista desde su propia disciplina y a partir del conocimiento pertinente relacionado con el problema que se ha construido en su disciplina. (p. 24).

A continuación, este autor afirma que "[con] esta forma de abordaje de los problemas no necesariamente se construye una síntesis de los saberes involucrados, ni se concibe un trabajo compartido alrededor de un problema en el que cada uno aporta a la solución colectivamente encontrada" (Hernández, 2017, p. 24). Lo anterior deriva en un ejercicio de cooperación, de integración e intercambio (Morin, 1998. p. 15), en busca de conexiones que no son concebibles desde una disciplina en su singularidad. La interdisciplinariedad significa

> El encuentro y la cooperación entre dos o más disciplinas, aportando cada una de ellas (en el plano de la teoría o de la investigación empírica) sus propios esquemas conceptuales, su forma de definir los problemas y sus métodos de investigación. (Bottomore, 1983, citado por López, 2012, p. 368).

En el fondo de esta forma de conocer la realidad, hay unas asunciones ontológicas y epistemológicas que comprenden el mundo de manera relacional y compleja: De ahí que la búsqueda disciplinaria sea insuficiente por su especialización, porque no posibilita establecer conexiones en una realidad diversa, pero interconectada. De donde se deriva "un nuevo tipo de conocimiento que sobrepasa la postura paradigmática disciplinaria y, a su vez, se crea un espacio compartido que enriquece los elementos epistemológicos, ontológicos y metodológicos propios de la disciplina" (Delgado, 2009, p. 18).

La transdisciplinariedad, al decir de Delgado (2009), se sitúa "en un plano epistemológico que supera lo interdisciplinario pues representa el nivel más alto de integración de los saberes" (p. 24). Desde este posicionamiento, se busca trascender las fronteras disciplinarias, superando sus límites y proponiendo alternativas de construcción de conocimiento, es decir, "la apertura de todas las disciplinas a aquellos que las atraviesan y las trascienden", como lo plantea la "Carta de la transdisciplinariedad".

Desde las definiciones y aproximaciones foráneas de algunos textos insignes de los EO, se sentencia, con frecuencia, que los EO son un campo interdisciplinario (Ibarra-Colado, 2008). ¿Es cierto? ¿Esto se ajusta a la realidad latinoamericana? ¿Por qué no pueden ser pluridisciplinarios? Son muy pocas las investigaciones que se realizan desde una mirada interdisciplinaria. La primera razón, ya expuesta, es que no todos los investigadores tienen la formación en diversas disciplinas, y la segunda, no todos los problemas se pueden abordar desde todas las disciplinas.

¿Qué marcos teóricos conforman los EO?

¿Cuáles son los marcos teóricos que componen o forman parte del *corpus teórico* de los EO? ¿Cuál es el criterio para aceptar uno u otro, o acaso depende de la misma propuesta investigativa o de la perspectiva crítica que se le dé? ¿Un mismo marco teórico puede estar en dos perspectivas epistémicas distintas? 'Si todo cabe en algo, esto no existe', se promulga desde los adagios de la filosofía. Si todo cabe en los EO, estos mismos se desnaturalizan.

Investigaciones previas se han aventurado a clasificar las distintas temáticas que los investigadores le atribuyen a los EO, dando como resultado la identificación de tendencias propensas, mas no exclusivas, de formar parte del *corpus* de los EO. Entre ellas se pueden encontrar el nuevo institucionalismo, aprendizaje y conocimiento organizacional, cultura, sociología organizacional, posmodernismo y Teoría Crítica, etc. (Gonzales-Miranda, Ocampo-Salazar & Gentilin 2018). No obstante, más allá de dilucidar los criterios clasificatorios, emerge una inquietud que a su vez genera otra tensión. El campo tiene que ser lo suficientemente flexible para incorporar otros marcos teóricos emergentes que se vienen desarrollando últimamente en Latinoamérica y dicen inscribirse en los EO.

Ejemplo de lo anterior son los temas del colonialismo, género, empresarismo, innovación, etc., por los que optan los investigadores para analizar las dinámicas sociales en las organizaciones. A esto se le suma otra inquietud: muchas veces, desde estas temáticas o desde las mismas CCSS, se discurre sin hacer el debido enlace con las organizaciones. Si se estudian las organizaciones, lo esperado es que las diversas temáticas y disciplinas puedan ahondar desde sus propios intereses académicos y marcos teóricos en los aspectos organizacionales. ¿Es esto imperante para decir que dichos proyectos de investigación están dentro de los EO?

¿Poseen los EO una perspectiva metodológica propia?

Dado el carácter comprensivo de los EO, hay prácticamente un consenso en utilizar la aproximación o carácter cualitativo en las investigaciones. Esto es comprensible, dado que se busca dilucidar los sentidos que los actores atribuyen a sus acciones. No

 CC BY ISSN 0034-7590; eISSN 2178-938X

obstante, es permitido también cuestionar si es posible abordar los fenómenos organizacionales desde una miranda comprensiva y utilizar una aproximación cuantitativa o, en su defecto, realizar investigaciones de carácter mixto. Incluso, autores como Medina (2010), hacen un llamado a asumir un anarquismo metodológico con el ánimo de probar novedosas metodologías para estudiar las organizaciones. A esto se le añade otro cuestionamiento, y es el tema de la cuasi exclusividad o preponderancia por escoger una estrategia de abordaje a partir del estudio de caso.

En la amplia literatura sobre la cuestión hay múltiples concepciones de cómo entender el estudio de caso; ya sea como estrategia (Archenti, Marradi, & Piovani, 2018; Galeano, 2012) o, como señala Simons (2011), un enfoque (diferenciándolo de método y estrategia). En términos generales, y de acuerdo con Stake (1999), "el estudio de casos es el estudio de la particularidad y de la complejidad de un caso singular, para llegar a comprender su actividad en circunstancias importantes" (p. 11). En correlato, "el estudio de caso es un estudio de lo singular, lo particular, lo exclusivo" (Simons, 2011, p. 19). El caso puede ser, tanto "una unidad individual como colectiva –una persona, una institución, una empresa, un programa, una política, una comunidad, un sistema, un país" (Archenti et al., 2018, p. 292), así como las intenciones investigativas "que afectan a los métodos seleccionados para la recogida de datos" (Simons, 2011, p. 20).

Por un lado, en varios autores predomina una recurrencia a no reducir el estudio de caso a lo meramente metodológico (Galeano, 2012; Simons, 2011; Stake, 1999); por el contrario, se entiende que lo metodológico deviene de la construcción misma del caso, del objeto de investigación. En el estudio de caso "no se trata de una opción metodológica, sino de la elección de un objeto de estudio; es el interés en el objeto lo que lo define y no el método" (Archenti et al., 2018, p. 292).

Por otro lado, cuando se discute sobre el carácter de lo cuantitativo o cualitativo, en referencia a las técnicas de investigación usadas en el estudio de caso, si bien se destaca el uso de técnicas cualitativas, lo cuantitativo no es desacreditado; más bien se considera que, dependiendo de la investigación, su uso puede ser o no significativo; como dice Simons (2011), el "estudio de caso no es sinónimo de método cualitativo" (p. 40). Finalmente, cuando se habla de estudio de caso, se entiende que este no hace referencia a un caso único, dado que el investigador puede tomar múltiples casos (Stake, 1999; Yin, 1994) para ser estudiados en una investigación.

Así las cosas, ¿en dónde reside la exclusividad en los EO para este método-estrategia? ¿Se puede ser crítico desde un enfoque cuantitativo y por qué no se promueve este tipo de investigaciones? ¿Qué es un estudio de caso?, ¿es un método, como dice Stake (1999), o es una estrategia, como dice Yin (1994)? Muchas veces se da por sentado algo sin el debido sustento o justificación, y se piensa que rescatar lo particular, sin pretensiones universalistas, implica hacer un estudio de caso.

¿Los EO se distancian de la Administración?

Como último elemento a considerar en este ejercicio de reflexión sobre los EO en Latinoamérica, se encuentra la relación entre este campo de conocimiento y la Administración en cuanto disciplina (Rosa & Contreras, 2007; Echeverry, Chanlat, & Dávila, 1996; Kliksberg, 2005; Ocampo-Salazar, Gentilin, & Gonzales-Miranda, 2016). Es claro que los EO se centran en el objeto de estudio de la Administración, es decir, en las organizaciones (o la gestión de ellas) y en las dinámicas sociales que se desarrollan a su interior. Por la naturaleza misma de la Administración, no tiene los fundamentos requeridos para ser constituida como una ciencia capaz de otorgar a sus actos gestos universales de acción y replicación. Junto con ello, la aproximación de los EO implica "la destrucción creativa de las fórmulas, recetas y prácticas existentes, con la finalidad de reinventar a la organización" (Clark, Clegg, & Ibarra-Colado, 2000, p. 123).

No obstante, no hay organización que no sea susceptible de ser administrada. En ese sentido, la relación entre administración y organización, no solo es evidente, sino que su estudio es imperante e irremplazable (Gil, 2005). Lejos de tratarlas como compartimentos estancos, y estigmatizar sus posiciones, principios, fundamentos y alcances, es pertinente aproximarse a ellas como complementarias, ya que una mejor compresión de los fenómenos sociales termina por repercutir positivamente en una mejor gestión. Trabajos como los de Ramírez, Vargas y Rosa (2011) apuntan a construir y delinear dichos puentes. No obstante, la realidad latinoamericana, en general, difiere aún en este tipo de aproximaciones, y algunos integran en demasía tales realidades, a tal punto que no muestran diferencias en un acto que lejos de integrar, desnaturaliza ambas realidades (Ver: Fernández, Paramo & Ramírez, 2008; Medina, 2010).

¿CÓMO CONSTRUIR UN LENGUAJE PROPIO DE LOS EO DESDE UNA REALIDAD Y CONTEXTO LOCALES?

La heterogeneidad, la diversidad y la diferencia en cuanto a las formas de pensar y aproximarse a la realidad enriquecen

 CC BY ISSN 0034-7590; eISSN 2178-938X

el diálogo a la vez que propician espacios de aprendizaje. En consecuencia, no se pretende unificar criterios que tienten a la universalización mecanicista y cartesiana de la realidad. Pero la ambigüedad induce al error, a la confusión y a cierto relativismo, en donde 'todo cabe'. Se está, así, ante una situación complicada, ante un reto. Lo discutido hasta el momento induce a delimitar el campo, cuando pareciera que aquello que lo caracteriza es justamente la no delimitación. ¿Existe, pues, la posibilidad de repensar una definición que encuadre a los EO y los restrinja, a su vez, impidiendo albergar otras aproximaciones? Brota, entonces, la paradoja, como campo de acción que estimula el pensamiento.

Hay, por consiguiente, un clamor y reclamo –si se puede llamar así– por la identidad de los EO, por 'aquello que hace que la cosa sea eso y no otra cosa', o, en términos más organizacionales, por aquello que es central, distintivo y duradero (Albert & Wheten, 1985; Gonzales-Miranda & Uribe, 2018). No obstante, frente a tal pretensión que puede ubicar el discurso en términos esencialistas (Ashforth, Rogers, & Corley, 2011), se estructura una *aparente contradicción*. En términos de Dubar (2002), la identidad es el resultado de una doble operación lingüística: *diferenciación* y *generalización*. La primera define la diferencia pues incide en la singularidad con relación a otros campos. La segunda es la que busca definir el nexo común a una serie de elementos diferentes de otros; la identidad es así, la pertenencia común. *Estas dos operaciones están en el origen de la paradoja de la identidad: lo que hay de único es lo que hay de compartido*.

Entonces:

¿Qué generaliza a los EO?

Hay muchos otros campos de conocimiento y aproximaciones teóricas que comparten aspectos propios con los EO. Entre estos se encuentran el espíritu crítico y la recurrencia a las ciencias sociales y humanas, con el objetivo de estudiar y analizar aspectos sociales en las organizaciones. Pero estos dos aspectos no son imprescindibles ni se convierten en criterio decisorio único. Hay diversas modalidades en el estudio de las organizaciones que no solo comparten estas dos características, también se diferencian en cuanto su inscripción espaciotemporal, los problemas que aborda, su ubicación paradigmática y la orientación metodológica. En la Tabla 1 se resumen las diversas modalidades a partir de la propuesta de Rendón y Montaño (2004).

El objetivo con esta presentación general sobre las principales corrientes del estudio de las organizaciones es resaltar sus disímiles aproximaciones teóricas que se han destacado en más de un siglo. Es claro que el desarrollo de cada una de ellas se vuelve algo necesario en aras de lograr una comprensión más profunda. No obstante, lo que se busca es aportar a una visión en conjunto, que brinde un panorama amplio del estudio de las organizaciones y mostrar los puntos en común dentro de la diversidad de aproximaciones. Sin embargo, se pretende, sobre todo, cuestionar cierta exclusividad que se le atribuye a los EO en el desconocimiento y, tal vez, vanidad arropada de arrogancia, de pensar que es la única alternativa de abordaje organizacional que posee el mundo académico, cuando, en realidad, y dentro del *zoo organizacional* (Perrow, 1984), hay muchos marcos y corrientes que van en paralelo y que conviven en la gran gama de posibilidades de análisis que existen para estudiar las organizaciones.

¿Qué diferencia a los EO?

Como se anunció al inicio de esta disertación, no se pretende formular la definición de los EO, pero las consideraciones planteadas, en definitiva, se orientan y ayudan hacia tal propósito. No obstante, además de las discusiones expuestas, como un primer ejercicio para delimitar el campo, propiciadas indudablemente por un cuestionamiento y reflexión previos, se detallan un conjunto de consideraciones importantes, con el fin de resaltar particularidades de los EO.

Una comunidad en torno al estudio de las organizaciones

El concepto de comunidad ha sido utilizado de múltiples formas por las ciencias sociales. Su paso desde la antropología hasta diferentes disciplinas ha sido raudo y de fácil aceptación gracias a la simpleza de su significado, el cual hace referencia, como primera acepción, a todo agrupamiento humano. Sin embargo, se acude al término para delinear a grupos humanos que poseen una fuerte cohesión, por ejemplo, religiosa, o también por rasgos identitarios que los unen, como es el caso de lo académico.

A este tenor, Kuhn (1971), en su reconocida obra sobre las comunidades académicas, afirma que estas –llamadas también científicas– comparten una matriz disciplinaria que debe ser entendida como un conjunto de elementos-componentes en torno a los cuales se constituye su unidad. Importa, sobre todo, que tales comunidades producen y validan, por consenso, el conocimiento científico/académico. Se introduce aquí una discusión en cuanto si dicho conocimiento, acumulado por la experiencia práctica, la ciencia y la tecnología, no está integrado y, por el contrario, consiste en una yuxtaposición de sistemas de conocimiento más o menos coherentes, como partes, que no muestran coherencia ni siquiera

 CC BY ISSN 0034-7590; eISSN 2178-938X

compatibilidad unos con otros, pues son abismos separados en visiones especializadas que ahondan y profundizan las diferencias (Schutz, 2003). Como lo expresara Bauman (2004), las identidades son una costra volcánica que se endurece, se funde nuevamente y cambia con frecuencia.

Pareciera entonces que, efectivamente, los EO en Latinoamérica discurren por un desarrollo donde la incompatibilidad sería su característica y, por ello, difícilmente se les podría considerar una comunidad como tal. Pero, a pesar de las diferencias epistemológicas u aproximaciones teóricas, el objeto de estudio y la visión crítica –criterios que muchas veces se utilizan indistintamente para buscar cierta clasificación teórica–, hay un grupo de investigadores que se aleja de lo meramente funcional e instrumental para pensar y profundizar críticamente en las organizaciones.

Junto con ello, la comunidad se conforma también a partir de afectos que conllevan a propiciar una relación de amistad, entre colegas, que permite la construcción de alianzas y, en consecuencia, de colaboración a nivel institucional y personal, para configurar un pensamiento particular que respeta las diferencias y diversidad de posturas, pero que se agrupa en torno a los EO. Por tanto, es importante la construcción de espacios para el diálogo, que propicien encuentros académicos como coloquios y conferencias, así como actividades conjuntas que promuevan la investigación en este campo de conocimiento.

Tabla 1. **Modalidades de estudio de las organizaciones**

Corrientes	Origen	Orientación	Fundamento	Objeto de estudio
Administración	Estadounidense (nace con la empresa ferrocarrilera). Chandler	Funcional	Modelos normativos basados en la experiencia	Empresa
Teoría de la Organización	Estadounidense (No es claro su origen) Administración Científica, teoría de sistemas o Relaciones Humanas. Simon, Cyert y March.	Funcional, con un contenido social más amplio.	Se constituye como campo de conocimiento en sí mismo.	Organizaciones productivas (principalmente). Estrecha relación con la Administración.
Análisis Institucional	Francés	Crítica. Cuestiona los excesos por alcanzar la excelencia.	Análisis psicosocial. Elementos inconscientes que subyacen a toda organización y que impiden un desarrollo más armónico y equilibrado.	Organización desde el inconsciente. Corriente poco conocida.
Sociología del trabajo	Francés (se suman México y Brasil). Touraine y Naville. Freedman.	Crítica (predomina la aproximación institucional).	Enfatiza aspectos como la tecnología, la cultura obrera, el género, etc.	Temas que van evolucionando conforme la sociedad se transforma.
Sociología de las Organizaciones	Herencia de Weber (tradición sociológica estadounidense con Merton y Gouldner) y también francesa (Crozier).	Social-constructivista.	Destaca el tema del poder para "corregir" el tipo de ideal burocrático.	Poder en las organizaciones. Organizaciones públicas.
Análisis Organizacional	No posee contornos precisos.	Social-constructivista.	Postura ecléctica. Modalidad particular de la Sociología de las organizaciones.	Acción colectiva, organización como proceso.
Sociología de la empresa	Surge de la Sociología para estudiar la empresa. Sainsaulieu y Segrestin.	Social (campo emergente).	Los actores sociales ocupan un lugar importante en el análisis.	Empresa
Estudios Organizacionales	Europeo (sociólogos ingleses).	Crítica. Poca relación con la TA. Toma elementos de la Sociología del trabajo y de las Organizaciones.	Retoma a la TO de forma crítica e incorpora el tema de la cultura y el poder para contrarrestar la hegemonía estadounidense.	Organización. Escasa relación con la Administración.

Fuente: elaboración propia con base en Rendón y Montaño (2004).

 CC BY ISSN 0034-7590; eISSN 2178-938X

Un objeto que está en constante proceso de organización *(organizing)*

El concepto 'organización' puede estar acotado por una mirada funcional-operativa si se considera como un conjunto de individuos que se reúnen gracias a intereses comunes, bajo una estructura determinada, que tiene por objeto la eficiencia y la productividad de las acciones; también, desde otro punto de vista más flexible y dinámico, se le concibe como una entidad social concreta, con cierto carácter perdurable, con características propias y reconocibles, y como un espacio en donde se desarrollan y construyen dinámicas sociales en su interior.

> De esta manera, el significado de la organización no es perceptible, sino que los fenómenos ahí presentes se convierten en lo ininteligible, aquello que pugna por sobresalir, pero que escondido en la dinámica de la creación humana, se oculta en forma latente. El esfuerzo académico se concentrará entonces por hacerlo inteligible y, por tanto, hacer comprensible *lo organizacional*. (Gonzales-Miranda, 2014, p. 55).

La particularidad de lo latente, y la tarea por hacerlo inteligible implican y requieren un marco teórico determinado para lograr tal objetivo. Así, la lectura y comprensión del dinamismo social obedecerá al lente teórico que se utilice. De esta forma, y dependiendo de la pertinente y adecuada utilización de dicho marco teórico, la conceptualización de organización variará.

Así, lo organizacional no es más que la configuración particular y propia de estas dinámicas sociales que se dan de forma específica, las cuales serán únicas dependiendo de cada organización. En ese sentido, no habrá una organización igual a la otra, toda vez que el entretejido social será diferente, más allá de encontrar ciertas similitudes estructurales compartidas entre aquellas que pertenecen a un mismo sector económico. Junto con ello, lo organizacional hace referencia también a los procesos propios de organización de cada ente. El juego de palabras entre el sustantivo y el verbo explica una dinámica continua de cambio y adaptación de la organización al entorno, lo cual moviliza su estructura interna de tal suerte que le permite ajustarse al ambiente en donde se encuentra. Comprender el proceso de organización implica desarrollos sociales de construcción de sentido, delimitados por dimensiones espaciotemporales que los hacen inigualables y que están sometidos, a su vez, a cambios constantes. Esto acarrea la necesidad de contextualizar claramente la organización y su curso, a la vez que implica desligarse de toda pretensión de universalización.

Esta discusión también centra la atención sobre el objeto de estudio de los EO. Es válido afirmar que dicho objeto de estudio puede ser verdadero o, tan solo, una representación de dicha realidad. Así, se podría decir que es un objeto reconstruido teóricamente que tiene cabida en una organización concreta y es un reflejo, con posibilidad de búsqueda y análisis, o es un proceso organizacional empírico, gracias a artilugios metodológicos, que busca, en forma coherente y consistente, la posibilidad y pertinencia de su estudio. Por otro lado, el objeto de estudio puede hacer referencia, además, a diseccionar lo organizacional para poner énfasis en algunas de las dinámicas y procesos, como la cultura, toma de decisiones o relaciones de poder, entre otros.

Con respecto a lo anterior, y según Rendón y Montaño (2004), dicho objeto puede asumir dos posiciones ontológicas. Su existencia real fuera del individuo (independiente del pensamiento) o la construcción del mismo a manera de artificio metodológico. Así las cosas, el objeto de estudio es un dispositivo del investigador que no corresponde fielmente a la realidad. Es un constructo teórico, gracias a la presencia de una organización, que se extiende desde dentro hacia fuera (de la pequeña organización hasta la red interorganizacional) o viceversa (procesos o estructuras particulares –*organizing*–), acotado por las dimensiones espaciotemporales. Esto último influye en su definición, ya que el objeto a estudiar no depende, a pesar de su construcción, exclusivamente de la voluntad del investigador, porque la acotación implica considerar la etapa histórica en la que se inscribe la problemática específica, el desarrollo particular de herramientas metodológicas, la aproximación teórica y las diversas modalidades de relaciones sociales representativas del momento.

En este punto se comprende mejor la alusión a las nutridas conversaciones de Nord et al. (2017) con otras conversaciones, en un espiral de conocimiento, donde la primera conversación retoma la anterior para llegar, en una próxima, a un punto de profundidad en la discusión y, con ello, a comprender más el fenómeno organizacional. Se necesita, por tanto, una mirada que, más que sincrónica, sea diacrónica y convoque a un conjunto de disciplinas para el desciframiento de los múltiples vínculos, tensiones, subjetividades e intersubjetividades, afectos, sentidos, relaciones de poder, de comunicación, significados simbólicos, entre otras, que hacen parte de esa realidad compleja que es la organización, y que hacen que todo fenómenos organizado exprese la realidad social subyacente (Mandiola, 2016).

 CC BY ISSN 0034-7590; eISSN 2178-938X

Su aproximación crítica

Lo crítico en los EO hace referencia a los trabajos que tienen "una intención deliberada y explícita de cuestionar elementos inmersos en la tradición del campo que la ha estudiado y en las relaciones de dominación vinculadas con él" (Sanabria, Saavedra-Mayorga, & Smida, 2014, p. 211). En concordancia con ello,

> La tarea de la crítica en los EO, por lo tanto, es contraponer a la versión 'positiva' de crítica que se hace desde el interior del *management* sin cuestionarlo en su esencia y en su función para la reproducción de las estructuras sociales que constantemente generan víctimas, una crítica ética y ontológica. (Misoczky, 2017, p. 147).

Hay un propósito emancipatorio que encarna una crítica al *statu quo* en donde se busca evitar que las prácticas administrativas terminen por cosificar la humanidad del individuo (Carvajal, 2002). Entre los diferentes trabajos se destacan los inspirados en la escuela de Frankfurt y las propuestas que Alvesson y Deetz (2017) entienden como el punto crítico del posmodernismo, dado su desafío al mundo existente y su apoyo a las voces silenciadas o marginadas. Así mismo, lo crítico implica una praxis que propende, por un lado, al conocimiento del mundo y de las condiciones de posibilidad que en un momento dado se han construido y dan cabida o limitan las prácticas de libertad, y, por otro, a la búsqueda de la construcción de escenarios alternativos que permitan vínculos sociales distintos, que dejen de lado las relaciones de dominación. Lo crítico propugna que los individuos y grupos se liberen de las "condiciones sociales e ideológicas represivas, en particular de aquéllas que ponen restricciones socialmente innecesarias sobre el desarrollo y la articulación de la consciencia humana" (Alvesson & Willmott, 1992, citados por Saavedra-Mayorga, 2009, p. 56).

El tema, tal como se planteó en los apartados anteriores, es un asunto álgido que todavía es preciso delimitar, pero su presencia, como parte del estilo de análisis de los EO, es indudable. A pesar de que aún haya que configurar la propia definición de lo crítico para la región, este es un asunto que constituye y configura un aspecto propio y por lo tanto identitario de los EO. Es indiscutible que, dependiendo de los países de la región y aunado a la historia y estructuración propia del campo en cada uno de estos lugares, el término denotará y abarcará marcos diferentes, pero sin duda la aproximación crítica no estará ausente del proceso de análisis y de la reflexión que subyace a todo proceso investigativo dentro de los EO.

Una preocupación por la formación de los estudiantes

La investigación no se desliga de la docencia, la comprensión del fenómeno organizacional no rivaliza con el aula. En ese sentido, hay una estrategia pedagógica que apunta a cultivar otra forma de aproximarse a las organizaciones de forma crítica y propositiva, que promueve en los estudiantes una manera distinta de pensar sobre los órganos sociales denominados organizaciones, al mismo tiempo que plantea alternativas diferentes de estar en y comprender el mundo que los rodea y, con ello, mayores y mejores posibilidades de intervención-gestión de las mismas desde una concepción ética y responsable.

De este modo, las propuestas de los EO complementan la formación de los estudiantes en temas administrativos y de gestión. Con ello no sataniza o desprestigia el componente funcional-operativo del *management* sino que, reconociendo sus limitaciones y alcances, se propende a complementarlo. Es claro y necesario que las organizaciones estén muy bien administradas, con un sentido de responsabilidad social y respeto a la dignidad y desarrollo de sus miembros, y que también velen por la consecución justa y proporcionada de los rendimientos esperados para los accionistas. Así, y sin caer en dogmatismos recalcitrantes y denuncias exacerbadas, es importante lograr una justa medida que equilibre ambas posiciones. Se es consciente de que lo 'justo' puede ser difícil de lograr y complicado de delimitar, pero es crucial para los EO en Latinoamérica no negar la realidad administrativa de la gestión que integra estas tensiones. De lo contrario, se encaminarían a generar preconceptos y prejuicios que, lejos de integrar la crítica a la gestión, terminaría por obviarla o rechazarla.

REFLEXIONES FINALES

El proceso de construcción de una identidad latinoamericana pasa indiscutiblemente por conocer la realidad organizacional de este subcontinente. Es una tarea que implica identificar temas y problemas que caracterizan, y por ello, se constituyen en categorías que no sólo delimitan la realidad de Latinoamérica, sino que, gracias a ello, permite mostrar las diferencias con otras latitudes en donde los EO surgieron y ciertamente se han consolidado (Europa y Norte América). En este proceso es importante retomar los referentes foráneos y realizar una apropiación 'nuestra' que exponga la realidad de la región, lo cual conlleve a elaborar propuestas teóricas y alternativa de intervención propias que respondan concretamente a las pericias y particularidades del subcontinente latino. Los interrogantes y

 CC BY ISSN 0034-7590; eISSN 2178-938X

reflexiones expuestos en este artículo han buscado contribuir a esta tarea.

Un texto del escritor argentino Ernesto Sábato (2000) da luces para comprender parte de los retos y desafíos que tiene la comunidad académica latinoamericana en pos de construir un lenguaje propio en el estudio de las organizaciones. Como parte de esta reflexión final vale invitar a la apropiación de las ideas del célebre escritor latinoamericano:

> Creo que hay que resistir: este ha sido mi lema. Pero hoy, cuántas veces me he preguntado cómo encarnar esta palabra, cómo vivir la resistencia. Antes, cuando la vida era menos dura, yo hubiera entendido por resistir un acto heroico, como negarse a seguir embarcado en este tren que nos impulsa a la locura y al infortunio. ¿Se le puede pedir a la gente del vértigo que se rebele? ¿Puede pedirse a los hombres y a las mujeres de mi país que se nieguen a pertenecer a este capitalismo salvaje si tienen que mantener a sus hijos, a sus padres? Si son responsables, ¿cómo habrán de abandonar esta vida?
>
> La situación ha cambiado tanto que debemos valorar, detenidamente, qué entendemos por resistir. No puedo darles una respuesta. Si la tuviera, saldría como el Ejército de Salvación, o esos creyentes delirantes –quizá los únicos que verdaderamente creen en el testimonio– a proclamarlo en las esquinas, con la urgencia que nos han de dar los pocos metros que nos separan de la catástrofe. Pero no, intuyo que es algo menos formidable, más pequeño, como la fe en un milagro lo que quiero transmitirles en esta carta. Algo que corresponde a la noche en que vivimos, apenas una vela, algo con qué esperar. (p. 85).

La resistencia forma parte de la identidad. Uno se resiste porque defiende lo que uno es, cierra filas por aquello que considera propio y se niega a modificarlo, al menos en lo fundamental. Si bien hay muchas formas de entender la resistencia, es innegable que existe una relación inequívoca con la identidad. Así, y siguiendo al autor, la construcción de un lenguaje invita a considerar lo siguiente:

La constitución y consolidación de una identidad latinoamericana exige conocer el propio territorio, y en ese sentido, adentrarse profundamente en la manera particular y única en que estas organizaciones se desenvuelven y sobreviven día a día. Así, y retomando lo dicho por Chía (2015) al inicio de este texto, la propia realidad de lo cotidiano permite identificar, comprender y analizar aquello de 'latino' que tienen estas organizaciones. Esto permite iniciar una deconstrucción alejada de referentes foráneos preconcebidos, y realizar una reconcepción constante de lo que es América Latina para el resto de los países. Tener en cuenta un discurso propio sustentado en un análisis de las distintas realidades locales de Latinoamérica, sin duda, aunará la comprensión y el conocimiento del mundo organizacional global.

Lo anterior implica reconocer una tensión constante por evitar cierta colonización, en estrecha relación con no caer en las lógicas del capitalismo académico en sus diversas manifestaciones, que Sábato llama 'salvaje'. Así, una de las maneras de constituir una comunidad propia sobre los EO en la región, pasa por demarcar las propias líneas de difusión en revistas y espacios académicos, donde se explique y exprese un desarrollo propio, sin tener que sacrificar el espíritu crítico y la mirada comprensiva local, cayendo en la vorágine de publicar en revistas de alto impacto acordes a las presiones internacionales, aspecto que, para los criterios de acreditación, es bien recibido, por no decir exigido. En ese sentido, la resistencia implica la consecución y el fortalecimiento de espacios latinos de difusión que operen con lógicas de publicación distanciadas de proyectos editoriales que hacen prevalecer los criterios de los ránquines por encima de la producción y difusión del conocimiento que responda a reales necesidades de la región.

Otra forma de resistencia consiste en encender la vela. ¿Qué significa esto? La vela ha estado relacionada con la espera, con la capacidad virtuosa de esperar, lo cual conlleva a la esperanza. ¿Qué es lo que se espera? Se espera que la vida en las organizaciones respete la dignidad, autonomía, el desarrollo y el derecho justo de quienes la integran. Es en el fondo, contribuir desde la academia a construir una sociedad en donde quepan todos. A generar una consciencia que contribuya a una transformación, y cuando sea el caso, la valentía para denunciar prácticas que vayan en contra de esa integridad. Y es que un lenguaje propio implica un llamado a la acción desde la realidad local, estudiando organizaciones latinas, no solo a la contemplación en forma de un discurrir teórico (siempre relevante e impostergable, acaso iniciador) sino también a la transformación concreta de las organizaciones.

Los estudiantes que hoy están en el aula serán los líderes, aquellos que tendrán la responsabilidad de acompañar y guiar a las futuras generaciones en las organizaciones. Hay que ayudar a sembrar y ver materializar acciones que lleven a estos hombres y

 CC BY ISSN 0034-7590; eISSN 2178-938X

mujeres a respetar la integridad humana. Si bien no se logran ver hoy los alcances de lo que se puede construir desde los EO latinos, la esperanza permite confiar y con ello, trabajar incansablemente por alcanzarlo. No se trabaja por la seguridad que se ve hoy, sino por lo que se quiere y desea vislumbrar en el futuro.

Se invita a no considerar este documento como una herramienta para allanar el camino, sino como un medio para volver a la tierra áspera, a retornar las preguntas por aquellos aspectos identitarios aún en construcción. Volver sobre las preguntas difíciles que sacan de la comodidad permanente y obligan a pensar, a escuchar al otro, a aprender para seguir en el proceso de maduración, muchas veces interminable. A su vez, es una posibilidad para seguir escribiendo la historia latinoamericana en un lenguaje 'nuestro', es el proceso de edificar comunidad a partir de la diferencia que enriquece el diálogo. En consecuencia, el disenso, la apertura a otras aproximaciones, las críticas son siempre bienvenidas, ya que manifiestan el estilo de diálogo del campo que busca comprender las organizaciones.

Por último, invitar a recorrer el terreno áspero, pedregoso y difícil de los EO en Latinoamérica, ya que la región necesita fricción para avanzar.

REFERENCIAS

Albert, S., & Whetten, D. A. (1985). Organizational identity. In L. L. Cummings, & B. M. Staw (Eds.), *Research in organizational behavior* (pp. 263-295). Greenwich, USA: JAI Press.

Alvesson, M., & Deetz, S. (2017). Enfoques de la teoría crítica y del posmodernismo sobre los estudios organizacionales. In S. R. Clegg, C. Hardy, T. B. Lawrence, W. R. Nord, G. R. Martínez, & D. R. Gonzales-Miranda (Eds.), *Tratado de estudios organizacionales* (Vol. I, Teorización sobre el campo, pp. 511-552). Medellín, Colômbia: UAM, Remineo, Universidad EAFIT, SAGE.

Alvesson, M., & Willmott, H. (1992). On the idea of emancipation in management and organizational studies. *Academy of Management Review*, *17*(3), 432-464. doi: 10.5465/amr.1992.4281977

Archenti, N., Marradi, A., & Piovani, J. (2018). Estudio de caso/s. In N. Archenti, A. Marradi, & J. Piovani (Eds.), *Manual de metodología de las ciencias sociales* (pp. 291-303). Buenos Aires, Argentina: Siglo XXI.

Ashforth, B. E., Rogers, K. M., & Corley, K. G. (2011). Identity in organizations: Exploring cross-level dynamics. *Organization Science*, *22*(5), 1121-1367. doi: 10.1287/orsc.1100.0591

Barba, A. (2012). Los estudios organizacionales: Una aproximación al caso de México. *Estudios Interdisciplinarios de la Organización*, *1*(1), 4-23.

Bauman, Z. (2004). *Modernidad líquida*. Buenos Aires, Argentina: Fondo de Cultura Económica.

Bourdieu, P. (2003). *El oficio de científico: Ciencia de la ciencia y reflexividad*. Barcelona, España: Anagrama.

Bourdieu, P., & Wacquant, L. (1992). *Una invitación a la sociología reflexiva*. Buenos Aires, Argentina: Siglo XXI.

Camara, G. D. (2017). Contribuciones del pensamiento social latinoamericano para los estudios organizacionales: Una gira con Fals Borda, Marini y Fernández Retamar. *Administración&Desarrollo*, *47*(1), 55-64. doi: 10.22431/25005227.300

Carvajal, R. (2002). De lo inhumano y lo humanizable en las relaciones de subordinación. Filosofía, historia y sociología del Humanismo en la empresa de negocios. *Cuadernos de Administración*, *18*(27), 23-90. doi: 10.25100/cdea.v18i27.140

Chia, R. (2015, Julio). Examining & theorizing organized lives: Back to the 'Rough road'. *Organizations and the Examined Life: Reason, Reflexivity and Responsibility*. Conferencia llevada a cabo en el 31st EGOS (European Group of Organization Studies) Colloquium, en Graduate Business School at The American College of Greece.

Clark, T., Clegg, S. R., & Ibarra-Colado, E. (2000). Estudios organizacionales y paradigmas gerenciales: Elementos esenciales de una nueva retórica. *Denarius*, (1), 121-158. Recuperado de https://denarius.izt.uam.mx/index.php/denarius/article/view/355

Clegg, S. R., Hardy, C., Lawrence, T. B., & Nord, W. R. (Eds.). (2006). *The SAGE handbook of organizations studies*. London, UK: Sage.

Clegg, S.R., Hardy C., Lawrence, T. B., Nord, W. R., Ramírez Martínez, G. & Gonzales-Miranda, D. R. (2017) (Eds.), Tratado de estudios organizacionales. Vol. I. Teorización sobre el campo. Medellín: UAM, REMINEO, Editorial Universidad EAFIT, SAGE.

Clegg, S. R., Hardy, C., & Nord, W. R. (Eds.). (1996). *Handbook of organization studies*. London, UK: Sage.

Contreras Manrique, J. C., & De la Rosa Alburquerque, A. (2013). Organizaciones y políticas públicas. Elementos para trabajar una perspectiva organizacional de las políticas públicas. En A. De la Rosa Alburquerque, & J. C. Contreras Manrique (Edits.), *Hacia la perspectiva organizacional de la política pública. Recortes y orientaciones iniciales*. (págs. 13-56). Ciudad de México, México: Fontamara

De la Rosa Alburquerque, A. (Ed.) (2017). *Diversidad y complejidad organizacional en América Latina. Perspectivas de análisis. Estudios organizacionales y administración: Perspectivas de estudio*. Ciudad de México, México: Grupo Editorial Hess, S.A. de C.V.

De La Rosa Alburquerque, A., Contreras Manrique, J. C. (2007). El partido político: Entre la ciencia política y los estudios organizacionales. *Polis*, *3*(2), 17-67. Recuperado de http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1870-23332007000200002&lng=es&tlng=.

Delgado, R. (2009). La integración de los saberes bajo el enfoque dialéctico globalizador: La interdisciplinariedad y transdisciplinariedad en educación. *Investigación y Postgrado*, *Redalyc*, *3*(24), 11-44. Recuperado de https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=65818200002

Dubar, C. (2002). *Las crisis de las identidades: La interpretación de una mutación*. Barcelona, España: Bellaterra.

Durango, C. M. (2005). *Fundamentación epistemológica de los estudios organizacionales*. Medellín, Colômbia: Universidad Pontificia Bolivariana.

Echeverry, R. D., Chanlat, A., & Dávila, C. (Eds.). (1996). *En busca de una administración para América Latina: Experiencias y desafíos*. Santiago de Cali, Colombia: Universidad del Valle.

 CC BY ISSN 0034-7590; eISSN 2178-938X

Fernández, C. (2007). *Vigilar y organizar: Una introducción a los critical management studies*. Madrid, España: Siglo XXI.

Fernández, M., Paramo, M. T., & Ramírez, G. (2008). Los estudios organizacionales: Tendiendo puentes hacia otras disciplinas. *Análisis Organizacional*, *1*(2), 101-134.

Freire, P. (1984). *Ação cultural para a liberdade*. Rio de Janeiro, RJ: Editora Paz e Terra.

Galeano, M. (2012). *Estrategias de investigación social cualitativa: El giro de la mirada*. Medellín, Colombia: La Carreta.

Gil, J. M. (2005). Algo llamado administración: Retóricas ocultas para un enfoque latinoamericano. *Lúmina*, (6), 42-54. Recuperado de http://revistasum.umanizales.edu.co/ojs/index.php/Lumina/article/view/1165

Gonzales-Miranda, D. R. (2014). Los estudios organizacionales: Un campo de conocimiento comprensivo para el estudio de las organizaciones. *Innovar, Revista de Ciencias Administrativas y Sociales*, *24*(54), 43-58. doi: 10.15446/innovar.v24n54.46431

Gonzales-Miranda, D. R., Ocampo-Salazar, C. A., & Gentilin, M. (2018). Organizational studies in Latin America: A literature review (2000-2014). *Innovar*, *28*(67), 89-109. doi: 10.15446/innovar.v27n67.68615

Gonzales-Miranda, D. R., & Ramírez, G. (2017). Los estudios organizacionales en Latinoamérica: Una realidad fragmentada en busca de una identidad. In S. R. Clegg, C. Hardy, T. B. Lawrence, W. R. Nord, G. R. Martínez, & D. R. Gonzales-Miranda (Eds.), *Tratado de estudios organizacionales* (Vol. 1, Teorización sobre el campo, pp. 23-40). Medellín, Colombia: UAM, Remineo, Universidad EAFIT, Sage.

Gonzales-Miranda, D. R., & Uribe, B. A. C(2018). Proceso metodológico y construcción de un sistema categorial de una investigación sobre identidad organizacional. *Psicoperspectivas*, *17*(3), 1-15. doi: 10.5027/psicoperspectivas-vol17-issue3-fulltext-1349

Hatch, M. J. (1997). *Organization theory: Modern, symbolic and postmodern perspectives*. Oxford: Oxford University Press

Hernández, C. (2017). Universidad e interdisciplina. In H. Uribe (Ed.), *Interdisciplinariedad: Un desafío para transformar la universidad en el siglo XXI* (pp. 23-46). Santiago de Cali, Colombia: Programa Editorial Universidad Autónoma de Occidente. Recuperado de https://www.uao.edu.co/docentes/wp-content/uploads/2017/10/INTERDISCIPLINARIEDAD.pdf

Mandiola, M. (2016). Primeras conversaciones sobre estudios organizacionales en Chile: LAEMOS 2016. *Gestión y Tendencias (GESTEN)*, *1*(2), 11-13. Recuperado de http://repositorio.uahurtado.cl/handle/11242/7565

Montaño, L. H. (1994). Modernidad, postmodernismo y organización: Una reflexión acerca de la noción de estructura postburocrática. In L. H. Montaño (Ed.), *Argumentos para un* debate sobre la modernidad: Aspectos organizacionales y económicos (pp. 67-91). Iztapalapa, México, D.F: Universidad Autónoma Metropolitana.

Ibarra-Colado, E. (1991). Notas para el estudio de las organizaciones en América Latina a partir de la reflexión crítica de la teoría de la organización. In E. Ibarra, & L. Montaño (Eds.), *Ensayos críticos para el estudio de las organizaciones en México* (pp. 27-66). Iztapalapa, México: Universidad Autónoma Metropolitana, Unidad Iztapalapa - Miguel Ángel Porrúa.

Ibarra-Colado, E. (2003). Teoría de la organización: Mapa conceptual de un territorio en disputa. In E. de la G. Toledo (Ed.), *Tratado latinoamericano de sociología del trabajo* (pp. 245-284) México: Fondo de Cultura Económica.

Ibarra-Colado, E. (2006a). ¿Estudios organizacionales en América Latina? Transitando del centro a las orillas. In E. de la G. Toledo (Ed.), *Teorías sociales y estudios del trabajo: Nuevos enfoques* (pp. 88-107). México, Anthropos, UAM-I.

Ibarra-Colado, E. (2006b). Organization studies and epistemic coloniality in Latin America: Thinking otherness from the margins. *Organization*, *13*(4), 463-488. doi: 087708071

Ibarra-Colado, E. (2008). Is there any future for critical management studies in Latin America? Moving from epistemic coloniality to `trans-discipline'. *Organization*, *15*(6), 932-935. doi: 10.1177/1350508408095822

Kliksberg, B. (2005). Administración pública en América Latina: Promesas, frustraciones, y nuevas búsquedas. *Economía, Gestión y Desarrollo*, (3), 203-238. Recuperado de http://revistaeconomia.puj.edu.co/html/articulos/numero_3/10.pdf

Kuhn, T. S. (1971). *La estructura de las revoluciones científicas*. Ciudad de México,México: Fondo de Cultura Económica.

López, L. (2012). La importancia de la interdisciplinariedad en la construcción del conocimiento desde la filosofía de la educación. *Sophia, Colección de Filosofía de la Educación*, (13), 367-377. Recuperado de https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5973114

Mardones, J. (2012). *Filosofía de las ciencias humanas y sociales: Materiales para una fundamentación científica*. Barcelona, España: Anthropos.

Max-Neef, M. (2004). *Fundamentos de la transdisciplinariedad*. Recuperado de http://ecosad.org/phocadownloadpap/otrospublicaciones/max-neef-fundamentos-transdisciplinaridad.pdf

Saaveedra, J. J. M., Gonzales-Miranda, D. R., & Idárraga, D. A. M. (2017). Teoría crítica y postmodernismo en los estudios organizacionales en América Latina. In S. R. Clegg, C. Hardy, T. B. Lawrence, W. R. Nord, G. R. Martínez, & D. R. Gonzales-Miranda (Eds.), *Tratado de estudios organizacionales* (Vol. 1, Teorización sobre el Campo, pp. 553-589). Medellín, Colômbia: UAM, Remineo, Universidad Eafit, Sage.

Saavedra-Mayorga, J. J. (2009). Descubriendo el lado oscuro de la gestión: Los critical management studies o una nueva forma de abordar los fenómenos organizacionales. *Revista Facultad de Ciencias Económicas: Investigación y Reflexión*, *17*(2), 45-60, http://www.scielo.org.co/pdf/rfce/v17n2/v17n2a04.pdf

Medina, C. (2010). Los estudios organizacionales entre la unidad y la fragmentación. *Cinta de Moebio*, *38*, 91-109. doi: 10.4067/S0717-554X2010000200005

Misoczky, M. (2017) ¿De qué hablamos cuando decimos crítica en los estudios organizacionales? *Administración & Desarrollo*, *47*(1), 141-149. Recuperado de http://hdl.handle.net/10183/164957

Morin, E. (1998). Sobre la interdisciplinariedad. *Boletín del CERES*. França, París. Recuperado de http://www.icesi.edu.co/revistas/index.php/ publicaciones_icesi/article/view/643/643

Nord, W. R., Lawrence, T. B., Hardy, C. & Clegg, S. R. (2017). Introducción. In S. R. Clegg, C. Hardy, W. R. Nord, G. R. Martínez, & D. R. Gonzales-Miranda (Eds.), *Tratado de estudios organizacionales* (Vol. I, Teorización sobre el Campo, pp. 1-22). Medellín, Colômbia: UAM, Remineo, Editorial Universidad Eafit, SAGE.

Ocampo-Salazar, C. A., Gentilin, M., & Gonzales-Miranda, D. R. (2016). Conversaciones sobre administración y organizaciones en Latinoamérica: Un énfasis en el estado actual de la investigación y la educación. *Cuadernos de Administración*, *29*(52), 13-51. doi: 10.11144/Javeriana.cao29-52.caol.

Osorio, J. (2002). *Fundamentos del análisis social: La realidad social y su conocimiento*. Ciudad de México, Mexico: Fondo de Cultura Económica.

Padilla, A., Hernández, C., & Ríos, R. (2015). *Los estudios organizacionales en América Latina: Un diagnóstico con base en la difusión del campo de estudio en Colombia, Brasil y México*. XX Congreso Internacional de Contaduría, Administración e Informática. México, D. F., ANFECA. Recuperado de http://congreso.investiga.fca.unam.mx/docs/xx/docs/17.08.pdf

Pérez, A., & Guzmán, M. (2015). Los estudios organizacionales como programa de investigación. *Cinta Moebio*, 53, 104- 123. doi: 10.4067/S0717-554X2015000200001

Perrow, C. (1984). La historia del zoológico o la vida en el "arenal organizativo". In S. Graeme, & K. Thompson (Eds.), *Control e ideología en las organizaciones* (pp. 293-314). Ciudad de México, México: Fondo de Cultura Económica

Pfeffer, J. (2000). *Nuevos rumbos de la teoría de la organización: Problemas y posibilidades*. México, D.F.: Oxford University Press.

Ramírez, G., Vargas, G. & Rosa, A. De la. (2011). Estudios organizacionales y administración: Contrastes y complementariedades: Caminando hacia el eslabón perdido. *Forum Doctoral*, *1*(3), 7-53. Recuperado de http://publicaciones.eafit.edu.co/index.php/forum-doctoral/article/view/2771/2580

Reed, M. (1993). Organizations and modernity: Continuity and discontinuity in organization theory. In J. Hassard, & M. Parker (Eds.), *Postmodernism and organization*. (pp. 163-182). London, UK: Sage.

Rendón, M., & Montaño, L. (2004). Las aproximaciones organizacionales: Caracterización, objeto y problemática. *Contaduría y Administración*, *Redalyc*, (123), 1-15. Recuperado de https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=39521305

Sábato, E. (2000). *La resistencia*. Buenos Aires, Argentina: Planeta.

Sanabria, M., Saavedra-Mayorga, J.J., & Smida, A. (2014). *Los estudios organizacionales: Fundamentos evolución y estado actual del campo*. Bogotá, Colômbia: Universidad del Rosario.

Sanabria, M., Saavedra-Mayorga, J.J., & Smida, A. (2015). Los estudios críticos en administración: Origen, evolución y posibilidades de aporte al desarrollo del campo de los estudios organizacionales en América Latina. *Revista de la Facultad de Ciencias Económicas: Investigación y Reflexión*, *23*(1), 209-234. Recuperado de https://revistas.unimilitar.edu.co/index.php/rfce/article/view/616/374

Schutz. A. (2003). *Estudios de la teoría social*. Buenos Aires, Argentina: Amorrortu.

Simons, H. (2011). *El estudio de caso: Teoría y práctica*. Madrid, España: Morata.

Stake, R. (1999). *Investigación con estudio de casos*. Madrid, España: Morata.

Wallerstein, I. (1996). Abrir las ciencias sociales. *Revista Colombiana de Educación*, (32), 113-125. Recuperado de http://revistas.pedagogica.edu.co/index.php/RCE/article/view/7759

Wallerstein, I. (2006). *Abrir las ciencias sociales: Informe de la comisión Gulbenkian para la reestructuración de las ciencias sociales*. México, D.F.: Siglo Veintiuno Editores.

Wittgenstein, L. (1986). *Investigaciones filosóficas*. México: Instituto de Investigaciones Filosóficas UNAM, Editorial Crítica.

Yin, R. (1994). *Case study research: Design and methods*. Thousand Oaks, USA: SAGE.

Zemelman, H. (1992). *Los horizontes de la razón*. México: Editorial Anthropos.

CONTRIBUCIÓN DEL AUTOR

El autor declara que participaron en todas las etapas del desarrollo del manuscrito, desde la conceptualización y el enfoque teórico metodológico, pasando por la revisión teórica (encuesta de literatura) y, finalmente, hasta la redacción y la revisión final del artículo.

FÓRUM

Submetido 19.12.2018. Aprovado 14.10.2019

Avaliado pelo sistema double blind review. Editores Científicos convidados: Diego Szlechter, Leonardo Solarte Pazos, Juliana Cristina Teixeira, Jorge Feregrino, Pablo Isla Madariaga e Rafael Alcadipani

Versão original

DOI: http://dx.doi.org/10.1590/S0034-759020200205

EXPERIÊNCIAS AGRESTINAS: PISTAS PARA A PESQUISA SOBRE GENTE E NEGÓCIOS EM CONTEXTO PERIFÉRICO

Experiencing Agreste: Trials for research about people and business in a peripheral context

Experiencias del Agreste: Pistas para la investigación sobre gente y negocios en contexto periférico

RESUMO

Este ensaio epistemológico, que se ergue a partir de experiências ambientadas no Agreste pernambucano entre 2007 e 2016, tem como objetivo principal sistematizar pistas epistêmicas para pesquisa sobre gente e negócios em contexto periférico, no sentido de maiores esclarecimentos linguísticos. Após a introdução, alguns traços sócio-históricos que constituem o lugar e sua gente são apresentados e seguidos de um breve olhar retrospectivo para tais experiências. Na seção principal, são expostas as pistas que apontam para: (1) a necessidade de uma compreensão apropriada do contexto como periférico; (2) o avanço na construção de um modo de produção científico apropriado ao referido contexto; (3) a relevância de esclarecimentos sobre a linguagem como ação ordinária própria e dos pesquisados; e (4) a retórica argumentativa como meio para se alcançar a legitimidade em conformidade ao auditório ao qual se dirige. O texto termina com breves considerações finais.

PALAVRAS-CHAVE | Agreste, Bourdieu, epistemologia, prática linguística, negócios periféricos.

ABSTRACT

This epistemological essay, which emerges from experiences set in the Agreste of Pernambuco between 2007 and 2016, has a main objective to systematize epistemic trials for research on people and businesses in a peripheral context, in the sense of greater linguistic clarification. After the introduction, some socio-historical features that constitute a place and its people are presented, followed by a brief retrospective look at such experiences. In the main section, trials are exposed that point to: (1) the need for an appropriate understanding of the context as peripheral; (2) advancement in the construction of a scientific mode of production appropriate to that context; (3) the relevance of clarifications about language as an ordinary action of researchers and researched people; and (4) argumentative rhetoric as a means to achieve legitimacy in accordance with the audience to which it is directed. The text ends with brief concluding remarks.

KEYWORDS | *Agreste, Bourdieu, epistemology, linguistic practice, peripheral business.*

RESUMEN

Este ensayo epistemológico, que surge a partir de experiencias ambientadas en el Agreste pernambucano entre 2007 y 2016, tiene como objetivo principal sistematizar pistas epistémicas para investigación sobre gente y negocios en contexto periférico, en el sentido de mayores aclaraciones lingüísticas. Después de la introducción, se presentan algunos rasgos sociohistóricos que constituyen el lugar y su gente, seguidos de una breve mirada retrospectiva a tales experiencias. En la sección principal se exponen pistas que apuntan: (1) la necesidad de una adecuada comprensión del contexto como periférico; (2) el avance en la construcción de un modo de producción científico apropiado a dicho contexto; (3) la relevancia de aclaraciones sobre el lenguaje como acción ordinaria propia y de los encuestados; y (4) la retórica argumentativa como medio para alcanzar la legitimidad en conformidad al auditorio al que se dirige. El texto termina con breves consideraciones finales.

PALABRAS CLAVE | *Agreste, Bourdieu, epistemología, práctica lingüística, negocios periféricos.*

MARCIO SÁ[1]

marciodesa@gmail.com

ORCID: 0000-0002-1001-8381

[1]Universidade Federal da Paraíba, Departamento de Ciências Sociais, João Pessoa, Paraíba, Brasil

 CC BY

INTRODUÇÃO

Desde o século passado, as grandes narrativas (Lyotard, 2002) passaram a receber questionamentos que colocaram em xeque suas hegemonias nas disputas por legitimidade científica. Visões e práticas modestas e circunstanciadas de produção de conhecimento conquistaram mais espaço e, com alguma recorrência, passaram a ser tidas como potencialmente válidas nas diversas comunidades abrigadas sob o manto das ciências humanas e sociais (Portocarrero, 1994; Vessuri, 1991).

Nesse contexto, emergem abordagens teórico-epistêmicas em função de objetos de pesquisa localizados, com atenção às especificidades sócio-históricas que também condicionam os fenômenos de interesse, porém nutridas tanto pelos avanços consagrados do pensamento social ocidental, muitos decorrentes do que se convencionou denominar "virada linguística", quanto pelo esclarecimento construtivista de que campo-personagens-fenômeno-pesquisador constituem relação única. Eis o escopo no qual se encaixam as experiências de pesquisa a partir das quais emergiram as pistas que aqui se partilham com os Estudos Organizacionais brasileiros.

O texto que se segue não deve ser lido como um artigo ou ensaio teórico convencional, afinal não há nele um problema de pesquisa, hipóteses, resultados ou mesmo um argumento teórico a ser exposto e defendido. Talvez o melhor modo de denominá-lo seja como um ensaio de natureza epistemológica, que tem a pretensão de se somar a tais abordagens alternativas emergentes nas últimas décadas. Aos olhos deste autor, um ensaio de tal natureza pode se dedicar a questões como as seguintes: Por meio de quais abordagens epistêmicas pesquisas sociais são estruturadas? Como tais abordagens são colocadas em prática? Quais tipos de aprendizados podem ser incorporados e partilhados a partir de tais experiências? Podem inspirar os demais membros de uma comunidade da qual se faz parte? De que modo podem servir de orientação para avanços epistêmicos no devir de um pesquisador?

A opção por tal forma de escrita deu-se em decorrência da necessidade de sistematizar desdobramentos epistêmicos de experiências investigativas, tomando como horizonte uma melhor orientação de futuras práticas. A síntese de traços que caracterizam um contexto específico, a recuperação de uma trajetória investigativa de longo prazo em tal ambiência e, principalmente, a sistematização de pistas a partir do confronto de tal trajetória com literatura contemporânea especializada são os elementos, materializados nas seções seguintes, que articulam tal forma e seu conteúdo.

Sua fonte constitutiva é um aprendizado acumulado ao longo de 10 anos (2007-2016) de experiências de pesquisa social vividas por um pesquisador atuante nos campos científicos da Sociologia, da Administração e dos Estudos Organizacionais, bem como ambientada no Agreste pernambucano, confrontado com alguns dos avanços epistemológicos supramencionados, em particular no que se refere aos seus impactos em termos linguísticos no *modus operandi* e no *habitus* científico (Bourdieu, 2014). Seu objetivo principal é sistematizar pistas epistêmicas para pesquisa sobre gente e negócios em contexto periférico, no sentido de uma prática linguística mais bem esclarecida. Acredita-se que tais pistas podem ter serventia tanto para a continuidade da trajetória investigativa aqui problematizada como para inspirar outras iniciativas em contextos mais ou menos próximos ao agrestino.

Após esta introdução, são apresentados alguns traços sócio-históricos que constituem o lugar e sua gente, seguidos de breve resgate da trajetória de pesquisa em solo agrestino. Na seção principal, são expostas, uma a uma, as quatro pistas epistêmicas elaboradas. Por fim, uma síntese delas é oferecida junto às considerações finais.

TRAÇOS SÓCIO-HISTÓRICOS DO QUE AQUI SE CHAMA DE AGRESTE

Situada numa faixa entre a Zona da Mata e o Sertão, no interior do Nordeste brasileiro, há uma região que corta seus estados orientais como Pernambuco e Paraíba. Para Andrade (2005), trata-se de "uma zona de transição, com trechos quase tão úmidos como o da Mata e outros tão secos como o do Sertão, alternando-se constantemente e a pequena distância, que o povo chamou de Agreste" (p. 37). Ainda para o mesmo autor, o que caracteriza tal localismo "é a diversidade de paisagens que ele oferece em curtas distâncias, funcionando quase como uma miniatura do Nordeste, com suas áreas muito secas e muito úmidas" (p. 44).

Com o declínio da agricultura na região entre meados dos séculos 18 e 20, as necessidades e os projetos familiares de parte dos agrestinos direcionaram-se ao universo urbano. Os principais destinos dos que partiram foram as grandes cidades próximas, sobretudo Recife, e as metrópoles nacionais São Paulo e Rio de Janeiro (Andrade, 2005; Oliveira, 2013). Ao mesmo tempo, alternativas locais surgiram – como o uso do couro na produção de calçados, em Caruaru e Toritama, e o caso da costura com retalhos de tecidos em Santa Cruz do Capibaribe (SCC) (Lira, 2011)

 CC BY ISSN 0034-7590; eISSN 2178-938X

– para quem naquelas vilas e cidades já morava, bem como para os demais que lá chegavam advindos do entorno rural.

Nesse curso histórico, houve uma continuada conjugação local (1) da procura por produtos necessários à sobrevivência em meio rural, (2) da venda dos produtos agrícolas cultivados a partir do trabalho dos membros da família desde a mais tenra infância, (3) de um contexto de vida que tinha na missa e na feira dos "arruados" seus principais eventos, com (4) a necessidade dos habitantes desses pequenos vilarejos em formação de se abastecerem de itens produzidos no entorno rural e (5) o trânsito dos caixeiros-viajantes, que promoviam a circulação de mercadorias litoral-sertão (Andrade, 2005; Ferreira, 2001; Oliveira, 2013). Tudo isso se aglutina ao longo da trajetória coletiva local que conforma e é conformada pelo modo de estar e agir no comércio de feiras de rua que ali se engendrava (Sá, 2015a, 2018a).

A origem de Caruaru, principal centro urbano da parcela pernambucana da região, está decisivamente vinculada à constituição de sua feira de rua (Ferreira, 2001). O modo como tal herança se entranhou nos rumos tomados por Caruaru é singular. Ainda nos dias de hoje, num município que se estima ter pouco mais de 350 mil habitantes (Intituto Brasileiro de Geografia e Estatítica, 2016) como a autodenominada "capital do Agreste", é difícil imaginar um indivíduo de suas camadas populares, e mesmo de outras não tão populares assim, que não tenha ao menos um parente, amigo ou vizinho que se ocupe de alguma atividade relacionada ao comércio ou à confecção. No caso dessa parte do Agreste pernambucano, a feira de rua pode ser vista como se fosse um ancestral presente e incorporado por parte significativa da população agrestina ainda hoje. A dinâmica e os hábitos inerentes às feiras de rua, à prática da costura doméstica familiar, às heranças rurais presentes na organização familiar, bem como à migração de alguns dos seus membros para grandes centros urbanos do País, em especial o eixo Rio-São Paulo, são comuns ao espectro mais amplo dessa região. São reminiscências históricas que ainda hoje constituem o tecido sociocultural local e encontram-se incorporados nos seus habitantes (Sá, 2015a, 2018a).

Em síntese, a partir da segunda metade do século passado, o Agreste pernambucano deixou de ser simplesmente um meio rural interligado por pequeninos arruados, viu surgir e se consolidar uma atividade a partir de restos dos tecidos jogados no lixo pela indústria têxtil de Recife e depois de São Paulo, e em parte reverteu sua tendência histórica de fonte perene de mão de obra desqualificada para as principais metrópoles do País. Nas últimas décadas, milhares de pessoas voltaram para o "Agreste das confecções" e também chegaram dos mais diversos recônditos, principalmente nordestinos, para tentar a sorte por lá. Tudo isso sem a presença de grandes fábricas estrangeiras ou de outras regiões do País, a partir do seio dos lares e quintais das numerosas famílias agrestinas, explorando a mão de obra de seus filhos, agregados ou subcontratados em condições de trabalho precárias, criando uma paisagem urbana como Toritama, lugar que, segundo um informante, "parece uma grande fábrica disfarçada de cidade pelas fachadas das casas".

Famílias que fabricam em seus quintais, jovens que montam um pequeno negócio (muitos com o afã de torná-lo uma próspera empresa) e pequenas e médias indústrias, que se constituíram ao longo das últimas décadas, são apenas algumas das possíveis configurações produtivas encontradas na região. A tradição do comércio de feira de rua em sua versão "para confecções", a Feira da Sulanca, e a modernidade de centros de vendas como o Polo Comercial de Caruaru ou o Moda Center Santa Cruz (proclamado em sua publicidade como o maior da América Latina) coexistem em solo agrestino como espaços de comercialização da produção regional de confecções em pleno século 21.

UMA TRAJETÓRIA DE PESQUISA SOCIAL EM RETROSPECTIVA (2007-2016)

As experiências de pesquisa que nutrem a elaboração das pistas epistêmicas, escopo principal deste texto, emergiram de uma trajetória de pesquisa localizada naquele contexto socio-histórico específico. Seu ponto de partida está em 2007, quando o autor deste ensaio fixou morada em Caruaru e deu início a investigações direcionadas ao modo como as pessoas se projetam e conformam negócios característicos à condição periférica daquela região.

Inicialmente pareceu razoável direcionar questões à condição de pessoas que, portadoras daquela história coletiva local, lá viviam e atuavam como feirantes-proprietários de pequenos negócios de feira. Muitas delas ainda hoje possuem nesses negócios sua principal atividade ocupacional, fonte de renda e modo de inserção numa dinâmica econômica e sociocultural de modernização truncada. Para avançar nesse sentido, recorreu e passou a fazer uso da sociologia bourdieusiana e empreendeu inicialmente duas pesquisas em solo agrestino. A primeira delas teve como foco a condição de pessoas que lá viviam e atuavam como proprietários de pequenos negócios de feira. Mesmo que a atividade não seja incomum, tomou proporções muito particulares na urbanização, na constituição do tecido social, enfim, no *habitus* dos caruaruenses e agrestinos (Sá, 2018a).

Num primeiro período (2007-2010), investigações foram levadas adiante a partir de duas questões: Quem são os feirantes de Caruaru? Como levam adiante seus negócios? Recorreu-se a diversas técnicas (observações etnográficas, conversas, *survey*, entrevistas etc.) para caracterizar o conjunto de disposições de proprietários de pequenos negócios de feira, bem como o modo como as demandas do processo de modernização passavam a se fazer também presentes até mesmo em ambiente de negócios como aquele (Sá, 2013b, 2018a, 2018b).

Paralelamente a essa, seguiu-se outra investigação de caráter exploratório sobre os modos de pensar, agir e sentir do homem de negócios contemporâneo. Por meio de uma série de iniciativas articuladas, chegou-se a uma análise preliminar, ao final do estudo, que apontou para três perfis de executivos e empresários recorrentes na região: o formado para os negócios, o ascendente social por meio dos negócios e o herdeiro da tradição do comércio (Sá, 2010, 2013a). Dessas duas experiências, surgiram dúvidas que foram problematizadas em termos metodológicos e epistêmicos, o que permitiu sedimentar algumas orientações, premissas e entendimentos de partida para a sistematização das pistas que constituem a seção seguinte (Sá & Mattos, 2016).

Ao longo dos últimos anos (2011-2016), a trajetória investigativa aqui resgatada voltou-se para a condição de personagens específicos entre os diversos proprietários que atuam no universo dos negócios. Em razão da proeminência que a atividade de confecções tomou no âmbito local, bem como da necessidade de delimitar o campo empírico nesses termos, o foco foi direcionado para os proprietários de negócios de produção e comercialização de confecções no Agreste pernambucano. Os resultados dessa última pesquisa foram apresentados numa tese de Sociologia que se propôs a compreender de que modo aquelas pessoas e seus negócios evoluíram a partir de uma história coletiva local comum, compartilhada por meio das feiras de rua e da dimensão que tal história tomou na dinâmica regional, e como hoje constituem um campo de negócios específico (Sá, 2015a, 2017).

Se nos dois primeiros estudos são enfatizados os reflexos impostos pelo processo de modernização nos personagens investigados, no último destaca-se a história coletiva local incorporada nos indivíduos e o modo como isso também é marcante na configuração de um mercado periférico. Também nesse último acredita-se ter avançado na compreensão e no uso mais reflexivo da epistemologia bourdieusiana ao articulá-la com os impactos da filosofia do segundo Wittgenstein e das novas bases de racionalidade e argumentação a partir da obra de Habermas. Em síntese, foi principalmente a partir (a) dos avanços epistêmicos promovidos em função das dúvidas herdadas dos primeiros anos da trajetória de pesquisa aqui recuperada e (b) dessa última experiência, com incrementos teórico-epistêmicos em sua abordagem, no sentido de alcançar maior esclarecimento prático-linguístico, que a seção seguinte pôde ser elaborada.

PISTAS EPISTÊMICAS PARA A PESQUISA SOBRE GENTE E NEGÓCIOS EM CONTEXTO PERIFÉRICO

As pistas que se seguem são tentativas de sintetizar alguns aprendizados e convicções que foram se consolidando, progressivamente, ao longo daquela trajetória-prática de pesquisa com reflexividade epistêmica. Cada uma delas decorre de demandas oriundas dos desafios enfrentados por um tipo de prática construtivista na qual se entende que campo e pesquisador são singulares, constituem uma relação nesses termos, e, na medida em que se enfrentam novas situações, abordagens alternativas para a produção de conhecimento sob a medida local precisam ser (re)articuladas. É válido ainda registrar que os direcionamentos seguintes foram, também progressivamente, incorporados, praticados e somente agora, *a posteriori*, sistematizados nos termos que se seguem.

Primeira pista: elaborar progressivamente um entendimento apropriado daquele contexto como periférico (numa "rota de fuga" de dois extremismos, o totalitarismo do universal e o fundamentalismo local)

Um contexto particular como o agrestino precisa ser compreendido de modo devido, ou seja, realçando seus traços próprios, porém sem perder a noção de que pode ser comparado com outros. É justamente isso que pode propiciar a qualificação de sua condição como periférica. Por um lado, inserido na trama da "globalização", por outro, com especificidades históricas ainda significativas na dinâmica da vida (cultura, sociedade e economia) e do trabalho (organização, relações e ocupações) de sua população.

Ideias como as de centro e periferia são aqui apropriadas e ressignificadas como noções, assim desempenhando o papel de situar relacionalmente na geopolítica mundial e nacional, e no simbolismo a isso associado, a importância do investimento na elaboração de entendimento sobre o local. Ou seja, não assumem significados próprios, essencialistas, mais sim são instrumentos de

 CC BY ISSN 0034-7590; eISSN 2178-938X

apoio para entender que o lócus de tais experiências investigativas, e das pistas aqui apresentadas, se constitui em referência a outros que servem de parâmetro ao julgamento do que é tomado como "mais desenvolvido" ou "legítimo" – por exemplo, Caruaru pode ser vista como periferia em relação a Recife, que pode ser vista do mesmo modo em relação a São Paulo. Em síntese, são os contextos vistos como centrais que oferecem os padrões pelos quais as periferias tendem a ser avaliadas.

Em particular no que se refere ao lugar do Agreste pernambucano em tal quadro, recupera-se que:

> Em termos gerais, penso ser razoável dizer sobre tal parcela do Agreste que: (a) a trajetória das últimas décadas da microrregião se constitui por meio de um processo de modernização truncada, com diversas dinâmicas características das margens do capitalismo contemporâneo que, numa perspectiva relacional, pode ser visto como um processo periférico; (b) são marcantes as coexistências e associações às ideias de "moderno", "tradicional" e hibridismos ainda hoje; (c) o tipo de "conhecimento" mais valorizado era (e ainda é) o que pode ser associado à ideia de "capital social" (Bourdieu), ou seja, conhecer pessoas e poder recorrer a elas quando necessário (é comum que a expressão "fulano tem conhecimento" seja usada nesse sentido, falar em "conhecimento científico" ainda não tem, localmente, significado e valoração razoavelmente definidos); (d) as relações sociais se apresentam com fortes traços de pessoalismo, patriarcalismo e informalidade, com pouca observância e reconhecimento de instâncias e relacionamentos institucionais. (Sá, 2019, pp. 370-371)

Um entendimento apropriado de tal contexto não passa por dois extremismos que ainda insistem em persistir entre as narrativas que disputam legitimidade também científica. Numa ponta de um *continuum* imaginário, algo que pode ser denominado "totalitarismo do universal". Neste são levadas ao extremo ideias generalizantes e generalizáveis, tais como as abordagens acerca do empreendedorismo (ou da ideologia "empreendedora"). Talvez em reação a esse extremismo totalizante, ganhou força outro, o "fundamentalismo local". Neste dimensiona-se o local como algo tão único e diferente de tudo mais e de todos os demais que não pode ser comparado com outros contextos mundo afora. O regionalismo atávico e o bairrismo teórico são modos que podem servir para ilustrar essa outra atitude extrema.

Nos últimos anos, foi consolidada no autor deste texto, no sentido de construir o Agreste como um contexto periférico, a necessidade de uma rota de fuga desses dois extremismos. Chamá-lo assim é insinuar, por um lado, seu lugar geopolítico e cultural quando comparado com as principais regiões, cidades e atividades do Brasil e do mundo. Afinal, essas ocupam posição central não somente na economia, mas também nos padrões de consumo, estilos de vida, modos de pensar e compreender-se no mundo, e mesmo nos sonhos que se constituem em referência ao julgamento do que lhe é exterior, tomado como mais moderno, e que opera violências simbólicas muito íntimas na vida fora dos centros.

Com seus traços particulares e típicos, os negócios não deixam de ser também reflexo do contexto no qual estão inseridos. Se, por um lado, nestes podem ser vistas fortes singularidades, por outro, não deixam de apresentar similaridades a outros também situados na periferia do mundo-mercado contemporâneo. Vê-los assim pode ser útil em dois sentidos. No primeiro, para não repetir acriticamente um tipo de fé-prática de atavismo cultural que canta uma feira de rua como um patrimônio local *sui generis*, algo particular e distintivo à região – quando uma olhadela mundo afora nos permite encontrar feiras de rua que aconteceram por séculos e ainda hoje acontecem em pleno novo milênio. No segundo, para não simplesmente se esforçar em aceitar os ditames universalizados do mercado global. Se, por um lado, a história local não deve ser sobrevalorizada nos termos de se tornar fonte de extremismos identitários sem argumentos razoáveis, por outro, também não deve ser desvalorizada por olhares generalizantes que trazem explicações previamente articuladas para fenômenos localizados (Sá, 2018a).

Para pesquisar fenômenos sociais em ambiências periféricas, acredita-se ser necessário considerar tanto os traços da história coletiva local como os da modernização mundial, em particular no modo como ambos se misturam e se reconfiguram nas formas e dinâmicas produtivas e comerciais agrestinas. Não há fórmula analítica predefinida para fenômenos que emergem em tal ambiência, entretanto alguns exemplos de tais misturas e reconfigurações podem ser recuperados para explicitar tais desafios analíticos. Parte significativa das máquinas utilizadas na confecção é importada (da China e do Japão, por exemplo), mas é utilizada com improviso (como no caso do uso da tampa de garrafas tipo PET para marcar as calças *jeans* durante o processo de lavagem industrial), os usuários locais colocam em prática seu empirismo criativo para superar suas limitações ao domínio e uso pleno dos recursos de tais tipos de equipamentos. O hibridismo global-local também pode ser observado na produção clandestina de marcas mundiais (Lacoste, Nike etc.) ou na "modinha", um tipo de produção específica que reproduz rapidamente (na semana seguinte) as tendências da moda vestidas pelos personagens que se destacam nas telenovelas nacionais. Tais exemplos indicam a necessidade de uma analítica sob medida local, uma vez que nesse escopo não se tem como separar os efeitos de tal simbiose.

 CC BY ISSN 0034-7590; eISSN 2178-938X

Em síntese, por meio da construção do periférico como uma noção relacional, essa pista pode direcionar maior atenção para a inserção de um contexto, como o Agreste pernambucano, na trama do mundo global neste novo milênio, porém ao seu modo, em sua condição geopolítica. Isso pode permitir aprender a caracterizar do melhor modo possível – também por meio de comparativos com outros contextos mais ou menos semelhantes a ele, bem como para além da economia, ou seja, também em termos socioculturais, políticos e históricos – um contexto de negócios fincado nas margens do mercado "global". A seção "Traços sócio-históricos do que aqui se chama de Agreste" também serve para ilustrar nuances da trajetória histórica, do presente da região e sugestionar que sua inserção na trama global configura um desafio à pesquisa social.

Segunda pista: avançar na construção de modo de produção científico sob medida local (neste caso, a partir do legado da epistemologia bourdieusiana)

Nesse sentido, parte-se de premissa anteriormente indicada – "entende-se que a prática da ciência social em contexto agreste é um produto histórico-cultural condicionado pelas circunstâncias e interações a partir das quais seu resultado é gerado; que a imersão social é condição necessária [...] à concepção de abordagens epistêmicas apropriadas" (Sá & Mattos, 2016, p. 629) – no sentido da construção de um modo de produção científico sob medida local, que toma como referência e se inspira fortemente no legado da epistemologia bourdieusiana.

Se Pierre Bourdieu alcançou *status* diferenciado nas Ciências Sociais contemporâneas, isso também se deveu a sua habilidade no manuseio dos diversos autores e correntes dos quais se serviu. Em particular ao que se quer tratar aqui, a literatura especializada destaca a marcante inovação promovida por seu *modus operandi* (Baranger, 2012; Brubaker, 1993; Wacquant, 2006), ou seja, por seu modo de produzir conhecimento sobre o social – algo que foi mais ou menos compartilhado com seus seguidores e disseminado por meio de publicações e cursos. No entanto, o que há de especial e útil nesse legado para quem faz pesquisa em contextos (e sobre fenômenos) periféricos? Permite tal *modus operandi* reelaborações sob medida de localismos e da experiência de investigação científica geopoliticamente situados?

A relevância e a ênfase que a epistemologia bourdieusiana atribui à construção de um objeto de estudo é uma das suas mais distintivas contribuições nesse campo. Em sua perspectiva, tal processo não se dá por "ato fundacional" ou "de única vez", e sim por aproximações sucessivas entre o pesquisador e o que se quer estudar (Bourdieu, 1989; Sá, 2015b, 2018a).

O que se constrói como objeto de estudo, que se pretende dizer científico, é revestido pelo contexto sócio-histórico, cultural, econômico e político no qual o fenômeno, ao qual se refere o tema em estudo (criado pelo pesquisador), se dá. Assim, não é razoável repetir fórmulas feitas em e para outras problematizações, mas sim avançar, a partir do que há de inspirador e fértil no saber prático da tradição científica, no sentido da construção de *modus operandi* próprio. É justamente aqui que entra a atenção à medida da contingência localizada, uma vez que "a prática é sempre subestimada e subanalisada, ao passo que, para a compreender, é necessária muita competência teórica, muito mais, paradoxalmente, do que para compreender uma teoria" (Bourdieu, 2014, p. 60).

É interessante observar que até mesmo sua metalinguagem teórica (os conceitos-noções que criou: *habitus*, campo, espaço social e capital simbólico, por exemplo) precisa ser utilizada pelo pesquisador, que a isso se propõe, como instrumentos, como um modo de organizar e dar sentido à prática de pesquisa. Essa seria a função da teoria em sua epistemologia (Bourdieu & Wacquant, 1992; Robbins, 2000) e, consequentemente, na de quem desejar construir e elaborar argumentos sobre novos objetos a partir dela. Como salientou Brubaker (1993), a teoria social de Bourdieu precisa ser observada como um *habitus*, um modo específico de elaborar estudos rigorosos e argumentação própria sobre fenômenos sociais, afinal "o verdadeiro princípio das práticas científicas é um sistema de disposições base [...] Este *habitus* assume formas específicas segundo as especialidades" (Bourdieu, 2014, p. 63).

O estudo mais aprofundado da epistemologia bourdieusiana (Baranguer, 2012; Bourdieu & Wacquant, 1992) permite compreender que ela própria nos impele a pensar com e contra suas bases, ou seja, há nela uma genética construtivista. Os instrumentos teóricos e epistemológicos, desenvolvidos nesta abordagem original, podem ser ressignificados e assim servir de inspiração para outras criações em função de demandas por estenografias conceituais próprias, ou seja, pela elaboração de termos capazes de servir de bússola teórico-epistêmica ao trabalho localizado de pesquisa empírica (Bourdieu, 1989; Sá, 2015b, 2018a).

Duas soluções estenográficas podem servir para ilustrar o que se intenciona destacar com essa pista. Em função da necessidade de designar a matriz cultural do comércio de feira de rua socialmente incorporada por parte significativa da população agrestina, foi empreendida ressignificação de uma noção bourdieusiana, e "*habitus* feirante" foi o termo que passou

 CC BY ISSN 0034-7590; eISSN 2178-938X

a ser utilizado nesse sentido, possibilitando a caracterização de aspectos sociais incorporados por indivíduos que foram socializados em meio a tal tipo de atividade comercial.

Perante os modos de incorporação e desincorporação de disposições associadas ao referido *habitus* feirante, algo que pode ser observado ao longo da trajetória histórica agrestina das últimas décadas, emergiu a necessidade de um termo capaz de realçar as variações intra e interindividuais (Lahire, 2006) daquela herança coletiva local, ou seja, um termo que permitisse orientar a pesquisa não somente das disposições herdadas, mas também das mudanças que tal *habitus* vem sofrendo em pleno século 21. O termo "filhos das feiras" foi a solução encontrada tanto para expressar o vínculo histórico de um dos públicos pesquisados (proprietários de negócios de produção e comercialização de confecções), com a referida matriz cultural e seu "*habitus* feirante", quanto para apoiar a caracterização de distinções e similiaridades objetivas e simbólicas mais recentes entre alguns de seus perfis selecionados na investigação (Sá, 2015a, 2018a).

Ambos os instrumentos teórico-epistêmicos não apresentam valor substantivo circunscrito numa definição conceitual, por exemplo, mas sim a utilidade prática de nortear o trabalho de pesquisa naquele campo empírico. Se, por um lado, a epistemologia bourdieusiana pode suportar a pesquisa social em contexto periférico, por outro, os fenômenos reelaborados como objetos-temas de pesquisa demandam linguagem própria desenvolvida por meio de um *modus operandi* progressivamente incorporado como *habitus* científico, entendendo que o *opus operatum* do seu trabalho é uma construção argumentativa indissociável de suas condições de produção, ou seja, do contexto e de um entendimento progressivo deste, justamente como indicado na pista anterior. Além disso, acredita-se que tais esclarecimentos podem ser devidamente nutridos pelas contribuições que se procura explicitar nas pistas seguintes mais direcionadas às questões de linguagem.

Terceira pista: esclarecer-se que linguagem é ação ordinária também em pesquisa social e que é preciso, além da científica, investir-se no conhecimento da linguagem dos pesquisados

Tanto esta como a próxima pista já haviam sido insinuadas anteriormente (Sá & Mattos, 2016), entretanto aqui se propõe avançar na elaboração e sistematização de ambas com novos incrementos. Nesta, incorporando a lição do "jogo de linguagem" do segundo Wittgenstein, e, na próxima, os avanços na racionalidade e argumentação científica, a partir de Habermas.

Como melhor saber a significação do que é dito por gente que vive e negocia num contexto como o agrestino? Como fazer, também por lá, pesquisa social linguisticamente esclarecida? Foi por voltar-se contra uma concepção representacionista da linguagem, à qual ele mesmo havia aderido anteriormente (em *Tractatus*...), que Wittgenstein (2011) abandonou a busca pelo melhor modo de dizer o que são as coisas e se voltou para o entendimento dos significados que os termos adquirem nas interações pragmáticas historicamente situadas, ou seja, em "formas de vida" específicas (em *Investigações filosóficas*).

A metáfora que ele mesmo criou para se esclarecer sobre tais interações, a ideia de "jogos de linguagem", é um recurso que também tem potencial de esclarecimento tanto para o próprio pesquisador, sobre a linguagem que constitui em sua prática ordinária de pesquisa, quanto acerca da linguagem dos pesquisados, que reelaboram jogos próprios ao contexto no qual se encontram imersos.

Wittgenstein (2011) apontou que os jogos de linguagem mostram "como a linguagem funciona", mostram também que, mesmo seguindo as mesmas regras, ninguém joga do mesmo modo e que "é jogando o jogo que aprendemos, de fato, suas regras". A ideia se apresenta como uma forma pertinente de se compreenderem os limites da linguagem nela mesma, no modo metafórico e contingente como são comunicadas impressões (indissociáveis do repertório linguístico de cada um e do modo como podem ser elaboradas a partir dele). Nessa perspectiva, como emitir definições prévias de significado de um termo ou assertiva, se o que é passível de ser observado é cada uso circunstancial? Tais usos, mesmo que partindo de regras comuns nas quais se insere a interação, são únicos e precisam ser compreendidos neles próprios.

As *performances* de comunicação precisam de um contexto no qual se dão e, nessa situação, adquirem significados. Sempre estamos elaborando imagens do que vimos, são os parentescos, as semelhanças entre "famílias de conceitos", o que nos permite estabelecer associações entre os termos utilizados em jogos de linguagem distintos.

Tal reflexão evidencia a necessidade de uma preparação epistêmica para a prática de pesquisa social nos mais diversos contextos nos quais possa acontecer. Problematizar o próprio modo como se concebe e se denomina o que se estuda parece ser um desafio que ainda hoje prevalece na pesquisa social. Ao avançar nesse rumo, o como se fala sobre o que se estuda passa a estar em questão.

Em contexto periférico como o agrestino, esse esclarecimento aponta, por um lado, para a necessidade de aprender, conviver e analisar a linguagem dos pesquisados que

constituem e são constituídos por tal matriz cultural, e, por outro, que a geração de linguagem pretensamente científica a partir da imersão local é também ordinária à ação daquele que lá se insere. O pesquisador vê-se, então, como um jogador duplo; de um lado, joga com abstrações e esforços no sentido da construção de uma argumentação, e, do outro, com os modos de dizer as coisas, com os termos e as expressões nativas que aprendeu. Afinal, para Oliveira (2006), "é impossível determinar a significação das palavras sem uma consideração do contexto *sociopratico* em que são usadas" (p. 131).

O que foi até aqui exposto nessa pista é o desenvolvimento de uma segunda premissa anteriormente apresentada em Sá e Mattos (2016): "acredita-se que a concepção clássica de linguagem – expressão de algo interior (pensamento etc.) – tem que ir cedendo lugar a uma compreensão pragmática: ela é uma forma de ação, sempre simbólica. Não se pode desvincular linguagem e relação, ou interrelação, porque toda linguagem é uma forma de relação social" (p. 631). Em decorrência disso, as possibilidades de compreensão do dito (e dos seus implícitos) são dependentes do nível de imersão e de autoinvestimento que o pesquisador faz naquele contexto prático e histórico, ou seja, na ampliação de entendimento dos significados objetivos e simbólicos da linguagem-ação localizada.

A título de ilustração da utilidade dessa pista, a seguir, são recuperadas duas experiências que explicitam como tal compreensão da linguagem dos pesquisados se integra à interpretação e produção textual em Ciência Social.

Um feirante, entrevistado na primeira experiência de pesquisa mencionada anteriormente, costumava repetir que era "ateimoso demais". Escutando suas histórias e observando sua ação cotidiana (por meio de técnicas inspiradas na etnografia), foi possível construir uma interpretação sobre o que estaria por trás de tal expressão. Por meio de investimento no aprofundamento do entendimento da linguagem e do contexto do entrevistado, foi possível argumentar que aquilo por ele dito como "ateimosia" expressava sua inadaptação sociocultural ao contexto paulistano, o que não acontecia em seu contexto de ação atual na feira, por exemplo (Sá, 2018b).

Já ao falar (numa entrevista semiestruturada) das maiores dificuldades que havia atravessado, um proprietário de negócio de confecções entrevistado na experiência mais recente (também exposta na Seção 2) usou o termo "trincar" com a intenção de diferenciar as situações que viveu da "quebra do negócio". Segundo ele, já havia "trincado" várias vezes, porém nunca tinha quebrado. Pela natureza de o negócio de confecções no Agreste ser informal e muito se negociar com cheques pré-datados, foi recorrente ouvir relatos de proprietários que quebraram algumas vezes (muitas delas em função de cheques sem fundo emitidos por compradores de outros estados).

Em síntese, com esses dois exemplos se procurou destacar que algumas expressões mais emblemáticas somente passam a fazer sentido ao pesquisador-ouvinte após investimentos de si no contexto dos entrevistados-interagentes. É o sentido de tais ditos e implícitos que precisa ser articulado na "peça de retórica argumentativa" (Mattos, 2002) a ser submetida ao crivo dos pares.

Quarta pista: sustentar a apresentação de seus resultados com retórica argumentativa bem justificada, perante os pares e perante o contexto, de modo a alcançar a legitimação em ambas as esferas

A quem recorrer e em que se apoiar para a elaboração de retórica argumentativa duplamente justificada, ou seja, com pretensão de reconhecimento como válida perante os pares e o contexto? Por quais caminhos seria possível elaborar argumento razoável capaz de tanto ser considerado conhecimento em Ciências Sociais quanto junto ao público sobre o qual versa?

Em *Pensamento pós-metafísico*, Habermas (1990) delineia quatro principais caminhos que percorre ao longo do livro e, quiçá, ao longo dos movimentos epistemológicos de seu pensamento. Seus "motivos modernos" podem ser tomados como posicionamentos elementares à constituição de pensamento social contemporâneo. Este precisaria seguir (1) a trilha da questão perseguida pelo Círculo de Viena (a busca por critérios para a validade das proposições pretensamente científicas, em oposição ao pensamento metafísico); (2) o reposicionamento do que se acreditava ser "conhecimento" científico como "discurso", produto linguístico, a partir do segundo Wittgenstein; (3) a revisão da concepção de razão centrada no indivíduo-sujeito (que se relaciona com objetos de estudo) para a de uma razão comunicativa, centrada na intersubjetividade constituída e constitutiva do tecido social e de suas relações sujeito-sujeito; (4) a primazia do mundo prático, de sua dinâmica, de suas necessidades e questões para a elaboração de teoria, uma inversão na lógica tradicional adotada na pesquisa social, em particular, na Sociologia – onde "a boa teoria vem primeiro" (Habermas, 1990).

De modo geral, a teoria de Habermas aponta para uma demanda comum em ciência: de que sejam apresentados argumentos convincentes que satisfaçam um conjunto complexo de padrões lógicos, dialéticos e retóricos de avaliação, obviamente, dentro de um contexto social-institucional de disputa, padrões de conduta e reconhecimento (Rehg, 2009).

 CC BY ISSN 0034-7590; eISSN 2178-938X

> "Assim, a questão é: que argumentos devemos considerar como indicadores convincentes da verdade de suas conclusões? Em resposta, a teoria de Habermas diz: aqueles argumentos que nos persuadem da maneira correta, ou seja, em virtude de méritos lógicos com credenciais dialógicas" (Rehg, 2009, p. 151).

No âmbito da virada linguística, Rehg (2009, p. 21-30) trata do que denomina "virada retórica", da sua repercussão na ruptura de fronteiras disciplinares, da emergência de uma "cooperação interdisciplinar" e mesmo daquilo que chama de "fertilização cruzada" entre disciplinas distintas por meio de conceitos de fronteira, tais como discurso, retórica e texto que passam a ser utilizados, transitando livremente, entre áreas como Estudos Literários, Sociologia, Linguística, História, Filosofia e Comunicação. Em termos gerais, propõe-se "entender ciência como um processo argumentativo", sendo essa argumentação compreendida não como uma demonstração dedutiva, mas sim como uma construção com o propósito de convencer uma audiência. É justamente a partir daí que se precisa ir além da concepção de argumento "formal" (premissas-análises-conclusões), e encarar a argumentação como um tipo de interação social.

Perelman e Olbrechts-Tyteca (1992) apresentam uma proposta de ruptura com a concepção cartesiana de razão/raciocínio (que trata da razão como algo inerente a um sistema de pensamento "mais geométrico") a partir do resgate da retórica e da dialética grega. É nesse sentido que propõem uma teoria que se volta para a estrutura da argumentação e tem como objetivo "o estudo de técnicas discursivas que permitem provocar ou aumentar a adesão dos espíritos às teses que foram apresentadas ao consentimento deles" (Perelman & Olbrechts-Tyteca, 1992, pp. 4-5).

A aceitação da validez da filosofia pós-virada também impõe ao cientista social uma atenção particular para a necessária adaptação do orador ao auditório, afinal "é em função de um auditório que se desenvolve toda argumentação" (Perelman & Olbrechts-Tyteca, 1992, p. 7). Ou seja, os resultados de uma pesquisa precisam ter suas apresentações adaptadas ao público (se "geral", se estudantes, se uma banca examinadora ou mesmo os pares num evento científico). A adaptação é dever do orador e não da plateia com a qual se deseja ou necessita comunicar. Se, por um lado, as mesmas competências e técnicas argumentativas podem ser encontradas/usadas em situações das mais distintas, por outro, cabe ao orador/escritor discernir e fazer o uso apropriado daquelas que podem levá-lo ao êxito comunicativo em cada tipo de interação ou auditório.

Para além do reconhecimento como válido numa comunidade científica específica, argumentos elaborados com tal pretensão precisam também ser expostos ao crivo do público em geral do contexto no (e para o) qual foi pretensamente elaborado aquilo que se chama de conhecimento científico.

Apenas parte dessa pista pode ser ilustrada pelas experiências vividas ao longo do período aqui delimitado, justamente o que se refere à justificação argumentativa junto aos pares, algo que se atesta por meio dos trabalhos anteriores citados ao longo deste ensaio. Na segunda parte, referente à construção argumentativa direcionada aos personagens pesquisados e ao contexto local, apenas as experiências mais recentes (pós-2016) podem vir a exemplificar outra premissa assim formulada anteriormente: "para além da aprovação da qualidade objetivada no trabalho científico apresentado aos pares, é preciso que este seja reelaborado em linguagem adequada e viável para, deste modo, ser apresentado ao público local potencialmente interessado por seus resultados" (Sá & Mattos, 2016, p. 632).

O que se intenciona com essa pista é abrir um horizonte retórico-argumentativo no sentido de expor, e assim colocar ao crivo do debate público local, o que se apresenta como resultado científico do trabalho de pesquisa. A tradução de argumentos e elaborações, com maior grau de sofisticação téorico-epistêmica-metodológica, para linguagem menos distante da corriqueira é o caminho que se tem trilhado a partir do entendimento do lugar da retórica e da audiência no que se apresenta como produto de pesquisa. Além dessas "novas vestes" necessárias para ser aceito e escutado no debate público num contexto periférico como esse, ao longo dos últimos anos, a atividade de pesquisa vem sendo progressivamente pensada e executada de modo integrado à extensão, no sentido de construir pistas para a participação no diálogo sobre os temas caros ao desenvolvimento da região.

Participações em associações sem fins lucrativos (de moradores, de classe ou que prestam serviços comunitários, por exemplo), bem como o envolvimento em assessorias a tais tipos de organizações, têm se mostrado alternativas viáveis para uma maior inserção na problemática dos novos temas de pesquisa abraçados, bem como um modo de melhor compreender (a) os públicos com os quais se quer interagrir, (b) como o argumento precisará ser formulado quando direcionado a ele e (c) quais caminhos e estratégias podem ser mais viáveis para sua exposição.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As quatro pistas acima sistematizadas e apresentadas como principal objetivo deste ensaio apontam para (1) a necessidade

de uma compreensão apropriada de um contexto como periférico, ou seja, constituído a partir e em função de sua posição geopolítica; (2) o avanço na construção de um modo de produção científico apropriado ao referido contexto; (3) a relevância de esclarecimentos sobre a linguagem como ação ordinária própria e dos pesquisados; e (4) a retórica argumentativa como meio para se alcançar a legitimidade em conformidade ao auditório ao qual se dirige.

Uma vez que a Ciência Social seja entendida como um campo no qual uma argumentação construída com bases empíricas e ressignificações teóricas localizadas também pode prevalecer, ou seja, como uma esfera dialógica na qual um discurso que se justifica com competência e é aceito como válido, se impondo ao ser confrontado com outros que não apresentaram a mesma *performance* capaz de alcançar tal reconhecimento intersubjetivo, também é preciso tomar como crucial tanto o entendimento do contexto quanto a preparação epistemológica do pesquisador atuante em Estudos Organizacionais nesse sentido. Se a atividade da pesquisa, em particular a social, é algo que cobra dos seus praticantes consciência e esclarecimento sobre o que está em jogo, sobre o que se acredita estar fazendo, é possível atuar maduramente sem agir como quem está num amplo processo que visa à construção de um argumento persuasivo e convincente?

Quando um pesquisador se propõe a trabalhar considerando o paradigma linguístico, a argumentação precisa ser reposicionada no plano performático-retórico da pragmática da linguagem. A compreensão e a interpretação precisam ser traduzidos num discurso com poder de convencimento do público ao qual se destina. A incorporação disso, além de projetar a construção argumentativa para o cerne da atividade de pesquisa social – afinal, a validade do que se elabora e se apresenta como resultados estará condicionada ao êxito da justificação discursiva, necessariamente suportada por rigoroso trabalho teórico-empírico, junto ao público que se quer impactar –, demanda continuada evolução do *modus operandi* e atenção à dimensão linguística do *habitus* científico posto em prática em contexto periférico. Ao menos foi nesse sentido que apontaram as pistas aqui reunidas.

Por fim, talvez ainda seja pertinente registrar que são diversos os desafios que se imaginam para levar adiante uma agenda de pesquisa com foco na condição de pessoas e negócios em contexto periférico. A título de ilustração, gostaria de destacar três. O primeiro seria a inserção em campo e a conquista da confiança dos seus informantes e entrevistados, afinal a maioria deles não tem clareza das motivações e dos desdobramentos daquela interação com alguém que se apresenta como um professor-pesquisador vinculado a uma universidade, ou seja, um primeiro desafio ao pesquisador é conseguir "se achegar" e se socializar (Sá & Mattos, 2016) num tecido social um tanto diferente de suas origens ou daqueles aos quais está mais habituado. O segundo seria desenvolver sua capacidade interpretativa em relação aos dramas individuais e às tramas coletivas nas quais tais proprietários e seus negócios se inserem, ou seja, articular sentidos e elaborar visões sobre essas duas dimensões do fenômeno em termos condizentes com sua condição periférica. E o terceiro pode ser explicitado na necessidade de investimentos na criação de instrumentos teóricos (noções) que possibilitem uma caracterização mais apropriada de tais tipos de negócios que, mesmo materializando uma forma de organização da atividade produtivo-comercial contemporânea, apresentam traços constitutivos diferenciados quando comparados com empresas capitalistas convencionais.

REFERÊNCIAS

Andrade, M. C. (2005). *A terra e o homem do Nordeste* (7ª ed. revista e aumentada). São Paulo, SP: Cortez. (Obra original publicada em 1963)

Baranger, D. (2012). *Epistemología y metodologia en la obra de Pierre Bourdieu* (2ª ed., 1ª. electrónica). Recuperado de http://sociologiac.net/2012/12/09/descarga-pierre-bourdieu-epistemologia-metodologia-denis-baranger

Bourdieu, P. (1989). *Poder simbólico*. Portugal/Brasil: Difel/Bertrand.

Bourdieu, P. (2014). *Por uma sociologia da ciência*. Lisboa, Portugal: Edições 70.

Bourdieu, P., & Wacquant, L. (1992). *An invitation to reflexive sociology*. Chicago, USA: The University of Chicago Press.

Brubaker, R. (1993). Social theory as *habitus*. In C. Calhoun et al. (Orgs.), *Bourdieu*: Critical perspectives (pp. 212-234). Chicago, USA: University of Chicago Press.

Ferreira, J. (2001). *Ocupação humana do agreste pernambucano: Uma abordagem antropológica para a história de Caruaru*. João Pessoa, PB: Fafica/Ideia.

Habermas, J. (1990). *Pensamento pós-metafísico*. Rio de Janeiro, RJ: Tempo Brasileiro.

Intituto Brasileiro de Geografia e Estatítica. (2016). *Estimativa populacional*. Recuperado de http://www.ibge.gov.br/home/mapa_site/mapa_site.php#populacao

Lahire, B. (2006). *A cultura dos indivíduos*. Porto Alegre, RS: Artmed.

Lira, S. (2011). *Muito além das feiras da Sulanca: A produção de confecções no Agreste-PE*. Recife, PE: Editora UFPE.

Lyotard, J.-F. (2002). *A condição pós-moderna* (7ª ed.). Rio de Janeiro, RJ: José Olympio. (Obra original publicada em 1979)

Mattos, P. L. C. L. (2002). A estruturação de dissertações e teses em administração: Caracterização teórica e sugestões práticas. *RAC – Revista de Administração Contemporânea*, *6*(3), 175-219. doi: 10.1590/S1415-65552002000300010

Oliveira, M. (2006). *Reviravolta linguístico-pragmática na filosofia contemporânea* (3ª ed.). São Paulo, SP: Loyola.

Oliveira, R. V. de. (2013). O polo de confecções do Agreste de Pernambuco: Elementos para uma visão panorâmica. In R. Oliveira, & M. Santana (Orgs.), *Trabalho em territórios produtivos reconfigurados no Brasil* (pp. 233-78). João Pessoa, PB: Editora da UFPB.

Perelman, C., & Olbrechts-Tyteca, L. (1992). *Traité de l'argumentation: La nouvelle rhétorique*. Bruxelles, Belgique: Université de Bruxelles.

Portocarrero, V. (1994). Introdução. In V. Portocarrero (Org.), *Filosofia, história e sociologia das ciências* (pp. 17-21). Rio de Janeiro, RJ: Fiocruz.

Regh, W. (2009). *Cogent science in context: The Science Wars, argumentation theory, and Habermas*. Cambridge: The MIT Press.

Robbins, D. (2004). The socio-genesis of the thinking instruments. In D. Robbins, *Bourdieu and culture* (pp. 25-41). London, UK: Sage.

Sá, M. (2010). *O homem de negócios contemporâneo*. Recife, PE: Editora UFPE.

Sá, M. (2013a). O homem de negócios contemporâneo: Três perfis em construção. In M. Sá et al. (Orgs.), *Trabalho: Questões no Brasil e no Agreste pernambucano* (pp. 65-86). Recife, PE: Editora UFPE.

Sá, M. (2013b). Feirantes: Possíveis contribuições. In M. Sá et al. (Orgs.), *Trabalho: Questões no Brasil e no Agreste pernambucano* (pp. 101-117). Recife, PE: EdUFPE.

Sá, M. (2015a). *Os filhos das feiras e o campo de negócios agreste* (Tese de doutorado). Recuperado de http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/35680

Sá, M. (2015b). Construtivismo bourdieusiano como linguagem: Uma interpretação pragmática. *Configurações*, (16), 115-128. Recuperado de http://configuracoes.revues.org/2881

Sá, M. (2017). No Agreste com Bourdieu (2007-2016): Pistas para pesquisa sobre gente e negócios em contexto periférico. *IV Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração*, Florianópolis, SC. Recuperado de http://coloquioepistemologia.com.br/site/wp-content/uploads/2017/04/ADE0549.pdf

Sá, M. (2018a). *Filhos das feiras: Uma composição do campo de negócios agreste*. Recife, PE: Editora Massangana-Fundaj. Recuperado de https://www.fundaj.gov.br/images/stories/editora/livros/filhos_das_feiras_versao_portalpdf.pdf

Sá, M. (2018b). *Feirantes: Quem são e como administram seus negócios* (2ª ed.). Recife, PE: Editora UFPE.

Sá, M. (2019). Em busca do impacto perdido? Experiências significativas com sentido local em pesquisa, ensino e extensão. *Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade*, *6*(15), 365-399. doi: 10.25113/farol.v6i15.5441

Sá, M. G., & de Mattos, P. L. C. L. (2016). De pequenos negócios de feira à metodologia científica: Dúvidas herdadas de experiências de pesquisa. *Farol-Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade,* 3(7), 628-669. doi: 10.25113/farol.v3i7.2528

Vessuri, H. (1991). Perspectivas en el estudio de la ciencia. *Interciencia*, (16), 60-69.

Wacquant, L. (2006). Seguindo Bourdieu no campo. *Revista Sociologia e Política*, (26), 13-29. doi: 10.1590/S0104-44782006000100003

Wittgenstein, L. (2011). *Tratado lógico-filosófico e investigações filosóficas* (5ª ed., M. S. Lourenço, Trad. e prefácio). Lisboa, Portugal: Fundação Calouste Gulbenkian. (Obra original publicada em 1921 e 1953)

CONTRIBUIÇÃO DO AUTOR

O autor declara que realizou todas as etapas de desenvolvimento do estudo. Desde a conceitualização e abordagem teórica-metodológica, a revisão teórica (levantamento de literatura), bem como a redação do texto e, por fim, a revisão final.

FÓRUM

Submetido 11.04.2019. Aprovado 09.12.2019

Avaliado pelo sistema *double blind review*. Editores Científicos convidados: Diego Szlechter, Leonardo Solarte Pazos, Juliana Cristina Teixeira, Jorge Feregrino, Pablo Isla Madariaga e Rafael Alcadipani

Versão traduzida

DOI: http://dx.doi.org/10.1590/S0034-759020200206

NEM POLÍTICA, NEM SOCIEDADE: QUESTIONANDO A JUSTIFICATIVA DE POLÍTICAS PÚBLICAS PRÓ-EMPREENDEDORISMO NO CHILE

No politics, no society: Questioning the justification of entrepreneurship in Chilean public policies

Ni Política ni sociedade: Interrogando las justificaciones de la política pública pro emprendimiento en Chile

RESUMO

A literatura sobre a relação entre estado e empreendedorismo mostra que o estado possui um papel positivo na configuração das condições para empreendedorismo e promoção do crescimento econômico por meio da atividade empresarial. No entanto, a questão de como a intervenção estatal é justificada no empreendedorismo em regimes neoliberais tem recebido pouca atenção, apesar de legitimar políticas públicas. No presente estudo, analisando entrevistas com autoridades estatais da Corporação de Desenvolvimento de Comércio e Produção Chilena (CORFO), declarações públicas e documentação oficial, examinamos o advento das políticas pró-empreendedorismo no neoliberal Chile e exploramos os princípios que justificam a política do estado nos governos pós-ditatoriais. Essa política estabelece uma dupla despolitização: i) despojar o empreendimento de filiação política e ii) difundir uma retórica meritocrática imbuída de desenvolvimento social, autorrealização e cega às desigualdades estruturais. Argumentamos que a intervenção no empreendedorismo se justifica como uma política para o bem comum.

PALAVRAS-CHAVE | Empreendedorismo, política pública empresarial liderada pelo Estado, intervenção do Estado, neoliberalismo chileno, análise do discurso.

ABSTRACT

Studies show that the state plays a positive role in shaping conditions for entrepreneurship and promoting economic growth through entrepreneurial activity. However, the question of how state intervention in entrepreneurship is justified in neoliberal regimes has received scant attention, although it can legitimize public policies. We examine the entrepreneurial slant of the Production and Commerce Development Corporation of Chile (CORFO), which implements regulations and grants financial support to startups. Analyzing interviews with CORFO's state officials, public statements, and official documentation, we review the advent of state-led entrepreneurial policy and explore the post-dictatorial government's principles justifying current state policy. This policy relies on double de-politicization: i) divesting entrepreneurship from political affiliation and ii) propagating a meritocratic rhetoric of social and individual development, oblivious of structural inequalities. We argue that this is functional for this regime as long as it guarantees state intervention in entrepreneurship as a policy of common good.

KEYWORDS | *Entrepreneurship, state-led Entrepreneurial public policy, State intervention, Chilean neoliberalism, discourse analysis.*

ORIANA BERNASCONI[1]
obernasconir@gmail.com
ORCID: 0000-0002-0685-124X

JUAN FELIPE ESPINOSA-CRISTIA[2]
juan.felipe.espinosa@gmail.com
ORCID: 0000-0002-5629-6328

[1] Universidad Alberto Hurtado, Facultad de Ciencias Sociales, Santiago de Chile, Chile

[2] Universidad Andrés Bello, Facultad de Economía y Negocios, Viña del Mar, Chile

RESUMEN

La literatura indica que el estado desempeña un papel positivo en la configuración de las condiciones para el emprendimiento y la promoción del crecimiento económico a través de la actividad empresarial. Sin embargo, la cuestión de cómo es justificada la intervención estatal en el emprendimiento en los regímenes neoliberales ha recibido poca atención, a pesar de que legitima las políticas públicas. En el presente estudio, analizando entrevistas con funcionarios estatales de la Corporación de desarrollo de la producción y el comercio de Chile (CORFO), declaraciones públicas y documentación oficial, examinamos el advenimiento de las políticas pro-emprendimiento en el Chile neoliberal, y exploramos laos principios que justifican la política estatal en los gobiernos post-dictatoriales. Dicha política establece una doble despolitización: i) despojando al emprendimiento de afiliación política y ii) propagando una retórica meritocrática imbuida de desarrollo social y autorrealización y cegada hacia las inequidades estructurales. Argumentamos que así la intervención estatal en el emprendimiento se justifica como una política para el bien común.

PALABRAS CLAVE | *Emprendimiento, política pública pro-emprendimiento, intervención estatal, neoliberalismo chileno, análisis del discurso.*

 CC BY

INTRODUÇÃO

Várias pessoas estão envolvidas com empreendedorismo em todo o mundo, com aproximadamente 400 milhões de pessoas participando ativamente da implementação ou criação de um novo negócio (Monitor, 2018). No Chile, esse frenesi empreendedor é alimentado não apenas pelas empresas que participam, mas também pelo Estado. O empreendedorismo tornou-se prioridade máxima nas políticas públicas de diversas áreas, desde a nova inovação econômica até a educação de crianças e adolescentes. Em 2013, 0,24% do orçamento anual de investimentos públicos do Chile foi gasto na promoção do empreendedorismo (Ministerio de Hacienda, 2012). Nas sociedades capitalistas contemporâneas, a fronteira entre os setores público e privado é sempre nebulosa (Duvall & Freeman, 1981), na medida em que o setor público está envolvido em todos os processos de consumo e produção. No contexto do empreendedorismo, Adelman (2000) sustentou que o governo pode agir como pioneiro quando não há iniciativa privada ou que pode, ao menos, propiciar condições financeiras e outras condições estruturais para promoção da ação do setor privado, principalmente no âmbito do empreendedorismo. De fato, vários pesquisadores de políticas de empreendedorismo confirmaram os benefícios da intervenção estatal na atividade empreendedora (Lundstrom & Stevenson, 2005) como meio de aumentar o crescimento de emprego (Birch, 1979, 1981) e competitividade nacional (Amorós, Fernández, & Tapia, 2012).

No Chile, a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico estudou os efeitos das atividades empreendedoras na produtividade e no crescimento nacional, apoiando a redução da "papelada" regulatória e a simplificação dos procedimentos de falência (Schwellnus, 2010). Outro estudo quantitativo mediu mudanças no "ecossistema empreendedor" como efeito das políticas (Mandakovic, Cohen, & Amorós, 2015) examinando o caso da Corporação de Desenvolvimento da Produção e Comércio (Corporación de Fomento de la Producción y el Comercio – CORFO) – Programa *Start-Up Chile*, o principal programa empreendedor do país. Nesse estudo, os autores concluíram que "as políticas públicas podem desempenhar um papel significativo estabelecendo condições institucionais e regulatórias adequadas para apoiar o empreendedorismo, especialmente em países em desenvolvimento" (p. 122). Ao discutir o caso do Chile, Kantis (2004) sustentou que os empresários chilenos exploram a diferenciação de mercado mais do que outros países da América Latina, em vez de abraçar a inovação. Assim, o dinamismo e o crescimento potencial de base tecnológica não são bem desenvolvidos nas atividades empreendedoras no Chile e exigem mais apoio do Estado (ver também Benavente, 2003). Além disso, pesquisadores que partem do ponto de vista da economia do desenvolvimento, como Naudé (2011), enfatizaram que menos barreiras e restrições para criação de *startups* são uma condição mínima para o desenvolvimento do setor privado.

Nesse contexto, Naudé explica que é necessário estimular proativamente o empreendedorismo por oportunidade. O empreendedorismo por oportunidade é medido pela porcentagem de adultos em atividades empreendedoras de primeiro nível que estão explorando oportunidades de negócios. O empreendedorismo por oportunidade é um determinante significativo do crescimento econômico e é constituído por atividades que se desdobram em um empreendedorismo dinâmico, levando à criação de empresas inovadoras e a um estado de desenvolvimento (Lazonick, 2011).

Por outro lado, uma visão contrastante levantada por outros pesquisadores é que essas abordagens de desenvolvimento econômico podem servir como justificativa para uma política pública em que o Estado atua ativamente para promover o empreendedorismo. O objetivo dessa literatura crítica sobre empreendedorismo é mostrar como ele está incorporado no discurso político sobre ideologias de mercado e como as atividades empreendedoras comandam a máquina econômica. Weiskopf e Steyaert (2009), por exemplo, chamaram a atenção para conceitos disseminados por meio do discurso empreendedor, como o de empreendedor forte, o qual pressupõe uma elaboração de políticas otimistas, com base na tradição neopositivista e fundamentada no discurso do sucesso econômico neoliberal. Tais conceitos parecem representar "a santa Trindade do empreendedor". Perren e Jenings (2005), por sua vez, avaliaram criticamente a agenda do Estado envolvida no apoio a empreendedores no seu estudo sobre o discurso empreendedor do governo do Reino Unido. Nesse estudo, diversos atores – agências, bancos, consultores e empresários, entre outros – fornecem evidências do potencial de um "discurso colonizador de subjugação" (p. 181), em que os empresários se tornam um "dente da engrenagem" em um modelo capitalista neoliberal.

Nesse ponto, como sustentou Foucault (2008), é importante distinguir entre a promoção de uma cultura empreendedora dentro de um sistema econômico e a hegemonia cultural do empreendedorismo como um projeto social. Enquanto a pesquisa tradicional sobre empreendedorismo (Casson, 1990; Kirzner, 1973), assim como Schumpeter (2014), Sombart (1913) e Weber (1975), entende a justificativa do empreendedorismo no sistema econômico de produção em termos de promoção de "inovações", "destruição criativa" e "abertura de novos mercados ", Marttila (2018) sugere que a legitimidade do

 CC BY ISSN 0034-7590; eISSN 2178-938X

empreendedorismo como projeto social envolve a dissolução da distinção entre racionalidades econômicas e não econômicas da ação social. Segundo Marttila (2018), a falta de clareza nessa distinção envolve dois fatores; um é a "desdiferenciação", onde a cultura da empresa "é dissociada de sua conotação econômica anterior"; e o outro é a "universalização", onde a cultura empreendedora "é aplicada a uma série de objetos de referência sem precedentes, como pessoas físicas, setor público, escolas, estados, universidades, vida profissional e similares" (pp. 4-5).

O presente artigo endossa a linha de pensamento de Marttila (2018). Fazemos isso examinando a tendência empreendedora da política estatal no Chile neoliberal nos últimos 25 anos. Apesar da posição crítica que o Estado pode assumir no desenvolvimento do empreendedorismo que vai além do sistema econômico, a justificativa histórica e discursiva do Chile para sua política de empreendedorismo recebeu pouca atenção acadêmica. Investigamos isso por meio de um estudo de caso da principal agência estatal do Chile na promoção da atividade econômica, a CORFO. Em sequência à implementação de um modelo intervencionista estatal, essa agência estatal foi fundada em 1939, no contexto da Grande Depressão da década de 1930 e do grande terremoto que devastou o sul do Chile naquele ano. Ao estimular a industrialização nacional e um papel ativo do Estado, a CORFO surgiu para "promover uma sociedade com mais e melhores oportunidades para todos e contribuir para o desenvolvimento econômico do país" (CORFO, 2014b, p. 1). No entanto, no Chile pós-ditatorial (1990-2010), e após as reformas neoliberais implementadas nas décadas de 1970 e 1980 pela ditadura militar, aCORFO passou a ser uma agência para a promoção de oportunidades e empreendedorismo dinâmico (Audretsch, Kuratko, & Link, 2016; Sengupta, 2014), ou seja, aquelas iniciativas que exploram oportunidades de negócios – em oposição às motivadas por necessidade e ao empreendedorismo "descalço" (Imas, Wilson, & Weston, 2012; Naudé, 2011). Assim, entendemos que, no Chile, a Corfo representa o principal ator desencadeador do que Mazzucatto (2011) chama de "estado empreendedor".

Abordamos este estudo de caso por meio da investigação de um repertório de justificativas no centro da institucionalização das políticas de empreendedorismo estatais no Chile neoliberal. Seguindo os pensamentos de Weber (1975) e Boltanski e Chiapello (1999), entendemos a justificativa da atividade econômica como intimamente associada à autoperpetuação do capitalismo na atual era neoliberal. Além disso, sugerimos que a análise da disseminação de ideias em torno do bem comum precisa considerar os processos históricos que sustentam mudanças no âmbito social de uma determinada sociedade; a saber, como a história afeta a maneira como falamos nas interações sociais e, particularmente, o papel central do discurso empreendedor estatal no estabelecimento da cultura empreendedora. Nossa análise diacrônica do repertório de justificativas da CORFO fornece evidências de uma dupla despolitização da sociedade chilena, com base no processo de "desdiferenciação" e universalização da cultura empreendedora como forma geral de ação. Primeiramente, demonstramos como, em um estágio seminal, a CORFO desenvolveu um rótulo ideológico explícito para o empreendedorismo, colocando-o como uma estratégia de terceira via para promover a iniciativa privada. Tal movimento representou um gesto político crítico em uma sociedade que permanecia profundamente dividida logo após ter passado por uma ditadura militar que durou 17 anos. Em seguida, passamos para uma segunda fase, quando a CORFO incutiu no empreendedorismo os valores de interesses individuais, tecnocracia, otimismo e outros intimamente relacionados ao modelo neoliberal implementado durante os anos da ditadura, justificando o empreendedorismo com uma infinidade de argumentos – indo desde taxas de emprego à dignidade humana; de inovação e criatividade à realização e emancipação do eu. Argumentamos que essa manobra retórica ajuda a ocultar a acumulação e a exploração capitalista em uma sociedade altamente desigual, ao mesmo tempo que vincula ações sociais econômicas e não econômicas à racionalidade empreendedora. Em outras palavras, a institucionalização da política pública de empreendedorismo estatal se assenta em duas operações altamente ideológicas de "desdiferenciação": uma pela qual o empreendedorismo é despojado de afiliação política, e outra que se baseia em ignorar as desigualdades sociais exorbitantes da sociedade chilena. Essas operações abrem caminho à universalização da cultura empreendedora por meio de um discurso meritocrático, no qual o empreendedorismo é disseminado como uma panaceia para todos. Argumentamos que esses processos permitem ao Estado tratar a atividade empreendedora como uma questão de bem comum.

A estrutura restante do artigo começa com um quadro conceitual, seguida pela descrição do estudo de caso e do conjunto de dados que examinamos. A seguir, apresentamos uma breve narrativa histórica a respeito da mudança neoliberal no Chile como um prelúdio para a seção em que analisamos o crescente repertório de valores da CORFO embutidos na atividade empreendedora ao longo dos anos. Em seguida, discutimos essas descobertas para argumentar que a justificativa do empreendedorismo pelo Estado vai além dos

 CC BY ISSN 0034-7590; eISSN 2178-938X

objetivos econômicos e se baseia em uma dupla despolitização da sociedade, o que é útil para a autoperpetuação do regime neoliberal no Chile. Finalmente, na conclusão, mostramos que a justificativa do empreendedorismo pelo Estado nos leva a uma melhor compreensão de suas políticas, não somente como instrumentos que estimulam as atividades empreendedoras, mas também como uma visão que molda a sociedade chilena. Nessa sociedade, o empreendedorismo é despolitizado da ideologia histórica da direita e da esquerda e é culturalmente "desdiferenciado", levando à incorporação de qualquer valor à sociedade do empreendedorismo.

JUSTIFICANDO O EMPREENDEDORISMO

O pensamento social clássico (Weber, 1975) e contemporâneo (Boltanski & Chiapello, 1999) concebe a promoção da atividade econômica como um esforço que não se baseia exclusivamente na acumulação de capital, mas também na adesão a valores gerais que apresentam o capitalismo como uma ordem aceitável e desejável. Justificar uma política pró-empreendedora implica estar equipado com um repertório moral que pode ser aplicado a atividades concretas (Boltanski & Thèvenot, 2006). Young (2004), Harding (2007), Lamont (1994), Lamont e Small (2008), Colonomos (2005) e Finnemore e Sikkink (1998), entre outros, expandiram essa visão da moralidade, definindo-a como um "conjunto de ferramentas culturais" (Swidler, 1986) usado, por exemplo, para produzir fronteiras entre grupos sociais; a chamada "moralização do capitalismo" (Colonomos, 2005). Nesse sentido, pressupomos que o Estado, por meio de suas políticas públicas, possa buscar a intervenção cultural, promovendo um discurso sobre o valor do empreendedorismo com uma pretensão da verdade. Nesse sentido, os argumentos do Estado não apenas "devem levar em consideração seu contexto", mas também "devem ser específicos e relevantes" (Keith & Rehg, 2007, p. 215); isto é, plausíveis, viáveis e aceitáveis para a situação em que são usados.

No entanto, ideias sobre o bem comum não surgem do nada. Surgem de processos históricos que propiciam mudanças na esfera social onde as pessoas vivem e se envolvem em relações sociais e econômicas. Trabalhando a partir de diferentes pontos de vista, Foucault (2008), McNay (2009) e Bröckling (2015) demonstraram que uma retórica discursiva consistente com a moralidade e a política do neoliberalismo permeia a economia social de mercado. Da mesma forma, precisamos considerar que o discurso do Estado tem raízes históricas. Como Goodwin (2018) indicou, o histórico de qualquer atividade está intrinsecamente relacionado à forma em que a comunicação ocorre. Portanto, a história não é externa à promulgação de políticas públicas; está viva nas interações associadas e, no nosso caso, em como os atores usam dispositivos diferentes para implementar políticas de empreendedorismo. Além disso, de acordo com estudos recentes, entendemos que as políticas do Estado e os discursos que os comunicam e divulgam não são meramente instrumentos que promovem a atividade empreendedora. Esses discursos que justificam políticas públicas de empreendedorismo são avenidas que enquadram e constroem os próprios fenômenos que estão abordando, como Örge (2013) demonstrou por meio de um estudo da política de empreendedorismo do governo turco. Seguindo essa linha de pensamento, nos inspiramos no tratamento do discurso de Foucault, que se concentra no que a fala faz ou no que o discurso institui (Holstein & Gubrium, 2013). Também entendemos o discurso como um processo ativo de composição (Brown, 2001, p. 180), organização, designação e aceitação de uma determinada entidade.

ESTUDO DE CASO

Nossa análise aqui é baseada em um projeto de pesquisa liderado por um dos autores. O objetivo do projeto era investigar como o empreendedorismo era praticado em um espectro socioeconômico – indo de credores solidários de microcrédito a empreendedores de alta tecnologia. Além disso, o projeto estudou as fases do desenvolvimento empreendedor; a inicialização, a distribuição e o gerenciamento contínuo dos negócios.

O projeto teve duas fases. A primeira envolveu uma exploração e descrição geral do sistema empreendedor, com o objetivo de identificar os atores, programas e políticas no Chile que promovem o empreendedorismo. Para isso, foram observados eventos de empreendedorismo públicos, e 24 atores diferentes foram entrevistados (alguns apenas uma vez e outros, duas ou três), incluindo profissionais de órgãos públicos e privados, empresários, mentores, investidores e *coaches*. A segunda fase, baseada em técnicas etnográficas (observações de campo, entrevistas, classificação e análise de documentos, revisão de páginas da *web* etc.), consistiu em uma investigação aprofundada de atividades empreendedoras concretas. Dez empreendimentos encontrados ou indicados por terceiros durante a pesquisa realizada em Santiago foram selecionados para traçar pontos em comum e diferenças na maneira como o empreendedorismo seria praticado nos três cenários principais identificados na fase anterior. Os cenários, definidos pelo público (ministérios, políticas públicas, fundos

 CC BY ISSN 0034-7590; eISSN 2178-938X

públicos) e atores privados (incubadoras, programas de treinamento, iniciativas intraorganizacionais), foram: i) trabalho autônomo para os pobres inativos; ii) pequenas empresas para trabalhadores técnicos, geralmente da classe média e iii) projetos de alta tecnologia, inovadores e escaláveis, geralmente liderados por profissionais da classe média alta. Os casos foram: quatro *startups* em diferentes estágios de desenvolvimento, para abranger a trajetória completa de um empreendimento em menos tempo, quatro organizações que trabalhavam diariamente com empreendedores (um centro de inovação, uma incubadora de empresas, um centro de promoção do empreendedorismo científico e uma instituição de microcrédito), a criação da associação comercial de empreendedores do Chile e o desenvolvimento e transformação das políticas públicas de empreendedorismo desde 1990. No total, o projeto realizou 66 entrevistas, 85 sessões de observação de campo e reuniu documentação de 25 organizações.

Este artigo baseia-se em dados de pesquisas sobre o desenvolvimento e transformação de políticas públicas de empreendedorismo. Especificamente, exploramos o discurso dos atores que promulgaram políticas de empreendedorismo estatais no Chile. Para isso, analisamos entrevistas e documentos relacionados à CORFO. O conjunto de dados foi composto por i) 59 documentos pertencentes aos programas de empreendedorismo da CORFO, ii) anotações e transcrições de um curso introdutório dois dias sobre os programas públicos da CORFO de um de seus funcionários e iii) entrevistas com três ex-vice-presidentes executivos da CORFO (entre 1997 e 2012), dois gerentes assistentes da CORFO e dois funcionários de nível intermediário da CORFO. Para complementar essas entrevistas, também analisamos discursos proferidos por funcionários públicos, como o Ministro da Economia na época. O conteúdo analisado incluiu justificativas para o empreendedorismo, espontâneas ou em resposta às nossas perguntas. Para analisar o discurso, aderimos às diretrizes gerais desenvolvidas pela Escola de Loughborough (Antaki, Billig, Wetherell, Edwards, & Potter, 2003; Potter & Wetherell, 1987), que segue, entre outros, Michel Foucault e o pensamento pós-estruturalista. Nos concentramos particularmente nas dimensões retóricas do discurso empreendedor – isto é, na capacidade do texto de atingir seus objetivos (por exemplo, persuadir e obter legitimidade). Assim, a análise discursiva baseia-se principalmente em uma compreensão sutil e contextual do texto nesse contexto. A seguir, oferecemos uma breve revisão da história econômica chilena nas décadas de 1970 e 1980, como uma maneira de aprofundar a análise das justificativas dos formuladores de políticas da CORFO.

O ADVENTO DO NEOLIBERALISMO E DO EMPREENDEDORISMO

Imas (2010) explicou de modo convincente que a história recente do Chile representa uma construção "ideal" de uma sociedade sob os princípios do neoliberalismo. Esse neoliberalismo foi implementado durante a sangrenta ditadura militar liderada pelo general Augusto Pinochet (1973-1990). Como argumentou a historiadora chilena Verónica Valdivia Ortiz de Zárate (2010), o desafio político durante a ditadura não foi apenas aniquilar a esquerda institucionalizada e desmobilizar a sociedade, mas também desmantelar a cultura política enraizada no país ao longo do século XX. Essa cultura política se baseava na hegemonia dos partidos políticos no Estado como defensores das demandas dos cidadãos e em um sistema de garantias constitucionais baseadas nas liberdades políticas e sociais. A ditadura substituiu os princípios de coletividade e solidariedade pelos de interesse individual; reduziu os poderes estatais e introduziu abordagens tecnocráticas nas decisões políticas (Imas, 2005).

Consequentemente, a Junta desmantelou a cultura política chilena e transferiu a regulamentação social para as pessoas e o mercado. De fato, a "lavagem cerebral" neoliberal envolveu não apenas a economia, mas a sociedade como um todo (Imas, 2005). Juan Andrés Fontaine (1993), economista treinado na Escola de Chicago na ideologia política de livre mercado e monetarismo, explicou que uma parte vital do projeto neoliberal do Chile era reverter radicalmente o regime intervencionista e remover quase todas as políticas redistributivas da economia chilena. Embora a nova junta militar tenha logo começado a suprimir o controle de preços e regulamentações para reformar o sistema tributário e devolver empresas nacionalizadas a mãos privadas, a transição para uma economia de livre mercado começou quando o Ministro das Finanças, Jorge Cauas, anunciou seu draconiano "Plano de Reconstrução Econômica", em 1975. Esse plano envolvia políticas econômicas e reformas sociais garantidas com alterações legais aprovadas por comissões *ad hoc* nomeadas pela ditadura. Desde a década de 1990, o empreendedorismo patrocinado pelo Estado e suas políticas relacionadas renovaram o compromisso com o regime neoliberal no Chile. No entanto, políticas que abrangiam intervenções que promoviam atividades empreendedoras não mudaram o tipo fundamental de capitalismo implementado nas décadas de 1970 e 1980 no Chile. Esse fenômeno, em que as coisas mudam, mas ao mesmo tempo permanecem as mesmas, exige uma análise cuidadosa das estratégias de discurso. Na próxima seção, apresentamos essa manobra discursiva com base em nossa análise diacrônica de documentos de políticas estatais e entrevistas com funcionários da CORFO.

 CC BY ISSN 0034-7590; eISSN 2178-938X

Renovando o compromisso com a acumulação capitalista no neoliberalismo

Uma sociogênese do empreendedorismo como política estatal

Para que uma atividade surja, ela deve gerar interesse. Dentro do chamado "sistema de empreendedorismo" chileno, vários marcos estimularam o interesse. Na década de 1990, a CORFO marcou o primeiro desses marcos quando mudou sua política para "o cuidado e a promoção da empresa privada" (ex-vice-presidente executivo da CORFO, comunicação pessoal, 28 de abril de 2012). O avanço do empreendedorismo e da inovação, visando aumentar a produtividade econômica, foi o meio encontrado para atingir esse fim. Primeiramente pelo Ministério da Economia e pela CORFO, e depois pelo Fundo de Solidariedade e Investimento Social (Fosis), sob o comando do Ministério do Desenvolvimento Social.

No início dos anos 1990, um governo democrático foi restabelecido após 17 anos de ditadura militar, e um profundo conjunto neoliberal de reformas foi implementado. Um grupo de profissionais de centro-esquerda, composto principalmente por economistas, advogados e engenheiros, entrou na administração política. Vários deles já haviam passado um tempo exilados na Europa e testemunharam a renovação do pensamento político da esquerda. Eles voltaram ao Chile inspirados e dispostos a deixar de ver o empreendedor através das lentes do conflito de classes marxista e adotar a visão schumpeteriana do empreendedor como inovador (ex-vice-presidente da CORFO, comunicação pessoal, 7 de maio de 2012). O argumento apresentado pelo economista austríaco Joseph Schumpeter (1883-1950) era que a dinâmica do capitalismo depende da capacidade de inovar e que essas inovações são geradas por empreendedores, ou "espíritos selvagens" que desafiam o *establishment*. Um dos ex-vice-presidentes da CORFO explicou isso em uma entrevista.

> O conceito moderno de empreendedor é uma maneira ideológica de recuperar a ideia do empresário privado como motor do desenvolvimento sem a carga que a ideia de acumulação capitalista tinha [...] Primeiramente, fomos para um caminho: socialismo. Depois, fomos para o outro caminho: neoliberalismo. E aí as pessoas disseram: "Ei, vamos cuidar do setor privado, principalmente do setor inovador, que está gerando novas atividades, chamaremos isso de empreendedorismo". (Ex-vice-presidente executivo da CORFO, comunicação pessoal, 28 de abril de 2012)

Esse ex-executivo da CORFO situou o empreendedorismo no meio de duas alternativas consideradas modelos sociais mutuamente exclusivos – socialismo e capitalismo. Esses dois modelos foram testados nas três décadas anteriores, não apenas na sociedade chilena, e substituíram um ao outro por meio da força de um golpe de estado militar sangrento que praticou o terrorismo de Estado contra os apoiadores do regime anterior. No início da transição política da sociedade chilena, o empreendedorismo apareceu como um terceiro modelo. A construção dessa alternativa é necessária para entender o conceito mais ousado nessa declaração: despojar o empreendedorismo da "carga da acumulação capitalista" associado às ideologias de direita que apoiavam o golpe. Uma vez distanciado das duas principais ideologias da história contemporânea da sociedade chilena, o caminho do empreendedorismo estaria livre para se mostrar a todos que estão ou desejam se situar em algum lugar no meio. Com essa manobra, a CORFO produziu um terreno fértil para o apoio estatal ao empreendedorismo.

Junto a isso, o executivo também dá voz àqueles que entendem que um setor privado inovador gera atividade econômica. Por meio dessa abordagem, ele constrói uma realidade externa a si mesmo (Potter, 1996) que é separada de sua opinião. Os agentes de políticas públicas de transição chilenos concordaram em chamar essa iniciativa inovadora privada de "empreendedorismo". O empreendedorismo, então, pode renovar um compromisso geral com a acumulação capitalista. Esse discurso herda todo o gesto "ideológico" do regime neoliberal chileno no início dos anos 1990. No entanto, segundo o ex-vice-presidente, inicialmente, não havia consenso sobre o "impacto social" do empreendedorismo. Por um lado, os programas e políticas estatais emergentes que subsidiavam o empreendedorismo geravam controvérsia entre a elite de direita, especialmente entre "os tecnocratas que estavam preocupados com o retorno dos mecanismos de intervenção estatal na economia" (ex-vice-presidente executivo da CORFO, comunicação pessoal, 28 de abril de 2012). Esse funcionário nos lembrou um precedente recente a esse respeito. Na década de 1970, durante o governo popular do presidente socialista Salvador Allende, "a CORFO tinha sido o grande detentor de mais de 500 empresas nacionalizadas" que, mais tarde, durante o regime militar, foram privatizadas seguindo um plano econômico que defendia uma drástica redução da participação do estado na sociedade. Por outro lado, a nova política de incentivo a iniciativas privadas criou tensões para os economistas da esquerda ultrapassada. Esses economistas consideraram injustificável a alocação de dinheiro do estado para financiar os empresários do país. Nesse cenário, a mudança ideológica da década de 1990 foi reforçada por um fenômeno global que começou no final da década: a chamada

 CC BY ISSN 0034-7590; eISSN 2178-938X

"bolha da internet". Esse fenômeno destacou a falta de ferramentas de apoio do Estado para novos negócios e *startups*. Outro ex-vice-presidente executivo da CORFO fez a seguinte declaração:

> No Vale do Silício [...] um grupo de empresas começava a aparecer [...] Yahoo, Amazon [...] com um modelo de negócios que crescia muito rapidamente [...] um novo empreendedor se estabelecia e crescia muito rápido. Mas a estrutura de instrumentos e programas da CORFO [...] era destinada apenas a empresas existentes; quer dizer, não destinávamos nada para uma pessoa que queria iniciar uma empresa. (Gerente da CORFO, comunicação pessoal, 6 de fevereiro de 2012)

Essa declaração descreve uma realidade econômica internacional que evoluiu mais rápido do que qualquer ferramenta CORFO evoluiria para desenvolver a economia doméstica do Chile. Mais uma vez, essa realidade aparece como uma construção externa afetada por dois atores: empreendedores inovadores agindo rapidamente e o Estado (CORFO) se movendo lentamente. Um terceiro ator foi introduzido nesse cenário, o Vale do Silício, operando como um terreno comum para o empreendedorismo tecnológico inovador; isto é, a "referência" a ser imitada. A mensagem aqui era que os instrumentos e programas do país não estavam sintonizados com essa realidade internacional inevitável – uma economia baseada no empreendedorismo tecnológico inovador. Além disso, o discurso dos executivos expressava que as políticas nacionais deveriam acompanhar o ritmo dos desenvolvimentos globais, uma fórmula com uma longa tradição na literatura econômica do Cone Sul da América (ver Fleming, 1979; Germani, 1972; Lipset, 1967). Argumentamos que o objetivo dessa manobra discursiva foi, mais uma vez, despojar uma decisão estatal de elementos políticos.

Consequentemente, os instrumentos da CORFO para promover atividades empreendedoras enquadraram e construíram esses temas aceitando e alinhando o Estado em direção a uma economia política global internacional (Örge, 2013). A CORFO, então, assumiu a tarefa de elaborar "uma política pesada em investimentos voltada para novas empresas com maior potencial de crescimento" (ex-vice-presidente executivo da CORFO, comunicação pessoal, 28 de abril de 2012), criando" instrumentos" para atingir esse objetivo – ou seja, programas que "procuram sistematicamente por empreendimentos comerciais" (gerente da agência de aceleração empreendedora, comunicação pessoal, 14 de maio de 2012). Assim, em 2005, surgiu o Innova-Chile, um componente da CORFO projetado para "apoiar o desenvolvimento de novos negócios e a criação de novos empreendimentos, bem como promover habilidades empreendedoras no país" (CORFO, 2014a).

Enquanto o empreendedorismo como política pública começou com o advento da *Coalizão Concertación*, a coalizão de partidos políticos de centro-esquerda que liderou a transição democrática após a derrota do regime militar em 1988 nas pesquisas, essa breve sociogênese da política de empreendedorismo liderada pelo Estado no Chile mostra que o regime de empreendedorismo emergiu de uma complexa rede de justificativas da política estatal que conecta o Chile neoliberal da década de 1990 com o da década de 1970. No entanto, a disseminação ideológica da empresa privada como uma atividade despojada politicamente não foi desencadeada pelos tecnocratas de direita do regime ditatorial, mas sim pelas ideologias de esquerda durante a transição democrática. Nesse contexto, o empreendedorismo surge como uma alternativa ao capitalismo tradicional das grandes corporações/empresas, já despojadas da carga decorrente dos processos de acumulação capitalista. Esse discurso da política de empreendedorismo despolitizou o empreendedorismo do neoliberalismo de direita e de sua herança de esquerda. A retórica da despolitização é promulgada em um novo espaço, onde os novos conceitos se relacionam ao empreendedorismo.

Inovação por meio da produtividade: garantia moral do empreendedorismo

A partir de 2012, a associação entre empreendedorismo e inovação ainda estava no centro da retórica de justificativa no Chile. Na entrevista conosco, o gerente do programa de empreendedorismo da CORFO na época trouxe essa questão nos seguintes termos.

> A pergunta inicial é: por que os países decidem apoiar o empreendedorismo? Esse apoio é baseado na teoria econômica; há evidências de que as sociedades mais empreendedoras alcançam níveis de produtividade maiores do que aquelas que são menos; portanto, países que estão em um estágio econômico como o do Chile, que é um estágio de transição [...] entre subdesenvolvimento e desenvolvimento [...] devem considerar a questão da inovação como um elemento importante na política e, infelizmente, a nossa sociedade, devido às características que tinha antiga-

 CC BY ISSN 0034-7590; eISSN 2178-938X

> mente, é uma sociedade que tem dificuldade de inovar, por questões culturais e também econômicas [...] Portanto, os estados precisam compensar isso de forma proativa por meio de políticas públicas. (Ex-vice-presidente executivo da CORFO, comunicação pessoal, 28 de abril de 2012)

Diagnóstico semelhante pode ser encontrado no relatório do governo chileno de 2006 do Conselho Nacional de Inovação para Competitividade, que serviu para justificar o "Subsídio de Capital para Alocação Flexível de Empreendedores", um dos principais programas de empreendedorismo da CORFO; e, no primeiro "relatório de antecedentes" do Conselho Nacional Chileno de Desenvolvimento e Inovação (CNID): "Se o Chile não avançar, brevemente e rapidamente, em termos de inovação e transferência tecnológica, o país começará a ficar para trás, a ponto de suas atuais vantagens competitivas estáticas estarem seriamente ameaçadas e deslocadas" (CNID, 2006, p. 11). Por meio dessa linha de argumentação, o empreendedorismo foi colocado na trajetória evolutiva do progresso econômico e social, enquanto o Chile foi colocado em um estágio intermediário, mas promissor, em uma escala global.

Conceitos de mudança e inovação são canalizados para a construção da imagem do Chile como uma sociedade empreendedora. Nessa estratégia discursiva, a mudança social é reduzida ao desenvolvimento, desenvolvimento é reduzido ao aumento da produtividade e a inovação (específica para vários campos, como arte, ciência, tecnologia, cultura e socialidade, entre outros) é reduzida à esfera dos negócios. Assim, uma sociedade inovadora e até mesmo desenvolvida torna-se uma sociedade empreendedora, o que justificaria políticas pró-empreendedorismo na medida em que elas têm como objetivo final o desenvolvimento social (já deixando de lado a acumulação ilimitada como objetivo). Em suma, se a justificativa para uma sociedade empreendedora se baseia em concentrar as ideias de mudança e inovação na área de negócios, a promessa de seus efeitos supera isso, abençoando a meta do "desenvolvimento social". A referência ao papel da cultura chilena nessa trajetória é outra manobra discursiva que visa desdiferenciar o contexto social em que o empreendedorismo atua. Em vez de exigir a integração do empreendedorismo na cultura nacional e na diversidade social, o discurso do Estado não apenas aponta a cultura chilena como um obstáculo para uma sociedade empreendedora, mas a identifica como uma das razões da intervenção pública no empreendedorismo. O diagnóstico é que o Chile precisa se adaptar rapidamente a uma cultura empreendedora; o mundo exige isso. Os empreendedores devem ter recursos que operem com a mesma velocidade do mercado e o Estado deve se alinhar a essa necessidade.

Em resumo, o discurso da política do Estado associa o empreendedorismo e a inovação tão intimamente que os torna indistinguíveis. Para citar um gerente da CORFO, "empreendedorismo é a concretização da inovação". De acordo com esse raciocínio, a "evidência" mostra que qualquer país que deseje alcançar um rápido desenvolvimento deve aumentar sua produtividade. O empreendedorismo é um meio para esse fim. O *slogan* da CORFO, "sonhar, arriscar, crescer", coloca o empreendedorismo em um papel mediador. É importante lembrar que, no momento de sua criação na década de 1990, o empreendedorismo também possuía essa posição intermediária entre dois polos políticos. Nesse caso, a "garantia moral" do empreendedorismo reside em sua capacidade de aumentar a produtividade econômica pela criação de inovação. O discurso da CORFO molda o empreendedorismo como a possibilidade de inovação e desenvolvimento social, algo que é sempre bom e aceitável para o país.

Empreendedorismo como um Hiperbem

Nos últimos anos, o discurso empreendedor adicionou novos conceitos e atores. De acordo com seus atuais propagadores, em conjunto com o "bem-estar" do crescimento (Taylor, 1989), o empreendedorismo traz consigo vários benefícios, um bem comum e "externalidades positivas". Primeiro, ele desempenha um papel coeso e redistributivo. Em países como o Chile, onde a riqueza tende a se concentrar nas mãos de alguns atores econômicos, o desenvolvimento de uma tremenda capacidade empreendedora redistribui a riqueza entre um número mais significativo de proprietários de pequenas empresas. A integração do empreendedorismo permitiria a "homogeneização" e ofereceria "um guarda-chuva que reúne e ajuda a diminuir a diferença de desigualdade" (Gerente da CORFO, comunicação pessoal, 6 de fevereiro de 2012).

Para aqueles que não conseguem se integrar como empreendedores – ou seja, os mais pobres –, o sucesso daqueles que são capazes pode trazer benefícios na medida em que a expansão do empreendedorismo tornará o mercado mais eficiente, tornando-se uma ferramenta de inclusão e outro meio de suporte ao princípio ideológico neoliberal (Fontaine, 1993; Harvey, 2005). No trecho a seguir, um gerente da CORFO faz alusão à famosa "teoria do gotejamento", defendida pelos propagadores do neoliberalismo chileno, e intimamente ligada à história do neoliberalismo (Harvey, 2005).

> Se alguém acredita nesse modelo econômico, todas as pessoas devem ser alcançadas, e o caminho do gotejamento leva muito tempo. Poderíamos incluir essas pessoas no modelo econômico e não as segmentar, não estigmatizar a base da pirâmide, que inclusive é um termo cruel [ele esclarece]. Segundo o Casen [levantamento nacional das características socioeconômicas da população], a base da pirâmide corresponde a 15% da população; são muitas pessoas que consomem, para começo de conversa. No entanto, elas pagam mais por açúcar, óleo. Existe um poder econômico oculto lá que pode ser aberto para dar dignidade a elas como compradoras, de uma perspectiva de política pública; é uma ferramenta inclusiva. (Gerente da CORFO, comunicação pessoal, 24 de abril de 2012)

O conceito de "base da pirâmide" vem da literatura sobre educação empresarial de primeiro mundo. Refere-se aos quatro milhões de pobres que são negligenciados em todo o mundo pelo setor privado organizado (Prahalad, 2006). De modo mais abrangente, e referindo-se especificamente ao Chile (CORFO, 2012, p. 3), entende-se a base da pirâmide como aqueles chilenos classificados no quintil de menor renda. Na lógica dos gestores da CORFO, uma sociedade empreendedora promove a coesão social porque integra até mesmo os pobres à demanda agregada (via consumo). Além disso, o gerente admite que "base da pirâmide" é um conceito "cruel". Assim, um discurso que abrange os conceitos de dignidade, consumo, inclusão e o terrível/desumano é usado para criar um emparelhamento empreendedorismo-inclusão para tornar o empreendedorismo mais atraente, mesmo para aqueles que são incapazes de pertencer à classe empreendedora diretamente, mas podem se beneficiar do seu sucesso (os pobres).

Nesse estágio, os discursos de políticas entre as autoridades superiores colocam mais ênfase no benefício da criação de empregos resultante de novos empreendimentos e, portanto, na capacidade do empreendedorismo de gerar mudanças sociais. Em um trecho de um discurso proferido na inauguração da Semana Global do Empreendedorismo de 2011, o Ministro da Economia da antiga administração do presidente Sebastián Piñera (2010-2014) fez a seguinte declaração:

> Queremos transformar empreendedores nas pessoas que mais contribuem para a mudança social no Chile; cada empreendedor talentoso que inicia uma jornada é alguém que cria empregos, cria empregabilidade e ajuda a melhorar a dignidade de todos os chilenos, não importa o que alguns digam, não há ninguém mais solidário do que os empreendedores, do que aqueles que ousam, aqueles que abraçam a aventura de desenvolver os talentos que cada um de nós possui (Longueria, 2012)

Nesse discurso, o conceito de "mudança social" é incorporado, sugerindo que não há área na sociedade para o qual o empreendedorismo não possa contribuir. O tema da qualidade dessa mudança não é considerado. Pelo contrário, é adotada uma estratégia que transfere os benefícios da mudança para seu efeito. O discurso idealiza o empreendedorismo e o associa a conceitos como dignidade, solidariedade e mudança social, ignorando as realidades igualmente possíveis de insegurança no trabalho e individualismo, que não apenas diferem, como também entram em conflito com os valores promovidos. Além disso, o discurso exclui aspectos centrais da economia, como a competição por recursos escassos, a destruição criativa necessária, conforme analisada por Schumpeter, e os inevitáveis erros e falhas que esse empreendedorismo implica. Além disso, eleva o empreendedor à categoria de herói que sofre a "solidão" do ato "aventureiro", alinhando-o com a imagem do *cowboy*, conforme referenciado por Kaulingfreks, Lightfoot e Letiche (2009).

Em suma, o empreendedorismo é mostrado como um meio de inclusão dos indivíduos no sistema econômico, seja por meio do consumo ou do trabalho. Seja na oferta ou na demanda, esse discurso político justificador concede aos seres humanos um senso moral de dignidade. Diferentemente de antes, o valor da dignidade não está mais ancorado em projetos coletivos, na solidariedade e nas necessidades humanas finitas (Max-Neef, Elizalde, & Hopenhayn, 1990), mas sim na inclusão de indivíduos na economia de mercado.

> No final das contas, falamos sobre empreendedorismo porque acreditamos que é uma ferramenta muito poderosa para a mobilidade social, primeiro porque gera renda e segundo porque gera dignidade. Faz de você parte do sistema. (Gerente da CORFO, comunicação pessoal, 6 de fevereiro de 2012)

No entanto, a realidade construída exclui do seu discurso os efeitos inesperados das políticas que originam e disseminam a realidade. Por exemplo, a política é simplificada

 CC BY ISSN 0034-7590; eISSN 2178-938X

ao incentivar um tipo de empreendedorismo que aumentaria a coesão social, diminuiria o hiato de desigualdade e, mesmo entre os pobres, operaria por meio de um "gotejamento", atenuando o fenômeno da exclusão ao incorporar essa população como demanda agregada. Finalmente, esse discurso reconhece a dignidade humana como uma habilidade individual e recurso de autogeração. Esse conceito, conforme discutido pelo gerente da CORFO, é o que é genuinamente "cruel" sobre a maneira como esse regime se desenvolveu nas últimas décadas no Chile.

Discussão: a dupla despolitização do empreendedorismo

A tendência empreendedora do Estado chileno é um meio para a renovação do compromisso neoliberal do Chile com a acumulação capitalista na era pós-ditatorial. Discursivamente, o empreendedorismo emerge no Chile pela diferenciação das principais correntes ideológicas (não pertences à direita nem à esquerda) e com a promessa e urgência de se tornar o motor da mudança social e individual. Essa abordagem representa uma história épica e luminosa para uma sociedade em transição recém-saída de sua pior catástrofe política e moral. Vinte e cinco anos depois, o empreendedorismo está associado a outros valores que complementam essa retórica inicial, como criação de emprego e renda, inclusão e dignidade humana. Essa expansão gradual e sistemática das justificativas no repertório do empreendedorismo é um indicativo do crescimento da racionalidade econômica governamental neoliberal.

Subjacente à realização prática de projetos empreendedores e à concessão de sentido ao ato empreendedor, a política de empreendedorismo estatais apoia-se na produção de uma subjetividade precisa (Bröckling, 2015). Nas palavras de um dos gerentes da CORFO,

> O lado bom do empreendedorismo é que ele permite que você se descubra, cuide de si mesmo, seja dono de si mesmo, o autoempreendedorismo significa que você é quem você quer ser. Você ganha a vida com isso e opera como se fosse uma empresa, no sentido de planejar, criar estratégias. E, no nível pessoal, acho que isso é bom. Há um aprendizado no empreendedorismo que ajuda as pessoas a serem o que elas querem ser, parte do sistema. (Gerente da CORFO, comunicação pessoal, 6 de fevereiro de 2012)

Nesse nível intrapessoal, o empreendedorismo é descrito por meio da própria experiência do empreendedor, independentemente da consecução de qualquer objetivo econômico. De fato, o empreendedorismo se torna um meio de autorrealização individual. Por fim, o discurso empreendedor estatal trata de uma demanda por uma transformação substantiva do indivíduo em um ativo que, por sua vez, leva à intensificação da sociedade empreendedora neoliberal. Além disso, essa estratégia promove o empreendedorismo como uma "habilidade" ou "talento" individual que qualquer pessoa pode desenvolver independentemente da posição ou competência socioeconômica. Na medida em que o empreendedorismo requer "talentos" que qualquer pessoa pode desenvolver, a atividade se espalha de maneira meritocrática (depende apenas de mim), sem reconhecer distinções de classe, etnia, origem, sexo ou capital. Essa estratégia ignora os arranjos estruturais existentes e as grandes desigualdades na população chilena, em que a renda dos cidadãos mais ricos é 26,5 vezes maior que a renda dos mais pobres (em que, segundo dados de 2012, a proporção é de 9,5% se comparada com a média dos países da OECD [1996]) (obtido em http://www2.compareyourcountry.org/crisis-impact). Aí reside, em parte, a fertilidade discursiva do léxico pró-empreendedor. Por um lado, como destaca Beckert (2013), a característica da meritocracia empreendedora tenta proteger o empreendedorismo dos efeitos das barreiras estruturais de sociedades estratificadas e desiguais, como a do Chile, o que pode dificultar a mobilidade ascendente prometida pela atividade empreendedora. Por outro lado, o discurso exclui questões-chave, como se os chilenos possuíssem a mesma capacidade de inovar ou criar redes para montar as equipes certas e garantir financiamento em um estágio inicial, como é exigido na maioria dos programas de subsídios de capital. De acordo com Tirado e Domenèch (2009), a tarefa do discurso meritocrático é justamente fazer com que as habilidades pareçam recursos emergindo de seres isolados que não são mais dependentes de uma rede mais ampla de alianças, posições e apoio (p. 252). Esse discurso é atraente para um público geral e amplo.

A segunda manobra discursiva da política de empreendedorismo estatal baseia-se na promulgação de um tecido social homogêneo e suave (Deleuze & Guattari, 1980), onde o empreendedorismo pode ser diferenciado (Marttila, 2018), dissociando o conceito de aspectos econômicos e ideológicos anteriores relacionado à cultura da empresa. Ao mesmo tempo, essa manobra separa o empreendedorismo de qualquer distribuição desigual em relação a capacidades, ideologias e lutas pelo poder. De igual modo, como todos os

recursos necessários para essa atividade são conceituados dentro da semântica das "habilidades individuais", nenhuma noção de socialidade parece necessária além da rede de benefício mútuo em que o empreendedorismo é sustentado. Esse é um segundo conceito central que apoia essa estrutura discursiva: presumir que o empreendedorismo não requer sociedade, ou, mais estritamente, que ele não requer outra empresa além da "sociedade empreendedora". Nas palavras do gerente da CORFO, uma "sociedade mais empreendedora seria uma sociedade mais autossuficiente, possuindo mais das coisas que acontecem conosco, [com] mais *propriedade*" (comunicação pessoal, 6 de fevereiro de 2012).

Colocando essas duas manobras em perspectiva histórica, aparece uma terceira. Na revisão de 25 anos, detectamos que o discurso do estado pró-empreendedor no Chile se repetiu e exibiu uma dupla despolitização do empreendedorismo: 1) no momento de seu surgimento, onde a afiliação política do empreendedorismo é desfeita (não pertence nem à direita nem à esquerda) e 2) hoje, em que o discurso do Estado evita falar sobre o papel dos jogos de poder e das desigualdades estruturais na formação da atividade empreendedora no Chile. Desse modo, a justificativa de políticas públicas pró-empreendedoras no Chile exclui o papel da sociedade e o da política e, dessa maneira, contribui para a "desdiferenciação" e universalização da cultura empreendedora.

CONCLUSÕES

Tentamos neste artigo contribuir com a literatura sobre políticas de empreendedorismo, preenchendo a lacuna da pesquisa sobre a justificativa de empreendedorismo de políticas públicas do Chile. Nossa análise considerou os discursos oficiais de políticas públicas da CORFO, sua agência governamental de empreendedorismo de mais alto escalão. Nesse caso, mudamos a análise da avaliação empreendedora de políticas públicas para um estudo da justificativa das políticas estatais de empreendedorismo. Nossa análise diacrônica sensível à trajetória histórica dessa sociedade nos permitiu entender melhor os processos culturais, políticos e econômicos com os quais o desenvolvimento do empreendedorismo se entrelaça.

O sistema neoliberal chileno utiliza o discurso da universalização do empreendedorismo em prol de sua perpetuação. As contradições surgem porque, paradoxalmente, promover ativamente o empreendedorismo leva a certos princípios da ideologia neoliberal, como a não intervenção nos mercados e na economia. Contudo, a contradição é apenas aparente porque os discursos estatais sobre empreendedorismo dissociados da ideologia econômica anterior criam um lugar em que o empreendedorismo incorpora qualquer mensagem e significado cultural, universalizando o empreendedorismo. A investigação da justificativa do empreendedorismo pelo Estado nos faz entender essas políticas não apenas como instrumentos que estimulam atividades empreendedoras, mas como um meio de moldar a sociedade chilena. A retórica da CORFO intensifica os valores do individualismo, da tecnocracia, do interesse pessoal e do otimismo. Nesse sentido, a justificativa do empreendedorismo patrocinado pelo Estado lança uma nova luz sobre como os sujeitos empreendedores podem aceitar permanentemente a incerteza que a sociedade neoliberal impõe.

O apoio ao empreendedorismo se torna apenas propaganda para sustentar ideias que têm uma longa tradição histórica relacionada aos tempos da ditadura. Essa propaganda não é inofensiva e cria uma dupla despolitização, em que a afiliação ideológica do empreendedorismo é arrancada das raízes neoliberais históricas de direita. Além disso, a política de empreendedorismo estatal evita reconhecer o papel dos jogos de poder e das desigualdades estruturais na formação da atividade empreendedora no Chile, produzindo uma nova cultura empreendedora biopsicológica generalizada. Essa cultura é baseada na queda dos valores da comunidade, no aumento do talento pessoal e na oclusão de qualquer referência ao privilégio. A "sociedade empreendedora" concebida pela estratégia discursiva de justificativa do Estado chileno lembra a crença de Margaret Thatcher de que a sociedade era uma mera ilusão, uma vez que "não existe sociedade, há apenas famílias" (Thatcher, 1996).

São necessárias mais pesquisas sobre políticas públicas de empreendedorismo. Por exemplo, um estudo poderia investigar detalhadamente a retórica da justificativa da política de empreendedorismo, que pode traçar vínculos entre o discurso do Estado sobre empreendedorismo nos níveis local, nacional e regional. Uma análise mais detalhada da justificativa do empreendedorismo requer a inclusão de fatores históricos, políticos e culturais. No geral, agora está claro que são necessárias pesquisas culturalmente mais sensíveis para entender a atividade empreendedora e seus efeitos. Os pesquisadores precisam desenvolver estudos culturais comparativos para avaliar de modo abrangente os princípios nos quais a institucionalização do Estado se torna uma ferramenta para a justificativa neoliberal e, portanto, para a autoperpetuação desse regime.

 CC BY ISSN 0034-7590; eISSN 2178-938X

AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem os revisores pelos valiosos comentários e Max Tham e Felipe Mallea pela revisão teórica das contribuições e pelos fundos que possibilitaram a nossa pesquisa: Fondecyt nº 11110459, "Individuos y regímenes pragmáticos en Chile: hacían una sociología pragmática y moral del individuo" e Anillos SOC180039 "Knowledge production in contemporary Chile", financiada pela Comissão Nacional de Ciência e Tecnologia do Chile.

ÉTICA E CONSENTIMENTO

Os autores declaram que a pesquisa foi realizada de acordo com a declaração de Helsinque.

REFERÊNCIAS

Adelman, I. (2000). The role of government in economic development. In F. Tarp (Ed.), Foreign *a*id and *d*evelopment (pp. 53-75). London, UK: Routledge. doi: 10.4324/9780203461761

Amorós, J. E., Fernández, C., & Tapia, J. (2012). Quantifying the relationship between entrepreneurship and competitiveness development stages in Latin America. International Entrepreneurship and Management Journal, 8(3), 249-270. doi: 10.1007/s11365-010-0165-9

Antaki, Ch., M. Billig, M. Wetherell, D. Edwards, & J. Potter. (2003). Discourse analysis means doing analysis: A critique of six analytic shortcomings. *Discourse Analysis Online*, *1*. Retrieved from https://dspace.lboro.ac.uk/2134/633

Audretsch, D. B., Kuratko, D. F., & Link, A. N. (2016). Dynamic entrepreneurship and technology-based innovation. *Journal of Evolutionary Economics*, *26*(3), 603-620. doi: 10.1007/s00191-016-0458-4

Beckert, J. (2013). Capitalism as a system of expectations toward a sociological microfoundation of political economy. *Politics and Society*, *41*(3), 323-350. doi: 10.1177/0032329213493750

Benavente, J. (2003). *Informe sobre el proceso emprendedor en Chile*. Washington, USA: Banco Interamericano de Desarrollo.

Birch, D. L. (1979). *The job generation process*. Unpublished report prepared by the MIT Program on Neighborhood and Regional Change.

Birch, D. A. (1981). Who creates jobs? *The Public Interest*, *65*, 3-14.

Boltanski, L., & Chiapello, E. (1999). *El nuevo espíritu del capitalismo*. Madrid, España: Akal.

Boltanski, L., & Thèvenot, L. (2006). *On justification: The economies of worth*. Princeton, USA: Princeton University Press.

Bröckling, U. (2015). *El self emprendedor: Sociología de una forma de subjetivación*. Santiago, Chile: Ediciones Universidad Alberto Hurtado.

Brown, S. D. (2001). Psychology and the art of living. Theory & Psychology, *11*(2), 171-192. doi: 10.1177/0959354301112002

Casson, M. (1990). *Entrepreneurship. international library of critical writings in economics*. London, UK: Edward Elgar Publishing Ltd.

Colonomos, A. (2005). The morality of belief in the profits of virtue. International Social Science Journal, *57*(185), 457-467. doi: 10.1111/j.1468-2451.2005.00563.x

Consejo Nacional de Innovación para el Desarrollo. (2006). *El sistema chileno de innovación: Background report*. Recuperado de http://www.cnid.cl/portfolio-items/el-sistema-chileno-de-innovacion-background-report

Corporación de Fomento de la Producción. (2012). *Generación neta de empleo*. Santiago, Chile: CORFO.

Corporación de Fomento de la Producción. (2014a). *Emprendimiento en Chile: Hacia un modelo de segmentación*. Santiago, Chile: CORFO.

Corporación de Fomento de la Producción. (2014b). *Fundamentos administrativos para la operación de incubadoras*. Santiago, Chile: CORFO.

Deleuze, G., & Guattari, F. (1980). *Capitalisme et schizophrénie* (vol. 2, p. 645). Paris, France.

Duvall, R. D., & Freeman, J. R. (1981). The state and dependent capitalism. International Studies Quarterly, *25*(1), 99-118. doi: 10.2307/2600212

Finnemore, M., & Sikkink, K. (1998). International norm dynamics and political change. International Organization, *52*(4), 887-917. doi: 10.2307/2600212

Fleming, W. J. (1979). The cultural determinants of entrepreneurship and economic development: A case study of Mendoza Province, Argentina, 1861-1914. The Journal of Economic History, *39*(1), 211-224. doi: 10.1017/S0022050700096406

Fontaine, J. A. (1993). Transición económica y política en Chile: 1970-1990. *Estudios Públicos*, *50*, 229-279.

Foucault M., (2008). *The birth of biopolitics: Lectures at the Collége de France 1978-1979*. London, UK: Palgrave Macmillan.

Germani, G. (1972). Mass immigration and modernization in Argentina. In W. Petersen (Ed.), *Readings in population* (pp. 223-241). New York,USA: Macmillan.

Goodwin, C. (2018). *Co-operative action*. Boston, USA: Cambridge University Press.

Harding, D. (2007). Cultural context, sexual behavior, and romantic relationships in disadvantaged neighborhoods. American Sociological Review, *72*(3), 341-364. doi: 10.1177/000312240707200302

Harvey, D. (2005). *A brief history of neoliberalism*. New York, USA: Oxford University Press.

Holstein, James and Gubrium, Jaber. 2013. *Práctica Interpretativa y Acción Social*. In Norman Denzin and Ivonna Lincoln (eds). Manual de Investigación Cualitativa Vol III (pp. 228-269). Barcelona, Espanha: Gedisa.

Imas, J. M. (2005). Rational darkness: Voicing the unheard in the modern management discourse of Chile. *Administrative Theory & Praxis*, *27*(1), 111-133. doi: 10.1080/10841806.2005.11029473

Imas, J. M. (2010). Dirty management': The legacy of Chile and Argentina. In A. Guedes, & A. Faria (Eds.), *International Management and International Relations a Critical Perspective from Latin America* (pp. 185-200). London, UK: Routledge.

Imas, J. M., Wilson, N., & Weston, A. (2012). Barefoot entrepreneurs. *Organization*, *19*(5), 563-585. doi: 10.1177/1350508412459996

Kaulingfreks, R., Lightfoot, G., & Letiche, H. (2009). The man in the black hat. Culture and Organization, *15*(2), 151-165. doi: 10.1080/14759550902925328

 CC BY

Kantis, H. (2004). *Nacimiento y desarrollo de empresas dinámicas en América Latina", desarrollo emprendedor: América Latina y la experiencia internacional*. Washington, USA: Banco Interamericano de Desarrollo (BID).

Keith, William & Rehg, William. (2007). *Argumentation in Science and Technology Studies*. In O. Amsterdamska, E. Hackett, M. Lynch and J. Wajcman (Eds.), The Science Studies Handbook (pp. 211-239). Massachusetts, EUA: MIT Press

Kirzner, I. M. (1973). *Competition and entrepreneurship*. New York, USA: The University of Chicago Press.

Lamont, M. (1994). *Money, morals and manners: The culture of the French and American upper-middle class*. Chicago, USA: The University of Chicago Press.

Lamont, M., & Small, M. (2008). How culture matters: Enriching our understanding of poverty. In D. Harris, & A. Lin (Eds.), *The colors of poverty: Why racial disparities persist* (pp. 76 -102). New York, USA: Russell Sage Foundation.

Lazonick, W. (2011). Entrepreneurship and the developmental state. In W. Naudé (Ed.), *Entrepreneurship and economic development* (pp. 254-270). London, UK: Palgrave Macmillan.

Lipset, S. M. (1967). *The first new nation: The United States in historical and comparative perspective*. London, UK: Transaction Publishers.

Longueira, P. (2012). *Speech inaugurating the 2012 Global Entrepreneurial Week*. Retrieved from http://www.youtube.com/watch?v=by3yoTzguQA

Lundstrom, A., & Stevenson, L. A. (2005). *Entrepreneurship policy: Theory and practice*. Boston, USA: Springer.

Mandakovic, V., Cohen, B., & Amorós, J. E. (2015). Entrepreneurship policy and its impact on the cultural legitimacy for entrepreneurship in a developing country context. In Marta Peris-Ortiz, José M. Merigó-Lindahl (Eds.), *Entrepreneurship, Regional Development and Culture* (pp. 109-125). Springer. doi: 10.1007/978-3-319-15111-3_7

Marttila, T. (2018). Neoliberalism, Knowledge-Based Economy and Metaphorization of the Entrepreneur to the Subject of Creativity. In Damien Cahill, Melinda Cooper, Martijn Konings and David Primrose (Eds.) *The Sage Handbook of Neoliberalism* (Chp. 42). London, UK: Sage

Max-Neef, M., Elizalde, A., & Hopenhayn, M. (1990). *Human scale development: an option for the future*. Santiago, RM: Development Alternatives Centre [Centro de Alternativas de Desarrollo] (CEPAUR).

Mazzucato, M. (2011). The entrepreneurial state. *Soundings*, 49(49), 131-142. doi: 10.3898/136266211798411183

McNay, L. 2009. Self as Enterprise. Dilemmas of Control and Resistance in Foucault's The Birth of Biopolitics. *Theory, Culture & Society* 26(6): 55-77. doi: 10.1177/0263276409347697

Ministerio de Hacienda. 2012. Ley de Presupuestos del Sector Público año 2012. Ley 20.557 publicada en el diario oficial del 15 de diciembre de 20111. Andros Impresores: Santiago.

Monitor, G. E. (2018). *Global Report 2017/18*. London, UK: Global Entrepreneurship Research Association (GERA).

Naudé, W. (2011). Is pro-active government support needed for entrepreneurship in developing countries. In W. Naudé (Ed.), Entrepreneurship and *economic development* (pp. 233-253). London, UK: Palgrave Macmillan. doi: 10.1057/9780230295

Organisation for Economic Co-operation and Development. (1996). *Lifelong learning for all*. Paris, France: OECD.

Örge, Ö. (2013). Entrepreneurship policy as discourse: Appropriation of entrepreneurial agency. In F. Welter, R. Blackburn, E. Ljunggren, & B. W. Amo (Eds.), *Entrepreneurial business and society* (pp. 37-57). Cheltenham, UK: Edward Elgard.

Perren, L., & Jennings, P. L. (2005). Government discourses on entrepreneurship: Issues of legitimization, subjugation, and power. Entrepreneurship Theory and Practice, *29*(2), 173-184. doi: 10.1111/j.1540-6520.2005.00075.x

Potter, J. (1996). *Representing reality: Discourse, rhetoric and social construction*. London: UK: Sage.

Potter, J., & Wetherell, M. (1987). *Discourse and social psychology: Beyond attitudes and behaviour*. London, UK: Sage.

Prahalad, C. (2006). *The fortune at the bottom of the pyramid*. Pensylvania, USA: Wharton School Publishing.Schumpeter, J. A. (2014). *Capitalism, socialism and democracy* (2nd ed.). Floyd, USA: Impact Books. (Publicado originalmente em 1942)

Sengupta, H. (2014). Recasting India: How Entrepreneurship is Revolutionizing the World's Largest Democracy. Nova York, EUA: St. Martin's Press.

Schwellnus, C. (2010). Chile: Boosting productivity growth by strengthening competition, entrepreneurship and innovation [Working Paper Nº 785]. *OECD*.

Sombart, W. (1913). *Die deutsche Volkswirtschaft im neunzehnten Jahrhundert*. Berlin, Germany: Georg Bondi.

Swidler, A. (1986). Culture in action: Symbols and strategies. *American Sociological Review*, *51*, 273-286.Taylor, C. (1989). *Sources of the self: The making of the modern identity*. Cambridge, USA: Harvard University Press.

Thatcher, M. (1996). *Liberty and limited government.* Speech presented at Centre for Policy Studies Keith Joseph Memorial Lecture. London, UK. Retrieved from https://www.margaretthatcher.org/document/108353

Tirado, F., & Domènech, M. (2009). El problema de la agencia en psicología social: Retos y perspectivas. In J. Loredo, T. Sánchez-Criado, & D. López (Eds.), *¿Dónde reside la acción? Agencia, constructivismo y psicología* (pp. 237-290). Murcia, Spain: UNED.

Weber, M. (1975). *La ética protestante y el espíritu del capitalismo*. Barcelona, España: Ediciones Península. (Publicado originalmente em 1905)

Weiskopf, R., & Steyaert, C. (2009). Metamorphoses in entrepreneurship studies: Towards an affirmative politics of entrepreneuring. In D. Hjorth, & C. Steyaert (Eds.), *The politics and aesthetics of entrepreneurship* (pp. 183-201). Cheltenham, UK: Edward Elgar.

Young, A. (2004). *The minds of marginalized black men: Making sense of mobility, opportunity, and future life chances*. Princeton, USA: Princeton University Press.

Zárate, V. V. O. de. (2010). ¡Estamos en guerra, señores!: El régimen militar de Pinochet y el "pueblo", 1973-1980. *Historia (Santiago)*, *43*(1), 163-201. doi: 10.4067/S0717-71942010000100005

CONTRIBUIÇÕES DOS AUTORES

Os autores declaram que contribuíram igualmente no desenvolvimento do trabalho, conceituação e construção teórico-metodológica, revisão teórica (pesquisa de literatura), redação e revisão final. A coleta de dados foi realizada pelo primeiro autor.

FÓRUM

Submetido 31.03.2019. Aprovado 14.10.2019

Avaliado pelo sistema double blind review. Editores Científicos convidados: Diego Szlechter, Leonardo Solarte Pazos, Juliana Cristina Teixeira, Jorge Feregrino, Pablo Isla Madariaga e Rafael Alcadipani

Versão original

DOI: http://dx.doi.org/10.1590/S0034-759020200207

"TUPI, OR NOT TUPI THAT IS THE QUESTION": PERSPECTIVISMO AMERÍNDIO E ESTUDOS ORGANIZACIONAIS

"Tupi, or not Tupi that is the question": Amerindian perspectivism and Organizational Studies

"Tupi, or not Tupi that is the question": Perspectivismo amerindio y Estudios Organizacionales

RESUMO

Esse ensaio discorre sobre as possibilidades que o conceito de perspectivismo ameríndio de Viveiros de Castro oferece aos Estudos Organizacionais. O "Manifesto antropófago" de Oswald de Andrade é o fio condutor de nossa investigação. O perspectivismo ameríndio sugere um deslocamento reflexivo para a posição ocupada pelo objeto de investigação que, assim, se torna o sujeito a partir do qual devemos questionar nossas próprias premissas. O que importa saber é como nosso sujeito/ex-objeto percebe nossas categorias/conceitos criadas para descrevê-lo. Para Viveiros de Castro, o deslocamento reflexivo deve ocorrer considerado-se uma equivocidade intencional. Portanto, devemos refletir sobre as consequências que nossas escolhas ontoepistemológicas terão sobre nossa pesquisa a partir do ponto de vista do Outro. Os conceitos de deslocamento reflexivo e equivocidade intencional têm muito a contribuir com a construção do Outro em EOR e com o conceito de border thinking nos estudos decolonais.

PALAVRAS-CHAVE | Perspectivismo ameríndio, antropofagia, border thinking, equivocidade intencional, deslocamento reflexivo.

ABSTRACT

This essay discusses the possibilities that Viveiros de Castro's concept of Amerindian perspectivism offers to Organizational Studies. Oswald de Andrdade's Anthropophagous Manifesto is the guiding thread of our investigation. Amerindian perspectivism suggests a reflexive shift to the position occupied by the object of inquiry which thus becomes the subject from which we must question our own premises. What matters is knowing how our subject / former object perceives our categories / concepts created to describe it. For Viveiros de Castro, the reflexive displacement should occur considering an intentional equivocity. Therefore, we must reflect on the consequences that our onto-epistemological choices will have on our research from the Other's point of view. The concepts of reflexive displacement and intentional equivocity have much to contribute to the construction of the other in EOR and to the concept of border thinking in decolonial studies.

KEYWORDS | *Amerindian perspectivism, anthropophagy, border thinking, intentional equivocity, reflexive displacement.*

SERGIO EDUARDO DE PINHO VELHO WANDERLEY[1]
sergiow.gaz@terra.com.br
ORCID: 0000-0002-9248-5214

ANA PAULA MEDEIROS BAUER[1]
anabauer@id.uff.br
ORCID: 0000-0002-0901-6098

[1]Unigranrio, Programa de Pós-Graduacao em Administração, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

RESUMEN

Este ensayo analiza las posibilidades que el concepto de perspectivismo amerindio de Viveiros de Castro ofrece a los Estudios Organizacionales. El Manifiesto Antropófago de Oswald de Andrdade es el hilo conductor de nuestra investigación. El perspectivismo amerindio sugiere un desplazamiento reflexivo a la posición ocupada por el objeto de la investigación, que se convierte así en el sujeto a partir del cual debemos cuestionar nuestras propias premisas. Lo que importa es saber cómo nuestro sujeto/objeto anterior percibe nuestras categorías/conceptos creados para describirlo. Para Viveiros de Castro, el desplazamiento reflexivo debe ocurrir considerando una equivocidad intencional. Por lo tanto, debemos reflexionar sobre las consecuencias que nuestras elecciones onto-epistemológicas tendrán en nuestra investigación desde el punto de vista del otro. Los conceptos de desplazamiento reflexivo y equivocidad intencional tienen mucho que aportar a la construcción del otro en EO y al concepto de pensamiento fronterizo en los estudios decoloniales.

PALABRAS CLAVE | *Perspectivismo amerindio, antropofagia, border thinking, equivocidad intencional, desplazamiento reflexivo.*

 CC BY

INTRODUÇÃO

"*Tupi, or not tupi that is the question*" é um dos aforismos mais conhecidos e citados do "Manifesto antropófago" publicado, em maio de 1928, por Oswald de Andrade, no primeiro número da *Revista de Antropofagia*. O Manifesto é ilustrado pelo quadro "O Abaporu" – homem que come homem, em tupi – que Oswald havia recebido de presente de sua companheira, Tarsila do Amaral. O quadro exprime o processo antropofágico que Oswald imprime no texto e, no ano seguinte, Tarsila apresentaria o quadro "Antropofagia". Nesse aforismo, Oswald devora o dilema hamletiano e, sem uma palavra sequer em português, representa, por meio do binômio Tupi/*To be*, "uma das tensões centrais que será explorada durante todo o texto do Manifesto" em que promove uma subversão da "relação Brasil/mundo, ou tribo primitiva/cultura ocidental" (Azevedo, 2016, p. 109).

Uma subversão similar é proposta pelo "etnólogo americanista" brasileiro Viveiros de Castro (2015, p. 155) com base na introdução do conceito de perspectivismo ameríndio. Viveiros de Castro (1986) desenvolveu esse conceito a partir de sua pesquisa de doutorado em meio aos Araweté, povo de língua tupi da região amazônica ocidental. Portanto, a origem desse conceito é bem diversa do conceito de antropofagia lançado por Oswald de Andrade a partir do movimento modernista iniciado com a Semana de Arte de 1922. Todavia, antropofagia e perspectivismo ameríndio têm como base as "Metafísicas canibais" (Viveiros de Castro, 2015, 2016).

Para Viveiros de Castro (2016), a antropofagia oswaldiana é a reflexão metacultural mais original já produzida na América Latina, e sugere que o "Manifesto antropófago" de Oswald de Andrade é uma proposta decolonial muito *avant la lettre*. A antropofagia no pensamento social revela-se como a reflexão que busca identificar o que há de melhor no outro, absorvendo aquilo que nos torna mais fortes. Não rejeita o que vem de fora, busca identificar o que pode ser útil para a realidade presente, a partir do local do sujeito. Porém, relega o que vem de fora sempre a uma posição subalterna (Azevedo, 2016).

O perspectivismo ameríndio de Viveiros de Castro (2015) sugere um "deslocamento reflexivo" (p. 72) para a posição ocupada pelo objeto de investigação que, assim, se torna o sujeito a partir do qual devemos questionar nossas próprias premissas. O que importa saber não é como nossas categorias entendem/descrevem o objeto, muito menos que parte de nós está refletida no objeto, mas sim como nosso sujeito/ex-objeto percebe nossas categorias/conceitos criadas para descrevê-lo. Ademais, devemos nos questionar se – a partir do ponto de vista de nosso sujeito – categorias/conceitos de fato são necessárias. Dito de outra maneira,

> é preciso buscar um conceito antropológico de conceito que assuma a extraposicionalidade de todo pensamento criador ("selvagem") em sua positividade integral, e que se desenvolva em direção completamente diversa das noções tradicionais de categoria (inata ou adquirida), de representação (proposicional ou semi) ou de crença (simples ou "dobrada", como se diz das flores) (Viveiros de Castro, 2015, p. 75).

Para Viveiros de Castro (2015), o deslocamento reflexivo deve ocorrer considerando-se uma "equivocidade intencional" ao procurarmos ocupar o ponto de vista do Outro, uma vez que "traduzir é presumir que há desde sempre e para sempre um equívoco; é comunicar pela diferença, em vez de silenciar o Outro ao presumir uma univocidade originária e uma redundância última – uma semelhança essencial – entre o que ele e nós "estávamos dizendo"" (p. 91).

Este ensaio discorre sobre as possibilidades que o conceito de perspectivismo ameríndio oferece aos Estudos Organizacionais (EOR). O "Manifesto antropófago", em seus 51 aforismos, conforme dissecado por Azevedo (2016), será o fio condutor de nosso ensaio teórico, trajetória já iniciada com o título. Os aforismos do Manifesto surgirão ao longo deste ensaio como demarcadores, ou exclamadores, e serão o guia em nosso processo de antrofagização da principal obra de Viveiros de Castro (2015) investigada aqui: "Metafísicas canibais: Elementos para uma antropologia pós-estrutural". Dessa maneira, já iniciamos nosso ensaio com um deslocamento reflexivo ao tratarmos a literatura do Manifesto como ciência, diante da proposta de "tratarmos a ciência como literatura" para a produção de conhecimento (Czarniawska, 2004, p. 103). As questões que nos nortearão neste ensaio serão: Quais reflexões ontoepistemológicas podemos fazer em EOR com base no conceito de perspectivismo ameríndio? O que devemos considerar na construção do Outro em EOR com base em um deslocamento reflexivo, assumindo-se uma equivocidade intencional?

A área de EOR já se apropriou de contribuições da antropologia, como a teoria ator-rede de Bruno Latour – em quem Viveiros de Castro também se apoiou – e, no mesmo sentido, os estudos decoloniais contam entre seus pesquisadores com os antropólogos Arturo Escobar e Fernando Coronil, por exemplo. Assim, uma outra pretensão deste ensaio é – como produto do nosso processo de antropofagização – trazer os pensamentos de Oswald de Andrade e Viveiros de Castro para expandir as fronteiras dos estudos decoloniais na América Latina. Os estudos decoloniais têm se esforçado em dar foco aos pensamentos e jogar luz à realidade latino-americana. Contudo, notamos que a presença

 CC BY ISSN 0034-7590; eISSN 2178-938X

do Brasil nos estudos decoloniais não é devidamente explorada. Alguns pensadores brasileiros são citados, tais como Paulo Freire, Darcy Ribeiro e Milton Santos, entre outros, mas suas construções teóricas não são devidamente exploradas (Wanderley & Barros, 2019). O pensamento social brasileiro conta com proposições teóricas que podem fortalecer os estudos decoloniais (Maia, 2009). Acreditamos que o campo de EOR pode beber na fonte das Ciências Sociais para ampliar os caminhos epistemológicos sem cair nos perigos do "epistemocídio" (Viveiros de Castro, 2015, p. 104), evitando, assim, o pensamento euro-estadunidense como possibilidade única. Afinal, "sem nós a Europa não teria sequer a sua pobre declaração dos direitos do homem" (Andradre, 1928).

Sobretudo, como sugere Oswald de Andrade, buscamos promover a "inversão de hierarquias temporais e geográficas" (Azevedo, 2016, p. 155), e, assim, girar a geografia do raciocínio para escaparmos da colonização do tempo-espaço imposta pela modernidade euro-estadunidense (Mignolo, 2011). Sobretudo, estamos empenhados na tarefa de "*penser autrement* (Foucault) o pensamento – de pensar "outramente", pensar outra mente, pensar com outras mentes" (Viveiros de Castro, 2015, p. 25).

Após esta introdução, discorremos sobre a tradição e a autonomia dos EOR críticos no Brasil e suas tendências atuais com destaque para o conceito de antropofagia. Na terceira parte, apresentamos os conceitos que Viveiros de Castro elabora a partir das "Metafísicas canibais", e discorremos sobre as possibilidades do perspectivismo ameríndio nos estudos organizacionais e discutimos como esses conceitos podem colaborar com os estudos decoloniais. Encerramos o ensaio com as considerações finais.

"NUNCA FOMOS CATEQUIZADOS": OS ESTUDOS ORGANIZACIONAIS CRÍTICOS NO BRASIL

"Nunca fomos catequizados" é uma das poucas frases que Oswald de Andrade (1928) repete no Manifesto. Essa frase destaca a resistência indígena à colonização portuguesa e, sobretudo, a reação ao catolicismo imposto pelos jesuítas. Mais do que resistir, o processo de inversão sugerido por Oswald no Manifesto tem por objetivo ressaltar que o Brasil "não está "atrasado" em relação à Europa. Não precisa "copiar" nada nem se guiar por leis estrangeiras, ao contrário, é pioneiro e matriz original do futuro" (Azevedo, 2016, p. 196). No mesmo sentido, esta seção tem por objetivo apresentar a tradição e a autonomia dos Estudos Organizacionais Críticos (EOC) (Paes de Paula, 2010) no Brasil e algumas de suas tendências atuais.

Oswald de Andrade (1928, p. 3) inicia seu manifesto apontando que "Só a antropofagia nos une. Socialmente. Economicamente. Filosoficamente". Assim demonstra, conforme aponta Azevedo (2016), uma resposta ao manifesto comunista, pretendendo ilustrar, que antes mesmo de o ideal comunista se desenvolver, a antropofagia já era praticada pelos povos originários, resgatando o ritual ancestral da nação. A obra é denominada manifesto, pois essa intitulação prevê um cunho político e de provocação, e essa é a intenção do autor. Dessa forma, Oswald segue desvelando e buscando demonstrar como já existia vida antes do "descobrimento", e não havia necessidade de um movimento de apresentação ao mundo, já se vivia nele, um cotidiano se desenrolava nas terras dos povos originários (Azevedo, 2016).

O penúltimo aforismo do Manifesto traz as sentenças "a nossa independência ainda não foi proclamada" [...] É preciso expulsar o espírito bragantino", referindo-se ao evento "oficial" da proclamação da independência de maneira crítica. Essas frases realçam o movimento de independência cultural proposto pela Semana de 22, momento em que a proclamação oficial de nossa independência completou 100 anos (Azevedo, 2016). Ou seja, mesmo mais de 100 anos depois de proclamada a independência do Brasil, Oswald denuncia que ainda é necessário proclamar a libertação do Brasil. Em outras palavras, a colonialidade epistêmica (Ibarra-Colado, 2008) prossegue mesmo ao final da dominação colonial. Esse é um dos motivos pelos quais podemos considerar o "Manifesto antropófago" uma manifestação decolonial muito antes de o projeto político ser lançado por pesquisadores latino-americanos (hispanofônicos).

No mesmo sentido, os EOC no Brasil antecedem o movimento crítico no mundo anglo-saxão que ficou conhecido como *Critical Management Studies* (CMS). Pensadores como Alberto Guerreiro Ramos, Maurício Tragtenberg e Fernando Prestes Motta produziram estudos com as características do CMS, antes mesmo que essa vertente fosse inaugurada (Paes de Paula Paula, 2010). A autora argumenta que "a ideia central é que essa antecedência constitui uma tradição, que é autônoma porque a base teórica e epistemológica utilizada por esses pensadores críticos é distinta" (Paes de Paula, 2015, p. 410). Por exemplo, Ramos (1954, p. 67) denunciava a "sociologia enlatada", ou seja, o ranço do pensamento brasileiro em executar meros transplantes de experiências já vividas nos contextos de países mais avançados. Por seu turno, Oswald de Andrade (1928) proclamou: "Contra todos os importadores de consciência enlatada".

A antropofagia sugerida por Oswald já foi aproximada dos EOR e dos estudos sobre gestão. O estudo pioneiro de Wood e Caldas (1998), denominado "Antropofagia organizacional",

 CC BY ISSN 0034-7590; eISSN 2178-938X

percebeu que a importação de modelos estrangeiros mostra-se problemática. Buscou, assim, discutir por que ocorre essa importação, depois mostrar que peculiaridades locais impedem sua implantação como previsto e, por fim, propor e ilustrar um "método antropofágico" de ação para essa importação em países emergentes. Tal método para importar modelos de gestão visa uma forma adaptativa e reflexiva com o compromisso criativo e adequado, sugerindo que as organizações de países emergentes não importem "de forma direta e irrefletida a tecnologia estrangeira, mas deve, quando for essencial utilizar modelos estrangeiros, selecionar sem preconceitos e de forma criativa o que de melhor tais referenciais estrangeiros podem oferecer" (Wood & Caldas, 1998, p. 17).

A antropofagia também foi explorada nos estudos de Faria, Carvalho e Collares (2001), que enfocaram a proposta de antropofagia organizacional e a necessidade de uma proposta menos "nacionalística" e cientificista para abordar as questões de conhecimento e cultura. Em seguida, baseados em cuidadosa reconstrução do movimento antropofágico original e de sua epistemologia particular, os autores propõem a criação no Brasil de uma linha denominada estudos tribais.

Islam (2012) utilizou a antropofagia como uma metáfora para a compreensão do conhecimento em organização, aproximando o conceito do pensamento pós-colonial, e contruibuindo para a melhor compreensão das questões de mistura e hibridismo essenciais à teoria social contemporânea. Em seu artigo seguinte, Islam (2014) buscou trazer uma contribuição teórica, introduzindo o conceito de antropofagia cultural na literatura sobre diversidade. O autor apropriou-se da noção de abjeção de Kristeva, para compreender de maneira mais clara a antropofagia cultural, trazendo o argumento de que os antropófagos culturais cruzam fronteiras e constroem identidade por meio do desejo e da agressão para com os que são valorizados por eles. Islam (2015) investiga a corporalidade e a mistura de cultura. Seu objetivo é contribuir para o pensamento organizacional sobre a mistura cultural como um processo sensorial corporificado, investigando o conceito de antropofagia organizacional como uma metáfora para um modo particular de compreensão organizacional. Vale ressaltar que Islam (2012, 2014, 2015) se fundamentou em Viveiros de Castro, entre outros autores, para compreender a antropofagia.

Faria, Wanderley, Reis e Celano (2013) utilizaram a antropofagia para apresentar os aprendizados de um estudo de caso realizado no Galpão Aplauso (GA). O GA é uma ONG localizada no Rio de Janeiro, que tem como objetivo principal (re) socializar jovens de baixa renda por meio de uma metodologia crítica informada pela antropofagia. Os autores apontaram que se apropriar dessa metodologia revela a capacidade que esses jovens possuem de contribuir com o conhecimento produzido no GA. Além disso, Faria et al. (2013) demonstraram que, por meio da metodologia crítica informada pela antropofagia, é possível ir além das tradições eurocêntricas, ampliando, assim, as referências geográficas e culturais.

O trabalho de Pinto (2014) buscou elaborar um método para transplantação acelerativa de tecnologias gerenciais. Esse trabalho baseou-se na redução sociológica da poética oswaldiana em seu desenvolvimento histórico, e se insere no movimento antropofágico por promover respostas estratégicas criadoras diante das pressões institucionais.

Prado e Sapsed (2016) debruçaram-se em trazer a antropofagia para os estudos em Administração por meio da inovação. Os autores apontam como as inovações em projetos podem ser difundidas com sucesso dentro de uma organização baseada em projeto e como elas seguem com as atividades por meio de sua adaptação. Para desenvolver esse trabalho, Prado e Sapsed (2016) basearam-se na noção metafórica da antropofagia, utilizando-a para explicar a apropriação da alteridade resultante na vida organizacional em curso.

Assim, nota-se que as contribuições da antropofagia já suscitaram debates no campo de EOR, gestão e até mesmo em estratégia, inovação, corporalidade e diversidade. Além disso, gostaríamos de destacar alguns dos debates atuais em EOR que buscam ampliar as possibilidades de se compreenderem os fenômenos por meio de outras epistemologias e ontologias. Para isso, agregamos as discussões sobre teoria interseccional e Antropoceno.

A teoria interseccional tem origem no campo do feminismo negro, onde se busca propor teorias que contribuam com a desconstrução das estruturas de desigualdades (Teixeira, Oliveira, & Mesquita, 2019). A interseccionalidade apropria-se de uma conceituação metafórica da intersecção, entendendo que o problema que busca capturar vem das "consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação" (Crenshaw, 2002, p. 177). A interseccionalidade trata especificamente como o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e os demais processos discriminatórios resultam e geram desigualdades básicas que dão forma às posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras (Crenshaw, 2002). O desempoderamento também é um aspecto tratado pela interseccionalidade, uma vez que as "ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento" (Crenshaw, 2002, p. 177). Já é possível notar trabalhos que se apropriam desse aporte teórico no campo dos EOR e discutidos em congressos (e.g. Teixeira et al., 2019).

 CC BY ISSN 0034-7590; eISSN 2178-938X

Viveiros de Castro (2019) atualmente tem se dedicado aos *science studies*, explorando a noção do Antropoceno em diálogo com teóricos como Bruno Latour (2014), Donna Haraway (2016) e Isabelle Stengers (2018). O Antropoceno pode ser compreendido como a era que estamos vivendo, em que os seres humanos e as sociedades se tornaram uma enorme força geofísica para o planeta, em que a grande aceleração do desenvolvimento e o aumento da concentração de dióxido de caborno na atmosfera trouxeram consequências relevantes para o sistema terrestre (Steffen, Crutzen, & McNeill, 2007). A discussão sobre o Antropoceno, assim como a teoria interseccional, também vem ganhando espaço na área de EOR (e.g. Figueiredo & Marquesan, 2019).

Latour (2014), em sua discussão sobre o Antropoceno, alerta para a tensão entre ciência e política formada em torno do conceitual dessa era, uma vez que não há consenso sobre sua existência nos parâmetros geológicos. O autor analisa que o conceito de Antropoceno deve ir além das dimensões geológicas e chegar à filosofia, antropologia e política. Porém, diante das incertezas e dissensos que o campo científico e político trazem sobre esse conceito, faz-se importante destacar que a relevância do conceito do Antropoceno é a sua apropriação como uma opção para a noção de modernidade (Latour, 2014). Latour também compreende que a era do Antropoceno deixa clara a indissociabilidade existente entre natureza e cultura, a separação entre esses dois elementos era algo preestabelecido pela modernidade e que não possui mais sustentação na era atual (Latour, 2014).

Por seu turno, Haraway (2016) apontou que " a relevância de nomear de Antropoceno, Plantationoceno ou Capitaloceno tem a ver com a escala, a relação taxa/velocidade, a sincronicidade e a complexidade" (p. 139). A autora questiona se há um ponto de inflexão que altera "o nome do jogo da vida na terra para todos e para tudo", algo além das mudanças climáticas, contando também com os produtos químicos tóxicos, esgotamento de rios e lagos, grandes genocídios, todos esses fatores que poderão acarretar colapsos recursivos do sistema (Haraway, 2016, p. 139).

Stengers (2018) também contribui para a ampliação da percepção sobre o entendimento do mundo e sugere a proposição cosmopolítica. Tal proposição não tem a intenção de se fazer teoria ou de se tornar universalizante, "a proposição cosmopolítica é mesmo incapaz de dar uma 'boa' definição dos procedimentos que permitem alcançar a 'boa' definição de um 'bom' mundo comum" (Stengers, 2018, p. 446). A autora ressalta que "cosmos, tal qual ele figura nesse termo, cosmopolítico, designa o desconhecido que constitui esses mundos múltiplos, divergentes" (Stengers, 2018, p. 447). Stengers (2018) busca evidenciar as diferenças, inconstâncias sem se preocupar em propor soluções ou padrões neutros que permitam replicações no mundo social.

Em seu trabalho mais recente, Viveiros de Castro (2019) buscou desenhar os esboços de uma noção de "anarquismo ontológico" como o metamodo apropriado de existência do Antropoceno, entendendo que o pensamento antropoceno exige a prática de uma forma radical de pluralismo ontológico. Podemos dizer que essa pluralismo está presente na cosmovisão dos ameríndios (Viveiros de Castro, 2015). Viveiros de Castro (2019) faz uma uma distinção entre modelo e exemplo como modos contrastantes de articular pensamento e ação no Antropoceno. O autor considera que a distinção é útil para compreender os pressupostos ontológicos da geoengenharia como uma correção tecnopolítica.

Latour (2014), Haraway (2016) e Stengers (2018) não são pensadores antropofágicos, contudo suas discussões em torno do Antropoceno e dentro de *science studies* se relacionam com questões como pós-humanismo, natureza e corpo que fazem parte da cosmovisão de diversos povos originários da América Latina, entre eles os Araweté pesquisados por Viveiros de Castro (1986).

"NO MATRIARCADO DE PINDORAMA": VIVEIROS DE CASTRO E AS METAFÍSICAS CANIBAIS

"No matriarcado de Pindorama" é um aforismo curinga que Oswald de Andrade (1928) utiliza para criar um "espaço-tempo" inventado e, assim, demarcar seu próprio território – atemporal – invertendo o patriarcado herdado do ocidente (Azevedo 2016, p. 91). Foi a partir de sua imersão no espaço-tempo dos Araweté que Viveiros de Castro (1986) elaborou o conceito de perspectivismo ameríndio. Portanto, para preservar a originalidade da pesquisa de Viveiros de Castro, mantivemos sempre que possível as citações orginais.

Eduardo Batalha Viveiros de Castro nasceu no Rio de Janeiro e é formado em Ciências Sociais pela PUC-RJ, e é professor titular de Antropologia Social no Museu Nacional da UFRJ (Viveiros de Castro, 2015). Sua obra de grande destaque, "Os pronomes cosmológicos e o perspectivismo ameríndio" (1996), foi traduzida para diversas línguas e inspirou a reflexão antropológica em todo o mundo. Roy Wagner (um antropólogo estadunidense que teve grande influência na área) diz que as contribuições de Viveiros de Castro fizeram com que pessoas como ele adquirissem uma percepção crítica do trabalho que estavam realizando (Wagner,

 CC BY ISSN 0034-7590; eISSN 2178-938X

2011). Ainda segundo Wagner (2011), a introdução desse conceito foi uma grande contribuição do Brasil ao mundo da antropologia.

Nesta seção, apresentamos o conceito perspectivismo ameríndio buscando seu pontencial de contribuição para os EOR e para os estudos decoloniais. Esta seção está subdividida de modo a apresentar os diferentes conceitos que Viveiros de Castro (2015) propõe para compreendermos a visão de mundo dos nativos e que compõem o perspectivismo ameríndio: multinaturalismo, deslocamento reflexivo, equivocidade intencional e xamanismo. Antes, porém, cabem os alertas que fez Viveiros de Castro (2015, pp. 95 e 231): "[...] as teorias indígenas não se apresentam pré-embaladas de maneira tão prática, caro leitor [...] pois não podemos pensar *como* os índios; podemos, no máximo, pensar *com* os índios".

"Contra todas as catequeses" (Andrade, 1928): perspectivismo ameríndio ou multinaturalismo perspectivista

Para ilustrar como se dá o perspectivismo, Viveiros de Castro (2015) reporta seu ponto de partida à parábola de Lévi-Strauss sobre a conquista da América. Segundo essa parábola, nas Antilhas, enquanto os espanhóis criavam comissões para discutir se os indígenas possuíam alma, estes tratavam de submergir os cadávares dos espanhóis para, após longa observação, verificar se seus corpos também apodreciam. A análise que Viveiros de Castro (2015) faz dessa parábola aponta que:

> A hipótese perspectivista segundo a qual os regimes ontológicos ameríndios divergem daqueles mais difundidos no Ocidente precisamente no que concerne às funções semióticas inversas atribuídas ao corpo e à alma. Para os espanhóis do incidente das Antilhas, a dimensão marcada era a alma; para os índios, era o corpo. Por outras palavras os europeus nunca duvidaram de que os índios tivessem corpo (os animais também os têm); os índios nunca duvidaram de que os europeus tivessem alma (os animais também as têm). O etnocentrismo dos europeus consistia em duvidar que os corpos dos outros contivessem uma alma formalmente semelhante às que habitavam os seus próprios corpos; o etnocentrismo ameríndio, ao contrário, consistia em duvidar que outras almas ou espíritos fossem dotados de um corpo materialmente semelhante aos corpos indígenas. (Viveiros de Castro, 2015, pp. 36-37)

A conclusão de Lévi-Strauss para essa parábola é que, em face da ignorância mútua sobre o outro, os indígenas foram mais humanos ao imaginarem que os espanhóis pudessem ser deuses, ao passo que os espanhóis, ao entenderem que os indígenas não possuíam alma, consideraram-nos como animais. Sendo animais, estavam passíveis de serem caçados e domesticados (Viveiros de Castro, 2015). E, ao serem dizimados e espoliados, permitiram que os europeus praticassem o *ego conquiro*, sem o qual não teria surgido o *ego cogito* (Dussel, 1993).

A parábola das Antilhas nos auxilia a compreender o chão de onde parte o pensamento sobre o perspectivismo ameríndio, demonstrando tratar-se de uma virada ontológica, e não somente epistemológica, uma vez que é preciso entender como os outros seres entendem a sua próprio natureza, assim como entender como eles nos compreendem, para então compreender como acontecem suas ações, rituais, crenças e modos de vida e organização.

O perspectivismo ameríndio tem como ponto de partida as etnografias amazônicas e suas inúmeras referências, que abordam uma teoria indígena que versa sobre as visões de mundo, onde

> o modo como os humanos vêem os animais e outras subjetividades que povoam o universo – deuses, espíritos, mortos, habitantes de outros níveis cósmicos, fenômenos meteorológicos, vegetais, às vezes mesmo objetos e artefatos –, é profundamente diferente do modo como esses seres os vêem e se vêem. (Viveiros de Castro, 1996, p. 117)

Portanto, faz-se necessário um despredimento do nosso ponto de vista para que seja possível captar como a visão de mundo e a natureza do Outro direcionam suas ações. O perspectivismo ameríndio traz a noção de que

> os humanos, em condições normais, vêem os humanos como humanos, os animais como animais e os espíritos (se os vêem) como espíritos; já os animais (predadores) e os espíritos vêem os humanos como animais (de presa), ao passo que os animais (de presa) vêem os humanos como espíritos ou como animais (predadores). (Viveiros de Castro, 1996, p. 117)

 CC BY ISSN 0034-7590; eISSN 2178-938X

Em contrapartida, de um outro ponto de vista, os animais e os espíritos "se vêem como humanos: apreendem-se como (ou se tornam) antropomorfos quando estão em suas próprias casas ou aldeias, e experimentam seus próprios hábitos e características sob a espécie da cultura" (Viveiros de Castro, 1996, p. 117). Esses seres também organizam seu mapa mental e percebem "seu alimento como alimento humano ([...]os urubus vêem os vermes da carne podre como peixe assado), seus atributos corporais como adornos ou instrumentos culturais, seu sistema social como organizado do mesmo modo que as instituições humanas (com chefes, xamãs, festas, ritos)" (Viveiros de Castro, 1996, p. 117). Em suma, *"a condição original comum aos humanos e animais não é a animalidade, mas a humanidade*" (Viveiros de Castro, 2015, p. 60; itálico no original).

Todavia, essa "humanidade é reflexiva, mas não pode ser mútua" " (Viveiros de Castro, 2015, p. 62), pois dois polos "humanos" não podem estar ativados simultaneamente e reconhecerem a si mesmo e ao Outro como humanos. Isso se explica pelo fato de que:

> é humano quem ocupa vicariamente a posição de sujeito cosmológico; todo existente pode ser pensado como pensante ("isto existe, logo isto pensa"), isto é, como "ativado" ou "agenciado por um ponto de vista"; do outro lado, uma radical diversidade real ou objetiva. O perspectivismo é um multinaturalismo, pois uma perspectiva não é uma representação. Uma perspectiva não é uma representação porque as representações são propriedades do espírito, mas o ponto de vista está no corpo. (Viveiros de Castro, 2015, p. 65)

Viveiros de Castro (2015, p. 69) apresenta o conceito de "multinaturalismo perspectivista" como similiar ao perspectivismo ameríndio, pois o "multinaturalismo amazônico não afirma uma variedade de naturezas, mas a naturalidade da variação, a variação como natureza". O multinaturalismo serve como contraponto ao conceito do ocidente de multiculturalismo, pois este parte de uma "unicidade de natureza e uma multiplicidade das culturas", ao passo que a concepção ameríndia pressupõe o oposto, a natureza ou o objeto é a forma do particular, enquanto a "cultura ou o sujeito seriam aqui a forma do universal" (Viveiros de Castro, 2015, p. 43).

Nesse entremeio de mundos, a teoria indígena percebe que os animais também são gente, ou se notam como pessoas, pois o ponto de vista está no corpo (Viveiros de Castro, 1996). Essa construção "está quase sempre associada à idéia de que a forma manifesta de cada espécie é um mero envelope (uma 'roupa') a esconder uma forma interna humana, normalmente visível apenas aos olhos da própria espécie ou de certos seres transespecíficos, como os xamãs" (Viveiros de Castro, 1996, p. 117). Nessa dialética dos diversos mundos, a figura do xamã torna-se imprescindível. Os xamãs são "dedicados a comunicar e administrar essas perspectivas cruzadas, estão sempre aí para tornar sensíveis os conceitos ou tornar inteligíveis as intuições" (Viveiros de Castro, 1996, p. 117).

A roupa é a forma como o corpo se apresenta, pois a questão de fundo para o perspectivismo é que todos os seres – vivos ou não, humanos ou não – têm a potencialidade ontológica de adquirir a forma humana. É dessa (des) continuidade entre humanos vivos ou mortos-não-humanos-natureza e nas diferentes formas que se apresentam que emerge o perspectivismo. Portanto, "a "personitude" e a "perspectividade" – a capacidade de ocupar um ponto de vista – são uma questão de grau, de contexto e de posição, antes que uma propriedade distintiva de tal ou qual espécie" (Viveiros de Castro, 2015, p. 46). É por essa razão que Oswald de Andrade (1928) exclamou que "o que atropelava a verdade era a roupa, o impermeável entre o mundo interior e o mundo exterior". O que Oswald parece nos propor aqui é "uma maior interpenetração entre esses dois mundos, reavivando um *dialógo* natural que foi corrompido pela "roupa" que (re)veste a civilização" (Azevedo, 2016, pp. 117-118).

Destarte, estarmos limitados por nossa "roupa" – ou pela "couraça" de nossas premissas teórico-metodológicas – é o que nos faz perceber as outras formas de pensar e a natureza dos outros seres como algo distante e externo a nós e, por conseguinte, faz com que nossa ancestralidade/localidade seja rejeitada e, assim, pode nos levar a enaltecer a visão do norte. Dessa forma, "supor que todo o discurso 'europeu' sobre os povos de tradição não européia só serve para iluminar nossas 'representações do Outro' é fazer de um certo pós-colonialismo teórico a manifestação mais perversa do etnocentrismo" (Viveiros de Castro, 2015, p. 21).

O autor tece uma crítica ao modo de se fazer e pesquisar no seu campo, a Antropologia. Para ele, "é preciso tirar todas as consequências da ideia de que as sociedades e as culturas que são o objeto da pesquisa antropológica influenciam, ou, [...] coproduzem as teorias sobre a sociedade e a cultura formuladas a partir dessas pesquisas" (Viveiros de Castro, 2015, p. 22). Nesse sentido, negar essa questão significa assumir um construtivismo de mão única, onde o pesquisador percebe o outro apenas como objeto, não negando a imparcialidade. É importante não fazer do nativo um "outramento" (*othering*), que significa "qualquer

caracterização antropológica que não faça dele um espelho no qual nos reconheçamos" (Viveiros de Castro, 2015, p. 22).

O que Viveiros de Castro (2015) propõe é fazermos exatamente o inverso, é tomarmos o pensamento nativo "como *prática de sentido*: como dispositivo autorreferencial de produção de conceitos, de 'símbolos que representam a si mesmos'" (p. 229; itálico no original). Portanto, o perspectivismo

> não é um tipo, mas um conceito; aliás, ele não é um tipo de tipo, mas um conceito de conceito, cujo emprego mais interessante não consiste tanto em classificar cosmologias que nos parecem excessivamente exóticas, mas em contra-analisar antropologias que nos são demasiadamente familiares. (Viveiros de Castro, 2015, p. 73)

Assim como no "Manifesto antropófago" "tudo passa pelo corpo e ao corpo retornará" (Azevedo, 2016, p. 205), "o perspectivismo é um maneirismo corporal" (Viveiros de Castro, 2015, p. 66). O perspectivismo pressupõe uma unicidade de espírito e uma diversidade de corpos e "é o corpo como feixe de afetos e capacidades, e que é a origem das perspectivas (Viveiros de Castro, 2015, p. 66). Ou, como nas palavras de Oswald de Andrade (1928), "o espírito recusa-se a receber o espírito sem o corpo". Então, se os animais, ou os mortos, se veem como humanos e, nessa forma, são capazes de enxergar objetos da mesma maneira como nós enxergamos objetos diversos, temos a representação de um sentido único, porém com base em referências múltiplas: "todos os seres veem ('representam') o mundo *da mesma maneira* – o que muda é *o mundo que eles veem*" (Viveiros de Castro, 2015, p. 64; itálico no original). Portanto, o "perspectivismo pressupõe uma epistemologia constante e ontologias variáveis", e sua questão não é de "encontrar a referência comum, mas, ao contrário, o de encontrar o equívoco" (Viveiros de Castro, 2015, p. 67).

"Contra o mundo reversível e as ideias objetivadas, cadaverizadas": deslocamento reflexivo/equivocidade intencional

Para "encontrar o equívoco", é necessário que, para a compreensão/ocupação do ponto de vista do Outro, efetuemos um deslocamento reflexivo baseado numa equivocidade intencional (Viveiros de Castro, 2015, p. 67). Esse é um outro caminho possível para os EOR irem além de "ideias objetivadas, cadaverizadas" (Andrade, 1928).

Em sua convivência com os Araweté, Viveiros de Castro (1986) conta que uma de suas inspirações para a formulação do conceito do perspectivismo ameríndio foi o canto durante o ritual canibal do guerreiro que fará o sacrifício do inimigo capturado em combate. É importante ressaltar que os Araweté não devoram suas vítimas, pois essas eram oferecidas como sacrifício a ""entidades sobrenaturais" [que estavam] no papel de polo ativo da relação canibal" (Viveiros de Castro, 2015, p. 158). O guerreiro canta pela voz de seu inimigo e conta, a partir do ponto de vista de seu inimigo, como vê o próprio guerreiro e quantos dos Araweté ele, o inimigo, teria exterminado. O que é devorado não é o corpo, mas o que ele simboliza, a relação do inimigo com o seu devorador. Em outras palavras, "o que se assimilava da vítima eram os signos de sua alteridade, e o que se visava mesmo era essa alteridade como ponto de vista sobre o Eu" (Viveiros de Castro, 2015, p. 160).

Mormente, percebemos que o ritual canibal dos Araweté representa "um movimento paradoxal de autodeterminação recíproca pelo ponto de vista do inimigo" (Viveiros de Castro, 2015, p. 160): com base num deslocamento reflexivo, o guerreiro, a partir do ponto de vista do inimigo, apreende-se como sujeito, "ou antes, em que ele pronuncia sua própria singularidade pela voz do outro. Perspectivismo" (Viveiros de Castro, 2015, p. 161).

Viveiros de Castro (2015, p. 159) terminou por definir o canibalismo tupi como "esquema actancial" como "um processo de transmutação de perspectivas, onde o 'eu' se determina como 'outro' pelo ato mesmo de incorporar este outro, que por sua vez se torna um 'eu', mas sempre *no* outro, *através* do outro ('através' também no sentido solecístico de 'por meio de')."

O deslocamento reflexivo é feito com o intuito de "instalar-se no espaço do equívoco e habitá-lo. Não para desfazê-lo, o que suporia que ele nunca existiu, mas muito ao contrário, para potencializá-lo, abrindo e alargando o espaço que se imaginava não existir entre as linguagens conceituais" (Viveiros de Castro, 2015, p. 90). O equívoco toma como premissa que as linguagens em jogo são heterôgeneas e que há um espaço em branco entre elas: "o equívoco, em suma, não é uma falha subjetiva, mas um dispositivo de objetivação. Ele não é um erro ou uma ilusão [...]" (Viveiros de Castro, 2015, p. 90).

"A baixa antropofogia... é contra ela que estamos agindo. Antropófagos" (Andrade, 1928): xamã um *border thinker*?

Estamos nós aqui em nosso ambiente estéril de pesquisa tentando praticar a alta antropofagia. Nós não estivemos com

 CC BY © RAE | São Paulo | **V. 60** | **n. 2** | **mar-abr 2020** | 144-155 ISSN 0034-7590; eISSN 2178-938X

Oswald de Andrade na Semana de Arte de 1922, não escrevemos para a *Revista de Antropofagia*, tampouco estivemos junto com os Araweté por alguns anos como Viveiros de Castro. Sequer visitamos uma tribo indígena para elaborar este ensaio. O máximo que conseguimos fazer é pensar *com* eles – Oswald e Viveiros de Castro – uma vez que "não podemos pensar *como*" eles (Viveiros de Castro, 2015, p. 231). Afinal, "que temos nós [em EOR] com isso?" (Andrade, 1928).

Sobretudo, o conceito de perspectivismo ameríndio nos remete a refletirmos como pesquisadores sobre as escolhas teórico-metodológicas que fazemos para investigar nosso objeto/sujeito. Refletirmos não somente a partir de nossa própria perspectiva, mas também a partir do ponto de vista de nosso sujeito/ex-objeto. Afinal, "toda experiência de um outro pensamento é uma experiência sobre o nosso próprio" (Viveiros de Castro, 2015, p. 96). Devemos refletir sobre as consequências de nossa tarefa como investigadores ao dominarmos uma estrutura teórico-metodológica – nossa roupa – e sairmos pelo mundo procurando objetos/sujeitos em que possamos – vestir – aplicar essa estrutura-roupa. Para o perspectivismo ameríndio, "um objeto é um sujeito incompletamente interpretado" (Viveiros de Castro, 2015, p. 52).

Portanto, para interpretarmos esse sujeito, devemos refletir sobre as consequências que nossas escolhas ontoepistemológicas terão sobre nossa pesquisa a partir do ponto de vista do Outro. Neste ponto, entendemos que os conceitos de deslocamento reflexivo e equivocidade intencional (Viveiros de Castro, 2015) têm muito a contribuir com a construção do Outro em EOR e com o conceito de *border thinking* nos estudos decolonais. O *border thinker* busca produzir um outro conhecimento a partir dos conhecimentos com os quais se relaciona, sem ser um mero reprodutor, mas um agente que transita entre as fronteiras sem se identificar com nenhuma delas (Faria, 2013), ou seja, movimenta-se em ambos os lados e tradições sem ser de nenhuma delas (Mignolo & Tlostanova, 2006). Afinal, "o objeto da interpretação é a contrainterpretação do objeto" (Viveiros de Castro, 2015, p. 52).

Nesse giro ontológico de perspectiva, o pesquisador seria um xamã do lado externo da borda ao dialogar com o conhecimento produzido no lado interno. Viveiros de Castro (2015) aponta que "o xamanismo é um modo de agir que implica um modo de conhecer, ou antes, um certo ideal de conhecimento" (p. 50). Percebemos que essa função do xamã se aproxima de uma atitude *border thinking*, uma vez que o "xamanismo ameríndio pode ser definido como a habilidade manifesta por certos indivíduos de cruzar deliberadamente as barreiras corporais entre as espécies e adotar a perspectiva de subjetividades 'estrangeiras', de modo a administrar as relações entre estas e os humanos" (Viveiros de Castro, 2015, p. 49). E administrar essas relações não quer dizer encontrar sinônimos entre as representações similares para objetos diferentes que cada espécie faz, mas sim "é não perder de vista a diferença oculta dentro dos *homônimos* equívocos que conectam-separam nossa língua e a das outras espécies" (Viveiros de Castro, 2015, p. 68; itálico no original).

Nesse sentido, é importante ressaltar que essa perspectiva é fruto de um outro modo de pensar, que se afasta da lógica objetivista que é motivada pela modernidade do ocidente. Para tal modernidade, "conhecer é "objetivar"; é poder distinguir no objeto o que lhe é intrínseco do que pertence ao sujeito cognoscente, e que, como tal, foi indevida e/ou inevitavelmente projetado no objeto" (Viveiros de Castro, 2015, p. 50). A epistemologia moderna entende que conhecer "é dessubjetivar, explicitar a parte do sujeito presente no objeto, de modo a reduzi-la a um mínimo ideal (ou a ampliá-la demonstrativamente em vista da obtenção de efeitos críticos espetaculares)" (Viveiros de Castro, 2015, p. 50).

Dessa maneira, para a modernidade ocidental, tudo se torna objeto e passível de ser objetificado, é preciso racionalizar e dar forma ao que se pretende conhecer:

> Os sujeitos, tanto quanto os objetos, são concedidos como resultantes de processos de objetivação: o sujeito se constitui ou reconhece a si mesmo nos objetos que produz, e se conhece objetivamente quando consegue se ver "de fora", como um "isso" [...] o que não foi objetivado permanece irreal e abstrato, a forma do Outro é coisa. (Viveiros de Castro, 2015, p. 50)

O *border thinking* traz à superfície diferentes atores do campo, que desenvolvem teorias e ideias de conhecimento buscando jogar luz a todos, deslocando da modernidade europeia a legitimidade exclusiva de articular conceitos e teorias, buscando capacitar aqueles que foram "desempregados pelo ego e a política do conhecimento" (Mignolo & Tlostanova, 2006, p. 207). O *border thinking* compreende a existência e convivência de todos os mundos, e visa a "construção de um mundo em que muitos mundos e conhecimentos podem coexistir" (Faria, 2013, p. 278). Portanto,

a mudança epistêmica decolonial não está mais fundamentada nas categorias de pensamento grega e latina que informaram a epistemologia moderna (desde o Renascimento) nas seis línguas imperiais (italiano, espanhol e português para o Renascimento, francês, inglês e alemão para o Iluminismo), mas

 CC BY ISSN 0034-7590; eISSN 2178-938X

nas fronteiras epistêmicas entre as categorias imperiais europeias e as e categorias que a epistemologia moderna descartou como epistemologicamente não sustentável (por exemplo, mandarim, japonês, russo, hindu, urdu, aymara, náuatl, wolof, árabe, etc.). (Mignolo & Tlostanova, 2006, p. 207)

Devemos acrescentar a essa lista não somente as línguas dos povos originários da America Latina, mas também, e sobretudo, a cosmovisão que desenvolveram com base nessas línguas, como o tupi dos Araweté estudados por Viveiros de Castro. É importante ressaltar que Viveiros de Castro (2015) sugere que alguns dos elementos das cosmovisões dos Araweté são comuns à vários povos da América Latina.

Seja como xamã ou como *border thinker*, o que importa é que, como pesquisadores, devemos estar cientes de que "conhecer é "personificar", tomar o ponto de vista daquilo que deve ser conhecido. Ou antes, daquele; pois a questão é a de saber "o *quem* das coisas" (Guimarães Rosa), saber indispensável para responder com inteligência à questão do "por quê". A forma do Outro é a pessoa" (Viveiros de Castro, 2015, p. 50; itálico no original). E, para tomarmos a forma do outro, ou habitar o seu corpo para podermos ativar seu ponto de vista, devemos estar cientes de que o equívoco é uma premissa. A proposta epistemológica introduzida pelo perspectivismo ameríndio parte do princípio de que "o conhecimento verdadeiro visa à revelação de um máximo de intencionalidade, por via de um processo de 'abdução de agência' sistemático e deliberado" (Viveiros de Castro, 2015, p. 51).

O que estamos sugerindo aqui é que nós "queremos a revolução Caraíba" (Andrade, 1928), ou seja, queremos "descatequizar" o pensamento, a "consciência enlatada", assim como Oswald opera "através das rupturas que introduz na própria linguagem e no encadeamento dos aforismos do Manifesto, onde não há sequência previsível nem sintaxe 'domesticada'" (Azevedo, 2016, p. 141). O que almejamos é "o mundo não datado. Não rubricado. Sem Napoleão. Sem César" (Andrade, 1928), por meio da inversão de hierarquias temporais e geográficas que dominam a construção do conhecimento (Mignolo, 2011). Em suma, "trata-se de ler os filósofos à luz do pensamento selvagem, e não o contrário: trata-se de atualizar os incontáveis devires-outrem que existem como vituralidades de nosso pensar", pois "agora é a vez do nativo – *the turn of the native*" (Viveiros de Castro, 2015, p. 90 e 88).

"CONTRA O ÍNDIO DE TOCHEIRO"

O objetivo deste ensaio foi investigar as possibilidades do conceito de perspectivismo ameríndio em EOR. Por meio do "Manifesto antropófago" (Andrade, 1928), devoramos o livro de Viveiros de Castro (2015) e, como consequência, trazemos os conceitos de antropofagia e perspectivismo ameríndio para ampliar o espaço de debates em EOR e nos estudos decoloniais. Ao aproximar as cosmovisões de mundo indígenas, podemos amplificar as perspectivas para a área, entendendo o perspectivismo como uma forma de romper barreiras ontoepistemológicas. Contudo, como adverte Andrade (1928), estamos "contra o índio de tocheiro" e contra o "índio vestido de senador do Império", que simbolizam as "imagens do indianismo romântico brasileiro e sua transferência acrítica de valores" (Azevedo, 2016, p. 170).

De maneira alguma pretendemos esgotar neste ensaio as possibilidades de utilização dos conceitos oriundos do perspectivismo ameríndio em EOR, ao contrário, queremos incentivar outros pesquisadores a explorarem devires possíveis. Entendemos o potencial do perspectivismo assim como Azevedo (2016) entende o "Manifesto antropófago" de Oswald de Andrade: "não é obra fechada, ao contrário, *é um espaço pleno de possibilidades e virtualidaes, pode e deve ser relido e recriado infinitamente*" (pp. 213-214; itálico no original).

Na tentativa de decolonizar as teorizações difundidas na área, acreditamos que retornar aos pensamentos dos povos originários pode causar reflexões importantes sobre nosso lócus de enunciação, levando em consideração que essas perspectivas podem nos ajudar a traçar uma história dos saberes organizacionais, buscando não reproduzir os mapas mentais e conceituais dominantes. Assim, acreditamos que tanto o perspectivismo ameríndio como a antropofagia podem embasar as orientações para (re)contar possíveis histórias dos saberes organizacionais com base no compromisso decolonial latino-americano, promovendo um giro ontológico, no qual o pesquisador seria um xamã do lado externo da borda ao dialogar com o conhecimento produzido no lado interno.

Como um xamã que veste a "roupa" do Outro para transitar por outros mundos, é preciso que façamos de nossa roupa uma couraça para o encontro com o pensamento dominante do lado interno da borda, assim como devemos nos despir de nossa couração teórico-metodológica quando buscamos (re) construir o Outro em EOR. Nesse transitar, ou deslocamento reflexivo, devemos assumir uma atitude *border thinking* que esteja baseada num exercício de dupla consciência (Mignolo, 2011), afinal "o signo de uma inteligência xamânica de primeira linha é a capacidade de ver simultaneamente segundo duas perspectivas incompatíveis" (Viveiros de Castro, 2015, p. 63). Nesse deslocamento reflexivo, devemos assumir uma equivocidade intencional para, assim, buscarmos do lado interno da borda o que nos fortaleça – antropofagicamente – sem nos

 CC BY ISSN 0034-7590; eISSN 2178-938X

deixarmos catequizar, e retornarmos para o lado externo da borda. Assim, podemos nos habilitar com a roupa propiciada pelo perspectivismo ameríndio para investigarmos teorias que nos pareçam demasiado familiares, em vez de utilizá-las para investigar objetos que nos pareçam exóticos.

Acreditamos que o perspectivismo ameríndio para nós, pesquisadores no campo dos EOR, se aproxima de uma atitude de pesquisa que exalta a equivocidade, ou seja, a igualdade entre as vozes. Destacamos, como também contribuição do perspectivismo, a importância de partir para o campo de pesquisa com o entendimento de que todas as vozes têm o mesmo valor, compreendendo que o natural do campo são as diferenças e não as repetições, que a nossa contribuição é evidenciar as diferenças que emergem entre o entendimento que temos do campo e como o campo percebe o que achamos que entendemos. É a partir dessa heterogeneidade que devemos instalar nossa investigação.

Destarte, seguindo o "Manifesto antropófago" de Oswald de Andrade (1928), devemos lutar para inscrever nossas diversas origens indígenas na casa do conhecimento, e assim "expulsar o espírito bragantino" e rompermos com a colonialidade epistêmica: "contra a memória como fonte do costume. A experiência pessoal renovada".

REFERÊNCIAS

Andrade, O. de. (1928, maio). O manifesto antropófago. *Revista de Antropofagia*, *1, p. 3.*.

Azevedo, B. (2016) *Antropofagia: Palimpsesto selvagem*. São Paulo, SP: Cosac Naify.

Castro, E. V. de. (1986). *Araweté: Os deuses canibais*. Rio de Janeiro, RJ: J. J. Zahar.

Castro, E. V. de. (1996). Os pronomes cosmológicos e o perspectivismo ameríndio. *MANA*, *2*(2), 115-144. doi: 10.1590/S0104-93131996000200005

Castro, E. V. de. (2015). *Metafísicas canibais: Elementos para uma antropologia pós-estrutural*. São Paulo, SP: Cosac Naify.

Castro, E. V. de. (2016). Prefácio. In B. Azevedo, *Antropofagia: Palimpsesto selvagem*. São Paulo, SP: Cosac Naify.

Crenshaw, Kimberlé. (2002). Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas*, 10(1), 171-188. doi: 10.1590/s0104-026x2002000100011

Czarniawska, B. (2004). *Narratives in social science research*. London, UK: Sage.

Dussel, E. (1993). 1492. *O encobrimento do outro: A origem do mito da modernidade*. Petrópolis, RJ: Vozes.

Faria, A. (2013). Border thinking in action: Should critical management studies get anything done? In V. Malin, J. Murphy, & M. Siltaoja (Eds.), *Dialogues in critical management studies* (Vol. 2, pp. 277-308). London: Emerald.

Faria, A., Carvalho, J. L. F. S., & Collares, L. (2001, setembro). *Antropofagia, antropofagia organizacional e estudos tribais: Em busca da conciliação dialética de arte, cultura e management no Brasil*. XXV Encontro da ANPAD, Campinas, SP.

Faria, A., Wanderley, S., Reis, Y., & Celano, A. (2013). Can the subaltern teach? Performativity otherwise through anthropophagy?. In V. Malin, J. Murphy, & M. Siltaoja (Eds.), *Dialogues in critical management studies* (Vol. 2, pp. 205-224).

Figueiredo, M., & Marquesan, F. (2019, maio). *O Antropoceno como projeto científico para a América Latina: Possibilidades a partir dos estudos organizacionais*. X Encontro de Estudos Organizacionais da ANPAD, Fortaleza, CE.

Haraway, D (2016). Antropoceno, Capitaloceno, Plantationoceno, Chthuluceno: fazendo parentes. ClimaCom, ano 3, n. 5. Recuperado de climacom.mudancasclimaticas.net.br/?p=5258

Ibarra-Colado, E. (2008). Is there any future for critical management studies in Latin America? Moving from epistemic coloniality to 'trans-discipline'. *Organization*, *15*(6), 932-935. doi: 10.1177/1350508408095822

Islam, G. (2012). Can the subaltern eat? Anthropophagic culture as a Brazilian lens on post-colonial theory. *Organization*, *19*(2), 159-180. doi: 10.1177/1350508411429396

Islam, G. (2014). Appropriating the abject: An anthropophagic approach to organizational diversity. *Equality, Diversity and Inclusion: An International Journal*, *33*(7), 595-613. doi: 10.1108/edi-03-2012-0023

Islam, G. (2015). A taste for otherness: Anthropophagy and the embodied self in organizations. *Scandinavian Journal of Management*, *31*, 351-361. doi: 10.1016/j.scaman.2015.04.001

Latour, B. (2014). Para distinguir amigos e inimigos no tempo do Antropoceno. *Revista de Antropologia*, *57*(1), 11-31. doi: 10.11606/2179-0892.ra.2014.87702

Maia, J. (2009). Pensamento brasileiro e teoria social: Notas para uma agenda de pesquisa. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, *24*(71), 155-168. doi: 10.1590/S0102-69092009000300011

Mignolo, W. (2011). The darker side of Western modernity: Global futures, decolonial options. London, UK: Duke University Press.

Mignolo, W., & Tlostanova, M. (2006). Theorizing from the borders: Shifting to geo-and body-politics of knowledge. *European Journal of Social Theory*, *9*(2), 205-221. doi: 10.1177/1368431006063333

Paula, A. P. de. (2010). A tradição e a autonomia dos estudos organizacionais críticos no Brasil. *RAE-Revista de Administração de Empresas*, *50*(1), 10-23. doi: 10.1590/s0034-75902010000100002

Paes de Paula, A. P. de. (2015). *Repensando os estudos organizacionais: Por uma Nova Teoria do Conhecimento*. Rio de Janeiro, RJ: EdFGV, Fapemig.

Pinto, F. R. (2014, setembro). *A Redução Antropofágica: A poética de O. Andrade como método para transplantação acelerativa de tecnologias gerenciais*. XXXVIII Encontro da Anpad, Rio de Janeiro, RJ.

Prado, P., & Sapsed, J. (2016). The Anthropophagic organization: How innovations transcend the temporary in a project-based organization. *Organization Studies*, *37*(12), 1793-1818. doi: 10.1177/0170840616655491

Ramos, A. G. (1954). *Cartilha brasileira do aprendiz de sociólogo*. Rio de Janeiro, RJ: Andes.

Steffen, W., Crutzen, P. J., & McNeill, J. R. (2007). The Anthropocene: Are humans now overwhelming the great forces of nature. *AMBIO: A Journal of the Human Environment*, *36*(8), 614-621. doi:10.1579/0044-7447(2007)36[614:taahno]2.0.co;2

Stengers, I. (2018) A proposição cosmopolítica. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, (69), 442-464.

Teixeira, J. C., Oliveira, J. S., & Mesquita, J. S. (2019, maio). *Pode a interseccionalidade ser afrocentrada no campo da administração? Um ensaio teórico sobre as contribuições da teoria interseccional para a área de administração*. X Encontro de Estudos Organizacionais da ANPAD, Fortaleza, CE.

Viveiros de Castro, E., B. (2019). On models and examples: engineers and bricoleurs in the Anthropocene. *Current Anthropology,* 60, p. S296-S308. doi: 10.1086/70278

Wagner, R. (2011, agosto 17). *O Apache era o meu reverso*. Entrevista com Roy Wagner, realizada por Florencia Ferrari, Iracema Dulley, Jamille Pinheiro, Luísa Valentini, Renato Sztutman e Stelio Marras em São Paulo, SP.

Wanderley, S., & Barros, A. (2019). Decoloniality, geopolitics of knowledge and historic turn: Towards a Latin American agenda. *Management & Organizational History,* *14*(1), 79-97. doi: 10.1080/17449359.2018.1431551

Wood, T., Jr., & Caldas, M, P. (1998). Antropofagia organizacional. *RAE-Revista de Administração de Empresas*, *38*(4), 6-17. doi: 10.1590/s0034-75901998000400002

CONTRIBUIÇÃO DOS AUTORES

O trabalho foi pensado e refletido de forma conjunta a partir do conhecimento da obra de Viveiros de Castro, a busca por saber mais e aproximar o perspectivismo ameríndio dos EOR nos levou a desenvolver esse trabalho. A autora e o autor desenvolveram juntos todo o trabalho desde conceitualização e abordagem teórica-metodológica, revisão teórica (levantamento de literatura), até a redação e revisão final do texto.

FORO

Sometido 17.04.2019. Aprobado 14.10.2019

Evaluado por el sistema *double blind review*. Editores Científicos convidados: Diego Szlechter, Leonardo Solarte Pazos, Juliana Cristina Teixeira, Jorge Feregrino, Pablo Isla Madariaga y Rafael Alcadipani

Versión original

DOI: http://dx.doi.org/10.1590/S0034-759020200208

ORGANIZANDO LOS ESTUDIOS ORGANIZACIONALES EN CHILE: HISTORIA DE LA CREACIÓN DEL GRUPO MINGA

Organizando os Estudos Organizacionais no Chile: História da criação do Grupo Minga

Organizing the Organizational Studies in Chile: Creation history of Minga Group

GREGORIO PEREZ-ARRAU[1]
gregorio.perezarrau@usach.cl
ORCID: 0000-0002-3592-3847

ALVARO ESPEJO[2]
aespejo.ese@uandes.cl
ORCID: 0000-0001-5474-0328

MARCELA MANDIOLA[3]
mmandiol@uahurtado.cl
ORCID: 0000-0001-6604-985X

NICOLÁS RÍOS GONZÁLEZ[4]
nico.rios.g@gmail.com
ORCID: 0000-0003-4703-5887

JUAN PABLO TORO[5]
juan.toro@udp.cl
ORCID: 0000-0001-6661-6885

[1]Universidad de Santiago de Chile, Facultad de Administración y Economía, Santiago de Chile, Chile

[2]Universidad de los Andes, ESE Business School, Las Condes, Santiago, Chile

[3]Universidad Alberto Hurtado, Facultad de Economía y Negocios, Santiago, Chile

[4]Universitat de Barcelona, Facultad de Educación, Barcelona, España

[5]Universidad Diego Portales, Facultad De Psicología, Santiago de Chile, Chile

RESUMEN

Este artículo aborda la experiencia, historia y particularidades tras el proceso de conformación de Minga, un grupo académico de Estudios Organizacionales en Chile. Siguiendo una metodología histórico-narrativa se construye un relato biográfico de este grupo, en el cual sus protagonistas participan como investigadores/as y autores/as del proceso. Para analizar este relato se adopta una mirada decolonial, indagando simultáneamente en los estilos de liderazgo y la red de conocimiento que esta experiencia moviliza, haciendo un paralelo con la tradición de la minga chilota. Los resultados muestran cómo la pregunta por los Estudios Organizacionales en Chile coincide con un proceso de desprendimiento epistémico del norte global, a través del cual se va consolidando en Minga el liderazgo colectivo y compartido entre sus miembros, así como su funcionamiento como una red académica interorganizacional. Las conclusiones recorren algunos de los aprendizajes que la historia y conformación de este grupo ofrecen para otros colectivos con similares intenciones en el campo de los Estudios Organizacionales en Latinoamérica.

PALABRAS CLAVE | Estudios Organizacionales, Chile, decolonialismo, liderazgo, redes organizacionales

RESUMO

Este artigo aborda a experiência, a história e as particularidades após o processo de formação do Minga, um grupo acadêmico de Estudos Organizacionais no Chile. Seguindo uma metodologia histórico-narrativa, é construído um relato biográfico desse grupo, no qual seus protagonistas participam como pesquisadores e autores do processo. Para analisar essa história, é adotada uma visão decolonial, investigando simultaneamente os estilos de liderança e a rede de conhecimento que essa experiência mobiliza, paralelamente à tradição da minga chilota. Os resultados mostram como a questão dos Estudos Organizacionais no Chile coincide com um processo de distanciamento epistêmico do norte global, através do qual a liderança coletiva e compartilhada entre seus membros se consolida em Minga, bem como seu funcionamento como uma rede acadêmica interorganizacional. As conclusões abrangem alguns dos aprendizados que a história e a conformação deste grupo oferecem a outros grupos com intenções semelhantes no campo dos Estudos organizacionais na América Latina.

PALAVRAS-CHAVE | *Estudos Organizacionais, Chile, decolonialismo, liderança, redes organizacionais*

ABSTRACT

This article addresses the experience, history, and particularities after the process of shaping Minga, an academic group of Organizational Studies in Chile. Following a historical-narrative methodology, a biographical account of this group is built, in which its protagonists participate as researchers and authors of the process. To analyze this story, a decolonial view is adopted, simultaneously investigating the leadership styles and the knowledge network that this experience mobilizes, paralleling the tradition of the minga chilota. The results show how the question for Organizational Studies in Chile coincides with a process of epistemic detachment from the global north, through which the collective and shared leadership among its members is consolidated in Minga, as well as its functioning as an inter-organizational academic network. The conclusions cover some of the learnings that the history and conformation of this group offer for other groups with similar intentions in the field of Organizational Studies in Latin America.

KEYWORDS | *Organizational Studies, Chile, Decolonialism, Leadership, Organizational networks*

 CC BY

INTRODUCCIÓN

La pregunta por los Estudios Organizacionales (EO) en Latinoamérica es un interrogante abierto con una respuesta inconclusa, siempre profusa en discusiones y debates. Por una parte, el desarrollo de los EO en Latinoamérica debe lidiar con las difíciles traducciones de este campo, considerando que su origen proviene de tensiones epistemológica y políticamente específicas entre Europa y Estados Unidos (Ascorra, Rivera-Aguilera, Mandiola, & Espejo, 2018; Gonzáles-Miranda, 2014; Ibarra-Colado, 1991; Sanabria, Saavedra, & Smida, 2013). Pero también se trata de una apertura que habilita la conformación de formas de pensar lo organizacional en/desde los márgenes de un campo de estudio preconstituido, reflexionando sobre lo que podrían ser sus fundamentos desde las experiencias de organización local. En este contexto, revisar la praxis latinoamericana en torno al proyecto de los EO resulta de especial relevancia, sobre todo considerando las distintas trayectorias, grados de legitimidad, estados de consolidación y amplitud de redes académicas nacionales en este campo. Para el caso específico de Chile, esto supone examinar las propias comprensiones e historias de lo organizacional, analizando qué podría significar el surgimiento de una comunidad local de EO que actúe como interlocutora frente a un diálogo latinoamericano e internacional. Cabe señalar que los EO en Chile se encuentran en un estado de desarrollo incipiente, cuyos debates y progreso confrontan tensiones disciplinares y políticas estrechamente vinculadas con la historia reciente del país (Ríos, Toro, Pérez-Arrau, Mandiola, & Espejo, 2018). Más específicamente, es posible afirmar que este campo en Chile se encuentra fragmentado por diversas disciplinas, destacando la administración, la psicología organizacional y la sociología del trabajo, haciendo mención especial al desarrollo organizacional en la década de los 80. De este modo, la poco discutida instalación del modelo "escuela de negocios" norteamericano, impuesto en Chile en esa década, invisibilizó una incipiente idea de 'organización' reemplazándola por la concepción de 'empresa' para pensar el mundo del trabajo. Es así que, una sola forma de organizar se ha privilegiado, allí donde se desdibuja el *por qué* y el *para qué,* haciendo foco sólo en el *cómo* satisfacer objetivos dados por sentado (Mandiola, 2010, 2013). En este escenario, hoy por hoy, existen divergentes racionalidades y epistemologías para aproximarse al fenómeno organizacional, predominando, no obstante, el análisis de contextos productivos, la intervención institucional y las relaciones laborales. Todas ellas poseen, además, repercusiones en el campo de la consultoría organizacional donde se condensa un acervo de experiencias profesionales representativas de lo anterior (Ríos et al., 2018).

En este sentido, y al estar familiarizados/as algunos/as de nosotros/as con la multiplicidad de aproximaciones, objetos y formas de estudio que caracteriza el campo heterodoxo de los EO en otros territorios, identificamos la oportunidad de atraer estos debates al propio contexto, conectando a la comunidad académica local con otros vocabularios y referentes acerca de lo organizacional. Es así como Chile llega a ser escenario de tres eventos significativos para los EO en Latinoamérica, como son la sexta edición del *Latin American and European Meeting on Organization Studies* (LAEMOS), la quinta edición del Congreso de la Red de Posgrados de Investigación latinos en Administración y Estudios Organizacionales (PILARES) y dos encuentros sucesivos que tuvieron lugar en ambos eventos, orientados a la conformación de la Red de Estudios Organizacionales de Latinoamérica (REOL). Todos ellos fueron campo fértil para el surgimiento de Minga, *Grupo Chileno de Estudios Organizacionales*.En este artículo indagamos en la historia de Minga, que deviene en paralelo a la organización de los eventos mencionados, explorando los diferentes episodios que han marcado su desarrollo desde su surgimiento hasta la actualidad. A través de este ejercicio, construimos una narrativa histórica que permite contextualizar las diferentes iniciativas que han contribuido a generar espacios para los EO en Chile. Realizamos un análisis sobre nuestra propia experiencia en calidad de integrantes y miembros fundadores/as de Minga, exponiendo las reflexiones colectivas que generan narrar dicha historia entre sus protagonistas. En este sentido, hacemos una construcción narrativa de la historia de este grupo a partir de tres ejes analíticos: una mirada decolonial (Quijano, 2000), una mirada a su proceso interno de liderazgo (Yammarino, Salas, Serban, Shirreffs, & Shuffler, 2012) y una mirada a las redes de conocimiento (Pugh & Prusak, 2013). Cada uno de estos ejes nos permite relevar aspectos valiosos que hacen singular a nuestra organización, sus formas de organizar y el modo en que esta se independiza de rutas instituidas para la conformación de colectivos académicos.

METODOLOGÍA Y MARCO TEÓRICO

Nuestro diseño metodológico se inspiró en algunos de los principios que caracterizan la investigación organizacional histórica (Maclean, Harvey, & Clegg, 2016), adscribiendo a una perspectiva biográfica y narrativa donde se superponen las posiciones de informante, investigador/a y autor/a (Busse, Ehses, & Zech, 2000). El carácter cualitativo de este diseño responde a nuestro interés por desarrollar un ejercicio de reflexividad organizacional, a partir de una indagación en la historia colectiva

 CC BY ISSN 0034-7590; eISSN 2178-938X

de nuestra organización. Esta indagación permite conducir un proceso analítico que se despliega a lo largo del ejercicio de la narración histórica y que se condensa en torno a los tres ejes mencionados previamente.

Historia, narrativa e investigación organizacional

El proceso de construcción de una historia organizacional implica una organización de aquella historia que desea contarse. Esta organización conlleva elecciones de lo que va a ser narrado, proceso en que se juegan énfasis y omisiones sometidas al punto de vista de quien narra. Asimismo, esta organización transcurre en una temporalidad dentro de la cual se compone y despliega la historia contada. Por esta razón, atender al modo en que la historia es organizada y la narración que resulta de ello nos permite estudiar las dimensiones políticas y culturales de las organizaciones "revelando cómo procesos organizacionales más amplios son vistos, comentados y elaborados por sus miembros" (Gabriel & Griffiths, 2004, p. 114). Tal como afirma Czarniawska (2004), "lo que es considerado un vicio en la ciencia, -la apertura a interpretaciones que compiten- es una virtud en la narrativa" (p. 7). Esta afirmación nos invita a superar la legitimación diferenciada entre ciencia e historia como formas de conocimiento organizacional, donde la producción de este último surge del mismo proceso narrativo en que la historia se articula como literatura (Coraiola, Foster, & Suddaby, 2015; Czarniawska, 2000; Rhodes & Brown, 2005). Siguiendo estas premisas, realizamos aquí un ejercicio colectivo de producción narrativa en torno a la historia de nuestra Minga.Al ser testigos y simultáneamente informantes clave de su historia, el proceso de narración histórica de Minga adquiere un carácter autobiográfico. Desde esta perspectiva, la posición de quienes construyen conocimiento no es ajena al fenómeno conocido, siendo actores y actrices nativos/as de la organización cuya historia es narrada (perspectiva *emic*). Dicho de otro modo, en la perspectiva histórica adoptada, quienes investigamos somos también protagonistas, narradores/as y autores/as de la historia que será analizada, produciéndose una colusión de quienes investigan en el proceso de investigación (Musson, 2004). Cabe señalar que esta dimensión coral demanda que quienes investigan desde la perspectiva histórica asuman la posición de "compañeros de viaje en la narrativa" (Gabriel & Griffiths, 2004, p. 115), aceptando la ambigüedad y las contradicciones dentro y entre diversas historias.

En términos operativos, la construcción de la narrativa histórica de Minga se organizó a partir de cuatro momentos sucesivos. El primero de ellos consistió en una periodización de la historia de la organización a partir de eventos clave reconocidos por todos/as los/as miembros. Seguido de ello, se realizó una distribución de la escritura y narración de tales períodos, acordando un mínimo de criterios de estilo y redacción que impulsaran la narración de historias y no meros reportes. A partir de las narraciones resultantes se realizaron ejercicios de triangulación recursiva entre los/as narradores/as. Cabe señalar que este tercer momento no tuvo el objetivo de corregir las narraciones, el orden de sus eventos o la exactitud de lo contenido en ellas, sino de profundizar en asuntos que cada narración gatillara entre los/as miembros, con el objetivo de incluir dichos elementos en nuevas rondas de escritura. Finalmente se realizó un reencadenamiento de los relatos para desarrollar una lectura transversal de la historia de la organización.

Tres miradas analíticas: decolonialidad, liderazgo y redes de conocimiento

Para conducir el análisis de nuestra historia, hemos optado por enfocarnos en tres ejes de reflexión que recuperan las discusiones e ideas más relevantes surgidas del proceso colectivo de construcción narrativa: una mirada decolonial, los procesos internos de liderazgo y la articulación de una red de conocimiento. La mirada decolonial asume que después del fin formal del colonialismo occidental, muchas de sus dinámicas de conquista y control han continuado a través de otras formas de dominación, tales como la dominación epistémica. Esta última pone acento en cómo, en nombre de la modernidad y la racionalidad, se han silenciado historias, reprimido subjetividades, subalternizado conocimientos y lenguajes. A partir de esto, en Latinoamérica se ha desarrollado una línea de pensamiento y activismo en torno a lo que se ha denominado como 'giro decolonial'. En palabras de Aníbal Quijano (2000), este giro propondría el 'desprendimiento' epistémico como una forma de cambiar los términos de la conversación, no solo el contenido de ella. Haciendo eco de lo anterior y mirando hacia las organizaciones, Escobar (2007) plantea que lo que se entiende por lo organizacional, y lo que se ha difundido entre nosotros/as, es su concepción anglosajona. De ahí el privilegio de la razón instrumental que, en nuestras latitudes, tanto en lo teórico como en lo práctico, repetimos, reproducimos, importamos, traducimos, imitamos. La producción de conocimiento organizacional latinoamericana es escasa y desigual, en parte debido al modo colonial de estructuración de la práctica académica: la difusión, escritura y publicación en inglés. Coincidiendo con esta idea, Eduardo Ibarra-Colado

 CC BY ISSN 0034-7590; eISSN 2178-938X

(2006), uno de los más relevantes autores latinoamericanos en teoría organizacional, invita a problematizar el concepto mismo de 'organización'. Nos dice que la 'organización' funcionalista no refleja el devenir histórico de pueblos que se han articulado alrededor de la comunidad y la solidaridad, silenciando lo político en la instalación de dicho concepto. En síntesis, la mirada decolonial consiste en una invitación a reflexionar acerca de nuestras propias realidades y necesidades, a examinar críticamente los conceptos y prácticas de gestión y organización, y abocarse a plantearlas y resolverlas desde estrategias y soluciones que también sean propias. Abrir, por ejemplo, la discusión respecto de la prevalencia de la competencia como elemento articulador en culturas y tradiciones que han cultivado tradicionalmente la colaboración como práctica organizacional. Otra de las miradas que aplicamos en nuestro análisis proviene de las nuevas formas de entender y organizar el liderazgo. Aplicar esta mirada en Minga nos habla no sólo de la singularidad de sus miembros, sino del modo en que estos se relacionan en función de tareas y propósitos comunes. Recientemente, la literatura sobre liderazgo ha empezado a dar más importancia a los procesos colectivos. Los grupos sin un liderazgo jerárquico asignado pueden llegar a desarrollar diferentes formas de liderazgo colectivo. El liderazgo en un grupo se puede definir como conexiones interdependientes que aseguran el cumplimiento de los roles de liderazgo a través de interacciones de influencia dentro del mismo (Cullen-Lester & Yammarino, 2016). Estos procesos de influencia se dan entre diferentes miembros del grupo a medida que son necesarios tanto para la consecución de la tarea (liderazgo en tareas) como para el buen funcionamiento del grupo a nivel personal (liderazgo de relaciones) (Coluccio, Adriasola, & Espejo, 2019). Yammarino et al. (2012) distinguen diferentes tipos de liderazgo colectivista. Entre ellos se encuentra el liderazgo en red, el liderazgo de complejidad, el liderazgo de equipo, el liderazgo compartido y el liderazgo colectivo. Los dos primeros tienden a considerar sistemas amplios donde están insertos equipos, por lo que no se ajustan al análisis del caso de Minga, en tanto el tercero pone el foco en el equipo y su líder formal y no tanto en las interacciones entre sus miembros. Tanto el liderazgo colectivo, que se basa en aprovechar los diferentes conocimientos y experiencias para una resolución colectiva, como el liderazgo compartido, que se basa en la adopción de los roles tanto de líder como de seguidor en momentos diferentes por los distintos miembros del equipo, pueden ayudar a entender los procesos ocurridos en Minga.

Finalmente, una tercera mirada que desarrollaremos en el análisis consiste en las redes de conocimiento. Pensamos que el origen, el desarrollo y la dinámica de funcionamiento de Minga representan una oportunidad única para comprender el reciente fenómeno de las redes de conocimiento académico en el contexto social y cultural latinoamericano. A pesar de que las redes han sido un tema de creciente interés en la literatura de los EO, su estudio en el contexto latinoamericano ha sido relativamente poco explorado, dificultando su comprensión en este entorno específico (Weersma, Fernandez, & Shintaku, 2019).

El término red de conocimiento ha sido definido como un grupo de personas y equipos quienes traspasan los bordes organizacionales, espaciales y disciplinares para crear y compartir conocimiento con el propósito de coordinarse, aprender, innovar, traducir/adaptar y apoyar a sus miembros (Pugh & Prusak, 2013). La razón de la creciente importancia de las redes en el funcionamiento de las organizaciones está en mejorar el acceso a oportunidades del entorno, compartir riesgos, utilizar recursos complementarios y facilitar la respuesta ante los cambios (Jones, 2000). Más aún, las redes son una vía de aprendizaje en tanto permiten compartir la experiencia individual con el colectivo, aprovechando las lecciones acumuladas (Cross, Parker, Prusak, & Borgatti, 2001). Por último, una red es también una poderosa fuente de influencia en un campo disciplinar específico, en tanto facilita la llegada informal a tramas de poder que mediante la vinculación burocrática tradicional resultan de difícil acceso (Weersma et al., 2019). Considerando que mientras más dinámico el entorno del conocimiento de una organización, mayor será su tendencia a formar redes de conocimiento externas (Powell & Giannella, 2010), las universidades aparecen como un terreno fértil para el surgimiento de redes de conocimiento interorganizacionales formadas por investigadores/as cuyo campo de conocimiento es común (Zucker, Darby, & Armstrong, 2002). En consecuencia, Minga puede observarse como una red interorganizacional de creación y desarrollo de conocimiento en el campo de los EO.

MINGA, UNA HISTORIA

La palabra *minga* se refiere a una práctica solidaria desplegada por los/as miembros de alguna comunidad en beneficio de todos/as o algunos/as de ellos. Como práctica social ancestral, continúa vigente en los pueblos originarios de América del Sur, particularmente en la zona andina. En el caso específico del archipiélago de Chiloé, ubicado en el sur de Chile, la minga consiste en un trabajo colectivo y tradicional cuyos orígenes pueden encontrarse en la cultura Huilliche del periodo prehispánico (Doughters, 2016). La minga surge cuando el volumen de trabajo, por lo general agrícola, sobrepasa la capacidad de una familia, la

 CC BY ISSN 0034-7590; eISSN 2178-938X

cual recurre a la colaboración de vecinos/as, a quienes a cambio se les compensa con bebidas y alimentos tradicionales servidos en una fiesta caracterizada por múltiples simbolismos, rituales y vínculos comunitarios. Asimismo, cuando la faena es de menor duración, la fiesta puede ser sustituida por un acuerdo tácito de "vuelta de mano" en la que la persona beneficiada por la minga se compromete a trabajar para sus vecinos/as un tiempo similar al recibido. En ambos casos opera el principio fundamental de la reciprocidad y el valor de la compensación mutua (Slater, 1987).

Como la minga chilota lo sugiere, tanto la reciprocidad como el apoyo mutuo son principios respaldados por relaciones de vecindad entre quienes comparten un territorio. Coincidentemente, nuestra minga surge a partir de trayectorias universitarias vinculantes, relaciones de amistad académica y vecindad disciplinar. Mientras Juan Pablo fue profesor de pregrado de Marcela, Marcela fue profesora de pregrado de Nicolás. Gregorio y Marcela se conocieron mientras terminaban su doctorado en Inglaterra y regresaban a Chile. Algo compartido es que a todos les es familiar el campo internacional de los EO. Mientras Álvaro se vinculó a académicos de EGOS (*European Group for Organizational Studies*) durante su doctorado, en el caso de Marcela y Gregorio esas conexiones fueron con EGOS y CMS, esto último compartido igualmente con Juan Pablo.

Estos vínculos y trayectorias académicas se expresan en una mirada que comienza a ser compartida, a propósito de la desarticulación, aislamiento y/o formación de guetos disciplinares en el campo de investigación organizacional en Chile. Además, se reconoce la primacía de un enfoque funcionalista y limitado al campo de la administración, de lo que viene una búsqueda por una heterodoxia inclusiva que abra espacios para nuevas preguntas, enfoques, alternativas y crítica.

Todo lo anterior madura en proyecciones coincidentes: la necesidad de crear, compartir y articular conocimiento organizacional interdisciplinario, complejo y sensible al contexto chileno y al devenir de sus transformaciones socioculturales y económicas. También en una necesidad de enriquecer las propias perspectivas y trayectorias de docencia e investigación en temas como los estudios del trabajo, la organización educativa, la gestión del conocimiento y el comportamiento organizacional.

Son estos vínculos, miradas y proyecciones compartidas las que explican el grupo que llegó a articularse para colaborar y apoyarse mutuamente en un desafío que excedía las capacidades individuales de cada uno/a, a saber, la organización en Chile de la sexta versión de LAEMOS, conferencia académica en EO dependiente de la red europea EGOS. Con una historia de 10 años, LAEMOS llevaba reuniendo a investigadores/as en EO de Latinoamérica y Europa desde el año 2006.

Los contactos para organizar la conferencia tuvieron dos vías inicialmente independientes. Por una parte, Marcela y Nicolás, durante la quinta conferencia LAEMOS, comunicaron a EGOS su disposición a organizar el siguiente evento en Chile, mientras, al mismo tiempo, EGOS ya había hecho un primer contacto con Álvaro con ese mismo propósito. Estos chilenos no se conocían, tenían fortalezas para desenvolverse como organizadores, pero también brechas – individuales e institucionales – para cubrir en ese rol. Es así que la idea de conformar un colectivo organizador apareció como una interesante alternativa.

Organizar la conferencia no pasaba sólo por la producción del evento, era además la oportunidad de mostrar y desarrollar los EO en Chile. Un desafío como éste demandaba más de dos personas, un equipo más amplio se hacía necesario. De ese modo, Marcela comenzó a reclutar otros colegas: Paula, Juan Pablo y Gregorio. Así, cuando llega la respuesta desde Europa que daba el visto bueno para el trabajo conjunto entre Álvaro y Marcela, el equipo estaba ya conformado, perteneciente a cinco universidades diferentes, una pública y cuatro privadas. Tres hombres y dos mujeres, dos ciudades, tres escuelas de negocios y dos escuelas de psicología. Hasta ese momento, la mejor apuesta de diversidad dentro de la práctica académica chilena interesada en organizaciones. Adicionalmente, integraron al sexto integrante de Minga, Nicolás, el más joven y aún en estatus de estudiante de posgrado, sin afiliación institucional, y quien hizo, y aún hace, posible la articulación material del grupo. Este integrante conjugó habilidades de producción y cohesión grupal junto a una profunda comprensión de la temática que nos convocaba. La organización de la sexta versión de LAEMOS en Chile fue la primera experiencia de trabajo conjunto entre estos seis colegas.

LAEMOS

La primera reunión del grupo se efectuó en una pizzería en junio de 2014. El objetivo era conocernos y preparar la propuesta para LAEMOS, que debía enviarse a corto plazo. Nicolás redactó y dio forma a la propuesta inicial en función de los temas planteados en la reunión. La colaboración fue el tema elegido para el llamado a la conferencia, identificándolo con el concepto de Minga. La propuesta general fue aceptada, no obstante, debimos resolver algunos temas referidos a la sede, la universidad que asumiría los riesgos financieros y el alcance del tema central de la conferencia. Una vez resueltos y recibida la respuesta definitiva de EGOS, en octubre de 2014, el grupo comenzó a reunirse en forma regular hasta la fecha de la conferencia. La primera acción concreta de nuestro equipo fue recibir la "visita de inspección" de una

 CC BY ISSN 0034-7590; eISSN 2178-938X

delegación europea, financiando los viajes y estadías de tres representantes enviados por EGOS desde Europa, cuestión que nos hizo darnos cuenta que nuestra contraparte nos veía como ejecutores de su planificación más que como proponentes para la conferencia. Comenzó a ser visible para nosotros que era necesario ejercer un rol más propositivo en la organización, de modo de agenciar la voz latinoamericana que se suponía relevante para la conferencia. Nos propusimos influir en el desarrollo de LAEMOS mediante importantes decisiones, no exentas de una compleja negociación con EGOS. Por ejemplo, difundir el llamado a la conferencia en tres idiomas (inglés, español y portugués), atendiendo a la geopolítica local, en lugar de la difusión únicamente en inglés que había sido muy criticada informalmente. En ese mismo espíritu, planteamos tener traducción simultánea para los tres conferencistas principales y disponible durante toda la conferencia para los *streams* que lo solicitaran. Se favoreció además que en los *streams* se pudiesen presentar los trabajos en cualquiera de los tres idiomas, manteniendo el texto escrito y el apoyo visual en inglés. Todas estas decisiones fueron tomadas por consenso en reuniones de Minga.

La conferencia resultó un éxito y, para nosotros, un gran aprendizaje y desafío. Respetando el encuadre, nuestra versión de LAEMOS logró materializar varios aspectos antes no considerados que buscaron relevar la participación latinoamericana que la conferencia ofrece. Esas propuestas surgieron desde nuestro grupo y se decidió colectivamente impulsarlas y defenderlas. Como consecuencia de ello, nuestra percepción colectiva de grupo se fue haciendo más evidente, pero también una forma de organización sostenida hasta la actualidad, inspirada en la horizontalidad, transparencia, solidaridad y colaboración como principios organizacionales puestos en práctica a propósito de este evento. El diferenciarnos de la contraparte y el identificar los aspectos que sustentaban esa diferencia hizo aparecer nuestra percepción de comunidad y, con ello, una suerte de identidad colectiva que nos llevó incluso a proponer una relación con el gigante europeo que trascendiera la mera organización del evento en particular.

Minga continúa

La conclusión de LAEMOS no fue sinónimo del desmantelamiento del grupo; de una manera "casi natural" decidimos continuar. En parte porque teníamos proyectos en común, en parte porque habíamos levantado un objetivo para el grupo que iba más allá de la conferencia y, no menos importante, porque nos sentíamos bien trabajando juntos/as, se había generado amistad y compañerismo. Nuestro desafío más inmediato era la difusión y desarrollo de los EO en Chile. Queríamos apostar por la colaboración interdisciplinaria, el trabajo conjunto organizado, el potenciamiento de la autoría nacional y la búsqueda de 'formas de organización' que trascendieran y desafiaran la herencia anglosajona en favor del conocimiento y prácticas situadas. Hasta entonces, *Minga* había sido sólo la temática de la conferencia, pero descubrimos que podíamos significar así también nuestra forma de trabajo, a saber colaborativa y de beneficios colectivos, por lo que informalmente adoptamos el mismo concepto como nombre de nuestro colectivo. Había nacido Minga.

Lejos de construir normas, políticas u obligaciones que aglutinaran al equipo, decidimos materializar nuestra existencia a través de actividades concretas, que nos mantuvieran juntos/as y comprometidos/as; actividades que nos proporcionaran logros y que visibilizaran el colectivo motivando e interesando a otros/as. Para esto, se decidió la continuidad del rol de coordinación ejercido por Nicolás, entendido como necesario para el funcionamiento efectivo del equipo. El objetivo prioritario de la naciente Minga fue su articulación como la primera red chilena de EO. Para ello definimos tres estrategias de trabajo: explorar y construir una propuesta de comprensión de los EO para Chile, realizar un encuentro académico nacional y finalmente publicar un número especial editado sobre EO en una revista nacional.

Primeros logros

La primera de las tareas asumidas fue la organización de un seminario nacional cuya convocatoria fue la pregunta por los EO en el país ('¿Estudios organizacionales en Chile? Oportunidades, perspectivas y proyecciones'). La preparación del seminario fue también oportunidad para debatir internamente respecto a lo que son los EO, los enfoques, la tensión entre la corriente europea y norteamericana. Su convocatoria y los debates que se produjeron fueron iluminadores y estimulantes.

Al término del seminario nos planteamos la idea de organizar un conversatorio, con un diseño metodológico adoptado por el grupo sobre la base del World café. La idea era lograr una producción sistematizada, colectiva y con registro de algunas de las discusiones que emergieran en el seminario. Las preguntas que guiaron la actividad fueron ¿Qué son los Estudios Organizacionales y cuál es su estado en Chile?, ¿Cuáles serían sus oportunidades de desarrollo desde el ámbito académico? Participaron alrededor de 20 académicos/as de diferentes disciplinas y afiliaciones institucionales.

 CC BY ISSN 0034-7590; eISSN 2178-938X

El material recogido en el seminario y en el conversatorio, así como la reflexión y debate que venía desarrollándose al interior del grupo, estimularon la publicación de un número especial dedicado a los EO en una revista especializada del país. Pretendíamos generar un espacio no sólo para la divulgación del trabajo realizado por Minga, sino también dar lugar a la diversidad conceptual y metodológica de los diferentes aportes a este campo de estudio que se han venido desarrollando en el territorio latinoamericano durante los últimos años. De este modo, la revista Psicoperspectivas aceptó publicar una sección temática y se redactó una convocatoria desde una mirada amplia, pluralista y coherente con la diversidad de formas organizacionales en el sur global latinoamericano. La sección, publicada finalmente en el volumen 17, número 3, del año 2018, incluyó 13 artículos de autores de 4 países de la región. Minga participó con la autoría del artículo '¿Estudios Organizacionales en Chile? Entre la parcelación, la ambigüedad y las racionalidades en disputa'.

Congreso PILARES 2018

Mientras Minga continuaba trabajando sus proyectos y acciones en concordancia con los acuerdos alcanzados como grupo, Gregorio fue invitado a organizar la quinta edición del congreso de la Red de Posgrados de Investigación Latinos en Administración y Estudios Organizacionales - PILARES. La Red PILARES es reconocida como la principal instancia de reunión en el ámbito de los EO en Latinoamérica por lo que ser anfitrión de su congreso significaba un desafío mayor en cuanto a organización y movilización de recursos. Gregorio aceptó la propuesta bajo algunas condiciones, siendo la más significativa la incorporación de Nicolás al equipo organizador, específicamente asumiendo el rol de coordinador general del congreso.

La organización se puso en marcha, sin embargo, el escaso nivel de avance evidenciaba problemas en la distribución de tareas, comunicación y estilo de gestión del equipo. Debido a eso, los organizadores extendieron una invitación al grupo Minga en su conjunto a integrarse a las tareas organizativas. Marcela se integró al equipo organizador principal, mientras que Álvaro y Juan Pablo asumieron funciones en el comité científico. La organización local del congreso PILARES adoptó entonces un estilo de gestión y liderazgo similar al de LAEMOS, influenciado por el grupo Minga, aprovechando el aprendizaje anterior. Entre los cambios más significativos estuvieron la toma de decisiones colectiva y consensuada (nunca por simple mayoría), un liderazgo *ad-hoc* y rotativo de acuerdo a las circunstancias, además de un estilo de comunicación directa y horizontal focalizado en la tarea, el registro de acuerdos en actas ordenadas sistemáticamente, un control financiero consensuado, transparente y ordenado con una asignación de recursos austera y responsable. El éxito de la quinta edición del congreso PILARES fue abrumador.

Adicionalmente, durante el desarrollo del congreso PILARES, Minga logra reunir en una mesa de trabajo a representantes de las redes nacionales de EO con mayor trayectoria y consolidación de Latinoamérica, hito fundamental para la posterior creación formal de REOL el 16 de julio del 2019, en Colombia.

Minga en el presente

Actualmente Minga se encuentra en proceso de apertura, teniendo claro que solo logrará consolidarse a la larga en la medida que trascienda el trabajo de quienes hoy la componen. Por esta razón, en abril de 2019 realizamos la primera reunión abierta para adscribirse al grupo, habiendo llevado a cabo, al día de hoy, dos asambleas con más de 20 participantes cada una. Los objetivos propuestos para esta nueva etapa son, en un principio, crear un registro de académicos/as y especialistas a fin de compartir eventos académicos, publicaciones e invitaciones de diversa índole, para luego dar paso a objetivos más ambiciosos tales como la realización de un evento académico propio, edición de libros, mecanismos de investigación conjunta y la creación de un medio de publicación cuyo foco exclusivo sean los EO.

ANÁLISIS Y DISCUSIONES

Un primer paso en este análisis consiste en reflexionar sobre el nombre escogido para nuestra organización. ¿Por qué llamar Minga a un grupo de EO? El término Minga surgió espontáneamente durante una instancia creativa del comité organizador de la conferencia LAEMOS 2016. Una vez concluida la conferencia, este fue elegido de manera consensuada como el nombre que representaría al grupo es sus próximas actividades. Las razones de su elección fueron diversas. Primero, porque representaba el trabajo colectivo de académicos/as de diferentes universidades en favor de una causa común, haciendo un paralelismo con el objetivo de la minga chilota. Luego, porque la minga se aproximaba a los valores de colaboración, la solidaridad y bien común, presentes en este grupo, en contraposición al imperativo de la individualidad y la aguda competencia que domina el entorno organizacional chileno actual. Tercero, porque el término *minga* conlleva en sí mismo una mirada local, crítica y decolonial a nuestro quehacer, especialmente si consideramos

 CC BY ISSN 0034-7590; eISSN 2178-938X

que este término se asocia a uno de los pueblos originarios que habitaban Chiloé antes de la llegada de los colonos y que hoy en día esa tradición persiste en las raíces profundas de los/as habitantes de esa isla a pesar de los acelerados procesos de modernización a los que han sido sometidos en los últimos años (Doughters, 2016).

Así, la minga en tanto palabra y práctica de uso popular y ancestral en el territorio que hoy llamamos Chile, surge como una figura auténtica y representativa de lo que veníamos haciendo y lo que queríamos ser, en contraposición a la corriente *managerialista* que tiende a utilizar términos anglos y desanclados del propio contexto. Por este motivo, aquello que condensa este término es para nosotros más una práctica que una identidad, donde la experiencia de surgimiento, articulación y conformación de nuestro colectivo llega a instalar una forma de hacer y organizar, los que pueden ser leídos en torno a tres claves que desarrollamos a continuación: una mirada decolonial, de liderazgo compartido y colectivo y de redes de conocimiento.

La mirada decolonial

Como afirmaba Ibarra-Colado (2006), el abordaje a los estudios de lo organizacional en Latinoamérica se inició y desarrolló desde una acrítica subordinación respecto de la influencia anglosajona. Consciente de este fenómeno, él fue uno de los impulsores de la conferencia LAEMOS, al articular, a principios de los 2000 junto a representantes de EGOS, un encuentro académico que reuniera y ofreciera oportunidad de dialogo a los desarrollos latinoamericanos y europeos en estas temáticas. No obstante, al recibir en Chile a la sexta versión de dicha conferencia nos enfrentamos a una puesta en escena unilateral, donde el rol del equipo organizador latinoamericano, nuestro rol, era simplemente ejecutor y escasamente propositivo. Hechos como tener que esperar una autorización externa para terminar de armar nuestro grupo chileno y así comenzar a trabajar, tener que someter a aprobación las temáticas propuestas para la conferencia, su sede, logística, nombres de invitados, y en particular el recibir (a costo de la conferencia) una visita de inspección no anticipada, nos hablaban de una "forma de organización" que no reflejaba el *Latin American and European Meeting on Organization Studies*. No estábamos asistiendo a una "reunión", sino más bien a la ejecución de una planificación estandarizada y diseñada en otras latitudes que sólo requería de su materialización local. Se evidenciaba entonces que no era solamente relevante "hablar" de EO de aquí o de allá, el despliegue mismo del *modo en que nos estábamos organizando para organizar* la conferencia ya detonó ciertas reflexiones críticas.

De este modo, si bien nuestra organización nació en una asociación colaborativa con EGOS, a poco andar ésta relación se tensó y se transformó debido al carácter asimétrico en la toma de decisiones, obligando a Minga a constituirse como contrapeso organizacional latinoamericano. Por eso nuestra historia es una historia que comienza con una cierta toma de conciencia. La conciencia de un rol subordinado condenado a la reproducción, y que incluso en la posición de organizador local del encuentro académico sus directrices no nos pertenecían. Desde ahí que nuestros esfuerzos pueden ser consignados como un despliegue cercano a la 'pragmática del giro decolonial'. Siguiendo a Quijano (2000) intentamos articular *el desprendimiento*, esto es, apuntar a cambiar los términos de la conversación, no solo su contenido. No nos contentamos con proceder de acuerdo a lo instruido, nuestra aspiración original era abrir la puerta a los EO en nuestro país y eso no se podía lograr presentando un campo disciplinar que se expresaba en otro idioma y que era desplegado por una comunidad completamente extranjera. Había que mostrar el diálogo, incrementar la participación latinoamericana, evidenciar que había trabajo local. De este modo, nuestra estrategia apuntó a:

a. Articularnos desde un colectivo diverso, en vez de la vinculación meramente individual. Versiones anteriores del encuentro habían tenido solo un organizador local. Incluso hubo versiones, Buenos Aires 2010 y La Habana 2014, sin contraparte organizadora en el propio país. Latinoamérica debía aportar algo más que la mera ubicación geográfica del encuentro. Organizar desde un colectivo nos permitía representar la voz local de una comunidad y dialogar desde un grupo con otro grupo (aun cuando fuéramos David y Goliat).

b. Relevar la importancia de una conferencia multilingüe. La imposición de un solo idioma para la conferencia, el inglés, no es sólo una opción pragmática de funcionamiento, sino la imposición de una forma de conocer y comunicar (Alcadipani, Rafi-Khan, Gantman, & Nkomo, 2012). Logramos que las comunicaciones oficiales de la conferencia se hicieran en los tres idiomas e incorporamos traducción simultánea.

c. Nos esforzamos en presentar tres conferencistas principales, uno internacional, una mujer, y dos representantes locales. Encontrar nuestros conferencistas

 CC BY © RAE | São Paulo | **V. 60** | **n. 2** | **mar-abr 2020** | 156-167 ISSN 0034-7590; eISSN 2178-938X

chilenos fue un desafío pues no contamos con una tradición académica en los EO, por esa razón invitamos a académicos de áreas relacionadas que compartieran significativas aportaciones locales apostando por la interdisciplinariedad.

d. Visibilizar la figura de Ibarra-Colado continuando el premio en su nombre que se había entregado en la versión anterior. Reconocer al impulsor principal de este esfuerzo académico nos parecía que simbolizaba uno de nuestros objetivos fundamentales.

e. Plantear la importancia de una representación (voz) latinoamericana permanente detrás de la conferencia. La organización de una conferencia que invita a un diálogo no puede hacerse desde una sola de las perspectivas. Quisimos incidir en la constitución de un equipo permanente detrás de LAEMOS que incluyera representantes locales.

Liderazgo colectivo y compartido

Minga nació como un esfuerzo colectivo, por lo que nunca tuvo un liderazgo impuesto. A pesar de ello, dado que el grupo fue reunido por Marcela, ella muchas veces ha asumido un liderazgo, especialmente en relaciones. Sin embargo, una mirada detallada de lo acontecido en los 5 años de Minga muestra una distribución del liderazgo mucho más compleja. Al analizar el desarrollo de las actividades de Minga, se observa un liderazgo principalmente colectivo y muchas veces compartido. Se recalca que las decisiones habitualmente han sido colectivas, logrando un consenso en todas ellas. Este consenso, que ha surgido naturalmente en el proceso de desarrollo de Minga, no es trivial, ya que hay ciertas condiciones que podrían haber dificultado el liderazgo colectivo. Por ejemplo, varios miembros no se conocían previamente, el grupo fue convocado por una persona, tienen distintas formaciones (psicología, ingeniería, sociología), trabajan en escuelas de distinta orientación (escuelas de psicología, escuelas de negocios, facultades de economía y administración), tienen diferentes exigencias académicas en sus instituciones y viven en ciudades distintas. A pesar de ello, usamos el contexto de las reuniones (ya sea presenciales o virtuales) como la instancia de toma de decisiones.

Adicionalmente, se puede observar en la historia de Minga que, en las diferentes actividades realizadas, e incluso dentro de una misma actividad, el liderazgo, en tareas o relaciones, es asumido por una persona en un momento y luego esta persona lo cede a otra que lo ejerce de acuerdo a la situación que el grupo enfrenta. Esto refleja un liderazgo compartido (Conger & Pearce, 2003). En la etapa inicial de Minga, Marcela y Álvaro intercambiaron continuamente el liderazgo en el manejo de la relación con EGOS, utilizando sus contactos a fin de conseguir ser la sede de LAEMOS. Luego, Nicolás asumió un claro liderazgo en tareas, redactando documentos y poniendo plazos para la revisión. Dado que la conferencia se desarrolló en la universidad de Álvaro, él tuvo un rol de liderazgo activo en la relación con la universidad, cediendo el liderazgo en la relación con EGOS a Marcela, quien mantuvo la gran mayoría de las conversaciones informales, ya que las formales eran redactadas como equipo por el conjunto de Minga. En paralelo a LAEMOS, Marcela y Paula asumieron el liderazgo en la organización del primer encuentro de REOL. En esta primera etapa, Gregorio y Juan Pablo muchas veces cedieron el liderazgo, siendo fundamentales sí en la toma de decisiones consensuada y, por lo tanto, en lo que hemos llamado liderazgo colectivo. La dinámica de influencia se modificó con posterioridad a LAEMOS.

Aunque Nicolás continuó la coordinación de las principales tareas y Marcela siguió liderando la mayor parte de las relaciones externas, Paula se retiró y Gregorio y Juan Pablo asumieron el liderazgo en múltiples ocasiones, con Álvaro asumiendo en dichos momentos un rol de seguidor. Esto se explica por varias razones. Por ejemplo, tanto el seminario nacional como el conversatorio fueron realizados en la universidad de Juan Pablo, lo que facilitó que él asumiera el liderazgo en la coordinación de dichos eventos. Pero no sólo fue en la coordinación, ya que su rol de liderazgo fue clave, por ejemplo, para zanjar la discusión entre Marcela y Álvaro sobre las similitudes y diferencias entre EO y Administración, que fue uno de los aspectos relevantes en el seminario y en la convocatoria a la sección temática de *Psicoperspectivas*. Así, distintos miembros de Minga destacan de Juan Pablo la importancia de sus opiniones y la habilidad para conciliar distintos puntos de vista. Aparece entonces una nueva forma de influencia, más allá de las tareas y relaciones. Esta es la capacidad de influir en la generación de consensos, un insumo clave del liderazgo colectivo. El liderazgo de Gregorio se vio más claramente en la organización del congreso de la Red PILARES, donde incorporó a Minga y facilitó un funcionamiento de la organización similar al alcanzado por el grupo en los años anteriores. Es interesante la comparación entre la organización del congreso de la Red PILARES y de LAEMOS, ya que muestra que los procesos de liderazgo colectivo no siempre se dan naturalmente y que, a veces, es necesario tomar acciones, como incorporar ciertas personas con experiencia en la organización colectiva, para facilitar el proceso.

 CC BY ISSN 0034-7590; eISSN 2178-938X

Redes de conocimiento

Un tercer ángulo desde el cual analizar el desarrollo de Minga es el de las redes de conocimiento y, más específicamente, las redes académicas interorganizacionales. Durante las últimas décadas, las redes han sido objeto de intenso análisis en la literatura de EO, en tanto juegan un papel fundamental en el intercambio de conocimiento y el desarrollo de innovaciones, facilitando la adaptación de estas al desarrollo tecnológico y al cambio (Jones, 2000; Lam, 2007). En ese contexto muchos han planteado que la tradicional organización burocrática jerárquica ha perdido su capacidad de responder a los cambios en el entorno y que en su lugar la red interorganizacional ha ido ocupando un lugar de mayor importancia, llegando incluso a plantearse como la forma de organización prevaleciente en la economía del conocimiento (Baker & Faulker, 2017; Dahlin, 2019; Hedlund, 1986).

Desde esta perspectiva, Minga puede ser entendida como una red de trabajadores del conocimiento cuyo propósito es innovar colectivamente mediante el uso de recursos complementarios, tales como conocimiento, fondos institucionales, apoyos administrativos e infraestructura. Esto mostraría la tendencia, señalada en la literatura, a la conformación de redes de conocimiento en aquellas áreas que por su dinámica y complejidad requieren estructuras colaborativas más allá de los límites organizacionales. Así también, la pertenencia a redes facilitaría el aprendizaje individual y colectivo, creando un acervo de conocimiento en temas propios de la academia, por ejemplo, en el desarrollo de conferencias y publicaciones. Al analizar los resultados de la organización de Minga es evidente que la conformación de esta red ha resultado más beneficiosa para las instituciones involucradas que si ellas hubieran optado por el uso exclusivo de recursos internos. Muchas de las actividades realizadas difícilmente podrían haber sido llevadas a cabo de forma aislada. En otras palabras, si bien la conformación de Minga aparece como una respuesta intuitiva de investigadores/as altamente motivados/as, también puede ser vista como una respuesta racional a la necesidad urgente de crear y desarrollar innovación y conocimiento en un entorno altamente complejo y cambiante.

Por otra parte, si bien las redes de conocimiento son evidentemente necesarias y deseables para las organizaciones, éstas se encuentran fuera de los marcos contractuales y normativos de las universidades, generando un terreno ambiguo desde el punto de vista de su dirección y control (Giuliani, 2007; Hedlund, 1986). Esto plantea un dilema y hasta quizás una tensión entre el ámbito personal e institucional de cada sujeto, ya que, si bien la decisión de pertenecer a Minga es individual, es de común entendimiento que existe una institución universitaria apoyando indirectamente la participación de cada uno/a de sus miembros. Surge entonces la pregunta hasta qué punto las redes de conocimiento son influenciadas por las directrices organizacionales de las universidades y hasta qué punto ellas se desarrollan como entes autónomos de colaboración. En el caso Minga resulta interesante observar cómo se fue desarrollando una identidad colectiva ('miembro de Minga') que prevaleció por sobre la pertenencia a las universidades de los/as académicos/as, produciendo un campo fructífero de colaboración y entendimiento. Asimismo, se generaron mecanismos de coordinación y regulación social implícitos entre sus miembros, tales como un sistema de trabajo flexible basado en el compromiso, distribución del liderazgo acorde a la tarea, comunicación abierta y directa, confianza interpersonal y un sistema de toma de decisiones horizontal.

Finalmente, es necesario mencionar que el hecho de pertenecer a Minga permitió a cada integrante acceder a mayores niveles de influencia política en el mundo académico de los EO. Este efecto es consistente con lo mencionado en la literatura respecto a los aspectos virtuosos de las redes interorganizacionales. Por una parte, cada miembro pudo acceder a un mayor número de contactos y conocidos a través de los otros/as integrantes de Minga, basados en la confianza propia de las relaciones interpersonales y, por otra parte, el 'efecto grupo' permitió ejercer mayor presencia e influencia respecto a otros grupos y organizaciones. Esto último quedó de manifiesto en el contrapeso que generó Minga frente a EGOS y en la posterior participación en PILARES y ALAST.

CONCLUSIONES

Contar la historia de Minga se nos abre como una oportunidad reflexiva y crítica. Reflexiva pues nos invita a mirar desde diferentes puntos de vista la experiencia de trabajo colectivo y con ello relevar y preservar las estrategias y tácticas que han sido exitosas en pos de la sustentabilidad del colectivo. Es también crítica al hacer visible modos propios y situados de organización.

A partir del relato acerca del origen y desarrollo de Minga podemos concluir, en primer lugar, que éste representa un esfuerzo colectivo por convocar y organizar a agentes de relevancia para el desarrollo de un debate académico sobre los EO en Chile. Considerando lo anterior, este artículo describe la riqueza y las peculiaridades que caracterizaron la formación de este grupo, tanto para dejar un testimonio de dicho proceso como para permitir el aprendizaje a otros colectivos con similares intenciones.

 CC BY ISSN 0034-7590; eISSN 2178-938X

En segundo lugar, la formación de Minga representa un esfuerzo significativo por cambiar la histórica dependencia de los EO con el norte global al proponer una instancia local de creación y desarrollo de conocimiento sobre el fenómeno organizativo chileno. Tradicionalmente, la orientación y la agenda de los EO han sido gobernadas por intelectuales e instrucciones de países desarrollados a través de la poderosa influencia de pensadores, universidades e instituciones cuya mirada tiende a focalizarse en la realidad e intereses de esos países, tendiendo a ignorar la participación de las regiones periféricas en ese debate. En el mejor de los casos, la realidad de las organizaciones en países como Chile es abordada en los países desarrollados, pero generalmente con una mirada no igualitaria y con un claro tinte colonialista.

En tercer lugar, la constitución de Minga representa un esfuerzo colectivo colaborativo en un territorio académico caracterizado por la competencia propia del libre mercado. En ese sentido, Minga es un claro ejemplo de que en medio de un escenario que incita la competencia (que en Chile incluye a las universidades) existen "espacios de excepción" generados por las redes, en los que la colaboración interorganizacional resulta mucho más provechosa que el trabajo individual y aislado dentro de una organización.

En cuarto lugar, es relevante el análisis de los procesos internos del grupo, tanto en la conformación como durante sus actividades. Quizás el proceso de grupo más llamativo es el de liderazgo compartido, el que se expresa a través de cada etapa y actividad. Aquí encontramos que, a diferencia de la literatura que tiende a focalizarse en la figura de un líder único, Minga tiende a funcionar por momentos mediante un liderazgo colectivo, con decisiones tomadas por el consenso de sus miembros y, por momentos, mediante un proceso compartido, donde diferentes miembros toman el liderazgo dependiendo de la situación. En este contexto, en ocasiones, algunos/as miembros asumen un rol menos protagónico, pero que resulta clave para el liderazgo colectivo. Así, se establece un sistema de trabajo altamente flexible en un contexto de amplia diversidad de tareas y circunstancias enfrentadas por el grupo.

En quinto lugar, el análisis del proceso mediante el cual se fueron desarrollando acciones con resultados concretos es prueba de la importancia de las redes interorganizacionales, por medio de las cuales se ponen al servicio de objetivos comunes los recursos complementarios. La conformación de redes facilita el aprendizaje individual y colectivo en entornos intensivos de conocimiento en los que la dinámica de cambio es mayor. Asimismo, permite mayores niveles de influencia política de sus miembros tanto por separado como colectivo.

Por último, la existencia de redes académicas interorganizacionales como Minga deja al descubierto la ambigüedad y la tensión que generan dentro de la organización universitaria tradicional. Para los/as integrantes de Minga el trabajo que ahí se realiza no ha sido explícitamente definido entre sus labores, no obstante, las universidades lo valoraron cuando se hizo visible. Esto plantea preguntas acerca del reconocimiento formal del trabajo en redes, su estatuto productivo y la centralidad de las lógicas universitarias tradicionales. Si bien la literatura latinoamericana es escasa en cuanto al tema de las redes interorganizacionales, el caso Minga permite ilustrar de manera nítida los beneficios y desafíos que abre esta forma colaborativa.

REFERENCIAS

Alcadipani, R., Rafi-Khan, F., Gantman, E., & Nkomo, S. (2012). Southern voices in management and organization knowledge. *Organization*, *19*(2), 131-143. doi: 10.1177/1350508411431910

Ascorra, P., Rivera-Aguilera, G., Mandiola, M., & Espejo, A. (2018). Editorial Sección Temática Estudios Organizacionales en Latinoamérica. Oportunidades, perspectivas y proyecciones. *Psicoperspectivas*, *17*(3), 1-5. doi: 10.5027/psicoperspectivas-Vol17-Issue3-fulltext-1520

Baker, W. E., & Faulkner, R. R. (2017). Interorganizational networks. In J. A. C. Baum (Ed.), *The Blackwell companion to organizations* (pp. 520-540). Oxford, UK: Blackwell Publishing.

Busse, S., Ehses, C., & Zech, R. (2000). Collective research in autobiography as a method of the science of the subject. *Forum Qualitative Sozialforschung/Forum: Qualitative Social Research*, *1*(2).

Coraiola, D., Foster, W., & Suddaby, R. (2015). Varieties of history in organization studies. In P. G. McLaren, A. J. Mills, & T. G. Weatherbee (Eds.), *The Routledge Companion to management & organizational history* (pp. 206-221). New York, USA: Routledge.

Coluccio, G., Adriasola, E., & Espejo, A. (2019, June). *Untangling the role of personality in shared leadership emergence: A multilevel approach.* EURAM Proceedings, Lisboa, Portugal.

Conger, J., & Pearce, C. (2003). A landscape of opportunities: Future research on shared leadership. In C. Pearce & J. Conger (Eds.), *Shared leadership reframing the hows and whys of leadership* (pp. 285-303). Thousand Oaks, California, USA: Sage Publications.

Cross, R., Parker, A., Prusak, L., & Borgatti, S. (2001). Supporting knowledge creation and sharing in social networks. *Organizational Dynamics*, *30*(2), 100-120. doi: 10.1016/S0090-2616(01)00046-8

Cullen-Lester, K., & Yammarino, F. (2016). Collective and network approaches to leadership: Special issue introduction. *The Leadership Quarterly*, *27*(2), 173-180. doi: 10.1016/j.leaqua.2016.02.001

Czarniawska, B. (2000). *The uses of narrative in organization research*. Norway, Göteborg: Gothenburg Research Institute.

Czarniawska, B. (2004). *Narratives in social science research*. London, UK: SAGE.

 CC BY ISSN 0034-7590; eISSN 2178-938X

Dahlin, E. (2019). A network perspective of organizational innovation. *Sociological Inquiry*, *20*(10), 1-27. doi: 10.1111/soin.12250

Daughters, A. (2016). Southern Chile's Archipelago of Chiloe: Shifting identities in a new economy. *The Journal of Latin American and Caribbean Anthropology*, *21*(2), 317-335. doi: 10.1111/jlca.12199

Escobar, A. (2007). *La invención del tercer mundo: Construcción y deconstrucción del desarrollo*. Caracas, Venezuela: Fundación Editorial El Perro y la Rana.

Gabriel, Y., & Griffiths, D. (2004). Stories in organizational research. In C. Cassell & G. Symon (Eds.), *Essential guide to qualitative methods in organizational research* (pp. 114-126). London, UK: SAGE.

Gonzáles-Miranda, D. (2014). Los estudios organizacionales: Un campo de conocimiento comprensivo para el estudio de las organizaciones. *Innovar*, *24*(54), 43-58. doi: 10.15446/innovar.v24n54.46431

Giuliani, E. (2007). Toward an understanding of knowledge spillovers in industrial clusters. *Applied Economics Letters*, *14*, 87-90. doi: 10.1080/13504850500425907

Hedlund, G. (1986). The hypermodern MNC: A heterarchy?. *Human Resource Management*, *25*(1), 9-35. doi: 10.1002/hrm.3930250103

Ibarra-Colado, E. (1991). Notas para el estudio de las organizaciones en América Latina a partir de la reflexión crítica de la teoría de la organización. In E. Ibarra y L. Montaño (Eds.), *Ensayos críticos para el estudio de las organizaciones en México* (pp. 27-66). Iztapalapa, México: UAM-Iztapalapa/Porrúa.

Ibarra-Colado, E. (2006). Organization studies and epistemic coloniality in Latin America: Thinking otherness from the margins. *Organization*, *13*(4), 463-488. doi: 10.1177/1350508406065851

Jones, O. (2000). Innovation management as a postmodern phenomenon: The outsourcing of pharmaceutical R&D. *British Journal of Management*, *11*(4), 341-356. doi: 10.1111/1467-8551.00177

Lam, A. (2007). Knowledge networks and careers: Academic scientists in industry–university links. *Journal of Management Studies*, *44*(6), 993-1016. doi: 10.1111/j.1467-6486.2007.00696.x

Maclean, M., Harvey, C., & Clegg, S. (2016). Conceptualizing historical organization studies. *Academy of Management Review*, *41*(4), 609-632. doi: 10.5465/amr.2014.0133

Mandiola, M. (2010). Latin America's critical management? A liberation genealogy. *Critical Perspectives on International Business*, *6*(2), 162-176. doi: 10.1108/17422041011049978

Mandiola, M. (2013). Management education in Chile: From politics of pragmatism to (im)possibilities of resistance. *Universitas Psychologica*, *12*(4), 1085-1098. doi:10.11144/Javeriana. UPSY12-4.meic

Musson, G. (2004). Life histories. In C. Cassell & G. Symon (Eds.), *Essential guide to qualitative methods in organizational research* (pp. 34-44). London, UK: SAGE.

Powell, W. W., & Giannella, E. (2010). Collective invention and inventor networks. In B. H. Hall & N. Rosenberg (Eds.), *Handbook of the economics of innovation* (pp. 575-605). Oxford, UK: North-Holland.

Pugh, K., & Prusak, L. (2013). Designing effective knowledge networks, *MIT Sloan Management Review*, *55*(1), 79-88.

Quijano, A. (2000). Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In E. Lander (Ed.), *La colonialidad del saber: Eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas* (pp. 201-246). Buenos Aires, Argentina: CLACSO.

Rhodes, C., & Brown, A. D. (2005). Narrative, organizations and research. *International Journal of Management Reviews*, *7*(3), 167-188. doi: 10.1111/j.1468-2370.2005.00112.x

Ríos, N., Toro, J. P., Pérez-Arrau, G., Mandiola, M., & Espejo, A. (2018). ¿Estudios organizacionales en Chile? Entre la parcelación, la ambigüedad y las racionalidades en disputa. *Psicoperspectivas*, *17*(3), 1-14. doi: 10.5027/psicoperspectivas/vol17-issue3-fulltext-1294

Sanabria, M., Saavedra, J. J., & Smida, A. (2013). *Los estudios organizacionales ('organization studies'): Fundamentos, evolución y estado actual del campo*. Universidad del Rosario, Escuela de Administración.

Slater, F. (1987). Apuntes para el estudio de la reciprocidad en Chiloé. *Revista Aisthesis*, (20), 71-76.

Weersma, L. A., Fernandez, A. F. M., & Shintaku, M. (2019). Compartilhamento de conhecimento e cocriação: Um olhar a partir das práticas estratégicas da Revista Gestão em Análise (ReGeA). *Ciência da Informação em Revista*, *6*(Esp), 1-16. doi: 10.21452/23580763.2019.6ne.1-16

Yammarino, F., Salas, E., Serban, A., Shirreffs, K., & Shuffler, M. (2012). Collectivistic leadership approaches: Putting the "we" in leadership science and practice. *Industrial and Organizational Psychology*, *5*(4), 382-402. doi: 10.1111/j.1754-9434.2012.01467.x

Zucker, L. G., Darby, M. R., & Armstrong, J. S. (2002). Commercializing knowledge: University science, knowledge capture, and firm performance in biotechnology. *Management Science*, *48*(1), 138-153. doi: 10.1287/mnsc.48.1.138.14274

CONTRIBUCIÓN DE LOS/AS AUTORES/AS

Este artículo ha sido íntegramente desarrollado de forma colectiva y horizontal por todos/as los/as autores/as declarados/as al inicio. Se indica como primer autor a Gregorio Pérez-Arrau dada su responsabilidad en la coordinación del trabajo, seguido por los/as autores/as restantes en orden alfabético. Todos/as los/as autores/as han contribuido en las tareas de conceptualización, construcción teórico-metodológica, revisión de literatura, producción de información, análisis y escritura del artículo.

PENSATA

Artigo convidado
Versão original
DOI: http://dx.doi.org/10.1590/S0034-759020200209

DE ONDE VIEMOS, PARA ONDE VAMOS? AUTOCRÍTICA COLETIVA E HORIZONTES DESEJÁVEIS AOS ESTUDOS ORGANIZACIONAIS NO BRASIL

MARCIO SÁ[1]
marciodesa@gmail.com
ORCID: 0000-0002-1001-8381

RAFAEL ALCADIPANI[2]
rafael.alcadipani@fgv.br
ORCID: 0000-0001-5132-5380

ARISTON AZEVEDO[3]
ariston.azevedo@ufrgs
ORCID: 0000-0001-8347-9077

ARIÁDNE SCALFONI RIGO[4]
ariadne.rigo@ufba.br
ORCID: 0000-0002-3190-9968

LUIZ ALEX SILVA SARAIVA[5]
saraiva@face.ufmg.br
ORCID: 0000-0001-5307-9750

[1] Universidade Federal da Paraíba, Departamento de Ciências Sociais, João Pessoa, Paraíba, Brasil

[2] Fundação Getulio Vargas, Escola de Administração de Empresas de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil

[3] Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Escola de Administração, Porto Alegre, RS, Brasil

[4] Universidade Federal da Bahia, Escola de Administração, Salvador, BA, Brasil

[5] Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Ciências Econômicas, Belo Horizonte, MG, Brasil

Os textos que se seguem, versões daqueles proferidos em sessão livre do VI Congresso Brasileiro de Estudos Organizacionais (CBEO), tomam a autocrítica coletiva como imprescindível à evolução dos pesquisadores de Estudos Organizacionais (EOR), que precisa forjar horizontes desejáveis para si própria, e convidam os pares à reflexão acerca da nossa trajetória recente, em particular sobre: (1) heranças, tensionamentos e demarcações de distância em relação à sua disciplina-mãe, a Administração; (2) uma possibilidade de crescimento ao sermos tocados pela virtude acadêmica; (3) os desafios enfrentados e as proposições que podem advir de uma experiência editorial recente; e, por fim, (4) novos direcionamentos à atuação de um grupo de pesquisa para se fazer mais efetivo e articulado em suas ações de ensino, pesquisa e extensão. Ao final, um esforço de síntese reflexiva também é registrado.

APRESENTAÇÃO

Por Marcio Sá

No IV Congresso Brasileiro de Estudos Organizacionais (CBEO), em Porto Alegre, foi promovido um debate intitulado "*Habitus*, antes que método, de um pesquisador 'político'", registrado na *Revista Brasileira de Estudos Organizacionais* (Barros, Sá, Mattos, & Oliveira, 2016). No V CBEO, em Curitiba, o debate anterior foi prolongado e inscrito no título "Autoformação política em pesquisa social: Intencionalidades duradoras e a prioridade do local", que tomou como ponto de partida uma simples provocação: pesquisadores e pesquisadoras estão em processo permanente de (auto)formação. Os textos lá proferidos foram reunidos e publicados na revista *Teoria e Prática em Administração* (Mattos, Barros, Sá, & Costa, 2019), com o mesmo título. Com esse breve resgate, gostaria apenas de registrar a trajetória que antecede e possibilita o debate que teve lugar no VI CBEO, posteriormente adaptado para esta publicação.

Criticar, em meios nos quais o adjetivo "crítico" parece servir como uma senha de acesso ou sobrenome mais recorrente, não parece ser tarefa inovadora, mesmo havendo *C*ríticas (bem-elaboradas, perspicazes e inspiradoras) e "críticas" (reprodutivismo inócuo). Com a pretensão de

 CC BY ISSN 0034-7590; eISSN 2178-938X

ir além de ambas, este debate toma como ponto de partida o seguinte entendimento: para o amadurecimento de uma jovem comunidade científica, é necessário praticar e estimular o desenvolvimento de sua capacidade *autocrítica coletiva*.

A competência autocrítica não se costuma expor em ambientes acadêmicos. Todavia, quanto mais uma comunidade demonstra abertura para exercícios de tal natureza, ou seja, de reflexividade substantiva, radical e pública sobre si mesma, mais merecerá reconhecimento como espaço plural, que acolhe e respeita depoimentos genuínos e divergentes – desde que observadas premissas éticas, claro. É por meio da liberdade de posicionar-se sobre um devir coletivo que podemos tanto olhar para sua trajetória recente de modo a aprender com o que avaliamos terem sido seus (des)caminhos quanto esboçar planos para além do curto prazo.

Os textos que se seguem tomam a autocrítica como componente imprescindível para a evolução substantiva de uma coletividade, que se reconhece e se constitui como uma sociedade nacional de pesquisadores, e convida os pares à reflexão sobre aspectos da sua/nossa trajetória histórica recente a partir de tal prisma. Ao fazê-lo, busca-se ampliar a discussão para o escopo da própria comunidade, com o intuito de expor e provocar debate sobre: (1) heranças, tensionamentos e demarcações de distância em relação à sua disciplina-mãe, a Administração; (2) uma possibilidade de crescimento ao sermos tocados pela virtude acadêmica e modo de vida de colegas mais experientes com os quais convivemos; (3) os desafios enfrentados e as proposições que podem advir de uma experiência editorial recente; e, por fim, (4) novos direcionamentos ao modo de atuar de um grupo de pesquisa no afã de se fazer mais efetivo e articulado em suas ações de ensino, pesquisa e extensão do conhecimento que produz à sociedade. Afinal, acredita-se que, para uma coletividade – que se propõe usar vestes científicas – seguir adiante e se desenvolver do melhor modo possível, precisa entender-se com as realizações e frustrações de seu passado recente.

Em síntese, o que nos motivou a abraçar esta proposta foi o anseio de promover um debate sobre aspectos mais recentes presentes nos EOR no Brasil e expandir nosso olhar para a próxima década e vislumbrar horizontes. A todos, foi facultada a liberdade necessária para um relato mais ou menos íntimo, de suas experiências pessoais, conforme mais apetecesse a cada um dos participantes. Mas, para além do modo de dizer, nos reunimos pelo propósito da discussão de ideias sobre e para nós mesmos. Ao final dos proferimentos originais, foi acrescentado um esforço de síntese reflexiva.

A AMIZADE COMO FUTURO

Por Rafael Alcadipani

As origens

Qualquer apreciação a respeito dos Estudos Organizacionais (EOR) no Brasil será necessariamente um retrato parcial pela perspectiva daquele que o faz. Por isso, a minha apreciação do nosso campo de conhecimento não se pretende neutra e portadora da verdade a respeito do que foram e do que são os EOR nacionais. Este texto é uma reflexão a respeito daquilo que notei ao longo desta minha trajetória no campo que já dura 20 anos.

Não existe uma definição consensual a respeito do que EOR, que, para mim, são pesquisas e reflexões acadêmicas que analisam o funcionamento, definido de maneira ampla, e as peculiaridades das organizações. Considero que suas origens no Brasil estão nos trabalhos de Alberto Guerreiro Ramos, Mauricio Tragtenberg e Fernando Prestes Motta. Embora Guerreiro Ramos e Tragtenberg tenham tido parte importante de suas carreiras em departamentos de Ciências Sociais e Prestes Motta tenha trabalhado também na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, os EOR brasileiros, assim como em outros países do mundo, ganharam destaque e proeminência dentro de escolas de Administração. Em suas origens, o pensamento organizacional brasileiro teve pouca preocupação com a elaboração de estudos empíricos. Exceção importante é o trabalho de Liliana Segnini (1988), orientada de Tragtenberg, que, em sua obra *A liturgia do poder: Trabalho e disciplina*, analisou os mecanismos de poder em operação no Bradesco. Considero que esse seja um dos textos clássicos dos EOR nacionais.

O mal-estar dos Estudos Organizacionais

A verve eminentemente teórica, a forte inspiração sociológica de matiz reflexiva e a não preocupação com a aplicabilidade gerencial fizeram com que nossos EOR não tivessem uma posição fácil dentro das escolas de Administração. Por um lado, as demais áreas da Administração, como *Marketing*, Finanças e Operações, identificadas com uma visão funcional e de aplicabilidade do conhecimento, viam com desconfiança os EOR, por outro, os próprios EOR sentiam-se pouco identificados com

 CC BY ISSN 0034-7590; eISSN 2178-938X

o que é um curso de Administração tradicional e percebiam-se muito mais como uma forma de Ciência Social.

Todavia, boa parte da Ciência Social brasileira nutria e nutre grandes preconceitos com relação ao trabalho desenvolvido em escolas de Administração. É como se todos os bacharéis em Administração fossem incapazes de compreender a complexidade do pensamento social e estivessem, necessariamente, a favor do mercado – grande pecado para o pensamento social brasileiro. As Ciências Sociais brasileiras, em larga medida insular e provinciana como se estabeleceu e se mantém, nunca viu a Administração como campo de conhecimento que ela pudesse respeitar. Soma-se a isso ao fato de que, nos EOR, até pouco tempo atrás havia um compromisso mínimo com a análise com fundamentação empírica, o que fez com que o campo se distanciasse ainda mais das escolas de Administração, pois criou-se, em algumas pesquisas do campo, uma visão estereotipada e pouco complexa do que são empresas e organizações, do que fazem os gestores etc. Mais recentemente, a preocupação empírica se estabeleceu, mas muito sob a lógica de uma divisão do trabalho onde o professor não coleta e não analisa os dados. Muitos professores não fazem pesquisa, quem faz são os alunos. Além disso, os estudos empíricos raramente são indutivos, na sua grande maioria eles usam um pensador europeu e tentam forçar o material empírico para ser explicado pelo grande senhor teórico europeu.

Nesse contexto, considero que os EOR brasileiros possuem um problema identitário em sua raiz de não se verem reconhecidos pelo pensamento social no Brasil, ao mesmo tempo que não se sentem confortáveis dentro das escolas de Administração. É como se EOR não reconhecesse como válidas as áreas funcionais da Administração. Ou seja, EOR vive um grave paradoxo no Brasil: não é reconhecido por quem se deseja ser, e não reconhece quem está no mesmo espaço. Dentro dessa lógica, parte importante dos EOR brasileiros tende a negar a empresa tradicional e suas variações contemporâneas como objeto de análise, focando tipos organizacionais que estão à beira do sistema econômico. Isso não é um problema por si só. A consequência é que, cada vez menos, os EOR falam do objeto das escolas de Administração onde estão colocados, distanciando-se ainda mais da Administração do ponto de vista tradicional. Não defendo, em hipótese alguma, que os EOR precisem produzir um gerencialismo raso, tampouco o fechamento do campo. Por outro lado, perdemos muitas oportunidades de produzirmos conhecimento profundo a respeito da complexidade das organizações capitalistas tradicionais e emergentes. A falta de uma preocupação empírica seguindo uma metodologia rigorosa faz com que muitas análises sejam superficiais e não deem conta da complexidade das organizações.

Somando-se a isso, a área de EOR sempre se mostrou bastante conflagrada. Disputas, não se sabe ao certo por que e para que, entre críticos, institucionalistas, comportamentais, simbolistas e por aí afora, marcam a trajetória do nosso campo. Essas disputas quase pueris de egolatria sem sentido, também características das Ciências Sociais brasileiras, fizeram e fazem com que o convívio em debates públicos do campo seja, algumas vezes, marcado por violência simbólica que, a meu ver, inibe novos talentos. Há, ainda, mais uma incoerência: alguns pesquisam sobre poder e praticam abuso de poder. Alguns pesquisam sobre cultura e desrespeitam as culturas diferentes. Alguns pesquisadores autodeclarados críticos praticam exatamente aquilo que criticam. Alguns estudam diversidade, porém não demonstram o menor respeito pela diversidade em sua prática cotidiana.

Além disso, embora EOR tente se apresentar como diferente das demais áreas, nela também há a presença de pesquisadores que praticam o produtivismo acadêmico sem a menor cerimônia, o que fragiliza o campo de conhecimento. Um último aspecto a se destacar é que foi e é muito comum "pesquisadores" da nossa área estarem mais preocupados com a presença em disputas políticas do campo universitário e acadêmico, buscando galgar postos de poder em diretorias de associação de programas, de agências de fomento, reitorias e pró-reitorias de universidades públicas e privadas, com a criação e edição de periódicos, em detrimento da consolidação de uma carreira sólida de pesquisa. Por fim, infelizmente, nota-se que muitas das novas gerações repetem aquilo que viram como modelo das gerações anteriores, e algumas figuras que deveriam ser o modelo para os mais jovens parecem atuar mais com o fígado do que com a razão, espalhando ressentimento para todos os lados. Um grave problema aqui é a endogenia atávica de nossas instituições de ensino, que faz com que orientados consigam emprego na mesma instituição de seus orientadores, que, em muitos casos, mantêm uma vassalagem acadêmica. Os EOR nacionais aproximam-se fortemente das Ciências Sociais brasileiras ao adotarem a incoerência entre teoria e prática, ao se prenderem em brigas de poder espúrias e ao se acomodarem diante da inércia da endogenia. Relendo a sessão, acredito, realizei uma análise um tanto quanto negativa de nossa área até aqui. Apesar disso, considero que o futuro dos EOR no Brasil é bastante promissor.

 CC BY ISSN 0034-7590; eISSN 2178-938X

Qual o nosso futuro?

Em primeiro lugar, noto que estamos finalmente falando de muitos de nossos problemas e trazendo, assim, a reflexividade para o campo. Devemos isso, em larga medida, à organização das mulheres pesquisadoras e à emergência de pessoas negras a posições de visibilidade em EOR que ajudam a pensar em práticas estabelecidas e a abrir a "caixa de Pandora" daquelas pouco coerentes e violentas. Evidentemente que o ranço dos que sempre buscam posição de poder tenta atrapalhar a emergência do diverso no campo, mas a força do futuro é muito maior do que o ressentimento do passado.

Além disso, as atuais transformações de nossa sociedade em relação a estar mais atenta à diversidade, as mudanças profundas que as organizações estão sofrendo devido a alterações de ordem social e tecnológica, fazem com que nosso campo tenha muito a contribuir para se pensar e refletir sobre o futuro das organizações em nosso país. Para isso, os EOR estão bastante equipados com conceitos e podem desenvolver pesquisas que tragam importantes perguntas e esbocem respostas para uma sociedade em que os desafios estão cada vez maiores. O contexto atual pede o tipo de reflexão que é possível ser feita em EOR.

Nota-se, ainda, que a geração que aos poucos vai assumindo as posições de poder no campo possui, a meu ver, um maior sentido de amizade e respeito do que as anteriores e busca abrir espaço para novas formas de pensar e agir. A construção futura do campo de EOR no Brasil depende do aprofundamento do sentimento de ser amigo, em vez do sentimento de ser competidor, para gerar colaboração catalisada em momentos como o que estamos vivendo hoje. É importante, ainda, que os professores do campo se assumam como pesquisadores e não apenas como gestores das pesquisas dos alunos.

É preciso pensar em uma área de EOR que busque o diálogo com academias fora do Brasil, tanto para o Sul quanto para o Norte. A exposição internacional é fundamental para trocas de experiências e inovações.

Por fim, é importante que tenhamos pessoas que, pelo seu exemplo cotidiano, nos façam ser melhores. Hoje, em nosso campo, temos inúmeras figuras que inspiram e tantas outras que eu acredito que ajudam a construir nossos EOR. Há, ainda, muitos alunos que tenho encontrado por tantos congressos pelo Brasil que personificam a mudança que precisamos. São figuras assim que me fazem acreditar em um futuro promissor para a nossa área. É essa janela de esperança que me faz notar um futuro melhor. Que assim seja!

EM DEFESA DA VIRTUDE ACADÊMICA OU SOBRE UM "MODO DE VIDA" VOLTADO PARA O ESTUDO, A CONVERSA E A PESQUISA

Por Ariston Azevedo

> *Este é necessariamente um relato pessoal, mas escrito na esperança de que outros, em especial, aqueles que estão iniciando um trabalho independente, o tornem menos pessoal através dos fatos de sua própria existência.* (Mills, 2009, p. 21)

À primeira vista, talvez o que aqui direi tenha mais em comum com o que foi discutido nas já lembradas Sessões "*Habitus*, antes que método, de um pesquisador político" e "Autoformação política em pesquisa social: Intencionalidades duradouras e a prioridade do local", realizadas no IV e V CBEO, respectivamente. Digo isso porque, ao realizar um balanço sobre "De onde viemos, para onde estamos indo?", o que me ocorreu depois foi o desejo de falar de "um modo como ir". Se modifico o rumo de minha fala, o faço em razão da percepção do fato de o "modo como estamos indo" ter revelado uma faceta, nos últimos 10 anos pelo menos, fortemente danosa, e não somente para mim, acredito, mas para muitos que anelam por uma comunidade acadêmica mais vigorosa e desafiadora, e por esse motivo se negam ou esboçam frequente resistência em "jogar o jogo". Mas também o faço com a intenção de sugerir uma alternativa ao "modo" predominante como estamos indo.

Nós, enquanto acadêmicos, ou pretensos acadêmicos que somos, embora tenhamos um leque amplo de atuação, como ensino, estudo, pesquisa, extensão, consultoria, gestão universitária, gestão científica, prestação de serviços etc., concentramos em torno da docência e da pesquisa grande parte das atividades que realizamos ao longo de nossa carreira. No ensinar e no pesquisar, resumimos, digamos assim, nosso ofício. E é exatamente aqui que, em meu entendimento, enfrentamos um grave problema nos dias atuais: o "modo" como estamos indo nos têm feito não realizar bem nem uma coisa nem outra.

Cada vez mais nos afastamos da excelência no ensino, porque, ao promover a crença de que quem sabe pesquisar sabe educar, praticamente anulamos o processo de formação didático-pedagógico de mestres e doutores nos Programas e Cursos de Pós-Graduação *stricto sensu* (PPGs). Ou seja, temos insistido de maneira demasiada na formação de "pesquisadores", em

 CC BY ISSN 0034-7590; eISSN 2178-938X

detrimento da formação de educadores. É inadmissível o cultivo do analfabetismo pedagógico que impera nos PPGs, em especial na Administração, pois, como bem apontaram Paulo Freire (2013) e Pedro Demo (1997), ensinar exige pesquisa, mas não podemos esquecer que o que está em jogo na prática educativa é a formação humana, é o desafio de, pelo processo educativo, formar e ser formado, humanamente falando. Nesse sentido, ensinar exige um conjunto diversos de saberes nos quais o(a) pós-graduando(a), para o correto exercício da prática educativa, deve ser versado(a).

Também estamos nos distanciando da excelência no pesquisar, pois a submissão das práticas de pesquisas filosófico-científico-tecnológicas aos imperativos de uma racionalidade instrumental homogeneizadora elimina as complexidades e as diferenças do fazer científico para as fazer caberem em uma única linha de montagem voltada para a produção indiscriminada de *papers*. Esta eliminação, consequentemente, faz com que deixe se ser possibilitada aos estudantes uma formação consciente, crítica, autônoma, criativa, responsável e comprometida com o desenvolvimento do conhecimento e do saber, para ofertar apenas o papel de produtor fugaz e alienado, que, embora plenamente apto para o manuseio formalístico ou cerimonial de teorias e métodos, quase sempre produz seus *papers* sem alinhamento a um projeto de pesquisa e de estudo de longo prazo, daí um dos motivos de sermos mais consumidores do que produtores de teoria.

Ao que parece, essa não é uma visão particular minha, uma vez que a denúncia desses fatos vem de longa data. Em 2006, por exemplo, a partir da constatação de que os PPGs em Administração estavam privilegiando, em suas estruturas curriculares e práticas educativas, a "formação do pesquisador" em detrimento da "formação do professor", Fischer (2006) propôs um redirecionamento para combater essa situação: os PPGs deveriam instituir "uma linha de pesquisa, um programa, ou, no mínimo, uma atividade que promova a reflexão sobre o ensino e aprendizagem em Administração" (pp. 193-194) (grifos no original). Não se pode negar os esforços feitos pelos PPGs para amenizar o problema. De lá para cá, proliferaram atividades que visavam à preparação docente dos pós-graduandos, como exemplo: estágio docência, co-orientação de estudantes na graduação, no mestrado e, mesmo, no doutorado, avaliação de artigos para congressos e revistas, aulas que exigiram a preparação e apresentação de seminários, flexibilidade para que os pós-graduandos pudessem ter direito à integralidade do valor da bolsa de estudos e atuar como professores na graduação, compartilhamento de aulas na própria pós-graduação *stricto sensu*, entre outras. Apesar disso, quase uma década depois do diagnóstico de Fischer (2006), o problema ainda ecoava nas palavras de analistas como Patrus e Lima (2014): "os programas de pós-graduação estão prioritariamente voltados para a formação de pesquisadores e visivelmente distantes da formação pedagógica" (p. 6). Dois anos depois, novamente a acusação viria à tona na avaliação de Lourenço, Lima e Narciso (2016), nos seguintes termos: nos programas de pós-graduação em administração, a dimensão pedagógica é "dimensão esquecida" (p. 708). Fora uma iniciativa aqui e outra acolá, no conjunto, quase nada mudou.

Abandonada a formação docente em nossas pós-graduações, cabe perguntar sobre a formação de pesquisadores. Um dos aspectos que mais salta aos olhos, e que é fruto desse processo formativo exclusivista, é o fato de termos alcançado níveis de produção de *papers* tão altos que nos referimos aos resultados de nossas atividades como produtivismo acadêmico. Não esqueçamos que há muita controvérsia sobre o que conta e não conta como produção acadêmica. O produtivismo que atribuímos a nós mesmos e nos é exigido diz respeito somente à quantidade de publicações, não necessariamente à de leituras, de estudos, de pesquisas, de conversas, de avaliações de artigos, de participações em bancas, congressos, de orientações, de aulas, de gestão universitária etc., ou seja, não diz respeito às atividades outras que realizamos, também em demasia. Aliás, em seu estudo de análise semântica de nomes terminados em "-ismo", Barbosa (2014) destaca aquelas palavras que recebem o sufixo "-ismo" e que carregam o significado de uma patologia (p. 84). Esse me parece ser exatamente o caso do nosso produtivismo, que é patológico e unidimensional.

Ao centrar a formação de pesquisadores na produção formalística e alienada de *papers*, criou-se essa disfunção. Entre suas causas externas estão, por exemplo: a opção por acolher o viés e as práticas de cunho gerencialistas em nossas atividades cotidianas nas universidades, nos PPGs, nos grupos de pesquisa e, até mesmo, em nossas aulas, o que tem convertido professores e, principalmente, pesquisadores em gerentes e burocratas da ciência; o aumento das pressões institucionais dos órgãos de fomento e de controle (CAPES, CNPq, Fundações de Apoio à Pesquisa); o aumento exorbitante de textos em coautoria por pressões institucionais; a distribuição dos recursos financeiros pela via de editais, o que estimula ainda mais a competição entre pesquisadores e seus PPGs. Haveria também causas internas, como: uma visão deturpada sobre o que venha a ser o alcance da glória e da excelência em âmbito acadêmico, que associa sucesso na academia com quantidade de publicações; a busca desenfreada pelo monopólio sobre temas, objetos, teorias e métodos; o cientificismo dogmático que quase sempre caminha

 CC BY ISSN 0034-7590; eISSN 2178-938X

para o formalismo no fazer ciência e repetição incessante de estudos de casos; a exacerbação da vaidade intelectual que tem transformado a Plataforma Lattes em uma passarela de *glamour* de egos; a adoção da tática de "ciência salame" para turbinar o Lattes; entre tantas outras.

Ao analisar a questão, Mattos (2012) sustenta que a causa principal do produtivismo estaria em uma espécie de "distorção" criada pelos próprios pesquisadores, quer dizer, ele é consequência direta da baixa qualidade de nossa produção acadêmica (teses, dissertações e, principalmente, *papers*), uma vez que se busca "dissimular" com o formalismo científico "o amadurecimento que o projeto de pesquisa não conseguiu alcançar. Assim, produtivismo torna-se a expansão da má produção acadêmica, porque a boa, quanto mais, melhor" (p. 566). De maneira específica, diz o autor, o problema estaria sendo causado por alguns tipos de comportamentos viciosos e viciados que se tornaram habituais entre nós, como o uso demasiado de citações indiretas e apropriação indevida de ideias, o uso de instrumentos no tratamento de dados que permitem replicações e experimentos similares recorrentes, a demasiada permissividade metodológica conferida aos chamados estudos qualitativos e a desconsideração, nos textos, para com o leitor externo ao mundo acadêmico. Não é à toa que, tanto em relação aos congressos quanto à imensa maioria dos *papers* que produzimos, nos deparamos cotidianamente com acusações como: "artigos fracos, discussões rasas, falta de inovação conceitual, argumentos pouco rigorosos, artigos metodologicamente pífios" (Alcadipani, 2011, p. 1175) ou textos "imaturos, incompletos, 'fatiados', repetitivos ou 'requentados'" e com indícios de condutas acadêmicas eticamente questionáveis (plágio, autoplágio, coautoria indevida) (Rego, 2014, pp. 340-341).

Embora o produtivismo seja um problema recente e que caminha de braços dados com uma "má qualidade da produção acadêmica", não me parece que esta seja uma consequência exclusiva daquele. Machado-da-Silva, Cunha e Amboni (1990), ao realizarem um dos primeiros levantamentos bibliográficos analíticos da produção científica na área de Estudos Organizacionais, já haviam percebido a presença do problema da má qualidade nos textos produzidos durante o período de 1985-1989. Ele se manteve ao longo de toda a década de 1990, conforme escreveram Bertero, Caldas e Wood (1999), mas se tornou gritante em nossos dias. A ciência, como sabemos, é fenômeno histórico-cultural, e sua qualidade idem. Haverá sempre ciência de boa qualidade e de má qualidade. O que muda é o fato de ser, em determinado período, um fenômeno raro ou corriqueiro, tal como ocorre atualmente.

Infelizmente, esse modo de fazer ciência deturpa a própria formação de pesquisadores, ao sustentar um tipo de sociabilidade produtiva fundada em pesquisas efêmeras, de baixíssimos impactos científicos e sociais, onde prolifera o produtivismo e sua "mais-valia-acadêmica" correspondente, bem como a aniquilação da autonomia de pensamento, do espaço plural de diálogos necessários entre nós mesmos e entre nós e sociedade, e do compromisso do pesquisador com os reais problemas de sua realidade social imediata. Em meu entendimento, a naturalização, no âmbito da pós-graduação *stricto sensu*, do desprezo pela formação docente, por um lado, e da exaltação da formação do pesquisador pela via produtivista, por outro, tornou-se um caso patológico entre nós. Estamos diante daquilo que Ramos (1995), ao elaborar suas acusações à sociologia nacional de sua época, denominou "patologia da normalidade": uma vez que determinado *modus operandi* instala-se em uma comunidade, assumem-se como normais determinadas posturas mentais e, por conseguinte, modos de proceder. Seus membros, portanto, introjetam determinados hábitos por considerá-los normais, embora eles sejam patogênicos, embora sejam mórbidos. Mais recentemente, outros autores designaram esse tipo de comportamento como "normose", definindo-a como "o conjunto de normas, conceitos, valores, estereótipos, hábitos de pensar ou de agir, que são aprovados por consenso ou pela maioria em uma determinada sociedade e que provocam sofrimento, doença e morte. Em outras palavras, é algo patogênico e letal, executado sem que os seus autores e atores tenha consciência de sua natureza patológica" (Weil, Leloup, & Crema, 2003, p. 22).

Essa patologia que nos acomete deturpa a própria noção de academia e de ciência, ao criar um consenso social que a faz desconsiderar as críticas sobre si, em especial porque os principais beneficiários desse mal generalizado articulam-se para a conservação do *status quo*. Nesse sentido, formam um estrato acadêmico de natureza conservadora-reacionária que quer continuar a moldar a formação e a atuação dos jovens na pós-graduação *stricto sensu*, de maneira a garantir, pela quantidade, a conquista de verbas e o prestígio acadêmico. Não querem projeção pelas ideias, mas pelos números! Parece-me necessário, então, oferecer alternativas.

Minha proposta seria a de reabilitar o processo de formação didático-pedagógico nos PPGs e de reformular o processo de formação de pesquisadores hoje em vigor, de maneira a viabilizar a consolidação de uma virtude própria ao modo de vida acadêmico – a virtude acadêmica. Trata-se de uma virtude cujo ingrediente principal seria o que, junto com o amigo Paulo Grave, designamos de Rigor Conceitual,

 CC BY ISSN 0034-7590; eISSN 2178-938X

Metodológico e Teleológico (RCMT), e que se manifesta nas atividades particulares do fazer acadêmico, no caso, no estudo, na conversa e na pesquisa, como atividades destinadas à construção do saber.

Essa proposta implica a mudança de hábito (automatismo, rotina) para *habitus*, aqui entendido na concepção aristotélica. No IV CBEO, falou-se de *habitus* na acepção bourdieusiana; aqui falo de *habitus* como virtude, na acepção aristotélica: a virtude é um hábito {*habitus*} ou disposição {*hexis*} de caráter que habilita seu portador a realizar perfeitamente uma atividade ou função e, por conseguinte, a praticar boas ações (Aristóteles, 1999, II, 5, 1106a 14-25). No V CBEO, falou-se sobre "autoformação" e "intencionalidades duradouras"; aqui falo de virtude como uma disposição {*hexis*} também autoformadora e duradoura: as atividades desenvolvidas em conformidade com a virtude ou excelência "são as mais duradouras, por ocuparem completa e constantemente a vida dos homens felizes, pois esta parece ser a razão de não as esquecermos. O homem feliz está (...) estará sempre, ou pelo menos frequentemente, engajado na prática ou na contemplação do que é conforme à excelência" (Aristóteles, 1999, 1100b 6-12).

Em resumo, é a *hexis*, como uma possessão estável, quer dizer, duradoura tanto quanto possível, que exprime a autarquia ou domínio que tem sobre si mesmo determinado agente e o torna virtuoso, ou seja, em um *spoudaios*. Assim, *spoudaios academicus* é aquele que estuda bem, conversa bem e pesquisa bem, ou seja, em conformidade com o rigor conceitual, metodológico e teleológico que sua finalidade e seu objeto exigem. O sociólogo Wright Mills, por exemplo, tinha clara consciência da necessidade desse rigor na formação de quem se lança na empreitada acadêmica (e intelectual): "Não sei quais são as plenas condições sociais para a melhor produção intelectual, mas certamente cercar-se de um círculo de pessoas dispostas a ouvir e falar – e, por vezes, elas terão de ser personagens imaginários – é uma delas" (Mills, 2009, p. 28).

Opiniões como a de Mills e de pessoas com as quais convivi e convivo, bem como tantas outras sobre as quais li e estudei, é que me levam a afirmar que o RCMT poderia ser anelado como uma qualidade do acadêmico, seja da Administração, seja dos Estudos Organizacionais. A atenção a tal rigor é que tem marcado a incessante busca daqueles que denomino *spoudaios academicus*. Eles são, com relação a tal virtude e suas finalidades, incansáveis, inconformados, por isso sempre se destinaram a combater as patologias de normalidade que incessantemente acometem o âmbito acadêmico.

"DO OUTRO LADO DO BALCÃO": O DESAFIO DA AVALIAÇÃO POR PARES NO PROCESSO DE PUBLICAÇÃO ACADÊMICA

Por Ariádne Scalfoni Rigo

O convite para participar da sessão livre no CBEO 2019 chegou em março. Naquela ocasião, a decisão de sair da editoria da revista *Organizações & Sociedade* (*O&S*) já estava amadurecida. De acordo com alguns amigos na academia, seria uma boa ocasião para uma despedida. Particularmente, tive dúvidas em aceitar o convite, pois tratava-se de nos interrogarmos sobre de onde vem e para onde vai o campo dos Estudos Organizacionais (EOR) no Brasil. Isso me pareceu uma daquelas incômodas sessões de análise (falo da psicanálise mesmo), todavia imprescindíveis para o autoconhecimento e consequentes reedições de si mesmo.

Desafio aceito, tentarei aqui contribuir com a parte que me coube: apresentar alguns desafios e proposições a partir da minha experiência editorial à frente da *O&S*. Farei algumas intervenções sobre a trajetória do campo, mas ressalto que minha contribuição nesse sentido é restrita. Começarei contextualizando, pois acredito que as principais inquietações, desafios e proposições se originam do contexto que construímos e em que vivemos.

A "civilização científica" e a dor de publicar

Criada para nos proteger e compensar nossas limitações individuais, nossa comunidade científica é, ao mesmo tempo, fonte de segurança e de sofrimento. Freud (2010) explicou a existência da civilização, em *Mal-estar da civilização*, como uma forma de limitar as transgressões dos indivíduos, submetendo-os às suas normas e regras. Nossa "civilização científica" (podemos aqui pensar apenas no campo da Administração ou, mais estreitamente, no campo dos EOR) é carregada de leis, normas e códigos que orientam nosso comportamento e nos impõe, muitas vezes, processos dolorosos, entre eles, publicar. Sim, o processo de publicar frequentemente dói. Dói quando é imposto e serve ao cumprimento de duras medidas de desempenho. O produtivismo acadêmico, bem traduzido pela expressão *publish or perish,* é violento. Entre ter uma ideia, estudá-la, escrevê-la e submetê-la à apreciação e aceitação dos pares, um longo e não raramente frustrante processo acontece.

 CC BY ISSN 0034-7590; eISSN 2178-938X

Consequências do que podemos entender como "política" do produtivismo acadêmico já são discutidas na academia de Administração brasileira (Freitas, 2007, 2011). As consequências mais comumente debatidas – e inclusive publicadas – são a produção em massa de trabalhos de qualidade duvidosa (Freitas, 2011), erros de conduta de autores como plágio e autoplágio (Clair, 2015), erros de conduta de avaliadores como avaliações vagas e descorteses (Gondim, 2004), efeitos perversos sobre a saúde e a psique dos pesquisadores pressionados, conflitos e rivalidades entre colegas de trabalho (Rego, 2014), entre outras. Para além das consequências sobre "os ombros" dos pesquisadores, o fato é que a ação de produzir artigos para alcançar as metas estabelecidas pela nossa comunidade científica produz efeitos diretos nos processos editoriais. Obviamente que esses efeitos não são exclusivos do campo da Administração, muito menos dos EOR, mas, na O&S, alguns desafios podem estar relacionados às características do campo.

O aparentemente intransponível desafio da avaliação por pares

A pressão por publicar em periódicos qualificados contribui para "inchar" e "inflamar" os processos editoriais. "Incha" porque aumenta o número de artigos. "Inflama" porque deixa o processo mais doloroso. A O&S, nesses quase 26 anos de existência, construiu reconhecimento no campo e se manteve, desde 2010, no extrato A2 do Qualis Capes. Por isso, recebe cerca de 400 artigos por ano, mas publica cerca de 10% disso. Esses números não são maiores do que os da *RAE*, por exemplo, que é mais generalista no seu escopo e recebe quase mil artigos por ano. Mas, a meu ver, as especificidades teóricas e empíricas do campo dos EOR deixam "a coisa" mais complicada.

Os EOR mobilizam teorias e metodologias diversas em realidades curiosas. Racionalidades, temporalidades, análise crítica do discurso, semiótica, teoria crítica, corpos, sociomaterialidade, análise sociológica discursivo-imagética, silêncios... São exemplos de categorias teóricas e posturas metodológicas para compreender, por exemplo, circos, tribos, escolas de samba, terreiros de candomblé, funerárias e o próprio inconsciente. Não são raros os casos em que encontrar avaliadores dispostos a embarcar nas "empreitadas" teórico-empíricas e metodológicas dos autores se torna uma missão quase impossível.

Empreendi certo esforço tentando identificar algum padrão na trajetória das temáticas publicadas na *O&S* entre os mais de 100 números publicados (cerca de mil artigos) por meio de palavras-chave e títulos. A variedade de temas é imensa e retrata bem a pluralidade do campo. Pude perceber que alguns temas se diluíram no caminho (entre 1990 e 2019), talvez por saturação e consequente desinteresse. Por exemplo, os temas da cultura organizacional e das relações de poder nas organizações são raramente submetidos ou aparecem como categorias secundárias nas análises. Outros se mantiveram presentes desde a década de 1990, como os temas da aprendizagem organizacional, os relacionados ao trabalho (sentido, significado e mercado) e os relacionados a processos de mudança organizacional. Também pude identificar alguns temas que passaram a ser frequentes na última década. Por exemplo, as abordagens relativas a todo tipo de discriminação no ambiente organizacional (como as de gênero, homofobia e raça), as sobre consumo e consumismo, as relativas à sustentabilidade e à corrupção. Sei que essas abordagens não retratam todo o campo dos EOR, mas indicam sua preocupação com os rumos da nossa sociedade.

Essa pluralidade teórica, metodológica e de realidades investigadas na produção acadêmica em EOR é bem-vinda, mas tem um preço. Ela deixa ainda mais apertado aquilo que é, para mim, o maior gargalo no processo de publicação: a avaliação por pares. Onde estão os pares? Eles são poucos e já estão muito ocupados. Como encontrar mais pares? Na Sociologia, na Psicologia e na Filosofia, é possível, mas não sem enfrentar algum preconceito pelo fato de "sermos da Administração", conhecida por existir apenas para fazer o mercado funcionar. Uma alternativa interessante é inserir desde já nossos jovens doutores (ou mesmo doutorandos) nos processos avaliativos de periódicos. Mas, se ignoramos a necessidade de prepará-los melhor para isso, reforçaremos o conhecido problema da qualidade dos pareceres. Nos tornamos avaliadores sem muito preparo, no *feeling*. Avaliar um artigo científico exige mais do que conhecer a teoria e o método. Exige conhecer e reconhecer seu papel de avaliador e a importância dele no processo. Nos EOR, avaliar um artigo científico exige, ainda, conhecer a complexidade do campo e estar aberto às múltiplas possibilidades de construir conhecimento. Exige sensibilidade e abertura para a pluralidade na pesquisa.

Transpondo o desafio da avaliação por pares: uma possibilidade

Sem dúvida, é muito importante intensificarmos as atividades de formação dos nossos estudantes de pós-graduação sobre todos os aspectos do processo de avaliação, bem como sobre os temas, campos e métodos que julgamos relevantes discutir

 CC BY ISSN 0034-7590; eISSN 2178-938X

e publicar. Nossos grupos de pesquisa e trilhas curriculares são espaços apropriados para isso. Em EOR, podemos nos esforçar mais na direção de uma ampla formação sobre epistemologia e possibilidades de métodos e análises qualitativos; uma formação que aponte para a pluralidade do campo e, claro, ensine a construir pareceres construtivos. Também me parece importante discutir continuamente como viver melhor na "civilização científica" e como reconstruí-la.

Mas mecanismos institucionais de valorização do trabalho do avaliador são fundamentais. Essa ideia não é nova, mas as ações ainda não foram empreendidas por aqui. Como sabemos, a avaliação de artigos em periódicos não tem valor concreto no sistema de avaliação da Capes. Inquietava-me, ao longo dos mais de cinco anos como editora, deparar-me com inúmeros pareceres que contribuíam sensivelmente para a melhoria dos artigos publicados e dizer aos avaliadores apenas "muito obrigado". Sabemos que, em algumas situações na carreira acadêmica, essas avaliações contam, mas, no processo de publicação, deveriam contar mais do que algumas coautorias duvidosas.

Obviamente, construir e institucionalizar um tal processo de reconhecimento não é simples. Afinal, a forma de funcionar da comunidade científica está posta há muito tempo, dificultando imaginarmos mudanças significativas. Mas elas são possíveis. A princípio, aspectos como o fator de impacto, a classificação Qualis dos periódicos nacionais e a avaliação objetiva dos pareceres pelo editor e pelos próprios autores poderiam ser considerados pontos de partida. Acredito nessa possibilidade e no seu potencial para desatar o nó dos processos de publicação acadêmica, inclusive diminuindo os prazos entre submissão e publicização da pesquisa. É fundamental reconhecermos que a apreciação crítica dos nossos pares é o que nos permite não apenas aumentar a qualidade daquilo que publicamos, mas também enriquecer nossas trajetórias acadêmicas.

DESGASTANDO A TORRE DE MARFIM: A EXPERIÊNCIA DO NEOS/UFMG

Por Luiz Alex Silva Saraiva

Apesar de o termo universidade encerrar grandes diferenças de concepção, não é de hoje que, como instituição, a universidade se encontra em crise em todo o mundo. Diversas discussões sugerem sua inadequação como *locus* de formação profissional (Tight, 2010), seu conservadorismo, elitização e limitações em proporcionar inclusão e a emancipação social (Amano & Poole, 2005), suas falhas em romper as hierarquias profissionais institucionalizadas (Fry, 2015), sua falta de diálogo para com a sociedade (Mamdani, 1993), entre outros aspectos de um complexo grupo de problemas da e na universidade.

Em parte, isso se deve a uma indefinição sobre o peso da sociedade e do mercado na sua configuração (Fischer, 2001). Apesar de haver concepções elaboradas em torno da sociedade e do atendimento de necessidades sociais, boa parte das universidades é concretizada e avaliada em razão do atendimento de demandas do mercado (Saraiva, 2011), o que torna instrumentais as decisões relacionadas ao currículo (Fischer, Waiandt, & Silva, 2008), a seleção de docentes, o ensino, a pesquisa etc. Não surpreende, nesse sentido, o crescente peso de gestores acadêmicos (Saraiva, Bauer, & Paiva, 2009), que pendem muito mais para a gestão do que para a academia propriamente dita (Costa, Barros, & Saraiva, 2014).

Em um contexto periférico como o brasileiro, essa indefinição adquire contornos ainda mais dramáticos, não apenas por conta da discrepância entre a quantidade de oferta de vagas em universidades públicas e universidades privadas, mas pela concentração de estudantes nas universidades privadas, focadas basicamente em ensino, enquanto as universidades públicas, apesar dos recorrentes problemas de continuidade de políticas públicas, exibem maior força em ensino, pesquisa e extensão. Dada a relevância das universidades públicas no Brasil, é delas que falarei neste texto, sob uma perspectiva organizacional.

O campo de Estudos Organizacionais possivelmente experimenta essas questões de maneira mais aguda que as demais disciplinas na Administração, em virtude, entre outros aspectos, da predileção pela teorização, pela crítica ao empirismo irrefletido, o que perigosamente o aproxima da metáfora da torre de marfim: uma academia com concepções e práticas complexas e herméticas, resplandecentes ao longe em toda a sua pompa e glória, mas inacessível aos não acadêmicos que dela desejarem se aproximar. O resultado é um grupo que fala para si próprio na maior parte das vezes. De costas para a sociedade e suas necessidades, condescendentemente se satisfaz ao ouvir a sua própria voz, sobre temas que ele próprio considera relevantes, em abordagens que lhe parecem adequadas, em um contexto mínimo de contato com a sociedade.

Pretendo brevemente relatar a experiência do Núcleo de Estudos Organizacionais e Sociedade da Universidade Federal de Minas Gerais (NEOS/UFMG), que vem reformulando sua configuração, concepção e ações para atuar de maneira mais efetiva no que tange ao ensino, à pesquisa e à extensão com vistas a uma aproximação efetiva com a sociedade. A perspectiva que adotamos desgasta a torre de marfim, propondo outras

 CC BY ISSN 0034-7590; eISSN 2178-938X

formas de fazer a universidade. Note-se que não falamos em derrubar a torre; isso seria pretensioso, levando em conta que nos inserimos em uma institucionalidade historicamente estabelecida. Todavia, isso não deve nos impedir de pensar em desgastar, enfraquecer, puir o que nos é apresentado como a única forma de universidade possível, a favor de outras concepções e práticas mais comprometidas e próximas dos anseios sociais..

O projeto "Divulgação Científica do Núcleo de Estudos Organizacionais e Sociedade (NEOS/FACE/UFMG)" (Saraiva, 2018) é constituído por 17 ações de extensão no eixo "Comunicação" que, de maneira integrada, sistematizam, registram e promovem as ações do grupo de acordo com as diretrizes para a extensão na educação superior brasileira (Resolução nº 7, 2018).

O NEOS/UFMG é organizado em Grupos de Estudo e Trabalho (GETs) que têm como objetivo associar pesquisadores de graduação e de pós-graduação em torno de temáticas agregadoras que integrem ensino, pesquisa e extensão. Hoje há três GETs em vigor: "Gênero, sexualidade e raça", coordenado pelo professor Rafael Diogo Pereira, "História, cotidiano e poder", coordenado pelo professor Alexandre de Pádua Carrieri, e "Cidades", coordenado pelo professor Luiz Alex Silva Saraiva. Há GETs que se voltam para reuniões periódicas de estudo e, a partir daí, desenham a sua atuação, outros que se estruturam a partir de pesquisas, e outros que se articulam em torno da extensão..

Esses GETs têm subcoordenações próprias, responsáveis pela organização das atividades, distribuição de atribuições, elaboração e gestão de projetos. As três subcoordenações integram estudantes, além do coordenador do GET, que se subordina a um grupo de gestão, que objetiva planejar, organizar e acompanhar todos os processos relacionados ao ensino, à pesquisa, à extensão e gestão universitária realizados no âmbito do núcleo. Esse grupo atua sob a responsabilidade de um coordenador geral, que responde pela gestão acadêmica do grupo. São ações de extensão do grupo:

- Manutenção do *blog* do NEOS, no qual ocorre a divulgação e a inscrição *on-line* para eventos realizados voltados à sociedade, relato de atividades e reuniões realizadas pelos diversos GETs e registro de informações gerais;

- Boletim informativo e relatório anual de atividades NEOS, que divulga as atividades acadêmicas relacionadas a pesquisas individuais ou coletivas;

- Canal do NEOS no YouTube: acervo público digital e gratuito de eventos realizados pelo núcleo;

- comunicação interna: canal de comunicação formal entre a coordenação e seus membros, que centraliza todo o fluxo de comunicações;

- DesConstruções: ciclo de debates que tem como objetivo promover discussões de interesse de pesquisadores e social. O evento é gratuito, e os participantes recebem certificados, sendo as horas da atividade válidas como horas de atividades complementares para os estudantes de graduação;

- Devolutivas de pesquisa: divulgação pública e gratuita dos resultados dos trabalhos realizados pelos pesquisadores do NEOS para a sociedade;

- *Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade*: periódico científico quadrimestral do NEOS/UFMG) que busca contribuir para os Estudos Organizacionais em uma ótica não funcionalista;

- Oficinas metodológicas NEOS: abordam conceitos e conteúdos teóricos por professores de reconhecida experiência e *expertise* nas temáticas abordadas, como forma de aumentar o repertório teórico-metodológico dos integrantes do grupo;

- Página do NEOS no Facebook;

- Rodas de conversa NEOS: proporcionam discussões informais com convidados que abordem questões inovadoras e desafiadoras para pesquisadores do grupo;

- *Site* institucional do NEOS: apresenta, de modo geral, o Núcleo de Estudos Organizacionais e Sociedade e como se posiciona em relação à comunidade;

- Reunião geral NEOS: integra todos os pesquisadores do NEOS em uma pauta em torno de aspectos estratégicos e desafios do grupo;

- Reunião GET Cidades: problematiza o conhecimento em torno da relação Cidades e Estudos Organizacionais;

- Reunião GET Gênero, Sexualidade e Raça: problematiza o conhecimento em torno da relação Gênero, Sexualidade e Raça e Estudos Organizacionais;

 CC BY ISSN 0034-7590; eISSN 2178-938X

- Reunião o GET História, Cotidiano e Poder: problematiza o conhecimento em torno da relação História, Cotidiano e Poder e Estudos Organizacionais.

Todas essas atividades presenciais são divulgadas pelas mídias sociais, gratuitas e abertas ao público, permitindo a emissão de certificados com carga horária de participação aos presentes.

O GET "Gênero, sexualidade e raça" desenvolve um trabalho de extensão com a Casa de Referência da Mulher Tina Martins, atuando no suporte à gestão e, em parceria com o curso de *design*, na confecção de objetos que podem ser elaborados e comercializados pelas próprias mulheres, com o objetivo de geração de emprego e renda. Essa atividade tem reconhecimento no âmbito da Rede de Direitos Humanos da UFMG.

No GET "História, cotidiano e poder", as ações de extensão dão-se em torno do projeto "Governança dos recursos hídricos: Análises do perfil e do processo de formação dos representantes dos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos e Comitês de Bacia Hidrográfica", financiado pela CAPES, e que tem permitido dezenas de atividades de capacitação de agentes para lidar com a questão da água em sociedade. Há duas teses de doutorado em andamento, e inúmeras ações de integração com o ensino, principalmente na graduação.

No GET "Cidades", o programa de extensão "Troca de saberes, valorização e visibilidade da identidade e cultura do Quilombo Luizes" estruturou uma série de ações de formação, debates, rodas de conversa, que foram subsídios para a oferta de duas disciplinas optativas na pós-graduação *stricto sensu*: "Diferenças e territorialidades na cidade" e "Territorialidades e diferenças na cidade" (total de 45 horas) no primeiro semestre de 2018. Essas disciplinas, somadas à experiência da extensão e aos dados de pesquisa, foram o ponto de partida para a oferta da disciplina optativa "Diferenças e territorialidade nas cidades" (total de 60 horas) na graduação em Administração, no segundo semestre de 2018. Além dos evidentes ganhos para o professor e os estudantes de pós-graduação envolvidos, foi extraordinário o retorno dos estudantes de graduação, que não haviam tido a experiência de disciplinas optativas dirigidas a partir da pesquisa integrada com extensão. O mesmo se deu em 2019, mas com foco diferente. Uma vez que no grupo há três mulheres negras oriundas da periferia de Belo Horizonte, a disciplina optativa "Organização, territorialidade e negritude" (60 horas) problematiza o silêncio sobre a questão racial na formação de administradores a partir da discussão de baile *funk*, favelas, quilombos urbanos e blocos afro de carnaval. Todas essas atividades têm gerado também dissertações e teses de doutorado.

Este relato não tem a pretensão de servir de norte para quem quer que seja, já que, dentro de um mesmo contexto institucional, a universidade pode ser compreendida, concebida e concretizada de maneiras bastante distintas. Todavia, parece-me importante tornar pública uma experiência bem-sucedida. Nosso percurso sugere que criatividade e organização podem mudar a face de um grupo de pesquisa e fazê-lo cada vez mais preocupado com a relevância social de suas concepções e práticas. Este nos parece ser o caminho para desgastar a torre de marfim: tornando a universidade efetivamente orientada pela sociedade, sua verdadeira razão de existência.

UM ESFORÇO DE SÍNTESE E QUESTIONAMENTOS

Por Marcio Sá

Não poderia iniciar este esforço de destacar alguns dos pontos tratados pelos estimados colegas de ofício sem reiterar o que fiz na ocasião da abertura da referida mesa, ou seja, o registro do afeto pessoal e do respeito profissional que alimento por cada um. Ao relê-los para preparar este pretenso "fechamento", fiquei feliz por constatar novamente que, cada um ao seu modo, todos foram exitosos no projetar-se pessoal-profissional para a discussão inicialmente proposta; sou-lhes grato também por isso.

O que talvez dê mais força ao que foi dito naquela tarde seja o espírito do que se procurou inscrever nos termos "autocrítica coletiva" e "horizontes desejáveis". Afinal, nos dispusemos a explicitar o que pensamos sobre dimensões de uma coletividade da qual fazemos parte e queremos ver num futuro melhor. Além disso, também fomos movidos por partilhar a convicção que a exposição de ideias com liberdade, honestidade intelectual e respeito ao contraditório é uma prática acadêmica salutar que desejamos cultivar.

Rafael foi contundente ao reiterar aspectos de seu posicionamento (auto)crítico acerca da trajetória do campo no qual esteve imerso e por meio do qual se constituiu profissionalmente ao longo das duas últimas décadas, mas também procurou semear esperança ao destacar laços de afetividade que percebe em fortalecimento entre alguns de nós, afinal isso pode ser contagioso. Por um lado, a "amizade como futuro" pode servir de motivação à superação do histórico "mal-estar" nos EOR nacionais; por outro, ser o lastro relacional capaz de viabilizar construções conjuntas e vislumbres de horizontes potencialmente mais frutíferos. Mas me pergunto o quão distante

estaríamos dela. Precisaríamos, de fato, de tal sentimento para construir uma atmosfera saudável e próspera para o campo? Talvez um primeiro passo para isso seria semear cooperação, mas como fazê-la germinar em espaço-tempo de tamanha competição?

Já Ariston, após sintetizar sua leitura do "produtivismo", apresenta proposta original para a formação de docentes e pesquisadores na área, "viabilizar a consolidação de uma virtude própria ao modo de vida acadêmico" entre nós. Em sua tese, os rigores (conceitual, metodológico e teleológico) e as atividades (estudo, conversa e pesquisa), nas quais os primeiros deveriam se manifestar, poderiam nos colocar em bons rumos formativos e de construção de saber. O desafio que observo no proposto é coletivo, a (re)incorporação de práticas sociais mais condizentes com uma academia de virtuosidade mais explícita, e íntimo, a (re)conversão de crenças internalizadas e estimuladas pela "nova ideologia econômica da ciência" (Serva, 2017). Aqui confesso não conseguir esperançar como eu mesmo gostaria, mas a explicitação recorrente entre pares da insatisfação com o *modus operandi* prevalente serve de alento. Se muitos não estão satisfeitos com o que estão vendo ou vivenciando na formação de docentes e de pesquisadores em nossos programas de pós-graduação, talvez dimensões e práticas mais substantivas ao ofício possam ser ressignificadas nos termos do século 21. Mas estaríamos dispostos a isso? Não creio que a maioria possa vir a agir com o sim, mas não duvido que seja possível a cada um de nós se nos inspirarmos em nossos *spoudaios*. Os que tive foram minoria, mas ainda hoje me são significativos, tanto nos momentos que demandam decisões maiores quanto na busca por diminuir a incoerência entre convicções e práticas cotidianas.

Depois de anos na editoria de *O&S*, Ariádne amealhou um conjunto de experiências que a autorizam a fazer análises e apresentar propostas na seara da avaliação por pares, a partir do ponto de vista de quem esteve "do outro lado do balcão". A problemática da formação e da virtude em nosso ofício também reverbera aqui, afinal não há preparação sistemática para tal atividade entre nós que "aprendemos fazendo". Além disso, o desempenho não virtuoso de função capital ao mercado editorial científico tem promovido dores e deixado marcas em muitos de nós. A proposta de maior valorização do trabalho de quem se dispõe a desempenhar tal papel com justiça, seriedade e respeito ao próximo é pertinente e poderia ecoar entre aqueles que ocupam posições de decisão no plano nacional. Uma sistemática de acreditação mais justa e generosa, com quem empenha tempo no exercício de tal atividade com qualidade, pode colaborar para a redução do afã produtivista que tem se mostrado nocivo em diversos aspectos e níveis de análise.

Quando um dos principais grupos de pesquisa da subárea, senão o principal, se propõe a desgastar a "torre" na qual também se soergueu, e projeta uma atuação em ensino, pesquisa e extensão direcionada para as problemáticas sociais deste pedaço de mundo no qual vivemos, percebemos o quanto autocrítica e horizontes podem se retroalimentar. O que Luiz Alex projeta e as iniciativas já em curso no NEOS podem reverberar entre diversos outros grupos (formais ou não) Brasil afora, ou seja, o NEOS pode também ser vanguarda no sentido de um maior imbricamento dos EOR nacionais com questões sociais e organizacionais urgentes. Ou seja, talvez buscando um maior engajamento com a transformação social e organizacional, possamos elaborar e projetar sentidos mais efetivos para nossas práticas de ensino e pesquisa articuladas com extensão universitária. Mas, assim como a incorporação e a prática do *publish or perish* cobram um preço, a guinada no rumo apontado pelo NEOS também deverá cobrar, impossível não reiterar o questionamento: quem de nós estará disposto?

Respostas cabem a cada um. O que me permito afirmar, por fim, é que ao menos alguns de nós estão se questionando, elaborando alternativas e nos provocando esperançar. Termino registrando dois prazeres, um por ter reunido Rafael, Ariston, Ariádne e Luiz Alex em debate, e outro por sintetizar e refletir sobre suas opiniões, iniciativas e proposições.

REFERÊNCIAS

Alcadipani, R. (2011). Resistir ao produtivismo: Uma ode à perturbação Acadêmica. *Cadernos EBAPE.BR*, *9*(4), 1174-1178. doi: 10.1590/S1679-39512011000400015

Amano, I., & Poole, G. S. (2005). The Japanese university in crisis. *Higher Education*, *50*(4), 685-711.

Aristóteles. (1999). *Ética a Nicômacos* (3a ed.). Brasília, DF: Editora da UnB.

Barbosa, A. V. (2014). Estrutura semântica de –ismo. *Revista Diacrítica*, *28*(1), 73-101. Recuperado de http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_serial&pid=0807-8967&lng=en&nrm=iso

Barros, A. N., Sá, M. G., Mattos, P. L. C. L., & Oliveira, S. A. (2016). Habitus, antes que método, de um pesquisador "político". *Revista Brasileira de Estudos Organizacionais*, *3*(2), 194-217. doi: 10.21583/2447-4851.rbeo.2016.v3n2.86

Bertero, C. O., Caldas, M. P., & Wood, T., Jr. (1999). Produção científica em administração de empresas: Provocações, insinuações e contribuições para um debate local. *Revista de Administração Contemporânea*, *3*(1), 147-178. doi: 10.1590/S1415-65551999000100009

Clair, J. A. (2015). Procedural injustice in the system blind peer review and scientific misconduct. *Academy of Management Learning & Education*, *14*(2), 159-172. doi: 10.5465/amle.2013.0243

 CC BY ISSN 0034-7590; eISSN 2178-938X

Costa, A. S. M., Barros, D. F., & Saraiva, L. A. S. (2014). Management industry. *Cadernos EBAPE.BR*, *12*(1), 1-6.

Demo, P. (1997). *Educar pela pesquisa* (2a ed.). Campinas, SP: Autores Associados.

Fischer, T. (2006). Uma luz sobre as práticas docentes na pós-graduação: A pesquisa sobre ensino e aprendizagem em administração. *Revista de Administração Contemporânea*, *10*(4), 193-197. doi: 10.1590/S1415-65552006000400010

Fischer, T., Waiandt, C., & Silva, M. R. (2008). Estudos organizacionais e estudos curriculares: Uma agenda de convergência entre o passado e futuro de campos paralelos. *Organizações & Sociedade*, *15*(47), 175-196. doi: 10.1590/S1984-92302008000400010

Fischer, T. M. D. (2001). A difusão do conhecimento sobre organizações e gestão no Brasil: Seis propostas de ensino para o decênio 2000/2010. *Revista de Administração Contemporânea*, *5*(n.spe.), 121-139. doi: 10.1590/S1415-65552001000500007

Freire, P. (2013). *Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa* (47a ed.). Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra.

Freitas, M. E. (2007). A carne e os ossos do ofício acadêmico. *Organizações & Sociedade*, *14*(43), 187-191.

Freitas, M. E. (2011). Pesquisador hoje: Entre o artesanato intelectual e a produção em série. *Cadernos EBAPE.BR*, *9*(4), 1158-1163. doi: 10.1590/S1679-39512011000400013

Freud, S. (2010). *O mal-estar na civilização, novas conferências introdutórias à psicanálise e outros textos (1930-1930)*. São Paulo, SP: Companhia das Letras.

Fry, T. (2015). Dead institution walking: The university, crisis, design and remaking. *Design Philosophy Papers*, *5*(1), 267-282. doi: 10.2752/144871303X13965299302712

Gondim, S. (2004). A face oculta do parecerista: Discussões éticas sobre o processo de avaliação de mérito de trabalhos científicos. *Organizações & Sociedade*, *11*(31), 195-199.

Lourenço, C. D. D. S., Lima, M. C., & Narciso, E. R. P. (2016). Formação pedagógica no ensino superior: O que diz a legislação e a literatura em educação e administração? *Avaliação*, *21*(3), 691-717. doi: 10.1590/S1414-40772016000300003

Machado-da-Silva, C. L., Cunha, V. C., & Amboni, N. (1990, setembro). *Organizações: O estado da arte da produção acadêmica no Brasil*. Artigo apresentado no Décimo Quarto Encontro da ANPAD, Belo Horizonte, MG.

Mamdani, M. (1993). University crisis and reform: A reflection on the African experience. *Review of African Political Economy*, *20*(58), 7-19. doi: 10.1080/03056249308704016

Mattos, P. L. (2012). Pés de barro do texto "produtivista" na academia. *ERA-Revista de Administração de Empresas*, *52*(5), 566-573. doi: 10.1590/S0034-75902012000500007

Mattos, P. L., Barros, A., Sá, M. G., & Costa, A. S. M. (Eds.). (2019). Autoformação política em pesquisa social: Intencionalidades duradouras e a prioridade do local [artigo de opinião]. *TPA – Teoria e Prática em Administração*, *9*(1), 1-14. doi: 10.21714/2238-104X2019v9i1-41576

Mills, C. W. (1982). *A imaginação sociológica*. Rio de Janeiro, RJ: Zahar Editores.

Mills, C. W. (2009). *Sobre o artesanato intelectual e outros ensaios*. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar Editores.

Patrus, R., & Lima, M. C. (2014). A formação de professores e de pesquisadores em administração: Contradições e alternativas. *Revista Economia & Gestão*, *14*(34), 4-29. doi: 10.5752/P.1984-6606.2014v14n34p4

Ramos, A. G. (1995). *Introdução crítica à sociologia brasileira* (2a ed.). Rio de Janeiro, RJ: Editora UFRJ.

Rego, T. C. (2014). Produtivismo, pesquisa e comunicação científica: Entre o veneno e o remédio. *Educação e Pesquisa*, *40*(2), 325-346. doi: 10.1590/S1517-97022014061843

Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018. (2018). Estabelece as diretrizes para a extensão na educação superior brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024 e dá outras providências. Brasília, DF: MEC. Recuperado de http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=104251-rces007-18&category_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192

Saraiva, L. A. S. (2011). A educação superior em administração no Brasil e a questão da emancipação: Um túnel no fim da luz? *Gestão & Planejamento*, *12*(1), 41-60.

Saraiva, L. A. S. (2018). Projeto de extensão divulgação científica do Núcleo de Estudos Organizacionais e Sociedade (NEOS/FACE/UFMG). Belo Horizonte, MG: PROEX/UFMG.

Saraiva, L. A. S., Bauer, M. C. L., & Paiva, K. C. M. (2009). *Desafios no universo das organizações de educação superior.* Gestão & Planejamento, 10(2), 1-13. .

Segnini, L. (1988). *A liturgia do poder: Trabalho e disciplina*. São Paulo, SP: EDUC.

Serva, M. (2017). A nova ideologia econômica da ciência e a (re) politização do campo. *Ciências em Debate*, 2, 52-58.

Tight, M. (2010). Crisis, what crisis? Rhetoric and reality in higher education. *British Journal of Educational Studies*, *42*(4), 363-374. doi: 10.1080/00071005.1994.9974009

Weil, P., Leloup, J-Y., & Crema, R. (2003). *Normose: A patologia da normalidade*. Campinas, SP: Verus Editora.

CONTRIBUIÇÃO DOS AUTORES

Os autores declaram que participaram de forma conjunta na revisão final do texto, mas individualmente trabalharam na conceitualização e abordagem teórica-metodológica, bem como na revisão teórica (levantamento de literatura) e por fim, na redação dos trechos que trazem os seus respectivos nomes.